

Mensagem Presidencial

Projeto de Lei Orçamentária - 2007



Secretaria de
Orçamento Federal

Ministério do
Planejamento,
Orçamento e Gestão

Governo
Federal





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTOS DA UNIÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO 2007
PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA

MENSAGEM PRESIDENCIAL

Brasília, DF
2006

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Secretaria de Orçamento Federal - SOF
SEPN 516, Bloco "D" Lote 08
70770-524 – Brasília, DF
Telefone: 0(XX)61 3 348-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Secretaria de Orçamento Federal.
Orçamentos da União exercício financeiro 2007:
projeto de lei orçamentária. – Brasília: MP, SOF, 2006.
6v. em 8.

Conteúdo: Mensagem presidencial - v. 1 Texto do projeto de lei, quadros orçamentários consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v. 2 Consolidação dos programas de governo – v. 3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União -- v. 4 t. 1-2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v. 5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v. 6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento Federal. 2. Proposta Orçamentária.
3. Projeto de Lei 2007. I. Título.

CDU: 336.14:354(81)"2007"
CDD: 351.72205

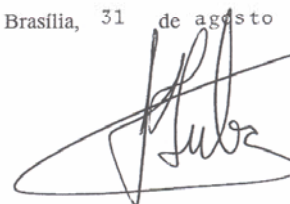
Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Dec. n. 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

Mensagem nº 737

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2007”.

Brasília, 31 de agosto de 2006.



SUMÁRIO

I - RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO

CENÁRIO MACROECONÔMICO, 9

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL, 16

POLÍTICA FISCAL, 23

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2007, 23

Gestão da Dívida Pública, 29

II - POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO

COMÉRCIO EXTERIOR, 41

POLÍTICA INDUSTRIAL, 44

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 47

TRABALHO E EMPREGO, 50

AGRONEGÓCIO, 52

AGRICULTURA FAMILIAR, 57

REFORMA AGRÁRIA, 60

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 62

MEIO AMBIENTE, 66

TURISMO, 68

AQUICULTURA E PESCA, 71

III - INFRA-ESTRUTURA

TRANSPORTES, 75

COMUNICAÇÕES, 85

MINAS E ENERGIA, 87

DESENVOLVIMENTO URBANO, 91

IV - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, 99

PREVIDÊNCIA SOCIAL, 102

ASSISTÊNCIA SOCIAL, 104

SEGURANÇA ALIMENTAR, 106

EDUCAÇÃO, 109

CULTURA, 114

SAÚDE, 116

ESPORTE, 121

POLÍTICAS AFIRMATIVAS, 122

V - POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

RELAÇÕES EXTERIORES, 131

DEFESA, 132

VI - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA

SEGURANÇA PÚBLICA, 137

ACESSO À JUSTIÇA, 139

VII - GESTÃO DE PESSOAS

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS, 143

VIII - DEMOCRACIA E DIÁLOGO

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL, 149

IX - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E

NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA

SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS, 153

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS, 159

RECEITA ORÇAMENTÁRIA, 162

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, 173

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS, 175

X - AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, 185

INVESTIMENTO NO ATIVO IMOBILIZADO, 186

ANEXO

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE

DISPÊNDIO GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS

I - RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO



**CENÁRIO MACROECONÔMICO
POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL
POLÍTICA FISCAL**

CENÁRIO MACROECONÔMICO

A gestão macroeconômica é parte essencial da política de desenvolvimento do atual Governo. Somente assegurando as condições necessárias para manter a estabilidade de preços, a austeridade fiscal e o ajuste das contas externas, o País poderá crescer de forma mais acelerada e com melhor distribuição de renda.

Nesse sentido, as políticas adotadas desde 2003 procuraram: 1) promover o ajuste estrutural das contas públicas, confirmando o compromisso com a responsabilidade fiscal; 2) reverter a trajetória ascendente do endividamento público como proporção do Produto Interno Bruto (PIB) e melhorar o perfil da dívida; 3) viabilizar um ambiente com estabilidade de preços e previsibilidade, favorável à competitividade das empresas e ao aumento da eficiência no setor produtivo; e 4) reduzir a vulnerabilidade externa.

A combinação de fatores, tais como, o reforço da política fiscal, o controle da inflação, a redução da vulnerabilidade externa e o ambiente internacional favorável, resultou na expressiva redução do risco-país, que declinou do patamar de 1.446 pontos-base no final de 2002 para 470 pontos-base ao final de 2003, diminuindo ainda mais nos anos seguintes. Em 14 de agosto de 2006, o risco-país atingiu patamar mínimo histórico de 206 pontos base, aproximando-se rapidamente do risco das principais economias emergentes.

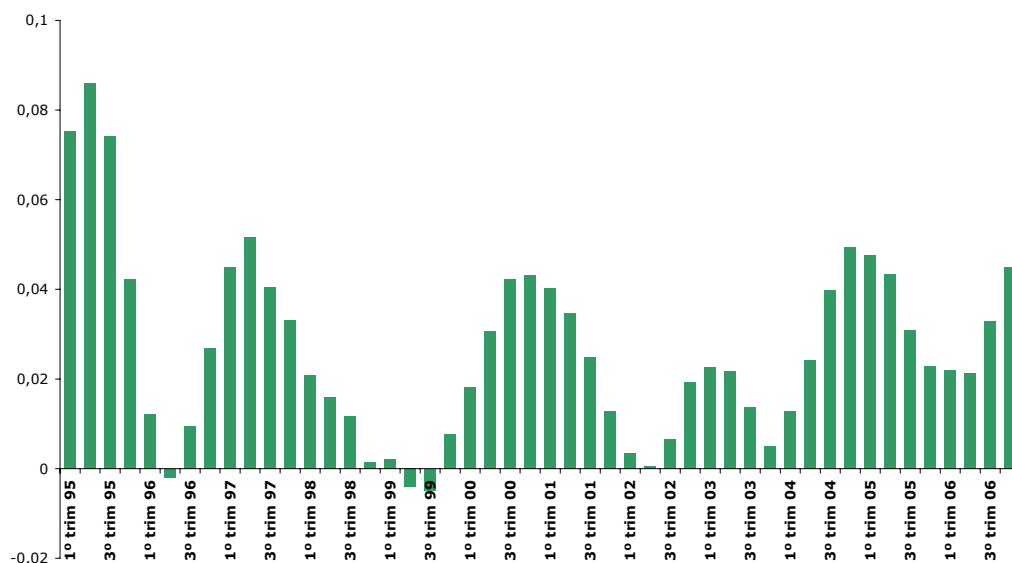
A conjunção de fatores positivos apresentados pelo quadro econômico brasileiro sem dúvida representa um fato inédito em nossa história. Não há notícias, na história econômica do Brasil, de ocasiões em que ocorreu de forma simultânea inflação baixa, crescimento econômico e saldo positivo em transações correntes (Tabela 1). Desde meados de 2003, observa-se o início do ciclo de crescimento que poderá ser o mais longo das últimas três décadas (Gráfico 1). Diferentemente do atual, alguns dos ciclos de expansão observados, especialmente ao longo dos anos 90, estiveram baseados em desequilíbrios macroeconômicos importantes, ou seja, crescimento não sustentável.

Tabela 1: Cenário Econômico Inédito

Anos	Conta Corrente	PIB	IPCA
1981-1983	-	+/-	+/-
1985-1987	-	+	+/-
1988-1989	+	+/-	+
1990-1991	-	+/-	-
1993-2002	-	+	+/-
2003-2005	+	+	-

Fontes: BCB e IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Grafico 1: Produto Interno Bruto. Média móvel em quatro trimestres (comparação com o mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Quanto ao cenário econômico para o próximo ano, espera-se um crescimento real de 4,75% do PIB, mantendo-se, portanto, a expectativa constante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007. As projeções de inflação e taxa de juros levam em consideração as expectativas de mercado condizentes com as diretrizes atuais de política monetária. A seguir, na da Tabela 2, encontram-se os principais indicadores para o próximo ano:

Tabela 2: Cenário Econômico Inédito

Crescimento real do PIB - %	4,75%
PIB Nominal - R\$ bilhões	2.299,5
IGP DI acumulado	4,3%
IPCA acumulado	4,5%
Taxa de juros % ao final de dezembro	13
Cambio media R\$-US\$	2,3
Crescimento Nominal de Massa Salarial	9,9%

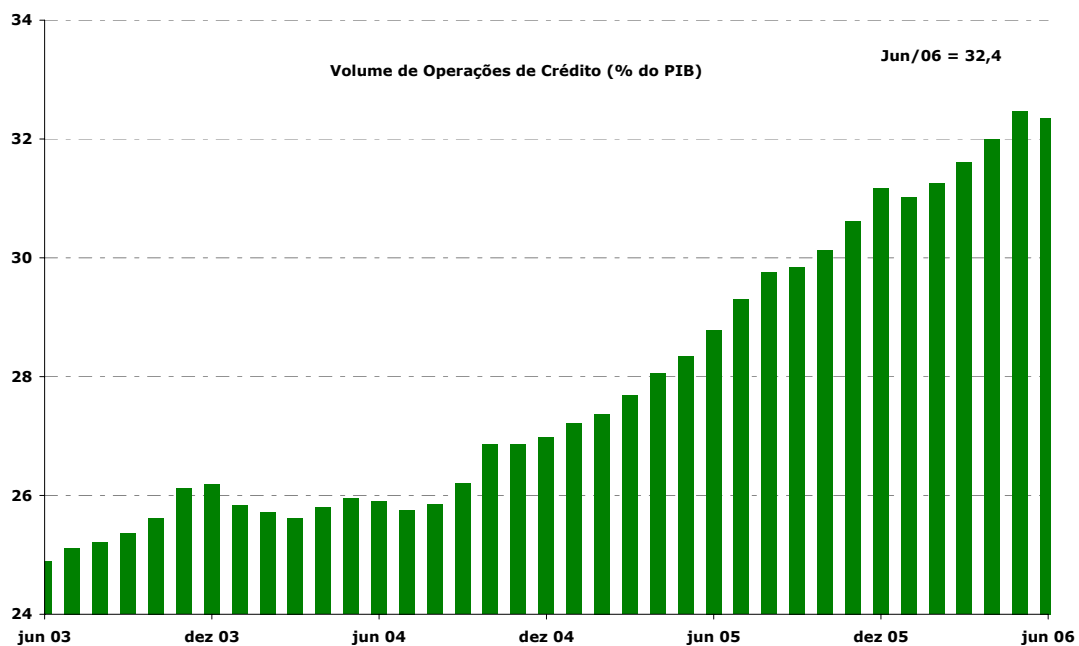
Fontes: BCB e IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Assim sendo, estima-se que a economia brasileira manterá a trajetória positiva de crescimento sem afetar a estabilidade de preços. Por sua vez, a preservação do compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzida na obtenção de superávits fiscais, deverá favorecer a tendência declinante do endividamento do setor público. Projeta-se também a manutenção da tendência de expansão dos investimentos, públicos e privados, favorecida não apenas por medidas de desoneração tributária, mas também pela trajetória declinante da taxa de juros e pelo fortalecimento de mecanismos de expansão do crédito (Gráfico 2).

Nesse aspecto, entre os aperfeiçoamentos destaca-se a ampliação do crédito consignado, em particular para a população de baixa renda, que provocou uma importante mudança estrutural nos empréstimos realizados pelo Sistema Financeiro Nacional, pois, ao permitir spreads mais baixos, gerou benefícios tanto para os credores, quanto para os tomadores de crédito. Do ponto de vista da oferta, a redução na assimetria de informações entre credores e devedores e a garantia mais acessível reduzem a inadimplência nas operações.

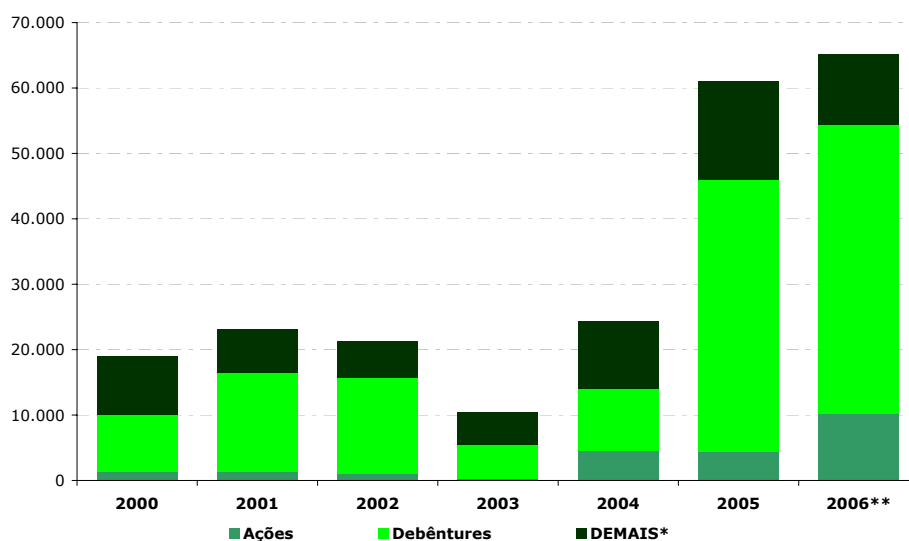
As taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras nessa modalidade são inferiores às demais formas de empréstimos para pessoas físicas, com exceção do crédito para a aquisição de veículos, que também conta com garantia mais acessível. O menor custo financeiro contribuiu para elevar a demanda pelo crédito consignado, mesmo com a elevação da taxa básica de juros entre 2004 e 2005, a média das concessões cresceu 83% em termos reais, aumentando sua participação percentual no PIB. Em março último, a Caixa Econômica Federal (CEF) atingiu nível recorde de quatro milhões de contas populares, o que mostra o sucesso da “inclusão bancária” promovida pelo Governo.

Gráfico 2: Aumento da Participação do crédito no PIB



Fonte: MF/SPE.
Elaboração: MF/SPE.

Gráfico 3: Emissões Primárias



Fontes: CVM.

Elaboração: MF/SPE.

(*) compreende as ofertas primárias de certificados de recibos imobiliários (CRI), quotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e outros.

(**) acumulado no ano até Julho de 2006.

O desenvolvimento de novas fontes de financiamento para a economia nacional não vem se resumindo, no entanto, à expansão do crédito bancário. O mercado de capitais também está iniciando um período de expansão acelerada, com as ofertas primárias registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tendo alcançado R\$ 61,0 bilhões em 2005, um crescimento de 150% relativamente a 2004 (Gráfico 3). As debêntures destacaram-se com aumento de 68% das emissões primárias em 2005, totalizando R\$ 41,5 bilhões. Em 2006, mesmo em um ano eleitoral, as empresas brasileiras continuaram se financiando via mercado de capitais. Nos primeiros sete meses do ano, o valor das emissões primárias já supera os lançamentos totais realizados em 2005, com destaque para as operações com ações que passaram de R\$ 4,3 bilhões para R\$ 10,2 bilhões, sinalizando a confiança dos empresários nacionais na sustentabilidade do crescimento do País (Gráfico 3).

Há ainda a contribuição de produtos inovadores do mercado de capitais, com potencial para revolucionar os canais de crédito na economia brasileira, onde se destacam o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI). De 2003 a 2005, foram emitidos R\$ 17,8 bilhões entre cotas dos FIDCI e CRIs, sendo 58,6% desse montante em 2005.

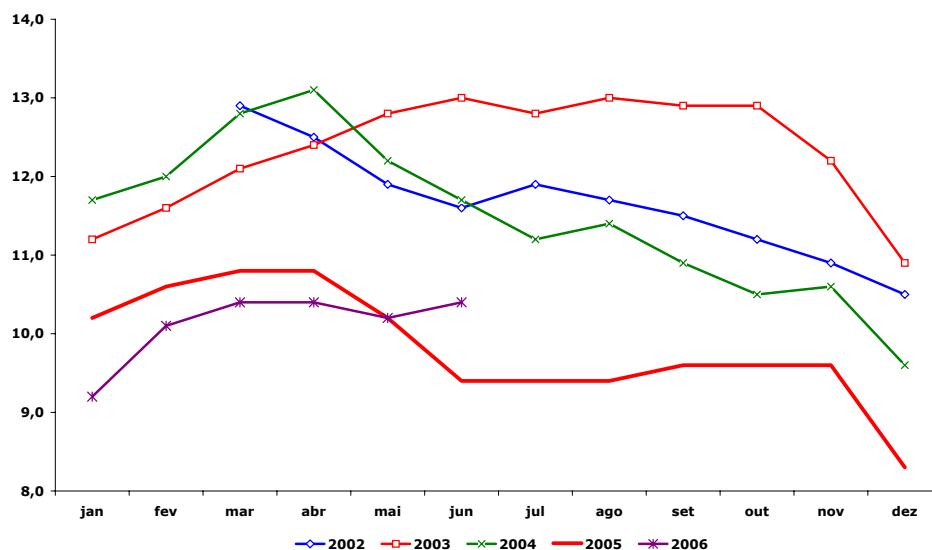
A coexistência de um cenário de importante ampliação do crédito na economia e de fortalecimento do mercado de capitais, com sustentação de taxas de inadimplência estáveis e baixas, juros de equilíbrio em declínio e mercado de trabalho em ascensão, assegura o espaço para a ampliação consistente e persistente do mercado de crédito e das fontes de financiamento no Brasil.

Todavia, o objetivo fundamental da política econômica não é apenas o crescimento econômico com estabilidade inflacionária. A perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população e a criação de condições para que esses ganhos evoluam ao longo dos anos de forma consistente representa em essência um grande desafio. Nesse sentido, é interessante

avaliar o resultado da política econômica não apenas sobre o crescimento, mas também sobre a distribuição de renda e o emprego.

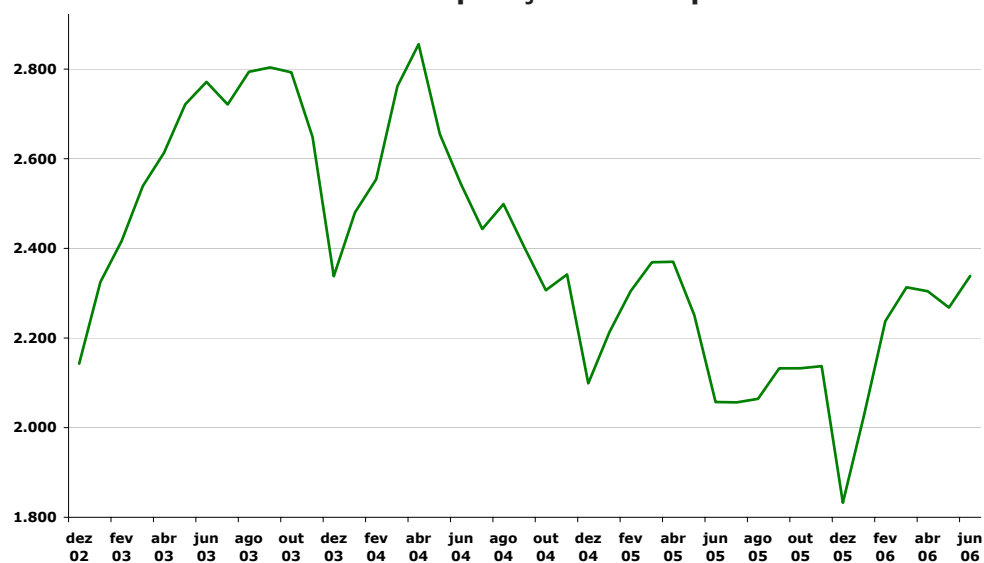
No mercado de trabalho, a taxa de desocupação vem caindo nos últimos três anos, de forma que, no final de 2005, a taxa medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi a mais baixa desde o início da apuração da série, segundo a nova metodologia. A taxa de desemprego das seis principais regiões metropolitanas do País declinou de 10,5% em dezembro de 2002 para 8,3% no final de 2005 (Gráfico 4), o que implicou na redução de 14% do número de pessoas desocupadas no período (Gráfico 5) e no aumento de 10,8% do número de pessoas ocupadas.

Gráfico 4: Taxa de Desocupação (%)



Fonte: PME/IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Gráfico 5: População Desocupada

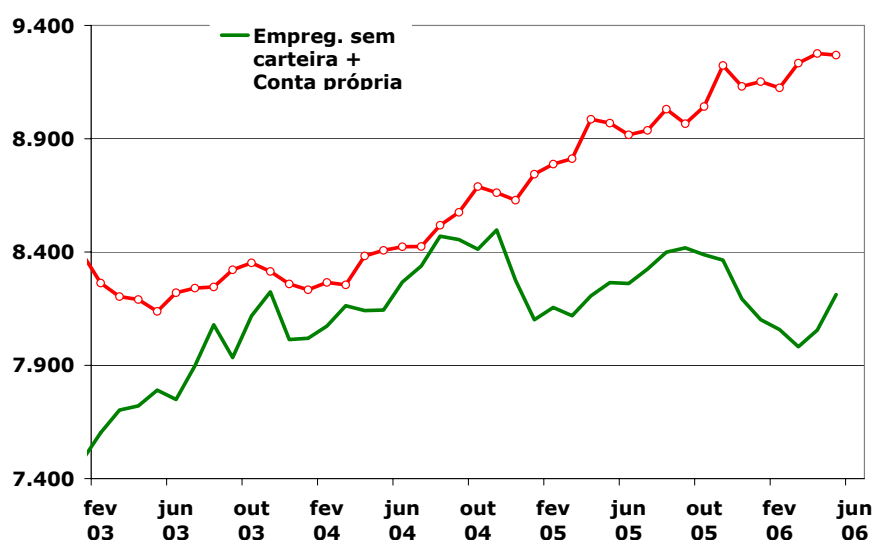


Fonte: PME/IBGE.
Elaboração: SPE/MF.

Além da significativa redução da taxa de desocupação, também verificou-se, nesse período, importante formalização do emprego, constatada tanto por meio das pesquisas mensais de emprego do IBGE quanto pelos dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de abrangência nacional. Segundo a PME, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas entre dezembro de 2004 e junho de 2006, a ocupação formal registrou o aumento de 607 mil postos de trabalho, contra queda de 285 mil postos de trabalho criados para ocupações informais ou por conta própria (Gráfico 6). Segundo o CAGED, já foram criados cerca de 4.500 mil empregos formais desde o início de 2003, sendo 1.254 mil em 2005 e 924 mil até junho 2006.

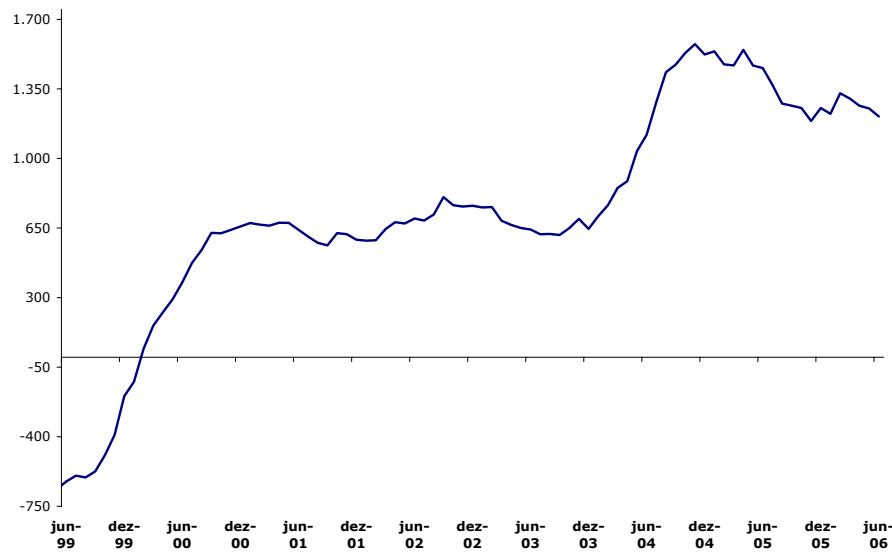
O aumento da formalização é importante porque possibilita melhoria da qualidade do emprego (Gráfico 7). Empregos formais costumam apresentar menor rotatividade de mão-de-obra e, nessa situação, os empregadores costumam investir mais no capital humano utilizado nas suas atividades. Além disso, a formalização permite ao trabalhador contar com uma série de proteções sociais como a Previdência Social e o Seguro-Desemprego.

Gráfico 6: Posição na Ocupação (1000 pessoas)



Fontes: PME e IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Grafico 7: Geração de Emprego Formal acumulado 12 meses (1000 pessoas)



Fonte: PME/IBGE.

Ao lado da melhora nos indicadores do mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2004, indicou avanços na distribuição de renda e nos indicadores de qualidade de vida da população brasileira, já refletindo o maior crescimento econômico e as medidas adotadas com vistas à inclusão social como, por exemplo, a Bolsa-Família e a desoneração da cesta básica. O rendimento mensal médio do trabalho (R\$ 733,00, valor igual ao de 2003) interrompeu uma seqüência de seis anos de contínua queda na renda do trabalho. Apesar dessa estabilidade na renda entre 2003 e 2004, houve uma importante mudança na distribuição do rendimento, pois os trabalhadores de menor remuneração (os 50% mais pobres) tiveram um aumento de 3,2% no rendimento. Como resultado desse comportamento, o índice de Gini – indicador que mede a concentração da renda – alcançou o seu valor mais baixo (0,547) desde 1981, indicando, segundo o IBGE, que 2004 foi o ano de melhor distribuição da renda dos últimos 23 anos.

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

A economia brasileira passou por importantes mudanças nos últimos anos, das quais resultaram a consolidação de fundamentos mais sólidos e a probabilidade de cenário de maior estabilidade, com incremento do ritmo de crescimento e inflação sob controle a médio e longo prazos.

Esse ciclo mais duradouro de expansão, combinado com declínio do prêmio de risco, redução da taxa de juros de longo prazo, maior solidez das contas externas, superávit primário e política monetária vigilante, tem gerado crescimento da taxa de investimento da economia.

As decisões de política econômica desempenharam papel importante na redução significativa dos principais indicadores de vulnerabilidade externa do País, consubstanciando no processo de robustecimento das contas externas. À luz de cenário global favorável, o País conseguiu reverter a vulnerabilidade estrutural de seu balanço de pagamentos, via saldos comerciais crescentes, que trouxeram resultados superavitários à conta corrente e o retorno da confiança dos investidores estrangeiros, manifestada por meio da redução dos prêmios de risco e melhora da conta de capital.

O fluxo de ingresso de recursos na conta de comércio e a percepção de melhora continuada dos indicadores de solvência externa reforçaram uma tendência de apreciação da taxa de câmbio, após os exageros de flutuação observados na crise de confiança de 2002, trazendo menor volatilidade para essa taxa.

A tendência da inflação é bastante favorável, aumentando a previsibilidade da economia e criando espaço para a flexibilização gradual da política monetária, bem como o aumento da taxa de investimento. A expressiva melhora do balanço de pagamentos e a perspectiva de um cenário externo ainda promissor no futuro, associadas à melhora geral dos fundamentos macroeconômicos, sugerem um ambiente estruturalmente benigno para a inflação nos próximos anos.

A convergência contínua da inflação para a trajetória de metas e a resultante consolidação de um cenário de estabilidade macroeconômica duradoura contribuirão para a manutenção do processo de redução progressiva da percepção de risco macroeconômico que vem ocorrendo nos últimos anos. A tendência à observação de juros reais menores no futuro continuará se consolidando de forma natural como consequência dessa melhora de percepção. Em um cenário de menor volatilidade, o prêmio de risco tende a cair, permitindo contínua expansão do mercado de crédito, alongamento dos prazos e melhora do perfil da dívida pública, tornando mais potente o canal de crédito e a política monetária.

Política Monetária

O choque de oferta ocorrido em 2002, associado à redução das linhas de crédito externas, resultou em excessiva volatilidade no mercado cambial e conseqüente repasse aos preços internos, pressionando os índices de inflação além da margem estabelecida quando da definição da meta para inflação. Assim, a elevada inflação dos últimos meses do ano, determinada pela depreciação cambial, estendeu-se até o primeiro trimestre de 2003, quando os componentes inerciais evidenciaram-se como o principal fator de elevação dos preços.

Nesse contexto, a manutenção do sistema de metas para a inflação, associada ao aprofundamento da política de ajuste fiscal, foi determinante para induzir mudanças nos fundamentos da economia brasileira. A meta de inflação para 2003 foi ajustada de 4% para 8,5%. Paralelamente, a meta de superávit fiscal primário também foi majorada, passando de 3,75% do PIB para 4,25% do PIB, visando manter a sustentabilidade da trajetória da relação dívida pública líquida/PIB.

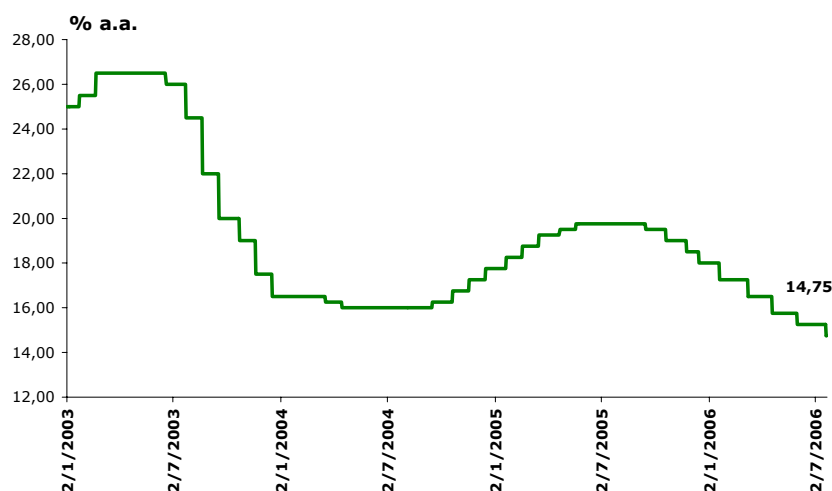
No início de 2003, a meta para a taxa Selic situava-se em 25% ao ano e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), utilizado como meta de inflação pelo Banco Central, em 2% ao mês. Tendo em vista o patamar vigente de inflação e objetivando combater a inércia inflacionária, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a meta para a taxa Selic em 150 pontos nos dois primeiros meses do ano, situando-a em 26,5% ao ano.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional (CMN) majorou a alíquota do compulsório incidente sobre recursos à vista, de 45% para 60%, retirando de circulação cerca de R\$ 8,1 bilhões. Esses recursos foram depositados em espécie, no Banco Central do Brasil, sem qualquer tipo de remuneração, o que proporcionou redução das despesas com juros, na medida em que parcela significativa da dívida pública mobiliária federal encontrasse atrelada à taxa básica. Dessa forma, a ampliação de compulsórios não remunerados foi adotada como alternativa menos onerosa do ponto de vista fiscal.

A política monetária restritiva adotada mostrou-se eficiente ao mitigar a pressão inflacionária existente. Ao mesmo tempo, a posterior apreciação do real concorreu para a reversão da trajetória de crescimento das taxas de inflação ao reduzir a pressão sobre os custos dos bens importados. Esse movimento de valorização foi determinado pelo ingresso de divisas, face aos crescentes superávits comerciais e à entrada de capitais, favorecida pelas condições internacionais de liquidez, tendo em vista a adoção de políticas monetárias expansionistas nos principais países.

A flexibilização da política monetária, entretanto, estava condicionada à convergência das expectativas para as metas de inflação e à redução significativa das incertezas na economia brasileira. Nesse sentido, em junho de 2003, as expectativas do mercado para a taxa de inflação doze meses à frente encontravam-se em 7,4%, próximo ao valor de 7,2% contido na trajetória das metas. Em conseqüência, o BACEN promoveu reduções na meta para a taxa Selic em sete reuniões consecutivas do Copom. Assim, após permanecer no patamar de 26,5% até junho de 2003, a meta para a taxa Selic encerrou o ano em 16,5%. Em agosto de 2003, visando ampliar a oferta de crédito na economia, a alíquota do compulsório sobre depósitos à vista foi reduzida de 60% para 45%, mesmo patamar que prevalecia no início do ano.

Gráfico 1 - Metas para Taxas Selic



Fonte: PME/IBGE.
Elaboração: MF/SPE.

Em abril de 2004, no entanto, o BACEN interrompeu a trajetória de redução da taxa básica, mantendo-a em 16% ao ano até o segundo semestre do ano. Essa decisão foi motivada pelas incertezas relacionadas ao comportamento das taxas de juros norte-americanas e aos preços internacionais do petróleo, bem como ao aquecimento da economia interna. Ademais, o comprometimento com o sistema de metas para a inflação requereu alteração na meta a ser alcançada em 2005, ajustando-a de 4,5% para 5,1%. Para 2006, a meta de inflação permaneceu fixada em 4,5%, sendo o intervalo de tolerância reduzido de 2,5 para 2 pontos percentuais. A partir da reunião de setembro de 2004, o Copom aumentou gradualmente a meta para a taxa Selic até atingir o patamar de 19,75% ao ano em maio de 2005.

Ao mesmo tempo, com a apreciação do real a partir do segundo semestre de 2005, tendo em vista os resultados expressivos na geração de superávits em transações correntes do balanço de pagamentos e a eliminação paulatina da exposição cambial da dívida pública, via colocação de *swaps* cambiais reversos e recompra de títulos da dívida soberana, conjugaram-se fatores favoráveis à redução da taxa de inflação. Esse cenário proporcionou a retomada da flexibilização da política monetária em setembro de 2005, com a taxa básica atingindo 14,75% ao ano em julho de 2006, o menor patamar da taxa Selic desde a sua criação em 1986 (Gráfico 1).

As condições favoráveis dos principais fundamentos macroeconômicos sinalizam perspectivas positivas para o cenário futuro da economia brasileira. Dados coletados junto a analistas do setor privado, por pesquisa do BACEN em julho de 2006, apontam expectativa de inflação para esse ano abaixo da meta estabelecida de 4,5%. Além disso, os vultosos e persistentes superávits comerciais, a elevação das reservas internacionais e a recompra de títulos soberanos no mercado internacional, acompanhados pela geração de superávits fiscais primários adequados e pela melhora do perfil da dívida pública interna, pela ótica fiscal, vêm concorrendo para tornar o País menos suscetível a choques econômicos.

A tendência à observação de juros reais menores no futuro continuará se consolidando de forma natural como consequência dessa melhora de percepção. A atuação cautelosa da

política monetária tem sido fundamental para aumentar a probabilidade de convergência da inflação para a trajetória de metas, com os indicadores prospectivos de inflação apresentando elementos compatíveis com o cenário favorável que se tem configurado. Ao longo dos próximos meses, a expansão do nível de emprego e da renda e o crescimento do crédito continuarão impulsionando a atividade econômica.

A meta para a inflação relativa a 2007 foi fixada pelo CMN em 4,5%, com intervalo de tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais, mantidos os mesmos parâmetros estabelecidos para 2006.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO

A evolução das operações de crédito do sistema financeiro nos anos recentes refletiu a condução da política monetária, evidenciada pelos ajustes na taxa básica de juros, e o comportamento da atividade econômica. Nesse contexto, destacou-se a demanda de recursos bancários por parte das famílias, estimulada pelas expectativas positivas dos agentes econômicos, pela melhora dos indicadores de emprego e renda, além da oferta adicional de recursos com encargos financeiros mais reduzidos. Ao mesmo tempo, a expansão do crédito constituiu importante suporte para o maior dinamismo da atividade econômica, especialmente no tocante à retomada da demanda interna, com ênfase para as operações de financiamento ao consumo.

Assim, a carteira total de crédito, que inclui operações com recursos livres e com recursos direcionados, atingiu R\$ 658,9 bilhões em junho de 2006, ou seja, crescimento de 71,7% em relação a dezembro de 2002. Em consequência, a relação do total de empréstimos com o PIB alcançou 32,4% em junho do corrente ano, ante 24,2% em 2002 (Tabela 1).

Tabela 1 - Evolução do Crédito

Discriminação	R\$ bilhões					Variação % 2006/2002
	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	
Total	383,7	418,2	498,7	607,0	658,9	71,7
Recursos livres	237,3	255,6	317,9	403,8	447,2	88,4
Direcionados	146,4	162,6	180,8	203,2	211,7	44,6
Participação %:						
Total/PIB	24,2	26,2	26,9	31,2	32,4	
Rec. livres/PIB	14,9	16,0	17,1	20,7	22,0	
Rec. direc./PIB	9,3	10,2	9,8	10,5	10,4	

¹ - Dados referentes ao mês de junho de 2006.
Fonte: Banco Central do Brasil

Em relação à distribuição do crédito por segmento de atividade econômica, os financiamentos destinados ao setor privado totalizaram R\$ 638 bilhões em junho de 2006, com incremento de 72% comparativamente ao valor registrado em 2002 (Tabela 2). A evolução no período esteve condicionada, basicamente, à manutenção do patamar das exportações e ao maior dinamismo do mercado interno, que refletiu, em parte, o aumento da produção de bens de consumo duráveis, cujo consumo é mais sensível às condições do crédito. Em termos setoriais, além do desempenho favorável do segmento de pessoas físicas, destacou-se o crescimento de 91,4% nas operações contratadas com o setor rural,

traduzindo, principalmente, a elevação dos preços das commodities e o aumento das exportações relacionadas aos produtos agroindustriais.

Tabela 2 – Total de crédito por atividade econômica

Discriminação						R\$ bilhões
	2002	2003	2004	2005	2006 ¹	Variação % 2006/2002
Total	383,7	418,2	498,7	607,0	658,9	71,7
Setor público	12,8	15,0	19,2	20,6	20,9	63,4
Setor privado	370,9	403,2	479,5	586,5	638,0	72,0
Indústria	115,9	116,8	124,8	139,0	145,1	25,2
Outros serviços	68,4	71,8	79,2	99,2	107,0	56,4
Rural	36,9	47,3	58,5	66,0	70,7	91,4
Comércio	40,4	43,3	54,8	64,5	70,3	74,2
Pessoas físicas	84,9	99,0	136,5	188,8	212,3	150,1
Habitação	24,4	25,0	25,8	29,1	32,6	33,5

(1) Dados referentes ao mês de junho de 2006.
Fonte: Banco Central do Brasil.

A trajetória do crédito total, segundo a ótica da origem dos recursos, foi determinada, principalmente, pelo comportamento das operações concedidas com recursos livres, cujo volume atingiu R\$ 447,2 bilhões em junho, com crescimento de 88,4% no período. Esse desempenho foi sustentado, fundamentalmente, pela expansão dos empréstimos contratados por pessoas físicas, que apresentaram expressivo crescimento, com ênfase para modalidades caracterizadas por prazo mais longo e taxas de juros mais reduzidas, a exemplo de crédito pessoal e dos financiamentos para aquisição de bens.

A expansão da carteira de crédito pessoal esteve associada à consolidação dos empréstimos com consignação em folha de pagamento, implementados a partir de setembro de 2003. O volume de crédito consignado atingiu R\$ 40,5 bilhões em junho de 2006, ante R\$ 9,0 bilhões em janeiro de 2004. Essa significativa evolução contribuiu para a melhora do perfil de endividamento das famílias, tendo em vista as condições mais vantajosas em termos de taxas de juros e prazos das operações. Adicionalmente, o desempenho do crédito consignado foi impulsionado pela extensão desses créditos aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujas operações tiveram início em maio de 2004, ampliando-se consideravelmente à medida que maior número de instituições financeiras formalizava os acordos com o INSS.

Nos últimos anos, foi adotado um conjunto de medidas e de ações objetivando ampliar e fortalecer o mercado de crédito, especialmente no âmbito das microfinanças, que representaram instrumento relevante no processo de inclusão bancária da população de renda mais reduzida. Além disso, assinala-se o aprimoramento no arcabouço jurídico associado às operações de crédito, com ênfase para a aprovação da nova lei de falências, visando assegurar e ampliar tanto o respeito aos contratos como a estabilidade do mercado. Essas modificações concorreram para a redução do risco dos empréstimos, com repercussões positivas sobre o *spread* bancário, tendo em vista as dificuldades que existiam no tocante à execução das garantias dos créditos, assim como em relação à falta de liquidez dessas garantias.

SETOR EXTERNO

O panorama das contas externas brasileiras, de 2003 a junho de 2006, foi marcado por: (i) vigoroso ajuste, centrado em superávits comerciais recordes e crescentes, que provocaram superávit em transações correntes durante todo o período; (ii) redução e melhoria do perfil do endividamento externo; e (iii) recomposição do nível das reservas internacionais. Os avanços no balanço de pagamentos possibilitaram ainda, no âmbito fiscal, que o setor público, historicamente exposto de forma passiva à variação cambial, adquirisse posição ativa.

Em contraste às dificuldades de financiamento externo ocorridas no segundo semestre de 2002, o primeiro semestre de 2003 marcou o início do processo de contínua redução da vulnerabilidade externa brasileira, desenvolvido ao amparo de condições favoráveis no mercado internacional. Destaquem-se a farta liquidez proporcionada principalmente pela condução da política monetária norte-americana, a baixa aversão ao risco dos investidores em relação aos países emergentes, a aceleração das taxas de crescimento do produto e do volume de comércio mundiais e a evolução favorável dos preços internacionais dos principais produtos brasileiros de exportação.

Relativamente às normas cambiais, visando a simplificação de procedimentos e maior liberdade para fluxos financeiros com o exterior, ressaltam-se as medidas implementadas, em março de 2005, pelo Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI), relativas à unificação dos mercados de câmbio e à nova regulamentação cambial das exportações. Ao final de julho de 2006, foram anunciadas medidas flexibilizando parcialmente a exigência de cobertura cambial de exportações, possibilitando a regularização de registros de capital estrangeiro em reais e permitindo a aquisição de produtos em free-shops com pagamentos em moeda nacional. Todas as medidas inserem-se no contexto do programa de reformas econômicas, que busca o aumento de produtividade da economia brasileira e a melhoria do ambiente de negócios. Os fluxos positivos da balança comercial cambial mais que compensaram as remessas líquidas do segmento financeiro, proporcionando ingressos líquidos crescentes no mercado de câmbio contratado: US\$ 718 milhões em 2003, US\$ 6,4 bilhões em 2004 e US\$ 18,8 bilhões em 2005. No primeiro semestre de 2006, o ingresso líquido totalizou US\$ 23,1 bilhões, composto pelo superávit de US\$ 27,9 bilhões no segmento comercial e déficit de US\$ 4,7 bilhões no segmento financeiro, como pode ser visto na Tabela 3.

Tabela 3 - Movimento de Câmbio

Discriminação	US\$ bilhões									
	2003			2004			2005			2006
	I Sem	II Sem	Ano	I Sem	II Sem	Ano	I Sem	II Sem	Ano	I Sem
Operações com clientes no país	2,1	0,3	2,4	7,0	4,9	11,9	9,3	10,1	19,3	23,1
Comercial	11,3	17,0	28,4	20,2	16,5	36,7	23,2	28,6	51,8	27,9
Exportação	33,3	39,9	73,2	45,5	48,0	93,5	56,1	66,9	123,0	67,7
Importação	22,0	22,9	44,8	25,3	31,5	56,8	33,0	38,3	71,2	39,8
Financeiro ¹	-9,2	-16,7	-26,0	-13,2	-11,6	-24,7	-13,9	-18,6	-32,5	-4,7
Compras	32,5	39,6	72,1	35,8	48,8	84,6	50,6	69,6	120,2	92,9
Vendas	41,7	56,4	98,1	49,0	60,4	109,4	64,5	88,2	152,7	97,6
Operações com Instituições no exterior (líquido) ²	-1,2	-0,5	-1,7	-1,0	-4,5	-5,6	-0,5	0,0	-0,5	0,0
Saldo	0,9	-0,2	0,7	6,0	0,4	6,4	8,8	10,1	18,8	23,1

1 - Exclui operações interbancárias e operações externas do Banco Central.

2 - Movimentações relacionadas com transferências internacionais em reais, no país, de domiciliados no exterior.
Fonte: Banco Central do Brasil.

O superávit cambial permitiu ao BACEN adquirir US\$ 42,8 bilhões em mercado no período analisado, dos quais US\$ 14,5 bilhões no primeiro semestre de 2006. Tais compras foram realizadas no âmbito da política de recomposição de reservas internacionais, de forma a absorver o excesso de oferta no mercado cambial, sem introdução de volatilidade adicional. Em função do resultado cambial e das compras líquidas do BACEN, a posição de câmbio dos bancos no mercado à vista, que era vendida em US\$ 4,4 bilhões ao final de 2002, tornou-se comprada em US\$ 4,4 bilhões, ao final de junho de 2006. Portanto, observa-se que parcela do superávit cambial do primeiro semestre de 2006 foi absorvida também pelos bancos, que ampliaram seus estoques de ativos externos.

A confortável situação do balanço de pagamentos permitiu ao Tesouro Nacional melhorar o perfil do endividamento externo, antecipando a amortização de títulos. Os programas de antecipações começaram em 2006 e contemplaram, inicialmente, os títulos emitidos pela República com vencimento previsto até 2010 e, posteriormente, até 2020. A aquisição de títulos em mercado secundário somou US\$ 5,9 bilhões em valor de face.

No primeiro semestre de 2006, os fatores que mais contribuíram para a redução de US\$ 11,8 bilhões da dívida externa total foram: a liquidação antecipada da dívida junto ao Clube de Paris, no valor de US\$ 2,6 bilhões; as amortizações relativas às recompras de títulos soberanos em mercado secundário, no valor de US\$ 5,9 bilhões, incluídos US\$ 1,3 bilhão da operação de recompra de dívida (*Tender Offer*) ocorrida em junho; e a liquidação integral de bônus *Bradies*, no valor de US\$ 6,5 bilhões, incluídos pagamentos previstos e antecipação por exercício de opção de *call*.

Concomitantemente à redução do passivo externo, os ativos de reservas internacionais apresentaram elevação de US\$ 24,9 bilhões, passando de US\$ 37,8 bilhões em dezembro de 2002 para US\$ 62,7 bilhões em junho de 2006. Dois fatores contribuíram decisivamente para a elevação das reservas: as compras líquidas de US\$ 42,8 bilhões, no mercado doméstico de câmbio, e as liquidações de US\$ 31,4 bilhões de compromissos externos do Tesouro Nacional, com obtenção de recursos em mercado, poupando as reservas internacionais. Assim, a participação das reservas internacionais na dívida total subiu de 18% para 39,7% durante o período analisado. A participação das reservas internacionais na dívida a curto prazo por vencimento residual, que representava 64,6% em dezembro de 2002, atingiu 176,4% em junho de 2006.

A redução do passivo e a ampliação dos ativos externos proporcionaram melhora na dívida externa total líquida que, em dezembro de 2002, somou US\$ 165 bilhões, tendo sido reduzida para US\$ 77,2 bilhões em junho de 2006. No mesmo período, a dívida externa total líquida, expressa como percentual do PIB, diminuiu de 35,9% para 9,1%, enquanto que a razão de sua participação sobre as exportações dos últimos doze meses retraiu de 2,7 para 0,6.

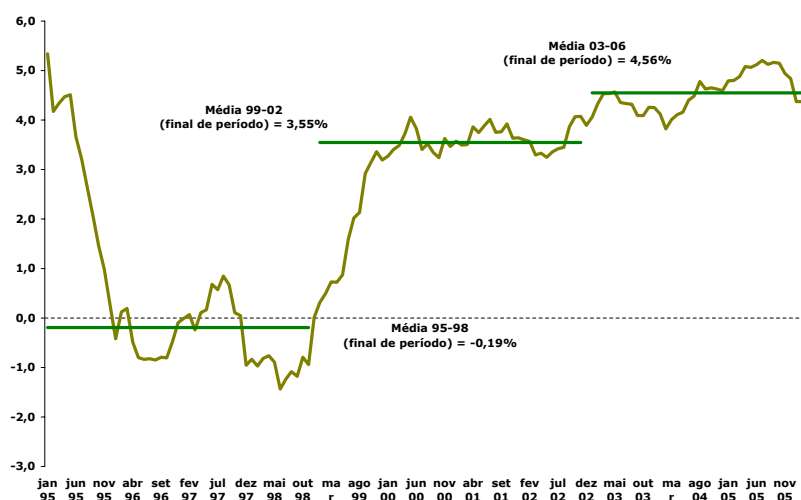
POLÍTICA FISCAL

1. GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2007

A gestão da política fiscal no período de 2003 a 2006 teve por objetivo assegurar a redução consistente da relação entre dívida e PIB e a melhoria da percepção de solvência intertemporal do setor público. A meta de superávit primário como proporção do PIB, de 4,25%, foi cumprida com folga, alcançando 4,83% em 2005 (Gráfico 1). Como resultado dos superávits primários crescentes, as Necessidades de Financiamento do Setor Público têm sido as menores já registradas no País¹. Considerando-se as estatísticas ajustadas para expurgar os efeitos das desvalorizações cambiais, esse indicador situou-se em 3,3% do PIB em 2005, cerca de 1,8 ponto percentual abaixo do registrado em 2003 (Gráfico 2).

Outra consequência do esforço fiscal foi o declínio da relação dívida líquida do setor público como proporção do PIB (DLSP/PIB), interrompendo-se um ciclo de nove anos consecutivos de alta. Essa relação atingiu um pico de 61,7% em setembro de 2002, reduzindo-se para 51,5% ao final de 2005. Houve, assim, um recuo de 10,2 pontos percentuais desde setembro de 2002. Em relação ao ano de 2006, estima-se que essa relação alcance o patamar de 50,8%, caindo em 2007 para 49,7%.

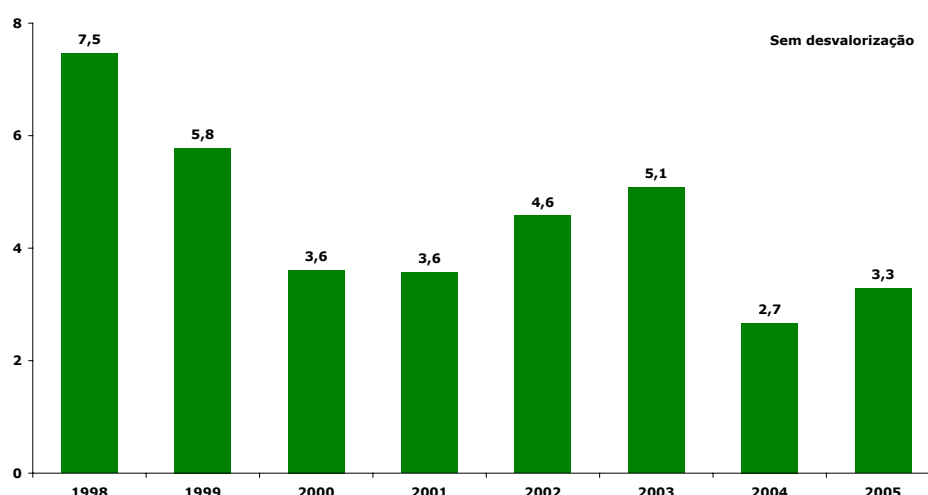
Gráfico 1: Superávit Primário do Setor Público – Acumulado em 12 meses - % do PIB



Fonte: BCB.
Elaboração: MF/SPE.

1 - O registro das estatísticas de necessidades de financiamento do setor público no Brasil teve início em 1986.

Gráfico 2: Necessidades de Financiamento do Setor Público - % do PIB

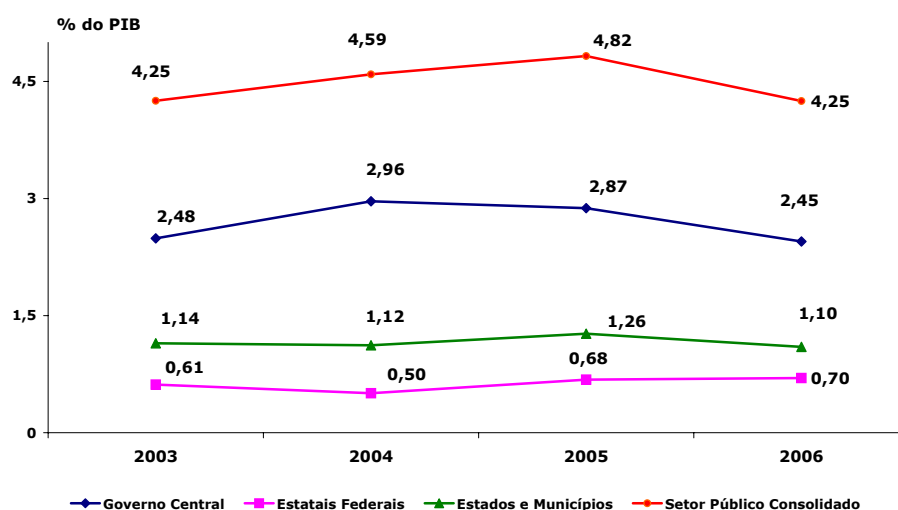


Fonte: BCB.
Elaboração: MF/SPE.

A consolidação dos fundamentos macroeconômicos e o resgate da confiança na política fiscal responsável criaram as condições para que o Brasil pudesse encerrar, de forma tranqüila, um longo período de dependência do apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI). Não houve renovação do acordo com este Organismo, que vinha sendo prorrogado desde 1998 e, logo em seguida, foi quitada antecipadamente a dívida existente.

O adequado gerenciamento e a estruturação da dívida pública é fundamental, porém não é a única medida para garantir a sua solvência. A rolagem da dívida pública, em condições favoráveis, repousa na confiança dos investidores quanto à capacidade de pagamento do setor público. Para tanto, a gestão fiscal responsável no período 2003 a 2006 é marcada pelos sucessivos superávits primários obtidos não apenas pelo governo central e empresas públicas, como também pelos Estados e Municípios, conforme se depreende do Gráfico 3. O compromisso com a austeridade fiscal, no entanto, não tem prejudicado a adoção de políticas de transferência de renda a famílias carentes, nem comprometido o desempenho positivo da economia brasileira.

Gráfico 3: Superávit Primário do Setor Público



Fonte: Banco Central do Brasil

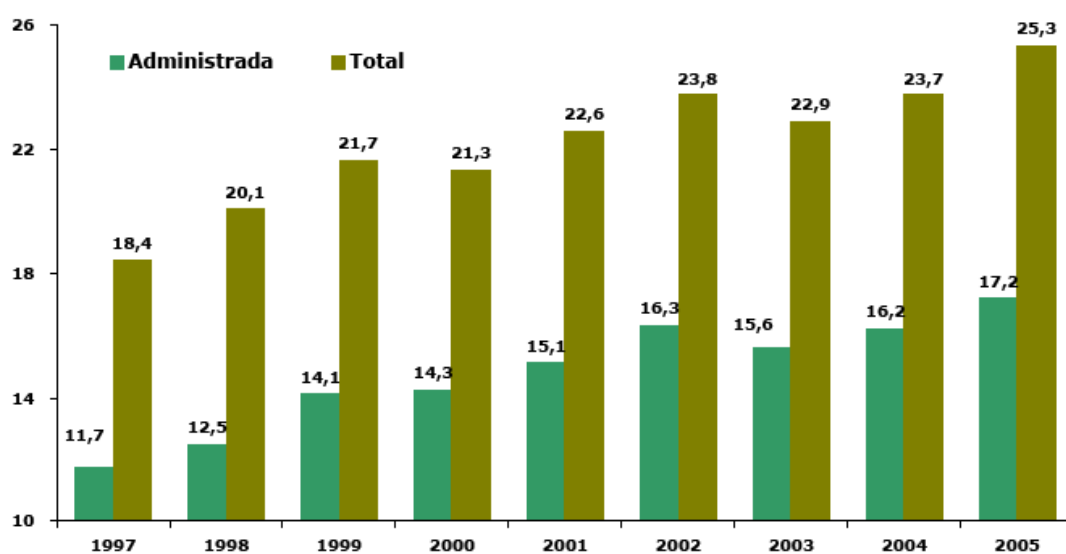
Em 2006, meta constante do Anexo de Metas Fiscais LDO-2006.

Em relação à política tributária, cabe destacar que as receitas administradas têm evoluído de forma positiva, em resposta a aperfeiçoamentos institucionais e a ganhos de eficiência na administração tributária, bem como em consequência do ciclo econômico favorável. Em 2005, o volume total de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), alcançou 17,2% do PIB (Gráfico 4), representando elevação de 1,0 ponto percentual em relação ao ano anterior.

Esse aumento, no entanto, não decorreu da elevação de alíquotas, mas sim da expansão da atividade econômica, uma vez que o crescimento do lucro das empresas foi responsável por mais de 70% da elevação da carga tributária. A arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), incidentes sobre essa base, cresceu bem acima do total das receitas administradas e contribuiu com 0,7 ponto percentual da elevação destas em relação ao PIB (Tabela 1).

O aumento dos preços das commodities, o reajuste dos preços administrados acima da inflação corrente e a desacumulação de créditos tributários federais, com os lucros maiores observados a partir do ciclo de crescimento iniciado em meados de 2003, foram os principais fatores responsáveis pela evolução favorável dessas receitas.

Gráfico 4: Evolução das Receitas Totais da União e das Receitas Administradas - % do PIB



Fonte: SRF/MF

Tabela 1: Carga Tributária da União - % do PIB

	2004	2005	Variação em p.p. do PIB
Receitas Administradas	16,2	17,2	1,0
IRPJ+CSLL	3,2	3,9	0,7
IRPF+IRRF-Trab	1,7	1,9	0,2
Outros	11,4	11,5	0,1

Fonte: SRF/MF
Elaboração: SPE/MF

Dentro dos limites permitidos pela responsabilidade fiscal, o Governo vem, gradualmente, contribuindo para que parte dos ganhos advindos da maior eficiência tributária e do crescimento econômico se convertam em redução do custo dos investimentos produtivos, incentivando a obtenção de poupança de longo prazo.

Em 2007, a ênfase da política tributária recairá sobre medidas de aperfeiçoamento administrativo, em complemento ao conjunto de normas instituídas desde 2003. Para o conjunto das receitas primárias, projeta-se o montante de R\$ 603,4 bilhões – 26,2% do PIB – sendo R\$ 399,4 bilhões – 17,4% do PIB – relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal.

Quanto à despesa pública, cabe ressaltar a alteração em sua composição ao longo do tempo. Verifica-se que o aumento da despesa corrente deveu-se, em grande parte, ao crescimento das transferências a Estados e Municípios, por força da carga tributária.

Tabela 2: Transferências correntes aos entes subnacionais - Em % do PIB (Empenho Liquidado)

Descrição	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
1. TOTAL	5,45	5,53	6,36	6,28
1.1. Transferências Despesas Obrigatórias	4,33	4,21	4,98	4,82
1.2. Discricionárias	1,12	1,32	1,39	1,46
1.2.1. Saúde	0,92	1,10	1,14	1,19
1.2.2. Educação	0,12	0,14	0,15	0,17
1.2.3. Demais	0,08	0,08	0,10	0,10

Fonte: SOF/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

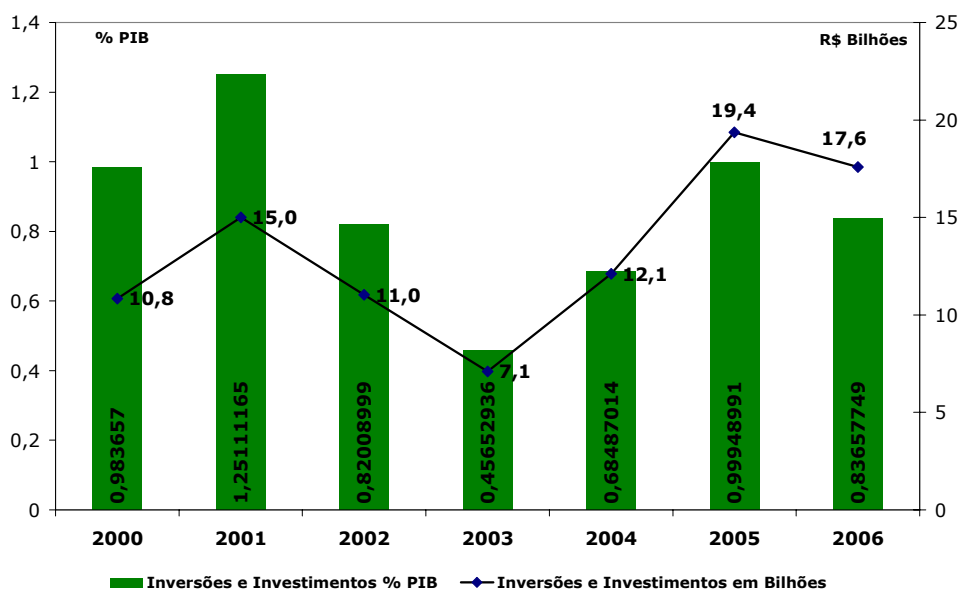
É importante mencionar que a ampliação da participação das transferências aos entes subnacionais inclui as despesas com saúde e educação, que tiveram substancial aumento no período. Em seu conjunto, essas duas despesas passaram de 0,98% do PIB em 2001 para 1,29% do PIB, em 2005, com expectativa de alcançar 1,36% do PIB, em 2006.

Destaca-se também o crescimento acelerado do Programa Bolsa-Família, cuja atuação mais significativa se encontra na Região Nordeste do País – cerca de 50% dos beneficiários. A execução orçamentária passou de 0,21% do PIB, em 2003, para 0,33% do PIB, em 2005, sendo estimados para 2006 gastos da ordem de 0,40% do PIB.

Ao mesmo tempo, o esforço para conter os gastos de funcionamento e das demais atividades-meio vêm contribuindo para a redução do consumo do Governo. Tal fato permitirá a priorização de importantes gastos sociais, como por exemplo, os programas de transferência de renda, as transferências para o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da educação – FUNDEB, bem como a retomada dos investimentos (Gráfico 5).

Para isso concorre o Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI), concebido na vigência do último Acordo com o FMI, com a intenção de viabilizar a realização de investimentos públicos de alto impacto econômico. Os valores correspondentes ao PPI podem ser deduzidos da meta de superávit primário, no montante equivalente a 0,5% do PIB no período de 2005-2007. Como consequência, os recursos alocados aos projetos integrantes do PPI não estão sujeitos a limitação de empenho, garantindo-se ainda, fluxo financeiro tempestivo à execução física das respectivas obras.

Gráfico 5: Inversões e Investimentos



Nota: valores de empenho liquidado. Para 2006, expectativa de liquidação.
Fonte: SOF/MP

A premissa empregada na concepção do PPI considerou a necessidade de expansão dos investimentos públicos, em consonância com as restrições fiscais. Por conseguinte, foi selecionada uma carteira de projetos cuja principal característica é a de constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro, para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrente.

Observada a lógica de construção da carteira de projetos do PPI, no exercício de 2007 será mantida a priorização conferida ao Setor de Transportes, com a destinação de aproximadamente 90% dos recursos para o cumprimento do cronograma de obras e projetos que promovam a melhoria e a integração entre os diversos modais e para a execução de estudos fundamentais à infra-estrutura de transportes. Cabe ressaltar que os recursos totais para o PPI estão sendo ampliados para R\$ 4,6 bilhões, correspondente a um crescimento superior a 50% em relação a 2005, conforme detalhado na Tabela 3.

**Tabela 3: Projeto Piloto de Investimentos Públicos
- PPI**

R\$ milhões	
Setores	Proposta 2007
Transportes	4.098,4
Rodovias	3.427,1
Adequação	1.717,4
Construção	314,9
Recuperação	1.394,8
Ferrovias	255,1
Portos	229,7
Estudos	161,5
Modernização do DNIT	25,0
Desenvolvimento Urbano	369,2
Metrô de Fortaleza	181,1
Metrô de Salvador	38,4
Metrô de Belo Horizonte	10,0
Metrô de Recife	10,0
Corredor Expresso de São Paulo	104,7
Plano Diretor de Mobilidade Urbana	25,0
Irrigação	53,9
Serviços e levantamentos de geologia e geofísica	59,7
Desenvolvimento meteorológico	8,8
Total	4.590,0

Fonte: SOF/MP

Além do PPI, o Governo tem fomentado a realização de investimentos em infraestrutura, por meio do Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), regido pela Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que estabelece regras de transparência, competitividade, eficiência e responsabilidade fiscal na contratação de concessões administrativas e patrocinadas.

O PPP foi instituído para elevar os investimentos privados em infraestrutura. Inicialmente, foram selecionados cinco projetos para serem estruturados sob o novo modelo, entre os quais está em fase mais avançada o projeto BR – 116 / BR - 324, no Estado da Bahia. Foi autorizada ainda a integralização de cotas do Fundo Garantidor das PPP – FGP, no valor aproximado de R\$ 4,0 bilhões, de forma a garantir os futuros desembolsos da União no cumprimento dos contratos a serem firmados com os parceiros privados.

Em relação às fontes externas de financiamento, cabe mencionar a aprovação, em 2005, pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX da primeira operação de crédito com o Banco Mundial – BIRD, por meio da modalidade Enfoque Setorial Amplo – “SWAP”, direcionada para o Programa Bolsa-Família. Esse financiamento permitiu o ingresso no país

de recursos externos da ordem de US\$ 0,5 bilhão, contribuindo para o aumento das reservas brasileiras. A vantagem dessa nova forma de financiamento é permitir a flexibilização da gestão dos recursos orçamentários, ao vincular o repasse à execução de programas já em andamento e ao possibilitar a utilização dos recursos externos no gerenciamento do Balanço de Pagamentos.

2. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Orçamento da Dívida Pública Federal

O desempenho sólido que a economia brasileira tem apresentado desde 2003 é reflexo da continuidade da política econômica posta em prática nesses anos, aliada a um ambiente favorável no cenário internacional. A postura firme adotada pelo Governo, demonstrando seu compromisso com a austeridade fiscal, o regime de metas de inflação e o aprimoramento institucional, foi decisiva para melhorar as expectativas em relação ao País após a ocorrência de instabilidade em 2002. A condução de uma política monetária baseada no cumprimento das metas de inflação, garantiu a estabilidade de preços. Já a manutenção de uma política fiscal austera, com o alcance de superávits primários rigorosos, permitiu que a relação dívida/PIB fosse decrescente a partir de 2003. Os bons fundamentos macroeconômicos obtidos em decorrência dessas políticas, além de manterem a estabilidade econômica a médio e longo prazo e criarem melhores condições de crescimento para o País, auxiliam o Tesouro Nacional no gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), em especial, na consecução das diretrizes estabelecidas nos Planos Anuais de Financiamento.

Nesse contexto, os resultados obtidos ao longo dos últimos anos na administração da dívida pública foram significativos, e se beneficiaram também das condições econômicas favoráveis no período. Os avanços obtidos na gestão da dívida, cujo objetivo precípuo é a minimização de custos a longo prazo, levando-se em conta a manutenção de níveis prudentes de risco, encontram-se em consonância com as diretrizes estabelecidas nos Planos Anuais de Financiamento. Essas diretrizes visam fornecer um referencial claro dos objetivos da política de refinanciamento do Tesouro Nacional, sem, no entanto, imobilizar a sua administração em momentos em que é necessária flexibilidade em relação à estratégia.

Algumas das diretrizes estabelecidas para a administração da dívida entre 2003 e 2006 são inéditas, enquanto que outras referem-se à continuidade de práticas iniciadas em anos anteriores e que demonstraram serem fundamentais para a gestão eficiente da DPF. Entre as principais diretrizes definidas para o período, cabe citar: i) alongamento do prazo médio dos títulos emitidos por oferta pública; ii) redução do percentual da DPF vencendo em doze meses; iii) substituição gradual dos títulos remunerados pela variação cambial e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços, buscando reduzir o risco de refinanciamento e, em especial, no caso dos títulos indexados a índice de preços, visando aumentar a liquidez e tornar sua precificação mais precisa no mercado secundário; iv) suavização do perfil do endividamento público externo; v) incentivo ao desenvolvimento das estruturas a termo de taxas de juros para títulos públicos federais; e vi) ampliação da base de investidores domésticos e externos.

Para a consecução dessas diretrizes, o Tesouro Nacional tem se esforçado continuamente, durante esses anos, em aprimorar o mercado de títulos públicos, por meio da adoção de medidas não apenas do lado da oferta, mas também da demanda, que permitam a ampliação da liquidez dos títulos em mercado, a melhora do perfil da dívida pública e a correção rápida de divergências que possam desviá-la do caminho traçado no Plano Anual de Financiamento (PAF). Foram várias as medidas adotadas pelo Tesouro Nacional neste período, sendo oportuno discorrer um pouco mais sobre algumas delas.

Atuação do Tesouro Nacional para consecução das diretrizes traçadas no PAF

Em 2003, cabe destacar as seguintes medidas tomadas pelo Tesouro Nacional para melhorar a administração da dívida pública: i) organização dos vencimentos dos títulos em meses específicos (*benchmarks*), para aumentar a liquidez e melhorar a sua precificação no mercado secundário; ii) lançamento das Notas do Tesouro Nacional série F (NTN-F), título prefixado com pagamento de cupom, visando desenvolver o mercado de títulos prefixados de prazo mais longo; iii) operações de troca de títulos de curto prazo por outros com prazo mais longo; iv) resgates antecipados de títulos prefixados e indexados a índice de preço; v) implantação de um novo sistema de *dealers* do mercado financeiro em geral; e vi) volta das emissões de Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B) em setembro de 2003, título indexado ao IPCA, visando melhorar o mercado pela ampliação da liquidez do título. Algumas dessas práticas são utilizadas até hoje, já que são responsáveis por mudanças estruturais na composição da dívida e auxiliam na consecução das diretrizes traçadas no PAF.

Em 2004, algumas medidas adotadas pelo Tesouro Nacional, ou que contaram com o seu apoio, contribuíram significativamente para uma melhor gestão da dívida, entre as quais pode-se destacar: i) implementação da Conta Investimento, resultado de um trabalho conjunto entre Tesouro Nacional, BACEN e Secretaria da Receita Federal, isentando da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) as transferências de recursos de um investimento financeiro para outro, que teve como objetivos: oferecer tratamento semelhante ao que é dado aos fundos de investimento para as demais aplicações, aumentar a competição na indústria de fundos de investimento, aumentar a liquidez no mercado secundário, e auxiliar a diversificação da base de investidores; ii) estabelecimento de um calendário regular de reuniões com representantes da previdência complementar e de instituições financeiras, buscando promover maior aproximação com investidores institucionais; iii) efetivação da tributação decrescente para aplicações financeiras, incentivando aplicações com prazos mais longos; iv) criação da Clearing de Ativos pela BM&F, como complemento ao Sisbex (Sistema Eletrônico de Negociação e Registro), trazendo benefícios para o mercado de renda fixa, em particular, o de negociação de títulos públicos federais, e objetivando dinamizar o mercado secundário, além de reduzir riscos operacionais envolvidos; e v) criação da Plataforma de Negociação da Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que abriu a possibilidade de realização de diversas operações *on-line*, entre elas a negociação de títulos de renda fixa (públicos e privados) e a modalidade de operações a termo de leilões de títulos do Tesouro Nacional.

A partir de 2005, é importante ressaltar, também, as ações do Tesouro Nacional no mercado externo, em linha com a transferência das atribuições referentes à emissão de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa (DPMFe) do BACEN para o Tesouro Nacional, que se tornou o único responsável, pelas operações com títulos da dívida pública

no mercado doméstico e internacional, alinhando-se às melhores práticas internacionais. As medidas foram adotadas em consonância com as diretrizes específicas definidas para a gestão da Dívida Pública Federal externa (DPFe), quais sejam: i) criação de títulos de referência líquidos (*benchmarks*) nos principais mercados de títulos emergentes; ii) manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional, buscando ampliar, em termos geográficos, a base de investidores; e iii) redução da exposição externa da República, em linha com a programação de emissões para o biênio 2006-2007.

Nesse sentido, o Tesouro Nacional implantou várias medidas visando melhorar o perfil da dívida externa e ampliar a base de investidores, de acordo com a orientação do PAF. Uma das principais medidas foi a troca dos C-Bonds, título emitido no âmbito da renegociação da dívida externa brasileira em 1994, pelo A-Bond, título global sem opção de compra, com estrutura de vencimento semelhante, mas deslocada no tempo em relação à do C-Bond. Além de a troca ter sido efetuada a um custo baixo, já que não exigiu desembolso por parte do Tesouro, teve a vantagem de reduzir os pagamentos do principal a curto prazo, com o conseqüente alongamento do prazo da dívida mobiliária externa, e permitir o exercício da *call* do estoque remanescente dos C-Bonds (US\$ 1,1 bilhão). Outra operação que merece destaque é a primeira emissão pelo Tesouro Nacional de um título soberano, denominado em reais, viabilizada graças aos avanços econômicos obtidos pelo Brasil nos últimos anos, em especial, a estabilidade da moeda e a confiança na trajetória da dívida pública. A emissão, no valor de R\$ 3,4 bilhões, destacou-se pelo tamanho de sua demanda e alcance de mercado, revelando a confiança do investidor estrangeiro na economia e moeda brasileiras, uma vez que o risco cambial inerente a um papel com estas características é integralmente assumido pelos compradores. Em relação à administração da dívida externa em 2005, podem ser citadas como ações implementadas para melhorar seu gerenciamento o pagamento antecipado dos empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a mudança do horário das emissões globais, facilitando a participação dos investidores asiáticos e a listagem dos títulos em euros na EuroMTS, plataforma eletrônica de negociação de títulos soberanos referenciados em euros, com o intuito de ampliar a base de investidores na dívida externa.

É possível destacar, ainda, várias ações adicionais em 2005 do Tesouro que contribuíram significativamente para o desenvolvimento de um novo ambiente institucional: i) integração do Tesouro Nacional ao grupo BEST – Brazil: Excellence in Securities Transactions, que visa divulgar o mercado brasileiro de capitais ao investidor estrangeiro, aprimorando o conhecimento dos participantes, reguladores e provedores de infra-estrutura sobre as necessidades dos investidores estrangeiros; ii) simplificação e agilidade na concessão do registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), resultado de um trabalho conjunto com a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Serviço Federal de Processamento de Dados do Governo Federal (SERPRO), que facilitou o acesso do investidor estrangeiro na dívida interna; iii) negociação dos títulos públicos em tela, por meio do Sisbex, para aumentar a participação no mercado primário e secundário de títulos públicos; iv) incentivo à adoção dos índices de mercado Andima (IMAs), um parâmetro eficiente para avaliar a evolução da rentabilidade dos títulos públicos, imprimindo maior dinamismo ao mercado da DPF; e v) criação do Grupo de Especialistas em Gerenciamento da Dívida Pública da América Latina e Caribe, buscando o aperfeiçoamento institucional dos órgãos responsáveis pela administração da dívida pública na região.

O exercício de 2006 também se caracteriza como um ano de atuação ativa do Tesouro Nacional no sentido de buscar o aperfeiçoamento na administração da dívida pública. Em relação à dívida interna, além da continuidade de algumas medidas iniciadas em anos anteriores e já citadas anteriormente, merece destaque a edição da Medida Provisória nº 281, de 15 de fevereiro de 2006, convertida em 27 de junho de 2006 na Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006, que prevê a isenção do Imposto de Renda para não-residentes sobre ganhos auferidos em investimento de títulos públicos da dívida interna. A medida, que equipara o tratamento tributário brasileiro ao praticado pela maioria dos países emergentes, tem por objetivo aumentar a participação do investidor estrangeiro, que notadamente possui preferência por investimentos em títulos de longo prazo, principalmente prefixados ou indexados a índices de preços, auxiliando, portanto, o alongamento do prazo médio e a redução dos custos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi).

No que se refere à gestão da dívida externa, cabe destacar o Programa de Resgate Antecipado de Títulos da DPMFe, iniciado em janeiro de 2006 e ainda em execução, cujo objetivo é reduzir o risco de refinanciamento da dívida externa e melhorar os índices de solvência externa, por intermédio do resgate de títulos com vencimentos até 2010 e *Brady Bonds*, aproveitando a forte liquidez internacional e o fluxo de capitais para os mercados emergentes. No âmbito desse programa, foi realizada em abril, operação de resgate antecipado dos *Bradies*, no valor contábil de US\$ 6,5 bilhões, que eliminou todos os títulos em mercado associados à renegociação da dívida externa no início da década de 90. Em relação à dívida contratual, o Tesouro Nacional também atuou de forma a melhorar o seu perfil, efetuando o pagamento antecipado das obrigações junto ao Clube de Paris, decorrentes dos acordos de renegociação da dívida externa celebrados entre 1983 e 1992.

Merece destaque, ainda, a emissão bem-sucedida em janeiro de 2006 do título Global 2037, e sua reabertura em março do mesmo ano. A emissão teve uma demanda bastante superior à oferta e grande participação dos investidores asiáticos, enquanto que a reabertura alcançou o menor *spread* em dólares desde 1995, quando foi emitido o primeiro título soberano após o processo de renegociação da dívida externa. Cabe ressaltar ainda a operação de *Tender Offer*, uma oferta pública de compra de títulos da DPMFe, denominados em dólares e em euros, realizada pelo Tesouro Nacional em junho. A previsão era de resgate antecipado de títulos no valor de face de até US\$ 4 bilhões, porém o montante efetivo resgatado na operação foi de US\$ 1,62 bilhão. A diferença entre o volume esperado e o efetivo da operação pode ser explicado, principalmente, pela baixa propensão dos investidores estrangeiros em se desfazer dos ativos brasileiros.

Destaca-se, por fim, a operação de *Exchange Offer*, em julho de 2006, a qual consistiu na troca de títulos da dívida externa denominados em dólar com vencimento em 2020, 2024, 2027 e 2030 por títulos com vencimento em 2037, e cujo objetivo foi o de melhorar o perfil de pagamentos futuros da dívida externa. Inicialmente, previa-se a troca de títulos da ordem de até US\$ 1,5 bilhão, em valor de face, porém o montante efetivamente trocado foi de US\$ 500 milhões, demonstrando novamente a tendência dos investidores estrangeiros em manter suas aplicações em títulos da dívida externa brasileira.

Todas essas medidas no mercado externo que, em seu conjunto, diminuiriam o estoque da dívida externa em US\$ 30,5 bilhões (Tabela 4), e tiveram por objetivo reduzir a vulnerabilidade externa do país, ao diminuir tanto o risco cambial quanto ao

risco de refinanciamento, melhorando o perfil da curva de juros da dívida externa e, conseqüentemente, reduzindo o custo de financiamento da dívida como um todo.

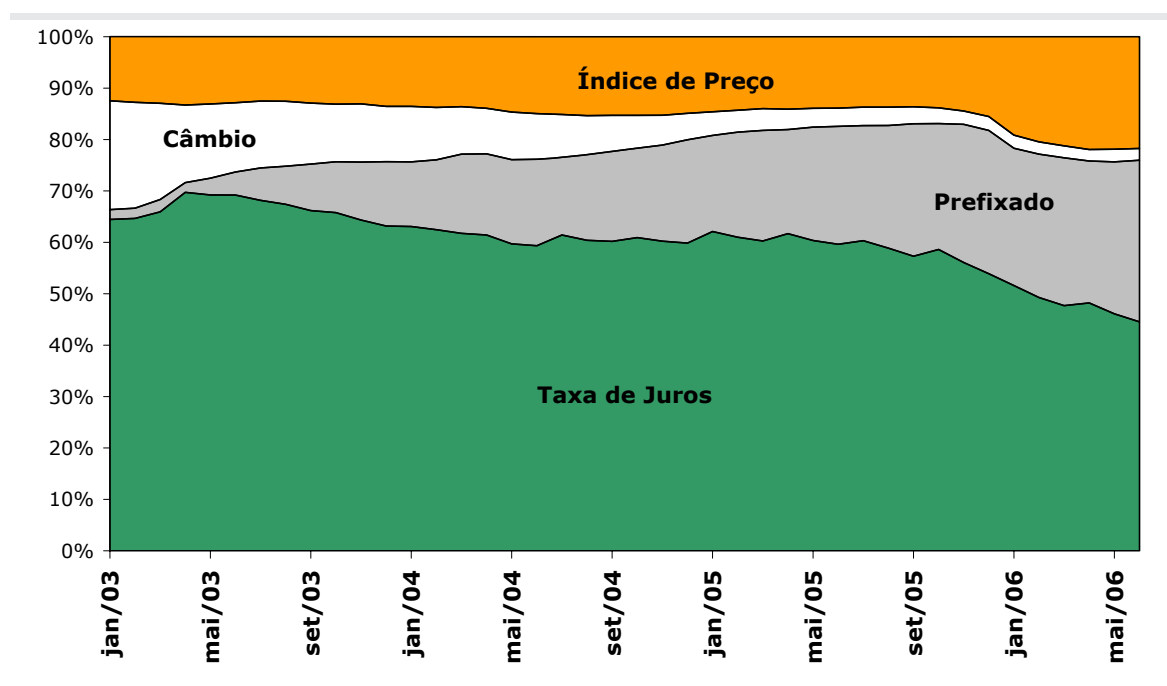
Tabela 4: Resgates Antecipados da Dívida Externa

	Valor de Face (US\$ bi)
Call do C-Bond	1,1
Pagamento FMI	15,5
Pagamento Clube de Paris	1,7
Programa de Resgate Antecipado*	4,4
Call dos Brady Bonds	6,5
Tender Offer	1,3
Total	30,5

Até Junho 2006

Com relação à DPMFi, os resultados das medidas implementadas para melhorar o gerenciamento da dívida foram positivos e podem ser observados entre outros, por meio da mudança obtida em sua composição. A participação de títulos indexados à Selic, que era de 60,8% no início de 2003, foi reduzida para 42,5% em junho de 2006. Por sua vez, a participação dos títulos referenciados em moeda estrangeira também decresceu, passando de 22,4% para apenas 2,3%, no mesmo período, reduzindo a volatilidade da dívida pública em relação às mudanças no câmbio. Os títulos referenciados a índices de preços, que constituíam 12,5% do total da DPMFi no início de 2003, passaram a responder por 21,8% do total da dívida em junho de 2006. Houve ainda um aumento significativo da participação dos títulos prefixados, de 2,2% para 31,5%, no mesmo período. Nota-se, portanto, a evolução positiva da composição da dívida, que se manteve em linha com as diretrizes estabelecidas nos Planos Anuais de Financiamento (Gráfico 6)

Gráfico 6: Variação da Composição da DPMFi

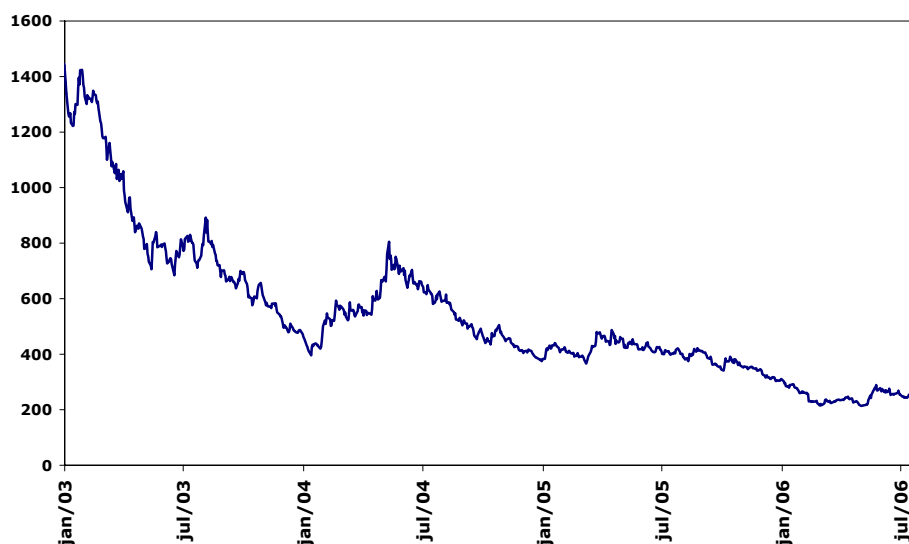


Fonte: Tesouro Nacional e Banco do Brasil

Analisando a DPF como um todo, observa-se a mesma evolução nos resultados. A participação de títulos com rentabilidade prefixada apresentou um crescimento expressivo, passando de 1,5% no início de 2003 para 27,9% em junho de 2006. Observou-se, também, um aumento na participação dos títulos referenciados a índice de preços, que passou a representar 19,1% da DPF em junho de 2006, frente à participação de 8,8% no início de 2003. Os títulos remunerados pela taxa Selic, que correspondiam a 42,4% da DPF no início de 2003, passaram a responder por 37,4% do total em junho de 2006. A maior redução ficou por conta dos títulos referenciados em moeda estrangeira, cuja participação passou de 45,8% para 13,8% no mesmo período.

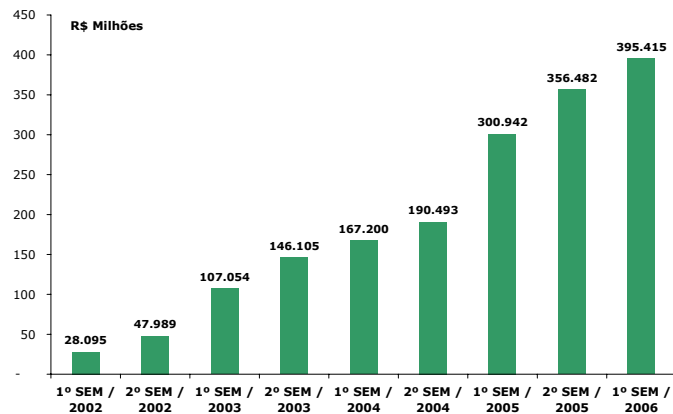
O País encontra-se atualmente em seu melhor nível histórico de classificação de risco dada pelas agências de *rating*, bem próximo de alcançar o grau de investimento, demonstrando o reconhecimento pelos agentes dos avanços obtidos recentemente na dívida pública. Entre as agências contratadas para a classificação, o País encontra-se a um nível do grau de investimento na R&I, a dois níveis tanto na Fitch quanto na S&P, sendo que esta última considera a dívida interna a um grau, e, na Moody's, a três graus. Os bons resultados podem ser vistos, igualmente, pela tendência de queda do risco país no período, com a conseqüente redução da pressão sobre as taxas de juros a médio e longo prazo. Mesmo após a volatilidade ocorrida no mercado no primeiro semestre de 2006, quando a perspectiva de elevação da taxa de juros norte-americana apontava dificuldades para os países emergentes nas suas colocações no mercado internacional, o índice manteve sua trajetória declinante (Gráfico 7).

Gráfico 7: EMBI Brasil



Cabe ainda destacar os avanços obtidos nesses anos no Programa Tesouro Direto, criado em janeiro de 2002, que possibilita a aquisição de títulos públicos pelas pessoas físicas por meio da Internet. O Programa tem por objetivo democratizar o acesso para investimentos em títulos federais, incentivar a formação de poupança de longo prazo para pequenos investidores e fornecer informações sobre a administração e a estrutura da dívida pública federal brasileira. O Tesouro Direto completou 54 meses de existência em junho de 2006, alcançando o volume de vendas de R\$ 1,74 bilhão, acumulado, e registrando 61.954 investidores cadastrados (Gráficos 8 e 9).

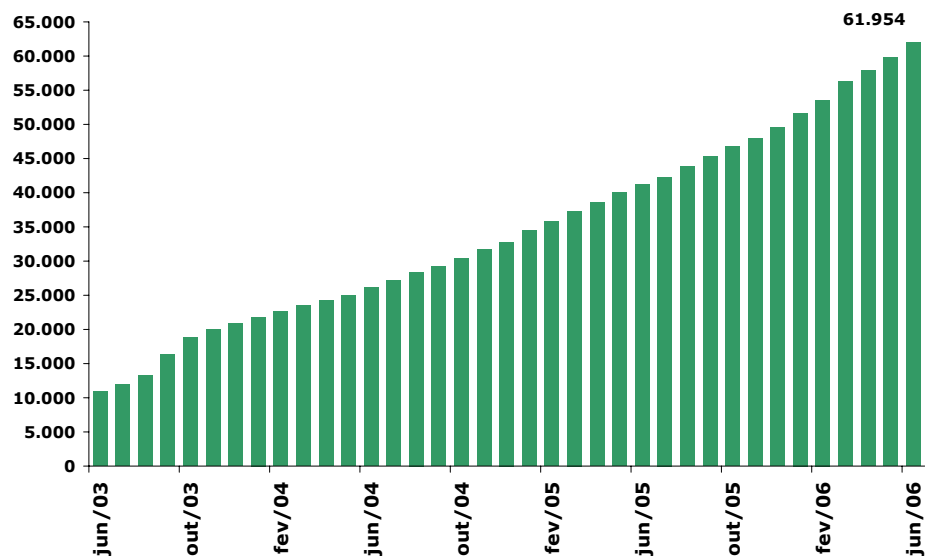
Gráfico 8: Vendas Semestrais do Tesouro Direto



Fonte: SRF/MF
Elaboração: SPE/MF

Gráfico 9: Investidores Cadastrados no Tesouro Direto

Estratégia de administração da dívida pública para o 2º-semester de 2006 e perspectivas para 2007



Fonte: SRF/MF
Elaboração: MF/SPE.

No segundo semestre de 2006, o Tesouro Nacional dará continuidade à estratégia adotada no primeiro semestre para a administração da dívida, sempre buscando a consecução das diretrizes definidas no Plano Anual de Financiamento. Em linhas gerais, espera-se como resultado o aumento do prazo médio do estoque da DPF, bem como a redução do percentual vincendo em doze meses, além de uma mudança na composição da dívida. Os intervalos de variação esperados para esses resultados, tanto para a DPMFi quanto para a DPF, estão apresentados nas tabelas 2 e 3 a seguir:

Tabela 2 - Resultados alcançados e Projeções para 2006 – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - DPMFi

Indicadores	2002	2003	2004	2005	Jul/06	2006	
						Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em Mercado (R\$ Bilhões)	623,2	731,4	810,3	979,7	1.013,9	1.130,0	1.200,0
Prazo Médio da DPMFi (meses)	33,2	31,3	28,1	27,4	30,0	30,0	35,0
Vida Média (meses) ¹	-	-	-	40,3	44,8	44,0	52,0
% Vencendo em 12 meses	41,1	35,3	46,1	41,6	41,2	31,0	36,0
Participação no Estoque da DPMFi (%)							
Prefixado	2,2	12,5	20,1	27,9	30,4	28,0	37,0
Índice de Preços	12,5	13,6	14,9	15,5	21,9	18,0	24,0
Selic	60,8	61,4	57,1	51,8	43,2	39,0	48,0
Câmbio	22,4	10,8	5,2	2,7	2,3	1,0	3,0
TR e Outros	2,1	1,8	2,7	2,1	2,2	2,0	4,0

**Tabela 3: Resultados alcançados e Projeções para 2006
Dívida Pública Federal - DPf**

Indicadores	2002	2003	2004	2005	Jul/06	2006	
						Mínimo	Máximo
Estoque da DPMFi em Mercado (R\$ Bilhões)	623,2	731,4	810,3	979,7	1.013,9	1.130,0	1.200,0
Prazo Médio da DPMFi (meses)	33,2	31,3	28,1	27,4	30,0	30,0	35,0
Vida Média (meses) ¹	-	-	-	40,3	44,8	44,0	52,0
% Vencendo em 12 meses	41,1	35,3	46,1	41,6	41,2	31,0	36,0
Participação no Estoque da DPMFi (%)							
Prefixado	2,2	12,5	20,1	27,9	30,4	28,0	37,0
Índice de Preços	12,5	13,6	14,9	15,5	21,9	18,0	24,0
Selic	60,8	61,4	57,1	51,8	43,2	39,0	48,0
Câmbio	22,4	10,8	5,2	2,7	2,3	1,0	3,0
TR e Outros	2,1	1,8	2,7	2,1	2,2	2,0	4,0

Em 2007, continuar-se-á com a estratégia de emissão dos principais instrumentos de financiamento da dívida interna: i) Letras do Tesouro Nacional (LTN) – títulos *bullet* com rentabilidade prefixada; ii) Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – títulos remunerados pela taxa Selic; iii) Notas do Tesouro Nacional – série B (NTN-B) – títulos indexados ao IPCA; e iv) Notas do Tesouro Nacional – série F (NTN-F) – títulos com rentabilidade prefixada e pagamento de cupom semestral.

Para complementar a estratégia de emissão interna, sempre com vistas às diretrizes do PAF, em 2007, o Tesouro Nacional pretende manter os leilões de recompra de títulos de curto prazo, para reduzir o risco de financiamento e estimular a liquidez no mercado. Pretende-se também dar continuidade aos resgates antecipados de títulos e de cupons das NTN-B, ampliando a liquidez destes títulos, e aos leilões de troca de títulos com vencimento a curto prazo por outros mais longos, visando, entre outros estímulos, o alongamento do perfil da dívida pública.

Para o refinanciamento dos títulos do Tesouro Nacional que vencem na carteira do BACEN, a estratégia considerou a emissão de títulos públicos com características equivalentes aos ofertados em leilão para o mercado. O planejamento prevê apenas o refinanciamento do principal vencendo na carteira do BACEN.

As emissões especiais estão sendo programadas e poderão ocorrer para atender diversos objetivos, entre os quais pode-se citar: i) o programa de reconhecimento de dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS); ii) o programa de incentivo à redução da presença do setor público na atividade bancária (PROES); e iii) a securitização de dívidas diversas, ainda em fase de reconhecimento.

Em relação à administração da dívida externa, o Tesouro Nacional irá dar continuidade, no próximo ano, ao Programa de recompra de títulos públicos externos no mercado internacional, iniciado em janeiro de 2006. O objetivo é reduzir o risco de refinanciamento e conseqüentemente suavizar o perfil de vencimentos, principalmente, no curto prazo, além de retirar aqueles títulos que distorcem a curva soberana brasileira.

Adicionalmente a essa operação de recompra, o Governo brasileiro dará continuidade à estratégia de captações externas para melhorar o perfil dos títulos soberanos externos, tendo como diretriz a construção de uma curva de referência para os títulos brasileiros, nos mercados de euro, dólar e também no incipiente mercado de reais. Essa medida também tem como objetivo o alongamento de prazos e a redução de custos da DPFe.

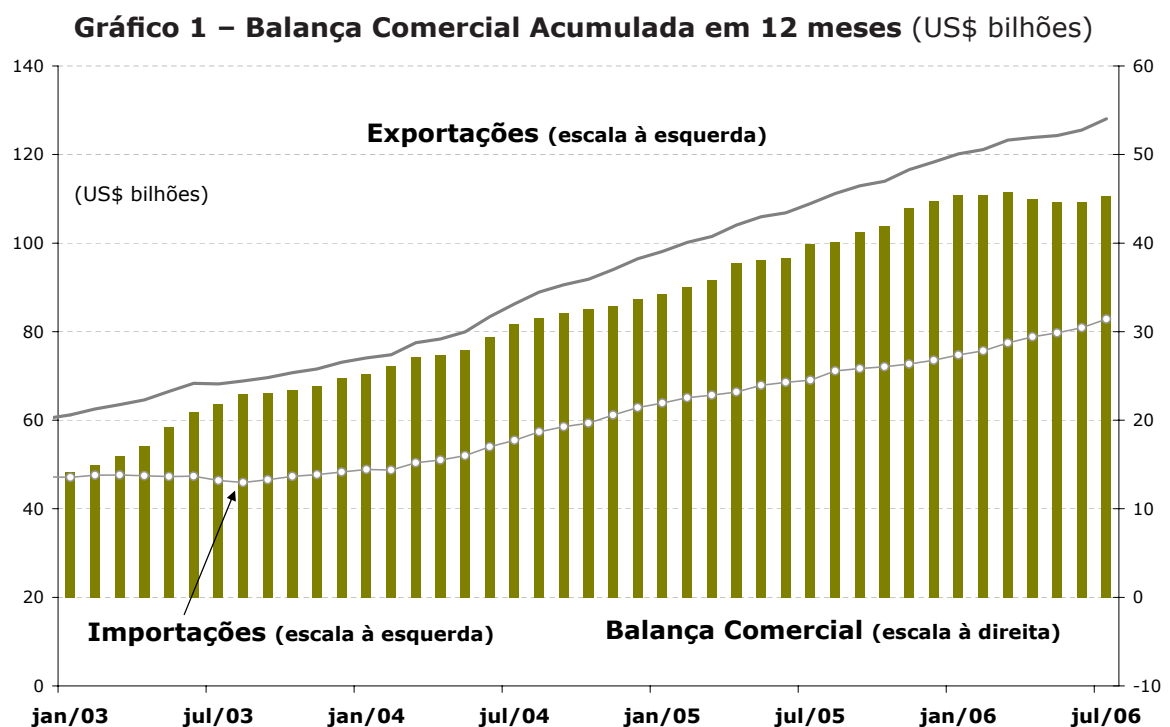
II - POLÍTICAS SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO



**Comércio Exterior
Política Industrial
Ciência e Tecnologia
Trabalho e Emprego
Agronegócio
Agricultura Familiar
Reforma Agrária
Desenvolvimento Regional
Meio Ambiente
Turismo
Aqüicultura e Pesca**

COMÉRCIO EXTERIOR

Entre janeiro de 2003 e junho de 2006, o saldo da balança comercial acumulada em doze meses passou de um superávit de US\$ 14,1 bilhões para US\$ 44,6 bilhões, contribuindo para a redução da vulnerabilidade externa. Esse resultado decorre da duplicação do valor das exportações, que atingiu US\$ 125,5 bilhões no período compreendido entre julho de 2005 e junho de 2006. Enquanto isso, as importações cresceram 48,8%, alcançando o valor de US\$ 80,9 bilhões (Gráfico 1). Com esses resultados, a corrente de comércio cresceu 90,6% desde janeiro de 2003, chegando a US\$ 206,4 bilhões em junho de 2006, em valores acumulados de doze meses.



A expansão das exportações brasileiras esteve acima do crescimento das exportações mundiais, no período de 2003 a 2005, o que fez o País conquistar maior espaço no mercado mundial. As exportações do Brasil, como proporção das exportações mundiais, cresceram de 0,99%, em 2003, para 1,07%, em 2005.

Entre janeiro de 2003 e junho de 2006, a participação dos dois principais destinos (União Européia e EUA) das nossas exportações caiu de 50,3% para 40,2% do total de bens enviados para o exterior. Por outro lado, houve aumento da participação dos nossos embarques de bens para “outros” destinos, que passaram de 31,6% para 35,8%, com destaque para Rússia, Canadá, Coreia do Sul e Bahamas, entre outros. Cabe ressaltar, ainda, o aumento relativo das nossas exportações para países da América Latina, tais como Argentina, Chile, Venezuela e Colômbia, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Exportações por Principais Mercados

Discriminação	2003 ²		2006 ³	
	US\$ bilhões	% do total	US\$ bilhões	% do total
Exportações totais	61,2	100,0	125,5	100,0
União Européia	15,4	25,1	27,2	21,7
EUA	15,4	25,2	23,2	18,5
Argentina	2,4	4,0	10,7	8,5
China	2,6	4,3	7,8	6,2
México	2,4	3,9	4,3	3,4
Chile	1,5	2,5	3,8	3,1
Japão	2,1	3,5	3,6	2,9
Outros	19,3	31,6	44,9	35,8
Rússia	1,4	2,2	2,9	2,3
Venezuela	0,8	1,3	2,7	2,2
Canadá	0,8	1,3	2,2	1,8
Coréia do Sul	0,9	1,4	2,0	1,6
Bahamas	0,1	0,2	2,0	1,6
Colômbia	0,6	1,1	1,6	1,3
África do Sul	0,5	0,8	1,4	1,1
Arábia Saudita	0,6	0,9	1,4	1,1
Egito	0,4	0,6	1,1	0,9
Angola	0,2	0,3	0,7	0,6

Fonte: Secex.

Ao analisar o crescimento das exportações brasileiras por agregados de produtos, de janeiro de 2003 a junho de 2006, observa-se que as exportações de produtos básicos passaram de US\$ 17,3 bilhões para US\$ 36,9 bilhões, acumuladas em doze meses, o que corresponde a um acréscimo de 113,3%. Com relação aos produtos semimanufaturados, as exportações passaram de US\$ 9,3 bilhões para US\$ 16,5 bilhões, o que representa um aumento de 77,4%. No que se refere às exportações de manufaturados, verifica-se um crescimento de US\$ 33,5 bilhões para US\$ 69,2 bilhões, ou seja, 106,6%.

1. Inclui Porto Rico.

2. Acumulado em 12 meses até janeiro.

3. Acumulado em 12 meses até junho.

Em 2007, projeta-se que um crescimento mais forte da economia brasileira tende a incrementar as importações de bens de capital e intermediários.

Para a consolidação e ampliação dos resultados positivos das exportações brasileiras, foram implementadas importantes iniciativas voltadas para a promoção do comércio exterior, com destaque para as medidas destinadas a ampliar o crédito à exportação; desburocratizar os procedimentos para o comércio exterior; fortalecer os mecanismos de inteligência comercial para identificação de oportunidades; e prover adequada defesa dos interesses brasileiros nos fóruns e organismos internacionais de comércio.

O apoio creditício foi fortalecido por intermédio do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), nas modalidades de financiamento e equalização, destacando-se a unificação dos Comitês de Crédito e Seguro de Crédito à Exportação. No caso do seguro de crédito às exportações para os países da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), foi implantada uma sistemática que permitiu reduzir substancialmente os prêmios de seguro, com a utilização do Convênio de Crédito Recíproco (CCR).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também vem ampliando sistematicamente sua atuação no suporte às exportações, com ênfase em produtos de maior valor agregado e tecnologicamente mais sofisticados. Os desembolsos do Banco para apoio à exportação passaram de US\$ 4,0 bilhões, em 2003, para US\$ 5,9 bilhões, em 2005.

No que se refere à promoção comercial, destaca-se a criação da Unidade de Inteligência Comercial (IC) da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que tem como objetivo dotar a Agência e seus parceiros de ferramentas capazes de gerar informações estratégicas para suas atividades: missões comerciais, feiras, projetos e eventos promocionais.

Além disso, o Sistema Brasileiro de Defesa Comercial foi fortalecido, o que contribui para reduzir progressivamente o prazo de encerramento de investigações e incrementar o apoio aos exportadores brasileiros para atuar nos procedimentos de defesa comercial.

POLÍTICA INDUSTRIAL

Um traço marcante da estratégia de desenvolvimento do País foi o lançamento, em 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Essa política foi concebida para ampliar a eficiência e a competitividade das empresas brasileiras, com foco especial no estímulo à inovação tecnológica.

Além de ações de caráter horizontal, direcionadas para o aumento da competitividade de todo o setor produtivo, a PITCE tem prioridades e estratégias de atuação bem definidas para os setores de semicondutores, *softwares*, bens de capital, fármacos e medicamentos, além de atividades portadoras de futuro – biotecnologia, nanotecnologia e biomassa/energias renováveis.

Na área de informática, que também envolve o segmento de semicondutores, destaca-se a prorrogação dos incentivos fiscais para projetos no setor, por intermédio da Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004, com preservação das exigências de contrapartida de investimentos privados em atividades de pesquisa e desenvolvimento.

Em relação à opção estratégica por softwares, seu fomento se dá principalmente por meio do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (PROSOFT) do BNDES, o qual financia investimentos e planos de negócios de empresas sediadas no Brasil, bem como a comercialização no mercado interno e as exportações desses bens e serviços.

No que se refere ao setor de bens de capital e ao estímulo aos investimentos produtivos, cumpre registrar o resultado obtido pela política de desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), para máquinas e equipamentos, com a redução a zero das alíquotas do IPI para bens de capital a partir do Decreto nº 5.468, de 15 de junho de 2005. Foi também ampliado o regime de ex-tarifários para importação de bens de capital sem similar nacional, o que permitiu a redução substancial de alíquotas do imposto de importação e, portanto, dos custos dos investimentos.

Por fim, no que tange às opções estratégicas da PITCE, destaca-se o apoio do BNDES ao setor de fármacos e medicamentos por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Farmacêutica (PROFARMA), o qual financia investimentos em território nacional, de empresas sediadas no Brasil, voltados para a reestruturação da indústria farmacêutica.

No tocante à política horizontal tributária, destacam-se a transformação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) em tributo não cumulativo, permitindo o ajuste competitivo da indústria; e a sanção da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, por intermédio da qual foi implementado um conjunto de incentivos fiscais de estímulo ao setor produtivo. Entre esses, destacam-se: isenção

do Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e COFINS para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras e para os fabricantes de computadores com valores de até R\$ 2,5 mil; duplicação dos valores mínimos de receitas anuais auferidas pelas microempresas e empresas de pequeno porte para ingresso no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), que passaram para R\$ 240,0 mil (microempresas) e R\$ 2.400,0 mil (pequenas); regime especial de tributação com abatimento em dobro das despesas com pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias; e redução da cobrança do Imposto de Renda (IR) sobre a valorização de imóvel residencial que for vendido para a compra de outro no período de seis meses.

Merece destaque, também, o fato de que o BNDES teve seu papel fortalecido na implementação da política industrial, tecnológica e de comércio exterior. Além de um maior direcionamento do apoio do Banco para as prioridades dessa política, os desembolsos totais do Sistema BNDES têm evoluído substancialmente, passando de R\$ 33,5 bilhões, em 2003, para quase R\$ 47,0 bilhões, em 2005, devendo alcançar R\$ 52,0 bilhões, em 2006, e R\$ 65,0 bilhões em 2007.

No âmbito institucional, para articular a implementação da PITCE, foram criados, por meio da Lei nº 11.080, de 30 de dezembro de 2004, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Além disso, foram modernizadas algumas estruturas institucionais já existentes, vinculadas à sua implementação, a exemplo da criação, em 2003, da APEX, em Serviço Social Autônomo denominado APEX-Brasil, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Adicionalmente, em relação ao Sistema Nacional de Inovação, o Governo iniciou um processo de reestruturação institucional, buscando conferir maior agilidade aos processos de concessão de marcas e patentes; disseminação da cultura da propriedade intelectual; promoção do uso da informação tecnológica das patentes; e aperfeiçoamento da comunicação com a sociedade.

No que se refere à cooperação institucional, procura-se consolidar os laços com as principais instituições do Sistema Nacional de Inovação – associações empresariais, federações, universidades e agências de desenvolvimento, destacando-se o trabalho de parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outras entidades, na busca da promoção da efetiva participação das empresas brasileiras no desenho e na execução das ações de propriedade intelectual.

Para o desenvolvimento de competências nas áreas de propriedade intelectual, especialmente no tocante à cooperação tecnológica e comercialização de tecnologia, foram realizados trabalhos em parceria com as principais universidades federais, estaduais e privadas, em conjunto com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's).

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Também foram empreendidas ações para fortalecimento das microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista o grande potencial de contribuição para o aumento dos investimentos e a geração de emprego e renda, a redução dos desequilíbrios regionais e sociais, a inovação tecnológica e a ampliação do empreendedorismo e da capacidade exportadora do País.

Nesse sentido, merecem destaque as ações voltadas ao fortalecimento do apoio creditício, com o maior direcionamento dos bancos oficiais para esse segmento a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e a implantação do Cartão BNDES (crédito automático). Adicionalmente, foram implementadas medidas para facilitar o acesso de empresas de menor porte às compras de governo (como a disseminação do pregão eletrônico) e aperfeiçoamentos na área tributária.

No caso do Programa de Microcrédito Produtivo, foram aplicados, até o início de 2006, mais de R\$ 3,0 bilhões em empréstimos nas modalidades de crédito livre e crédito orientado, com destaque para o Programa CrediAmigo, gerido pelo Banco do Nordeste. Além disso, ao encontro do mencionado anteriormente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nos desembolsos totais do BNDES alcançou valores históricos, chegando a 24% em 2004.

Vale destacar, também, os projetos em fase de exame pelo Congresso Nacional que terão impacto importante no segmento. É o caso dos projetos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e da Pré-Empresa que visam à adoção de medidas estruturais, nas áreas fiscal, previdenciária, trabalhista, de compras governamentais, e permitirão reduzir substancialmente os obstáculos ao desenvolvimento desse segmento empresarial no País e fomentar a formalização de empreendimentos já existentes.

Cabe mencionar, ainda, o projeto de lei que trata de medidas para simplificação do processo de registro e legalização de empresas, enviado ao Congresso Nacional em 2006, que, apesar de ser direcionado para beneficiar todo o segmento empresarial e facilitar a concretização de novos investimentos na economia brasileira, deverá beneficiar especialmente as empresas de menor porte, que são as que enfrentam maiores dificuldades para atender aos procedimentos atuais para registro e legalização.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

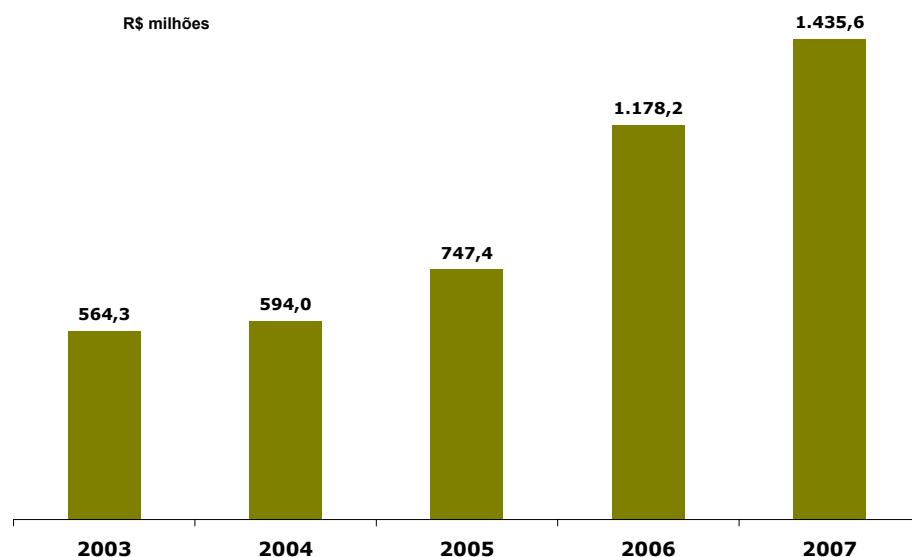
A estratégia de atuação do Governo, no setor de Ciência e Tecnologia, compreende essencialmente a expansão da base científica e tecnológica nacional, a criação de ambiente favorável à inovação tecnológica e a integração de todas as regiões do País ao esforço nacional de capacitação para ciência, tecnologia e inovação, buscando o maior envolvimento da sociedade na implementação da política na área e, em particular, associação dessas iniciativas aos objetivos da política industrial.

Entre os progressos relevantes obtidos no marco regulatório do setor, destacam-se a edição da Lei de Inovação, em 2004, que contribuiu para facilitar a transferência ao setor produtivo de conhecimento produzido nas universidades e nos centros de pesquisa. Por sua vez, a Lei nº 11.196, de 2005, amplia substancialmente os incentivos à inovação tecnológica, permitindo, ao longo dos próximos anos, o aumento da participação dos investimentos privados em Ciência e Tecnologia.

Em relação ao Programa de incentivo à inclusão digital, ressalte-se, ainda, a prorrogação, em 2004, dos incentivos de informática até 2019, com preservação dos mecanismos de contrapartida das empresas em gastos de Pesquisa e Desenvolvimento e incentivos proporcionalmente maiores para equipamentos de menor preço.

Foram reestruturados também os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia, de forma a garantir a ampliação e a estabilidade do financiamento para a área, envolvendo um novo modelo de gestão com foco em resultados, fundamentado na participação de vários segmentos sociais, no estabelecimento de estratégias de longo prazo e na definição de prioridades. A evolução crescente das aplicações desses fundos é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia



Fonte: Sidor

Em continuidade às iniciativas do Governo Federal para o Setor, vale salientar a correção, em 2004, dos valores das bolsas de estudos, sem reajuste há oito anos. Desde 2003, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, juntamente com outras instituições federais e estaduais, vem aumentando o número de bolsas nas áreas de mestrado e doutorado, o que incentiva a qualificação dos estudantes brasileiros e estimula a pesquisa e produção científica.

Somente em 2005, o Brasil formou mais de 9 mil doutores e aumentou em 2 mil o número de bolsas de estudo concedidas. No período 2003 a 2006, foram concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cerca de 192 mil bolsas, com um crescimento de mais de 2,5 mil bolsas nesse período. A expectativa é a de concessão, em 2007, de cerca de 54,4 mil bolsas de estudo no País e no exterior com recursos da ordem de R\$ 624,0 milhões.

É importante ressaltar que a atividade de concessão de bolsas de estudo, no âmbito federal, conta, também, com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, cuja atuação na formação de mestres e doutores contempla cerca de 250 instituições de todas as regiões do País e de 26 mil bolsistas de mestrado e doutorado em regime de dedicação integral aos estudos. Os bolsistas fazem estágio docente, na graduação e na rede pública de ensino médio, como forma de contra-prestação de serviço e base para o estabelecimento de cooperação entre as instituições de ensino superior e os demais níveis de ensino. É importante destacar, também, que o valor das bolsas, que estava congelado há nove anos, foi reajustado em 18%, em 2005, e em mais 10% em 2006. Para 2007, serão alocados R\$ 644,3 milhões no orçamento da CAPES com a meta de atender a 29,5 mil bolsistas.

Merece destaque, ainda, a estruturação da Rede E-Conhecimento, por intermédio da Rede Nacional de Pesquisa, voltada para a interconexão de informações de mais de 300 instituições de pesquisa distribuídas pelo País, o que proporcionará benefícios para cerca de um milhão de usuários.

Na área espacial, entre 2003 e 2005, o Governo ampliou substancialmente os investimentos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), coordenado pela Agência Espacial Brasileira. Desde 2003, o montante aplicado na área foi de R\$ 658,8 milhões, e, para 2007, prevê-se um gasto em torno de R\$ 220,5 milhões. As prioridades são o desenvolvimento do Veículo Lançador de Satélites (VLS) e a montagem e o lançamento dos satélites no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Satélite Sino-Brasileiro de Observação de Recursos Terrestres (CBERS). Cabe destacar o vôo, em parceria com a Agência Espacial da Rússia, do primeiro astronauta brasileiro, que propiciou a realização de experimentos científicos em microgravidade na Estação Espacial Internacional, e grande visibilidade internacional ao Programa Espacial Brasileiro.

Da mesma forma, estão sendo estimuladas as aplicações no Programa Nacional de Atividades Nucleares, coordenado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear. Ressalte-se que houve um avanço nessa área, cujo orçamento passou de R\$ 277,6

milhões, em 2003, para R\$ 460,6 milhões, em 2006, e R\$ 518,1 milhões, em 2007. Suas atividades mais importantes são a Produção de Substâncias Radioativas para a Área Médica, a Fabricação de Equipamentos para as Indústrias Nuclear e Pesada de Alta Tecnologia e a Fabricação de Combustível Nuclear.

Buscando atingir a auto-suficiência na produção do elemento combustível, está sendo construída em Resende, no Rio de Janeiro, a fábrica de enriquecimento de urânio, no âmbito das Indústrias Nucleares do Brasil. A tecnologia empregada no processo é uma das mais modernas do mundo e garante ao Brasil grande vantagem competitiva nessa área, haja vista que processos utilizados por países como Estados Unidos e França, que atendem a 55% do mercado mundial de urânio enriquecido (estimado em US\$ 20 bilhões), utilizam a tecnologia de difusão gasosa que consome vinte e cinco vezes mais energia do que a criada no Brasil.

Na busca por novos combustíveis alternativos, o Brasil vem desenvolvendo pesquisas sobre o biodiesel há quase meio século por ser um combustível renovável, capaz de substituir os derivados de petróleo, trazer vantagens ambientais e econômicas. O País apresenta um potencial singular para a produção de biodiesel, haja vista a grande diversidade de matéria-prima existente, como a soja, a mamona, o dendê, entre outras oleaginosas, aliado à grande extensão territorial. Nesse sentido, aspectos técnicos devem ser levados em consideração por meio da realização de pesquisas e testes para a validação do uso de quaisquer de suas misturas, que, aliados à garantia da sua qualidade, serão a chave para o sucesso de qualquer programa com o uso do biodiesel.

O Ministério da Ciência e Tecnologia vem consolidando um sistema gerencial de articulação dos diversos atores envolvidos na pesquisa, no desenvolvimento e na produção de biodiesel, permitindo assim a convergência de esforços e otimização de investimentos públicos. Um dos principais objetivos é identificar e eliminar gargalos tecnológicos por meio de constante pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizados no âmbito de parcerias entre instituições de Pesquisa e Desenvolvimento e o setor produtivo.

Para suprir as carências do País no setor de microeletrônica, está prevista, para 2007, a conclusão do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Como um dos destaques da nova Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, será a única instituição da América Latina capacitada a produzir circuitos integrados para aplicação em segmentos de telecomunicações, informática, serviços e entretenimento.

TRABALHO E EMPREGO

Além de implementar medidas destinadas à elevação da renda do trabalho, em especial a da política de ganhos reais do salário mínimo, o Governo tem adotado políticas públicas voltadas para a criação de emprego, recolocação, qualificação ou requalificação profissional para o mercado de trabalho.

O Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) é um conjunto de linhas de crédito destinadas a financiar a abertura ou o crescimento de seu próprio negócio, tanto na área urbana quanto na área rural. O PROGER Urbano, o PROGER Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) têm por objetivo gerar e manter emprego e renda para a população.

A reestruturação do PROGER, a partir de 2003, permitiu a ampliação do volume de recursos e do alcance das linhas de crédito operadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Essas linhas são voltadas prioritariamente para o financiamento do investimento e do capital de giro de micro e pequenos empreendimentos. Entre janeiro de 2003 e março de 2006, foram efetuadas 7 milhões de operações de crédito por meio de linhas disponibilizadas pelo PROGER¹, com desembolsos da ordem de R\$ 45,9 bilhões.

Em 2005, foi instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), voltado fundamentalmente para microempreendimentos do setor informal, que apresentam maiores dificuldades de acesso a crédito. No período de janeiro de 2003 a junho de 2006, foram realizadas 2,4 milhões de operações de microcrédito produtivo orientado por bancos públicos, muitas por intermédio de Instituições de Microcrédito, totalizando um desembolso da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

O Programa Nacional de Qualificação (PNQ) foi criado em julho de 2003, em substituição ao Programa de Formação Profissional (PLANFOR), com o objetivo de promover a qualificação social e profissional com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade. Desse modo, articulado às políticas de educação, desenvolvimento e inclusão social, o Programa busca fortalecer a probabilidade de acesso do trabalhador ao mercado e sua permanência nele.

O PNQ, juntamente com as demais políticas sociais, atendeu cerca de 618 mil trabalhadores, de 2003 a 2006, com recursos da ordem de R\$ 308,8 milhões.

¹ - PROGER Urbano, FAT Empreendedor Popular, PROGER Turismo, FAT Eletrodomésticos, FAT Eletrodomésticos, PROGER Exportação, PROGER Rural, PRONAF, PROEMPREGO, PROTRABALHO, PCPP, FAT Habitação, FAT Material de Construção, FAT Revitalização, FAT Fomentar, FAT Integrar, FAT Giro Rural, FAT Inclusão Digital, Infra-estrutura Econômica, Infra-Estrutura de Insumos Básicos, FAT Vila Panamericana, FAT Exportar e FINEP.

Além disso, o programa também estimulou o acesso de jovens, mulheres, afro-descendentes, indígenas e pessoas com déficit educacional ao mercado de trabalho nacional. Em 2007, o Programa pretende qualificar mais de 121 mil trabalhadores, prevendo-se para isso o valor de R\$ 85,0 milhões.

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) tem como uma de suas principais atribuições a intermediação de mão-de-obra, que recebe as inscrições dos trabalhadores nos postos de atendimento, realiza a captação de vagas das empresas empregadoras e posteriormente encaminha os inscritos que possuam os requisitos exigidos pelos empregadores, o que possibilitou inserir cerca de 3 milhões de trabalhadores no mercado, no período de janeiro de 2003 a março de 2006.

Nos últimos anos, foi ampliado o número de postos de atendimento de orientação profissional e intermediação dos trabalhadores em busca de (re)inserção no mercado de trabalho. O SINE complementa também a ação das linhas de crédito do PROGER, disponibilizando aos empreendedores informações para a elaboração de seu plano de negócios, além de recursos humanos para o recrutamento e capacitação da mão-de-obra requerida em seu negócio. O SINE pretende recolocar no mercado de trabalho, em 2007, cerca de 950 mil trabalhadores, contribuindo dessa forma para a redução do desemprego.

No período de 2003 a julho de 2006, foram pagos 29,2 milhões de abonos salariais, no valor de um salário mínimo cada, aos trabalhadores que contribuem para o PIS/PASEP e recebem, em média, até dois salários mínimos. Os recursos pagos somam R\$ 1,9 bilhão, em 2003, R\$ 2,3 bilhões, em 2004, e R\$ 2,9 bilhões em 2005. Para 2007 estima-se atender 10,6 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 3,8 bilhões.

O compromisso com a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil foi mantido com reforço dos instrumentos operacionais à disposição da fiscalização. A política de combate ao trabalho escravo no País foi impulsionada com a instituição do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo e com a criação em 2003 da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Equipes especiais de fiscalização, coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), contribuem com ações para a libertação de trabalhadores. Desde 2003, foram libertados 13,9 mil trabalhadores.

O trabalho de crianças, bem como de adolescentes com menos de 18 anos (salvo na condição de aprendiz), é combatido pelas Delegacias Regionais do Trabalho, que têm participação da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente. Desde 2003 até junho de 2006, mais de 28 mil crianças e adolescentes foram retiradas do trabalho irregular.

AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro é responsável por 27% do PIB e gera mais de um terço dos empregos existentes no Brasil, dos quais 17,7 milhões no campo. Em termos de comércio internacional, atingiu uma posição de destaque graças à sua eficiência e competitividade. Na média dos últimos três anos, as exportações do agronegócio corresponderam a 39% do total das exportações brasileiras.

Entre 2003 e 2005, o valor anual das exportações do agronegócio saltou de US\$ 30,6 bilhões para US\$ 43,6 bilhões, o que corresponde a uma taxa de crescimento de mais de 42% (Tabela 2).

Tabela 2 – Balança comercial brasileira e do agronegócio

US\$ Milhões

Ano	Saldo		Exportação			Importação		
	Total	Agronegócio	Total	Agronegócio	Part. (%)	Total	Agronegócio	Part. (%)
2000	-753	14.811	55.086	20.610	37,4	55.839	5.799	10,4
2001	2.637	19.016	58.223	23.863	41,0	55.586	4.847	8,7
2002	13.140	20.347	60.362	24.839	41,2	47.222	4.492	9,5
2003	24.824	25.848	73.084	30.639	41,9	48.260	4.791	9,9
2004	33.693	34.135	96.475	39.016	40,4	62.782	4.881	7,8
2005	44.757	38.417	118.308	43.601	36,9	73.551	5.184	7,1
jan-jun 2005	19.654	17.720	53.677	20.201	37,6	34.023	2.481	7,3
jan-jun 2006	19.532	18.375	60.900	21.358	35,1	41.368	2.983	7,2

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Adicionalmente, a Tabela 3 mostra a evolução das exportações brasileiras dos principais produtos do agronegócio, evidenciando-se um crescimento de 45% no período de 2003 a 2005, com destaque para as exportações de carnes e açúcar, que praticamente dobraram, e do álcool, cujas exportações apresentaram incremento de 384%:

Tabela 3 – Exportações dos principais produtos do agronegócio

US\$ Milhões

Produto	2003	2004	2005	jan-mai 2006
Total	25.743	32.772	37.413	14.630
Complexo soja	8.125	10.048	9.477	3.474
Carnes	4.085	6.144	7.977	2.969
Açúcar	2.140	2.640	3.919	1.532
Celulose e Papel	2.831	2.909	3.405	1.578
Madeira e suas obras	2.081	3.044	3.031	1.206
Café	1.516	2.025	2.879	1.183
Fumo e tabaco	1.090	1.426	1.707	469
Produtos de couro	1.403	1.604	1.668	660
Couros	1.062	1.293	1.401	703
Sucos de fruta	1.250	1.141	1.185	581
Álcool	158	498	766	275

Fonte: Sistema Análise das Informações de Comércio Exterior - ALICE

Apesar do quadro geral positivo, deve-se registrar que a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas sofreu com os efeitos climáticos adversos, principalmente, nos anos de 2004 e 2005. A área plantada evoluiu de 43,3 milhões de hectares, em 2003, para 47,6 milhões, em 2005, enquanto que a produção no mesmo período diminuiu de 124,3 milhões de toneladas para 112,7 milhões de toneladas. Os fatores prejudiciais, para muitos produtos, foram a falta de chuva nas épocas devidas e o excesso de chuva na fase da colheita. No caso da soja, além da questão climática, o avanço da ferrugem asiática nas plantações contribuiu para o menor desempenho.

De outro lado, houve o incremento na produção de cana-de-açúcar, sustentado por preços favoráveis de seus derivados em função da demanda crescente, tanto no mercado interno quanto no externo, por energia renovável não poluidora. Esse contexto está contribuindo para investimentos acelerados no setor sucroalcooleiro, com implantação de dezenas de novas unidades produtivas e também com expansão da capacidade das empresas já instaladas.

Como forma de planejar as atividades concernentes à agropecuária, haverá a realização do Censo Agropecuário, com valor previsto de R\$ 191,5 milhões para 2007, que atualizará as informações sobre esse setor, sobre a realidade econômica, social, demográfica e ambiental.

O Censo Agropecuário será o principal e mais completo levantamento sobre a estrutura produtiva do setor primário brasileiro. Seus resultados subsidiarão os estudos, análises e projeções sobre o setor agropecuário e gerarão informações para auxiliar os diversos níveis de governo (federal, estadual e municipal) na elaboração e acompanhamento de políticas públicas, aperfeiçoando cada vez mais o processo de alocação de recursos públicos.

O APOIO GOVERNAMENTAL

Em apoio ao setor agropecuário, o Governo vem ampliando o crédito para operações de custeio, comercialização e investimento. Ao longo dos últimos anos, os recursos aplicados no financiamento das safras têm sido crescentes, alcançando R\$ 39,7 bilhões, em 2003-2004, e R\$ 47,5 bilhões em 2004-2005. Para a safra 2005-2006, foram disponibilizados recursos da ordem de R\$ 53,3 bilhões, sendo R\$ 44,3 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 9,0 bilhões para a agricultura familiar. Desse total, já foram apuradas as aplicações de cerca de R\$ 50,6 bilhões. Para a safra 2006-2007, serão disponibilizados recursos da ordem de R\$ 60,0 bilhões, sendo R\$ 50,0 bilhões para a agricultura empresarial e R\$ 10,0 bilhões para a agricultura familiar.

Destaca-se que o Governo Federal tem implementado prontamente as medidas necessárias para solucionar os problemas da agricultura na conjuntura recente, particularmente aqueles decorrentes da seca no Sul e das oscilações de preço de alguns produtos.

No decorrer da safra 2005-2006, foi adotada uma série de medidas de apoio emergencial à agropecuária, com ênfase na comercialização da safra e na prorrogação das dívidas dos produtores, com destaque para as seguintes ações:

- a) apoio direto à comercialização, disponibilizando recursos adicionais da ordem de R\$ 1,5 bilhão, os quais, adicionados aos R\$ 650,0 milhões programados inicialmente, elevaram as disponibilidades para a realização de operações da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM);
- b) refinanciamento de parcelas de empréstimos vencidas em 2005 e vencidas e/ou vincendas em 2006, com recursos das exigibilidades bancárias (MCR 6-2), de operações de securitização, do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) e do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), envolvendo recursos da ordem de R\$ 650,0 milhões; e
- c) criação de linha de capital de giro com recursos do FAT-BNDES e ampliação da linha de crédito FAT-GIRO RURAL.

Paralelamente ao apoio aos produtores em decorrência dos efeitos climáticos adversos, a Lei nº 11.076, de 2004, instituiu as bases de um sistema privado de financiamento do agronegócio complementar ao Sistema Nacional de Crédito Rural, tendo como beneficiários os produtores rurais e suas cooperativas. Entre os instrumentos criados, destacam-se o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) e as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). Esses títulos já movimentaram, até agosto de 2006, mais de R\$ 1,5 bilhão, com destaque para o CDA, emitido simultaneamente com o *Warrant* Agropecuário, que registrou negócios de mais de R\$ 1,2 bilhão.

Os novos instrumentos de apoio do Governo à comercialização e garantia de preços mínimos dos produtos, como o Prêmio de Equalização para o Produtor (PEPRO) e o Prêmio de Equalização para o Produtor de Soja (PESoja), permitem uma melhor racionalidade do uso dos recursos públicos e a comercialização de um volume maior de produtos, a um menor custo.

A Lei nº 11.076, de 2004, autorizou, também, a concessão de subvenção econômica pelo Governo Federal aos contratos de opção de venda de produto agrícola lançados pelo setor privado, em benefício de produtores rurais e suas cooperativas.

Desse modo, é definido em leilão público, o Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP), que é a subvenção a ser paga à empresa na data estipulada caso o produtor exerça o direito de entrega do produto. Esse novo instrumento demanda menor volume de recursos do que o tradicional lançamento de opções públicas ou a compra direta de produtos pelo Governo por meio da Aquisição do Governo Federal (AGF), tornando a política de sustentação de preços mais eficiente. O sucesso do PROP já foi comprovado em 2005, tendo amparado mais de 15% da safra de algodão do País, entre outros produtos.

Ao par da atuação governamental no sentido de induzir o setor privado a garantir preços competitivos e a comercialização dos produtos, em casos especiais de dificuldade de comercialização de alguns produtos conjugada com a estratégia de formação de estoques públicos, há intervenção direta mediante as AGF's, que contarão, com recursos da ordem de R\$ 2,3 bilhões.

Com o objetivo de reduzir o risco do agronegócio e desenvolver o mercado de seguro rural, foi instituída a Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural, por meio da Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003. Na safra 2005-2006, o Tesouro Nacional disponibilizou recursos para subsidiar entre 30% e 40% do valor do prêmio de seguro contratado pelos agricultores, para as seguintes culturas: algodão, arroz irrigado, feijão, milho, soja, trigo, maçã e uva. Para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 45,0 milhões.

Outra medida que deverá fortalecer o seguro rural é a abertura do mercado de resseguros. Além disso, foram iniciados estudos para alterar o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural, de modo a transformá-lo em um fundo de amparo a catástrofes.

Além desses mecanismos privados incentivados ou subsidiados, o Governo promove, diretamente, outros instrumentos para desenvolver o agronegócio brasileiro. No período de 2003 a 2005, os gastos com investimento e custeio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento atingiram uma execução média de R\$ 745,0 milhões por ano. Para 2007, essas despesas somam R\$ 947,9 milhões.

Com esses recursos disponíveis, o Governo Federal tem empreendido esforços nas áreas de pesquisa, defesa agropecuária, qualidade de alimentos e bebidas, armazenagem, meteorologia e zoneamento agrícola.

A pesquisa agropecuária investiu em tecnologia para grãos em todo o País, particularmente, na região do cerrado, bem como em tecnologia para a pecuária. No sentido de modernizar e aperfeiçoar as pesquisas e a difusão de tecnologias em agropecuária, o volume de recursos executados nas ações dessa natureza cresceu 51% entre 2003 e 2005, passando de R\$ 97,3 milhões para mais de R\$ 147,2 milhões. Para avançar nesse processo, em 2006, disponibilizou-se dotação de R\$ 194,3 milhões e, em 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 194,4 milhões.

Merece destaque a busca por alternativas para o suprimento das necessidades energéticas da sociedade moderna, hoje calcadas sobre o petróleo. Nesse contexto, estão previstos para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), R\$ 36,0 milhões para viabilizar 104 novas pesquisas em agroenergia.

O acirramento das barreiras fitozoossanitárias por parte dos países importadores demonstra que há um longo caminho a percorrer para a abertura desses mercados aos produtos brasileiros. Nesse sentido, a atuação federal de coordenação do sistema nacional de defesa agropecuária, que envolve apoio às ações estaduais de vigilância,

controle e erradicação de diversas doenças e pragas que afetam a agropecuária, em especial, para a erradicação da febre aftosa vem se intensificando desde 2003. Para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 100,7 milhões.

Outro tipo de barreira comercial imposta pelos países importadores refere-se à qualidade e ao nível de resíduos contidos nos produtos. Para transpor essas dificuldades, está previsto o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade e sanidade e ações de fiscalização para coibir a oferta de alimentos fora dos padrões de conformidade, além da modernização da rede federal de laboratórios de análise. Para 2007, serão aportados R\$ 80,4 milhões para essa finalidade, com crescimento de 145% em relação à dotação de 2006.

Em relação ao segmento armazenagem, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) que, no início de 2003, contava com apenas 42 unidades armazenadoras, passou para 88 unidades em 2006. No início de 2003, os estoques públicos somavam menos de 300 mil toneladas enquanto que, em julho de 2006, os estoques totalizam 4 milhões de toneladas de produtos agropecuários, principalmente de milho e arroz. Logo, a previsão de recursos para 2007 alcança R\$ 82,7 milhões para manutenção, guarda, conservação e gestão dos estoques públicos, bem como para estudos de levantamentos de safras e apoio e orientação a pequenos varejistas.

AGRICULTURA FAMILIAR

O Governo está consolidando um conjunto de políticas públicas voltadas aos pequenos produtores rurais. Essas políticas, integradas e permanentes, estão criando o novo padrão de desenvolvimento sustentável do meio rural, com inclusão social e econômica de milhares de pessoas.

O apoio a esses segmentos conta hoje com um conjunto de ações que estão melhorando a vida dos pequenos produtores do campo: crédito, assistência técnica, seguro agrícola, apoio à comercialização, apoio à agroindustrialização, além de medidas para contemplar a diversidade étnica, de gênero e para atender as especificidades regionais. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que concentra a maior parte dessas ações em favor do campo, conta, para 2007, com recursos da ordem de R\$ 147,0 milhões para aplicação direta.

Nos últimos anos houve um envolvimento significativo das instituições financeiras nas linhas de crédito para a agricultura familiar. O Banco do Brasil, por exemplo, é o principal operador do PRONAF, todavia as aplicações feitas por outros bancos públicos ampliaram expressivamente, como é caso do Banco do Nordeste, com crescimento superior a 100%, e do Banco da Amazônia, com mais de 500% de aumento nas aplicações. Além desses, outros agentes financeiros também participam do PRONAF, como as cooperativas de crédito (Bansicredi, Bancoob, sistema Crenor e Cresol) e o BNDES.

O número de contratos realizados pelo PRONAF cresceu significativamente, de cerca de 900 mil famílias na safra 2002-2003, para 1,6 milhão em 2004/2005. A expectativa para a safra 2005-2006 é de 1,8 milhão de contratos e para 2006-2007 é de 2,0 milhões.

Na Tabela 4 pode-se observar que na safra 2003-2004 houve um aumento considerável de recursos aplicados quando comparado aos planos safras anteriores. Na safra 2005-2006, a expectativa é que os recursos aplicados ultrapassem R\$ 7,0 bilhões. Para o Plano Safra 2006-2007, estão previstos R\$ 10,0 bilhões em crédito aos agricultores familiares e assentados, o que permitirá atingir a meta prevista de 2,0 milhões de contratos no PRONAF:

Tabela 4 – Planos Safra da Agricultura Familiar

Plano Safra	Contratos Realizados	Recursos Aplicados
1999/2000	927.609	R\$ 2,2 bilhões
2000/2001	893.112	R\$ 2,2 bilhões
2001/2002	932.927	R\$ 2,2 bilhões
2002/2003	904.214	R\$ 2,4 bilhões
2003/2004	1.390.168	R\$ 4,5 bilhões
2004/2005	1.631.796	R\$ 6,1 bilhões
2005/2006	1.800.000*	R\$ 7,0 bilhões**
2006/2007***	2.000.000	R\$ 10,0 bilhões

Fonte: MDA

* Execução até julho de 2006

** Expectativa no ano agrícola

*** Previsão

A ampliação do universo de agricultores familiares com acesso ao crédito, acompanhada por um conjunto de outras iniciativas, possibilitou a qualificação do processo produtivo e da própria aplicação dos recursos, a garantia da renda a estes produtores e o abastecimento alimentar.

Entre essas outras iniciativas, destacam-se as ações do Governo destinadas à reorganização do Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desativado no início dos anos 90, o qual objetiva oferecer novas possibilidades de desenvolvimento para as comunidades rurais por meio do acesso ao conhecimento e a tecnologias apropriadas. Essa ação ocorre de forma integrada entre o Governo Federal, governos estaduais e prefeituras, com a participação de cooperativas e outras organizações não-governamentais. Com essa parceria, até o final de 2005, os serviços do ATER foram disponibilizados a mais de 1,8 milhão de unidades familiares rurais, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 237,0 milhões.

O Seguro da Agricultura Familiar (PROAGRO MAIS), que garante 100% do valor financiado, foi criado em 2004 e sua adesão ocorre por ocasião da contratação de crédito do PRONAF. No primeiro ano do Seguro (safra 2004-2005), aderiram 550 mil agricultores. Em função dos efeitos da seca que atingiu a Região Sul, especialmente, o Rio Grande do Sul, o programa está beneficiando cerca de 220 mil famílias, com o pagamento de indenizações nas safras 2004-2005 e 2005-2006 de cerca de R\$ 1,2 bilhão.

A comercialização é outra iniciativa que merece destaque, contando com uma linha especial no PRONAF, cujos recursos, em 2006, perfazem o montante de R\$ 600,0 milhões, com juros de 4,5% ao ano. Nesse sentido, a partir de 2006, foram incluídos recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cuja finalidade, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, é fomentar a comercialização de produtos da agricultura familiar, formando um *funding* que permite novas compras de alimentos dos agricultores familiares. Para 2007, a previsão é de R\$ 61,7 milhões nesse segmento.

É oportuno lembrar que o PAA é parte integrante do Programa Fome Zero, criado em 2003 com o objetivo de promover, a partir do abastecimento pela agricultura familiar, o acesso à alimentação de populações em situação de risco alimentar, para os quais foram destinados, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, recursos da ordem de R\$ 276,4 milhões.

REFORMA AGRÁRIA

Cumprindo os compromissos assumidos no II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), está sendo implementado um programa de reforma agrária integral, que reconhece as especificidades de cada público e de cada região. Esse novo modelo está focado na viabilidade econômica, na segurança alimentar, na sustentabilidade ambiental e na integração ao desenvolvimento territorial.

As medidas adotadas pelo Governo têm melhorado a qualidade dos assentamentos rurais, tais como a disponibilização de infra-estrutura adequada, incluindo a implantação de estradas, energia elétrica, bem como propiciado o acesso a direitos sociais e o apoio à produção e comercialização.

De acordo com dados oficiais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2003, foram assentadas 36,3 mil famílias, em 2004, 81,2 mil famílias e, em 2005, chegou a 127,5 mil famílias, totalizando nesses três anos 245,0 mil famílias beneficiadas com a reforma agrária. Para 2006, a expectativa é alcançar a meta constante do II PNRA de assentamento de 400 mil famílias no período de quatro anos.

Objetivando a continuidade desse processo, estão previstos recursos da ordem de R\$ 3.228,4 milhões que possibilitarão beneficiar 115 mil famílias por meio da implantação de novos assentamentos rurais, 31,7 mil famílias mediante a recuperação e estruturação de assentamentos implantados até 2002, e financiar a aquisição de terras para cerca de 27,2 mil famílias.

Para a desapropriação de terras com fins de reforma agrária, os recursos para 2007 alcançam R\$ 937,9 milhões. Além da parcela de terra, o assentado tem direito a infra-estrutura básica (estradas vicinais, saneamento básico e eletrificação), assistência técnica, créditos para instalação e produção e acesso a programa de educação, entre outros itens. Essas ações servem de forte estímulo ao processo produtivo das comunidades que residem nos assentamentos e da população do entorno desses projetos.

Nesse sentido, os assentamentos criados a partir de 2003 contarão, em 2007, com recursos da ordem de R\$ 240,9 milhões, a serem destinados, entre outras ações, para a construção ou complementação de estradas vicinais, a implantação de sistemas de abastecimento de água, a construção de redes de eletrificação rural e a prestação de assistência técnica.

Também estão previstos para o próximo ano R\$ 763,1 milhões para a concessão de crédito-instalação aos assentados nos projetos criados a partir de 2003. Para a recuperação e qualificação de assentamentos implantados antes de 2002, estão previstos R\$ 237,5 milhões para infra-estrutura, práticas ambientais e assistência técnica produtiva, bem como R\$ 241,0 milhões na forma de crédito-instalação para a complementação

de moradias ou auxílio-instalação de novas famílias alocadas em lotes vagos nesses assentamentos. Destaca-se que o crédito-instalação para apoio às famílias assentadas, além do item habitação, contempla a construção de cisternas no semi-árido, a aquisição de insumos e pequenos equipamentos para os trabalhos e a manutenção das famílias até a primeira colheita.

Outros mecanismos de financiamento amparados pelo (PRONAF) foram criados, ampliados ou estendidos aos assentados, a saber: uma linha de crédito especial de até R\$ 6,0 mil específica para as famílias assentadas em projetos em recuperação; as mulheres assentadas passaram a ter direito a uma operação de microcrédito rural, no PRONAF B, destinada a atividades produtivas; o limite de financiamento do PRONAF A (destinada para investimentos) foi alterado de R\$ 15,0 mil para R\$ 18,0 mil; e, o total de operações de empréstimos de custeio do grupo A/C do PRONAF por família assentada aumentou de uma para três.

De forma complementar ao mecanismo tradicional de reforma agrária, de obtenção de terra não produtiva mediante desapropriação, o Programa de Crédito Fundiário concede financiamento aos trabalhadores rurais para a aquisição de terras. São linhas de crédito para a compra de imóvel e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva de áreas que não podem ser desapropriadas para a reforma agrária. A partir de 2003, o Programa beneficiou com acesso à terra 22 mil famílias e, para 2007, o Programa contará com R\$ 427,2 milhões. Outros R\$ 114,7 milhões serão disponibilizados para a estruturação das unidades produtivas financiadas pelo Fundo de Terras.

No tocante à alfabetização e escolarização da população assentada, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) já atendeu 150 mil pessoas e os recursos aplicados passaram de cerca de R\$ 10,0 milhões, em 2003, para R\$ 34,7 milhões, em 2005. Objetivando fortalecer essa iniciativa e buscando ampliar o alcance do Programa, em 2006, foram disponibilizados R\$ 43,2 milhões e, para 2007, foram previstos R\$ 47,5 milhões.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No decorrer dos últimos três anos, o Governo Federal concentrou esforços na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que introduziu profundas alterações quanto à forma de implementação das ações mitigadoras das desigualdades regionais. De um padrão de intervenção fragmentado de orientação programática, evoluiu-se para a retomada do planejamento estratégico com base em um modelo fundamentado nos conceitos do planejamento territorial e desenvolvimento sustentável.

A PNDR instituiu mecanismos e instrumentos de definição e de estabelecimento de políticas públicas, com ênfase na articulação do Poder Executivo com o Poder Legislativo, e os Estados, os Municípios e a Sociedade Civil, no fortalecimento da integração, na racionalização de ações e no incentivo à participação social nas decisões, na implementação e no controle das ações regionais.

Nessa perspectiva, as principais ações da nova Política estão sendo postas em prática mediante a execução de expressivos investimentos em desenvolvimento sub-regional e infra-estrutura. Os primeiros priorizam espaços mesoregionais de baixo dinamismo e renda, por meio da organização dos atores socioeconômicos, da capacitação local, do apoio ao associativismo e cooperativismo e, principalmente, da viabilização de potenciais atividades produtivas.

O esforço para a implantação das iniciativas voltadas ao desenvolvimento sub-regional prosseguirá em 2007 por meio dos programas Promeso – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais; Promover – Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões; Produzir – Organização Produtiva de Comunidades; e Conviver – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido, cujos recursos programados alcançam o valor de R\$ 46,1 milhões.

O objetivo comum desses programas é a articulação das ações de instituições federais, estaduais e locais na implementação das políticas de desenvolvimento sub-regional e de ordenamento territorial, a fim de buscar a redução das desigualdades e promover a ativação dos potenciais da rica diversidade social, econômica e ambiental do território.

Há de se destacar, ainda, a conjugação daquelas iniciativas a outras estratégias de longo prazo, com vistas à redução das desigualdades das Regiões Norte e Nordeste e do desenvolvimento do Centro-Oeste. Cite-se, por exemplo, a conclusão do documento-base do Plano Amazônia Sustentável (PAS) e a proposta de recriação das Superintendências de Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Centro-Oeste e do Nordeste, respectivamente, Sudam, Sudeco e Sudene, destinada a assegurar um suporte institucional mais amplo nessas regiões.

Por seu turno, as citadas regiões contam com os recursos a elas especificamente destinados provenientes dos Fundos Constitucionais de Financiamento para o Centro-Oeste (FCO), para o Nordeste (FNE) e o Norte (FNO), para incentivar a implantação de projetos de atividades produtivas, com tratamento preferencial para mini e pequenos produtores rurais e para micro e pequenas empresas. O aporte de recursos do Governo Federal nesses fundos evoluiu de R\$ 3,0 bilhões, em 2003, para R\$ 5,2 bilhões estimados para 2007, apresentando no período um crescimento de 73%.

Além dos Fundos Constitucionais, as Regiões da Amazônia e do Nordeste são atendidas com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e com o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para o financiamento de projetos de interesse para o desenvolvimento dessas regiões, para os quais foram destinados R\$ 0,8 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente, em 2007.

No que se refere à infra-estrutura, as ações obedecem a uma lógica articulada com estratégias de desenvolvimento sub-regional, a exemplo das obras da Ferrovia Transnordestina, iniciadas no primeiro semestre de 2006. Sua conclusão contribuirá para integrar definitivamente o Sistema Ferroviário do Nordeste com os modais rodoviário, hidroviário e com o complexo portuário local. Foram definidos seus dois ramais nos trechos entre Eliseu Martins, no Estado do Piauí, e Pecém, no Estado do Ceará, e Eliseu Martins e Suape, esse último no Estado Pernambuco, bem como a modelagem econômico-financeira do empreendimento, com uma combinação de recursos de investidores privados, de Fundos de Pensão, do BNDES e do FDNE.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163, nova concepção do tratamento do desenvolvimento econômico do País vinculado à questão ambiental, apresenta um novo modelo de gestão ao envolver a participação de diversos Ministérios, em especial, o da Integração Nacional e o do Meio Ambiente, com vistas ao desenvolvimento na área de influência dessa rodovia, articulando a sua recuperação com a exploração racional e sustentável dos recursos naturais da região.

Para tanto, busca-se a identificação da natureza e da dimensão das múltiplas intervenções públicas, somadas às atividades decorrentes das empresas privadas e seus respectivos impactos socioeconômicos e ambientais. Esse projeto atende e beneficia a população residente nos 67 Municípios que compõem a área de influência do Plano e que, segundo o Censo Demográfico de 2000, somava 1,7 milhão de habitantes.

No que se refere à infra-estrutura hídrica, importantes avanços foram obtidos mediante o aprimoramento de critérios técnicos empregados na celebração de convênios que priorizam a conclusão das obras em andamento, não se autorizando novas iniciativas antes que os investimentos realizados no passado possam gerar resultados para a sociedade, o que permite ganhos de eficiência e racionalização dos recursos públicos.

Nos últimos três anos, destaca-se a continuidade de 42 grandes obras, correspondentes a 2 mil km de sistemas adutores, em associação a projetos de

desenvolvimento econômico local integrado e sustentável, beneficiando cerca de 170 municípios e uma população estimada em 3,3 milhões de pessoas.

À infra-estrutura hídrica serão alocados no exercício de 2007, mediante os Programas Proágua Infra-Estrutura e Conviver, R\$ 265,9 milhões para a construção de barragens, instalação de adutoras e implantação ou ampliação de sistemas de abastecimento de água e implantação de 220 poços de água subterrânea.

Na área de irrigação, cabe destacar os esforços do Governo Federal com o



Foto extraída da Revista CODEVASF/MI – Perímetro de Irrigação.

propósito de estabelecer uma relação complementar de ações do setor público com o privado, com vistas a incrementar a produção das localidades selecionadas e a geração de renda. Nesse sentido, estão estimados R\$ 148,9 milhões na implantação e operação de 47 projetos públicos de irrigação em 2007.

Na área de irrigação, cabe destacar os esforços do Governo Federal com o propósito de estabelecer uma relação complementar de ações do setor público com o privado, com vistas a incrementar a produção das localidades selecionadas e a geração de renda. Nesse sentido, estão estimados R\$ 148,9 milhões na implantação e operação de 47 projetos públicos de irrigação em 2007.

Além disso, 73 perímetros, com área irrigável de 250,6 mil hectares, foram avaliados, em parceria com Estados e organizações da sociedade civil, para a transferência da sua gestão aos irrigantes e à iniciativa privada. Em 2005, recursos da ordem de R\$ 50,0 milhões possibilitaram, entre outros avanços, a transferência de três sistemas. Ao longo de 2006, está prevista a transferência de outros três sistemas, com recursos da ordem de R\$ 56,5 milhões. Para 2007, serão disponibilizados R\$ 53,9 milhões a fim de concluir os serviços de instalações e recuperações dos equipamentos existentes em 18 sistemas, abrangendo uma área irrigável de 116,5 mil hectares, para o seu funcionamento auto-sustentável.

Estão sendo empreendidos esforços para acelerar o programa de transferência da gestão dos perímetros públicos de irrigação mediante a operacionalização das Parceria Público-Privadas (PPP). Entre outros projetos em estudo, em 2007, está prevista a transferência da gestão dos perímetros de irrigação de Pontal, no Estado de Pernambuco, e Baixio de Irecê, no Estado da Bahia, ambos no semi-árido brasileiro, com recursos estimados em R\$ 14,0 milhões.

Merece destaque o conjunto de ações de desenvolvimento sustentável na Bacia do São Francisco, cujo principal objetivo é contribuir para a sustentabilidade hídrica do semi-árido nordestino e reduzir a vulnerabilidade das economias regionais, face ao fenômeno recorrente das secas, e as desigualdades sociais no âmbito regional. Na integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, cabe destacar a conclusão do estudo de sustentabilidade hídrica do projeto, a expedição de outorga pela Agência Nacional de Águas quanto à vazão da água e do licenciamento ambiental pelo IBAMA.

Além disso, estão em execução importantes obras de infra-estrutura hídrica, como o complexo Castanhão para atendimento da região metropolitana de Fortaleza, no Estado do Ceará, e a continuidade da construção da adutora do Oeste, que permitirá o atendimento a todas as comunidades situadas ao longo dos 721 km de seu traçado, no Estado de Pernambuco.

O amplo programa de revitalização dessa Bacia, por sua vez, prossegue em 2007 com recursos programados de R\$ 101,1 milhões, para o desenvolvimento de ações de controle dos processos erosivos para evitar o assoreamento do leito do rio e de seus afluentes; de reflorestamento e recuperação das matas ciliares; de execução de obras para tratamento de água e esgoto, de forma a diminuir o nível de emissão de cargas poluidoras; e de monitoramento de controle de qualidade da água.

MEIO AMBIENTE

O enfoque dado ao meio ambiente sofreu alterações fundamentais nos últimos três anos, tendo a atuação governamental evoluído para o fortalecimento do desenvolvimento integrado sustentável, buscando inserir a dimensão ambiental em todas as áreas da política pública, incentivando a participação social e a inserção de todos os agentes econômicos no processo.

Entre as várias iniciativas adotadas pelo Governo Federal, ressalta-se a atuação incisiva na Amazônia, região atingida por graves problemas, muitos deles com consequências globais, mediante a implantação do Plano Nacional de Florestas (PNF), iniciado em 2003, o qual visa propiciar a expansão da base florestal plantada como forma de diminuir a pressão exploratória sobre as florestas naturais. O Plano busca incrementar a utilização de manejo sustentável nas florestas naturais, associado à recuperação de áreas degradadas em pequenas e médias propriedades rurais, mantendo preservadas algumas áreas de alto valor para conservação.

No campo do desenvolvimento institucional e legal, foi sancionada a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que regulamentou a exploração de forma sustentável das florestas públicas brasileiras, marco legal que permitirá a conjugação do desenvolvimento econômico de enorme região com a preservação das florestas, por meio da criação do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).

Esse Serviço tem a finalidade de gerir as florestas públicas brasileiras por meio de concessões para exploração dos recursos florestais de modo sustentável, de forma a propiciar o atendimento da elevada demanda existente por produtos da floresta aliado ao processo de preservação.

Em 2007, a atuação governamental concentrar-se-á na busca de melhoria dos resultados alcançados até o momento. A área florestal continuará no centro da estratégia, com a manutenção das ações desenvolvidas, entre elas o apoio a 8 mil pequenos agricultores em regiões de floresta, e, principalmente, o início das atividades do SFB, o qual prevê a criação de 3 Distritos Florestais e a concessão de 1 milhão de hectares de floresta para exploração sustentável.

Paralelamente, como forma de complementar as possíveis soluções para os problemas identificados, foi criado em 2004 o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, cujo objetivo é diminuir as altas taxas de desmatamento anuais verificadas na região amazônica, respeitando os fatores econômicos e sociais locais.

Esse Plano, utilizando-se de uma estratégia de ação integrada de vários agentes governamentais, principalmente o IBAMA, o Ministério do Trabalho, as Polícias

Federal e Rodoviária Federal e o Exército Brasileiro, desenvolvem ações de fiscalização na região conhecida como Arco do Desmatamento, a qual se estende por vasta área compreendida entre os Estados do Maranhão, do Tocantins, do Pará, de Mato Grosso, de Rondônia, do Amazonas e do Acre.

As ações de fiscalização estão sendo complementadas, ainda, pela criação de 17 Unidades de Conservação Federais na região, totalizando 8,4 milhões de hectares. Como resultado, o desmatamento anual nos nove Estados da Amazônia caiu 31% no período de 2004 a 2005, passando de 27,2 mil km² para 18,9 mil km², segundo acompanhamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

Para o exercício de 2007, estima-se que as ações de combate ao desmatamento e às queimadas e as de fiscalização possibilitarão a inspeção de mais de 3 mil propriedades, com acompanhamento de 2,9 milhões de hectares, e serão conduzidas buscando a redução contínua dos índices de desflorestamento observados.

Os recursos hídricos receberam atenção especial, com a implementação, a partir de 2005, do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Dentro da sua estratégia, pela importância da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, são desenvolvidos inúmeros projetos para sua revitalização, preservação de nascentes, recuperação e reflorestamento de margens, despoluição e instalação de saneamento básico em cidades ribeirinhas, visando recuperar a pujança do rio do qual depende parcela da população brasileira.

Como forma de preservação da enorme biodiversidade brasileira, foi iniciado em 2004 o projeto de implantação de corredores ecológicos nos diferentes biomas brasileiros. Do início do projeto até o momento, dois corredores se desenvolveram de forma piloto, o “Central da Amazônia”, ocupando uma área de mais de 52 milhões de hectares e ligando 53 Unidades de Conservação, e o da “Mata Atlântica”, compreendendo o sul do Estado da Bahia e a totalidade do Estado do Espírito Santo, incluindo áreas marinhas até o limite da plataforma continental. Em 2007, será dada continuidade à implantação desses dois corredores ecológicos.

TURISMO

O Ministério do Turismo, criado em janeiro de 2003, tem priorizado as ações voltadas para o desenvolvimento da atividade turística no Brasil, levando-se em conta seus impactos positivos na geração de divisas, criação de emprego e renda, desenvolvimento regional e local, preservação do meio ambiente e valorização da diversidade cultural e étnica do País.

No mesmo ano de sua criação, foi lançado o Plano Nacional de Turismo, por intermédio do qual definiu-se um conjunto de metas para o período de 2003 a 2007. Essas metas, que orientaram a ação governamental ao longo dos últimos anos, foram concebidas a partir de um novo modelo de gestão, fundamentado na descentralização de iniciativas pelas esferas de governo e na ampla participação da sociedade na sua definição e execução.

O Conselho Nacional do Turismo foi ampliado, contando atualmente com a participação de mais de 60 representantes do setor público e da sociedade civil. Além da valorização do Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, foram instalados 26 Fóruns de Turismo (para os Estados da Federação e Distrito Federal) com o objetivo de descentralizar as ações públicas no desenvolvimento do setor. O novo modelo de gestão contemplou também o direcionamento da atuação do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) para o mercado externo.

O volume de recursos orçamentários alocados para a área tem alcançado recordes históricos. A execução orçamentária do Ministério do Turismo, em ações e projetos de apoio ao setor, atingiu quase R\$ 1,3 bilhão no triênio 2003-2005, sendo R\$ 740,0 milhões, apenas no ano de 2005.

Na aplicação dos recursos, as ações destinadas à promoção, *marketing* e apoio à comercialização de produtos, serviços e destinos turísticos brasileiros têm merecido prioridade, por intermédio do Plano Aquarela (captação de turistas no exterior) e Plano Cores do Brasil (turismo interno). Apenas nas atividades de promoção do destino do Brasil no exterior foram aplicados mais de R\$ 321,0 milhões entre 2003 e 2005.

Estima-se, ainda, que no mesmo período foram mobilizados recursos no valor de R\$ 4,5 bilhões para financiamento das atividades do setor por intermédio de instrumentos públicos, como o FAT e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, geridos pelos bancos oficiais.

A EMBRATUR foi estruturada para atuar fortemente no exterior, com a implantação de oito Escritórios Brasileiros de Turismo (EBT), localizados nos principais mercados emissores de turistas para o Brasil, que desempenham funções de postos avançados de promoção e divulgação do Brasil, particularmente dos produtos turísticos.

O Governo promoveu também desoneração tributária voltada para incentivar o turismo brasileiro no exterior, por intermédio do Decreto nº 5.533, de 6 de setembro de 2005, que reduziu a zero a alíquota do Imposto sobre a Renda nas remessas para o exterior relacionadas com o pagamento de diversas despesas voltadas para a atividade turística.

Os resultados já alcançados no setor são muito expressivos. Os desembarques internacionais no País estão evoluindo de forma importante – 26% entre 2003 e 2005 – permitindo que a atividade turística no Brasil cresça acima da média mundial. Como consequência, a receita de divisas no item viagens internacionais do Balanço de Pagamentos está crescendo significativamente, cerca de 60% entre 2003 e 2005.

Vale registrar a elevação no fluxo do turismo doméstico, como sinaliza o indicador do número de desembarques domésticos, com destaque para os chamados vôos *charters*, que são relacionados diretamente com a atividade turística e que apresentaram recorde histórico. De janeiro a dezembro de 2005, foram realizados 3,1 milhões de desembarques nacionais, número esse 43% superior a 2003. Dados demonstrativos do crescimento do setor turístico no País podem ser melhor visualizados na tabela a seguir:

Tabela 1 – Indicadores do crescimento da atividade turística no Brasil

Discriminação				2003	2004	2005	Var % 2005/2003
Desembarques	Domésticos	(milhões de	de	30,7	36,6	43,1	40,4
passageiros)							
Desembarques	Internacionais	(milhões de	de	5,4	6,1	6,8	25,9
passageiros)							
Viagens	Internacionais	– receita	(US\$	2,5	3,2	3,9	56,0
bilhões)							
Entrada de turistas	internacionais	(milhões)		4,1	4,8	5,4	31,7
Empregos formais no setor	(milhares)			1.725	1.826	1.914	11,0

Fonte: MTur

Diante desse cenário de crescimento, surge uma maior necessidade de aporte em infra-estrutura para o setor. O Governo, então, tem dado ênfase no desenvolvimento de obras de sinalização turística, recuperação do patrimônio histórico, melhoria de trechos ferroviários, implantação de centros de informações turísticas, entre outras, inclusive via investimentos nos Programas de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). No período de 2003 a 2005, esses investimentos alcançaram cerca de R\$ 630,0 milhões.

Ainda nesse foco, o Ministério do Turismo, destinou, em 2006, recursos no valor de R\$ 350,0 milhões para a melhoria da infra-estrutura aeroportuária no País. Esses investimentos terão continuidade para 2007 mediante aportes equivalentes aos de 2006,

visando um aumento do conforto e da segurança dos aeroportos de Brasília, Congonhas, Goiânia, Guarulhos, Macapá, Salvador, Santos Dumont e Vitória.

Para 2007, as principais metas para o setor de Turismo são as seguintes: a) atingir 51,7 milhões de passageiros em desembarques domésticos; b) auferir US\$ 6,4 bilhões de divisas com viagens internacionais; c) atrair para o Brasil 8,4 milhões de turistas internacionais; e d) alcançar o número de 2,3 milhões de empregos formais no setor de turismo (cerca de 345 mil novos empregos em relação a 2005).

AQUICULTURA E PESCA

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) foi criada em 2003 com o propósito de incentivar a produção e o desenvolvimento sustentável, garantir a segurança alimentar e promover a inclusão social.

No período entre 2003 e 2006, o País passou a investir mais na sua riqueza potencial, fortalecendo cadeias produtivas da pesca e da aquicultura, mediante a promoção e o desenvolvimento da infra-estrutura, incremento tecnológico e a qualificação profissional.

Entre as iniciativas no setor, merece destaque o recadastramento da totalidade dos pescadores, cerca de 500 mil, com vistas a permitir o acesso a direitos como aposentadoria e auxílio-defeso.

Um importante instrumento de inserção do setor pesqueiro é o Programa de Modernização da Frota Pesqueira Oceânica (Profrota Pesqueira) criado em 2004, com a finalidade de financiar a substituição e/ou a modernização de embarcações pesqueiras, permitindo a sua operação na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais.

Com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito, foram abertos importantes canais de acesso para o pescador e o pequeno e médio aquicultor, tais como o (PRONAF), os Fundos Constitucionais do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO).

A subvenção ao óleo diesel, que era de 12%, passou para 20%, em 2003, além de incluir como beneficiário também o pescador artesanal e o setor industrial, possibilitando aumento da competitividade no mercado internacional e da rentabilidade dos pescadores. Cabe salientar, ainda, que atualmente 15% dessas embarcações são da pesca artesanal, quando em 2003 eram apenas 5%.

Outro benefício para o setor refere-se à redução das tarifas de energia elétrica para os produtores, prevista pela Lei nº 11.196, de 2005, uma vez que a energia representa um alto custo de produção, atingindo 40% do custo da atividade.

Os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura, direcionados para o cultivo de pescados em águas costeiras da União, prevêm a implementação de parques aquícolas marinhos, que permitirão a regularização de cerca de 1,2 mil maricultores e a geração de cerca de 6 mil empregos diretos.

As atividades de apoio ao setor de aquicultura e pesca, a cargo da SEAP, vem sendo contempladas com volumes crescentes de recursos orçamentários,

demonstrando a prioridade conferida ao segmento pelo Governo. Para 2007, a proposta orçamentária prevê R\$ 87,9 milhões, sendo R\$ 11,0 milhões destinados à equalização de taxa de juros em operações de financiamento no âmbito do Profrota Pesqueira.

III - INFRA-ESTRUTURA



TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
MINAS E ENERGIA
DESENVOLVIMENTO URBANO

TRANSPORTES

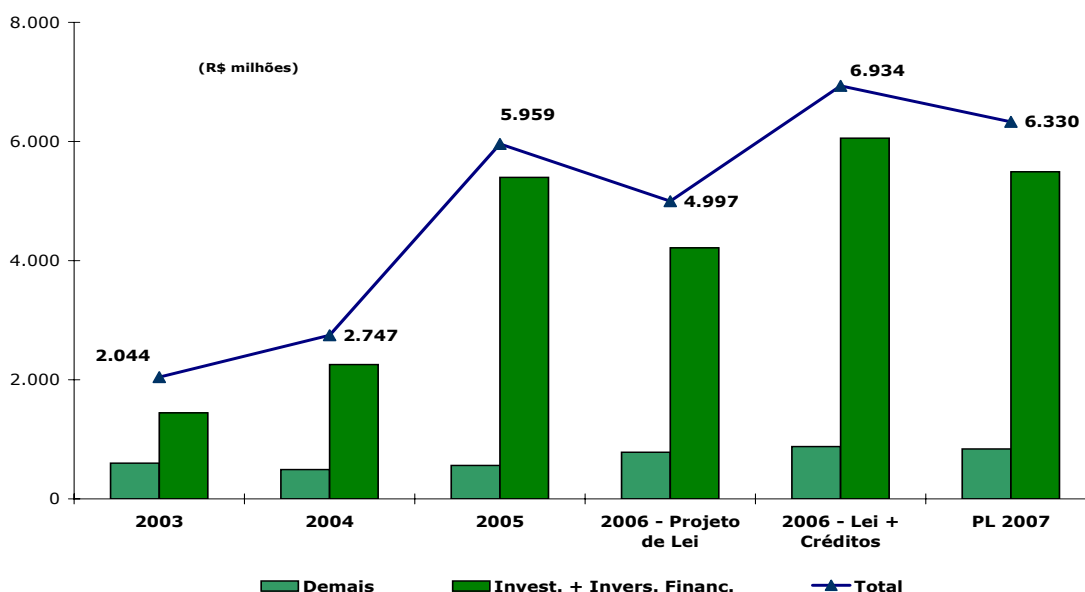
No setor de infra-estrutura de transportes, o Governo Federal tem priorizado o incremento de investimentos que possibilitem a dinamização do turismo interno e a melhoria do escoamento da produção, o que reduz os custos logísticos, parcela relevante do “Custo Brasil”, e resulta na ampliação da competitividade do produto nacional no mercado externo.

Nos últimos anos, foram executadas diversas obras destinadas à remoção dos pontos de estrangulamento da malha existente, com critérios rigorosos para a seleção de novas obras de modo a aumentar a capacidade operacional e os níveis de eficiência. Parte desse esforço se traduz na estruturação de corredores estratégicos voltados para o escoamento da produção por intermédio do estímulo à utilização dos modais hidroviário e ferroviário, com ênfase na intermodalidade e no fortalecimento da integração do Brasil com os países da América do Sul.

Nesse sentido, a principal iniciativa para alavancar o Setor foi o Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI), que conjugou um aporte crescente de recursos nos diversos modais de transporte com um modelo de gestão inovador, que contribuiu também para a melhoria da eficiência do gasto público.

Como resultado, a cada dia são aperfeiçoadas as condições de trafegabilidade das rodovias do País que, além de conferir maior segurança e conforto aos seus usuários, aliadas às obras nos setores portuário e ferroviário, possibilitam a integração dos modais de transporte e, conseqüentemente, dos principais corredores de escoamento de produção. Para tanto, está se empreendendo a retomada dos investimentos, a reestruturação e modernização do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT) e o estímulo a novas práticas de gestão, planejamento e monitoramento, principalmente da malha rodoviária nacional.

Gráfico 1 – Dados orçamentários em infra-estrutura em transportes, Outras Despesas Correntes e de Capital, 2003 – 2007



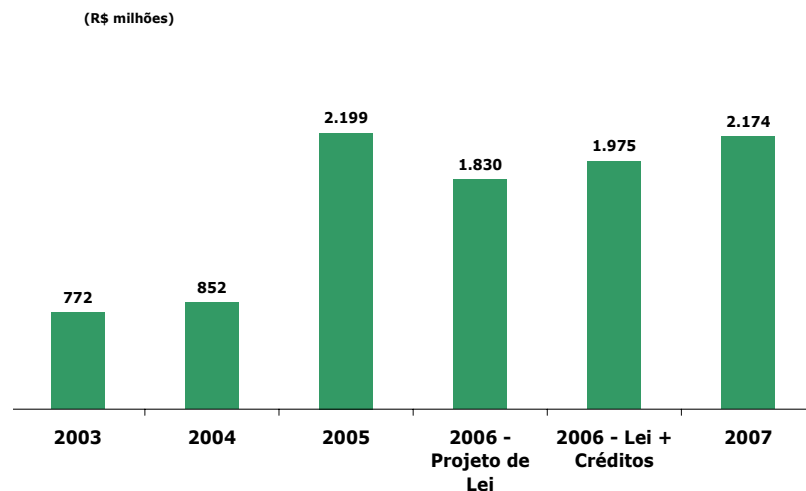
Fonte: Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

Nota: Nos exercícios de 2003 a 2005 os valores correspondem ao executado, em 2006 à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária e às dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária alterada pelos créditos adicionais abertos e, no exercício de 2007, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

SETOR RODOVIÁRIO

A manutenção da malha representa atualmente o principal objetivo da política rodoviária nacional. No período de 2003 até junho de 2006, o Governo Federal contratou obras de conservação de mais de 37,0 mil km da malha rodoviária federal, a sinalização de 15,0 mil km e a recuperação de 10,7 mil km de rodovias com maior fluxo de cargas. Ao longo desse período foram executados R\$ 3,8 bilhões até 2005 e aprovados R\$ 1,9 bilhão na Lei Orçamentária de 2006. Para 2007, estão previstos R\$ 2,2 bilhões para a manutenção de 35,8 mil km de rodovias, o que corresponde a 62% da malha rodoviária federal, conforme dados constantes do Gráfico 2.

Gráfico 2. Dados orçamentários sobre a manutenção da malha rodoviária federal, Outras Despesas Correntes e de Capital, 2003 – 2007



Fonte: Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

Nota: Nos exercícios de 2003 a 2005 os valores correspondem ao executado, em 2006 à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária e às dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária alterada pelos créditos adicionais abertos e, no exercício de 2007, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

A eficácia e efetividade da conservação e manutenção das rodovias estão intrinsecamente ligadas ao controle de peso dos veículos, haja vista que a pavimentação é uma estrutura dimensionada para suportar cargas máximas previamente estabelecidas. Diante disso, foi iniciada a implantação do Plano Nacional de Controle de Pesagem e Fiscalização de Veículos de Carga e de Passageiros nas Rodovias Federais, em 2006, o qual prevê a adequação tecnológica de 49 balanças fixas e a instalação de 99 novas balanças fixas e de 72 bases para balanças móveis.

Os projetos destinados à adequação e construção tiveram como premissa básica a ampliação da capacidade das rodovias selecionadas, visando à melhoria do fluxo de veículos, à redução do tempo de viagem, ao aumento da segurança dos usuários e à redução do número de acidentes.

Vale destacar as obras na BR-101 ao longo dos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, por intermédio do Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, com o objetivo de duplicar 336 km de rodovia. Esse investimento objetiva estimular o turismo ao criar melhores condições viárias para o fluxo de visitantes, possibilitar maior segurança para os habitantes da região, bem como dinamizar a economia dos três Estados por onde a via passa, gerando empregos e maior circulação de riqueza. Para 2007, estão previstos R\$ 802,9 milhões para a continuidade da obra.

Também estão sendo realizadas obras de adequação da BR-101 nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, trecho esse que se reveste de elevada importância econômica, turística e de integração com os países vizinhos do Mercosul. O volume de tráfego da rodovia ultrapassa a média de 10,5 mil veículos diários, apresentando elevado índice de acidentes. A obra tem previsão de término para dezembro de 2007, com a adequação de 337 km, com recursos estimados de R\$ 523,1 milhões.

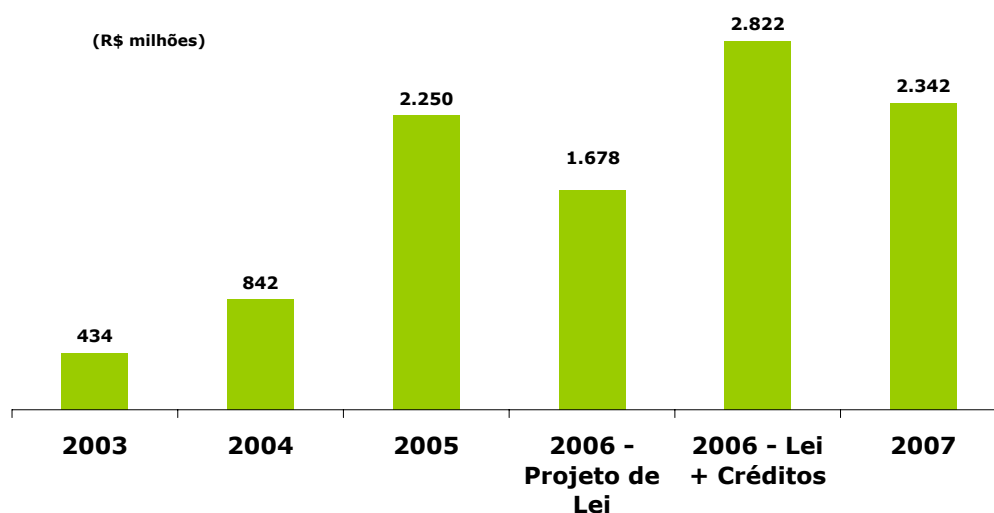
Para 2007, prevê-se também a conclusão das obras complementares de drenagem, barreiras rígidas de segurança, sinalização, proteção ambiental e conclusão de pontes e viadutos nas Rodovias Fernão Dias, entre São Paulo e Belo Horizonte, e na Régis Bittencourt, entre Curitiba e São Paulo, que aliada à duplicação da BR-381, entre Belo Horizonte e Governador Valadares, permitirá o tráfego em pista dupla por 2 mil km até Porto Alegre, consolidando o que se denomina a Rodovia do Mercosul.

Encontram-se igualmente em execução as duplicações de 100 km da BR-050/MG, entre Uberaba e Uberlândia, com previsão de conclusão em 2006, e de 93,3 km da BR-060, entre Brasília e Anápolis. Tais obras são consideradas de elevada importância econômica, tendo em vista que contribuirão para a melhoria das condições de segurança do usuário e do fluxo de veículos, o escoamento da produção agroindustrial e, conseqüentemente, a redução dos custos operacionais de transporte.

A totalidade de recursos executados na construção e adequação de rodovias federais atingiu R\$ 3,5 bilhões, no período compreendido entre 2003 e 2005, no exercício de 2006 estão alocados R\$ 2,8 bilhões e estima-se o montante de R\$ 2,3 bilhões para o exercício de 2007, conforme detalhado no Gráfico 3.

Além de viabilizar melhorias na infra-estrutura de transportes por meio do investimento público direto, o Governo Federal tem atuado de forma articulada em duas outras frentes: as concessões tradicionais e as parcerias público-privadas. Do total de 57,7 mil km da malha rodoviária federal, mais de 14 mil km estão incluídos no Programa de Concessões, com cerca de 3,5 mil km já concedidos. Espera-se, no curto prazo, concluir a concessão de mais sete lotes com extensão de 2,7 mil km de rodovias no Sul e Sudeste do País, conforme detalhado na Figura 1.

Gráfico 3. Dados orçamentários sobre a construção e adequação de rodovias federais



Fonte: Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

Nota: Nos exercícios de 2003 a 2005 os valores correspondem ao executado, em 2006 à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária e às dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária alterada pelos créditos adicionais abertos e, no exercício de 2007, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

Figura 1. Lotes de concessão da malha rodoviária federal nas Regiões Sudeste e Sul



Fonte: Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

Nota: Nos exercícios de 2003 a 2005 os valores correspondem ao executado, em 2006 à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária e às dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária alterada pelos créditos adicionais abertos e, no exercício de 2007, à despesa estimada no Projeto de Lei Orçamentária.

No Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), estão incluídas a BR-116 e a BR-324, no Estado da Bahia, cujos estudos de viabilidade foram concluídos e encaminhados ao Tribunal de Contas da União (TCU) em julho de 2006. O projeto visa à restauração, manutenção, operação e aumento de capacidade de 113,2 km da BR-324, entre a cidade de Salvador e Feira de Santana, e de 524,2 km da BR-116, estendendo-se de Feira de Santana, em direção ao sul, até a divisa da Bahia com Minas Gerais. Estimam-se investimentos privados da ordem de R\$ 1,1 bilhão, bem como custos operacionais de R\$ 770,0 milhões ao longo dos 15 anos de contrato.

SETOR FERROVIÁRIO

No setor ferroviário, a concessão ao setor privado da operação de praticamente toda a rede pouco contribuiu para a solução dos problemas decorrentes da falta de investimentos públicos ao longo de décadas. Grande parte das ferrovias continuaram operando com baixa eficiência e com suas vias permanentes, material rodante e sistemas operacionais ultrapassados. Os investimentos na expansão da rede foram escassos, limitando-se aos trechos capazes de proporcionar retorno mais elevado aos investidores.

No início de 2003, o Governo Federal lançou o “Plano de Revitalização das Ferrovias Brasileiras” composto de um conjunto de iniciativas destinadas a criar condições básicas para o desenvolvimento ferroviário por meio da reorganização das

concessões ferroviárias; aumentar de imediato a participação da ferrovia no mercado de transportes, especialmente, nos fluxos de exportação; expandir e modernizar a malha ferroviária, levando as ferrovias às zonas de produção agrícola e reduzindo os custos de transportes nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil; eliminar pontos críticos que comprometem a capacidade de transporte e a produtividade dos equipamentos; e resgatar o transporte ferroviário de passageiros, com vistas ao atendimento regional e turístico, bem como realizar intervenções para implantação de trens modernos de alta velocidade para o transporte de passageiros.

Nesse modal, cabe destacar a iniciativa de construção da Ferrovia Norte-Sul, projeto ferroviário estruturante de desenvolvimento e que serve a um dos principais pólos de produção agroindustrial do Brasil. Sua configuração possibilita o aproveitamento racional dos modais rodoviário, hidroviário e ferroviário, permitindo o escoamento da produção do Centro-Oeste pelo Porto de Itaquí, no Estado do Maranhão, com redução dos custos de transportes. Além disso, interligará as regiões brasileiras de maior consumo e fornecedoras de bens e serviços (Sul-Sudeste) ao Atlântico Setentrional, dotado de excelentes condições para embarque transoceânico de excedentes exportáveis a preços competitivos.

O avanço até Araguaína, no Estado do Tocantins, previsto para 2006, completará a construção de 146,5 km da ferrovia. A garantia de construção dos trechos subsequentes será assegurada pela outorga da subconcessão do trecho ferroviário Açailândia – Palmas, por meio de processo de licitação, cujo vencedor ficará responsável pela operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação. Os recursos financeiros provenientes da outorga permitirão a construção do referido trecho com extensão de 357,5 km.

Os estrangulamentos físicos da via permanente pré-existent à desestatização das ferrovias, como invasões de faixa de domínio, passagens de nível e travessia de centros urbanos, representam um dos fatores que têm maior influência na baixa velocidade média das locomotivas e cuja responsabilidade para sanar essa deficiência é do Poder Público.

Entre as intervenções executadas nos corredores ferroviários para remoção desses pontos críticos destacam-se, em 2006, a construção de passagem superior sobre a linha férrea nos Municípios de Piraquara e Paranaguá, no Estado do Paraná, em São José do Rio Preto e Matão, no Estado de São Paulo, em Alagoinhas, no Estado de Bahia, e em Campos Altos, no Estado de Minas Gerais; a adequação de ramais ferroviários no perímetro urbano de Londrina, no Paraná, em Barra Mansa, no Rio de Janeiro, e em Jales, em São Paulo; e dos contornos ferroviários de São Félix, Camaçari e Santo Amaro, na Bahia, de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, e de Campo Belo, em Minas Gerais. Em 2007, para a continuidade das obras dos contornos já citados e outros trechos de menor relevância, bem como a inclusão de Joinville, em Santa Catarina, foram destinados R\$ 331,4 milhões.

SETOR PORTUÁRIO

Devido às características geográficas peculiares do Brasil e à inexistência de fronteiras terrestres com alguns de seus principais parceiros comerciais, verifica-

se uma forte dependência entre o comércio exterior e o sistema portuário nacional. A predominância é quase que absoluta do sistema rodoviário, quando se trata de distribuição interna de cargas, já o intercâmbio de produtos brasileiros com o exterior encontra-se concentrado na modalidade aquaviária. Dessa forma, é de fundamental importância para os portos brasileiros a busca de melhores índices de eficiência, com o objetivo de dar suporte ao crescimento das relações comerciais com o exterior.

Figura 2. Principais portos brasileiros



Fonte: Ministério dos Transportes.

A partir do diagnóstico formulado pelo Governo Federal, em 2004, surgiu a necessidade de ser elaborada uma política emergencial, tendo em vista o estado de obsolescência dos portos e os sérios problemas de infra-estrutura, que prejudicam, inclusive, a política econômica centrada no processo exportador, o que resultou num plano de investimentos denominado Agenda Portos, cujos recursos despendidos atingiram R\$ 45,7 milhões nos exercícios de 2004 e 2005 a no Orçamento Fiscal da União.

Dessa forma, foi lançado um conjunto de medidas prioritárias voltadas para os 11 principais portos brasileiros em movimentação de cargas, Rio Grande (RS), Paranaguá (PR), Vitória (ES), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Itajaí (SC), São Francisco do Sul (SC),

Itaguaí (RJ), Salvador (BA), Aratu (BA) e Itaqui (MA), que juntos respondem por 89% das exportações brasileiras.

Entre essas medidas, destacam-se a execução de obras maiores e de médio prazo, como o alargamento ou duplicação das vias de acesso; o reordenamento do trânsito nas localidades próximas às zonas portuárias; a criação de novas rotas de ligação direta entre as rodovias e os terminais; a pavimentação de ruas e a construção de estacionamentos para se evitar filas na entrada dos portos. Complementarmente, foram adotadas medidas administrativas com a integração dos sistemas de informações e criação de centros administrativos únicos.

Encontra-se em implantação, ainda, o Sistema de Segurança nos Portos Nacionais de forma a cumprir o acordo resultante da Conferência Diplomática sobre Segurança Marítima, realizada pela Organização Marítima Internacional (IMO), que culminou no Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-Code).

O ISPS-Code foi instituído para aumentar o nível de segurança, detectar ameaças terroristas e proteger as instalações portuárias utilizadas no comércio internacional. Cabe esclarecer que os Portos de Itaqui, Fortaleza, Natal, Areia Branca e Itajaí já detêm a certificação definitiva por cumprirem todas as recomendações da IMO. Outros 12 portos estão com os planos de segurança aprovados pela Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos) e têm que obedecer ao cronograma de implementação aprovado pela referida Comissão.

Além disso, há uma perspectiva de investimentos adicionais da ordem de R\$ 233,1 milhões na atividade aduaneira, principalmente com a aquisição de *scanners*, com destaque para seis postos: dois situados nos portos de Santos e Rio de Janeiro e os postos de fronteira de Uruguaiana, Foz de Iguaçu, Mundo Novo e Corumbá.

O objetivo dessas iniciativas é agilizar o processo de conferência física de cargas, com redução do tempo de três dias para duas a quatro horas; obter maior eficácia na detecção e no combate ao contrabando e ao descaminho e no controle interno sobre a atividade fiscal, por meio das imagens gravadas nos *scanners*, as quais poderão ser transmitidas para centros remotos de vigilância e controle.

Em relação a 2007, os recursos previstos para a área portuária totalizam R\$ 400,3 milhões e destinam-se especialmente aos portos de Imbituba, Laguna, Rio Grande, Maceió, Itaqui, Santos, Rio de Janeiro, Itaguaí, Vitória e Areia Branca. Ressalta-se que a inclusão de recursos para esse último porto permitirá a repotencialização do sistema de atracação de navios no Terminal Salineiro.

Na navegação interior, as prioridades reforçam a continuidade do programa de construção e ampliação de terminais hidroviários, na região amazônica, para os quais estão previstos R\$ 79,9 milhões.

Cabe registrar o crescimento de 27,5% na movimentação geral de cargas, incluindo graneis sólidos, líquidos e carga geral, que passou de 529 milhões de toneladas, em 2002, para 675 milhões, em 2005. Incremento ainda mais acentuado foi o de movimentação

de unidades de contêineres, que passou de 2,3 milhões de unidades para 3,9 milhões de unidades, no mesmo período, numa expansão da ordem de 70%. Além disso, foram autorizadas a construção, ampliação e exploração de 51 terminais privativos e habilitados 28 terminais ao tráfego internacional.

INDÚSTRIA NAVAL

A importância da indústria naval brasileira tem sido reconhecida e já oferece à sociedade os primeiros frutos de uma política de expansão para o setor, calcado no estímulo ao investimento e na criação de mecanismos que facilitam a ação de investidores e usuários de embarcações para transporte no Brasil.

O instrumento fundamental para o resgate da indústria naval é o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que patrocinou nos últimos 42 meses uma reviravolta no setor. Nesse período, foram liberados financiamentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões para a renovação e ampliação da frota nacional de navios. Essa injeção de recursos resultou no lançamento e entrega de 134 embarcações, destinadas tanto ao transporte marítimo de cargas quanto às atividades de apoio à exploração de petróleo. A execução desses projetos gerou mais de 100 mil postos de trabalho.

Cabe destacar, ainda, a inclusão de novos agentes financeiros para financiamento da construção naval, além do BNDES.

Na área *offshore*, a indústria naval brasileira colocou-se, em curto espaço de tempo, entre aquelas de ponta em nível internacional. O potencial de crescimento do setor para os próximos anos deverá ser ampliado com a perspectiva de construção, a curto prazo, de pelo menos 94 embarcações, entre essas, 26 navios da Petrobrás Transporte S.A.(Transpetro), 20 navios em fase de negociação com a Petróleos da Venezuela S.A (PDVSA) e 12 navios da iniciativa privada.

TRANSPORTE AÉREO

Os setores de aviação civil e transporte aéreo registraram taxas médias de aproveitamento e ocupação de 69 % ao final de 2005, o maior valor dos últimos cinco anos.

Com o objetivo de regular e fiscalizar as atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária, foi criada em 2005 a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) . O início de seu funcionamento em 2006 tem possibilitado condições favoráveis para maior estabilidade regulatória e sinalização positiva para maiores investimentos privados no setor de transporte aéreo.

Em relação à infra-estrutura aeroportuária, os investimentos em ampliação e modernização propiciaram aumento na capacidade instalada nos aeroportos de 28% no fluxo de carga e de 18% no movimento de passageiros, que atingiu 118 milhões de passageiros/ano, ao final de 2005.

Desde 2003, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) implementa um plano de obras de modernização da infra-estrutura aeroportuária brasileira. As ampliações, reformas e construções estendem-se por todas as regiões do país e geram mais de 50 mil empregos. Foram realizados, até 2005, investimentos de R\$ 1,6 bilhão, com recursos de aporte da União e próprios. Mais de 19 grandes obras foram entregues em 15 aeroportos de todas as regiões do País e dezenas estão em andamento.

Em 2006, a INFRAERO conta com recursos de R\$ 474,0 milhões, para execução de obras de expansão da infra-estrutura de 11 aeroportos, situados em capitais de Estados, e a adequação da infra-estrutura aeroportuária de outras 23 unidades. Para 2007, a INFRAERO programou investimentos de R\$ 653,0 milhões, dos quais R\$ 410,0 milhões serão destinados a obras de infra-estrutura em 20 aeroportos de grande e médio porte.

Complementarmente aos recursos programados pela INFRAERO, está prevista em 2006 e 2007 a destinação de recursos do Ministério do Turismo, com a finalidade de melhorar a infra-estrutura aeroportuária, vinculada ao desenvolvimento das atividades turísticas do País.

O Ministério da Defesa, por sua vez, investe na implantação e modernização de aeroportos considerados de interesse estadual e de interesse estratégico para a segurança nacional. As aplicações de recursos nos últimos três anos nesses aeroportos atingiram o montante de R\$ 278,0 milhões. Para 2007, busca-se superar esse valor com a destinação de R\$ 292,4 milhões, com vistas à construção de 8 aeroportos e à reforma e ampliação de outros 47.

COMUNICAÇÕES

O Brasil tem avançado no desenvolvimento de tecnologias modernas na área de comunicações, buscando viabilizar o acesso de todas as classes sociais da população a esses serviços, principalmente os segmentos menos favorecidos.

Na busca de um modelo de TV Digital adequado à realidade brasileira, o Governo investiu R\$ 65,0 milhões em um projeto de pesquisa e desenvolvimento, que envolveu mais de 100 instituições, entre órgãos governamentais, universidades, entidades civis e empresas. Como resultado, foi eleito o modelo japonês como padrão de TV Digital para o Brasil e, no atual exercício, publicado o Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, que dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T e fixa diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o novo sistema digital.

A adoção do novo modelo permitirá a transmissão em alta definição e em definição padrão e a recepção fixa, móvel e portátil, além da possibilidade de integração das mídias digitais, como acesso à Internet e a interatividade do telespectador. Para a prestação de serviços públicos pela União, foram reservados quatro canais, entre os quais um para educação e outro para produção cultural. O período de transição do modelo analógico para o digital será de dez anos e a sua implantação iniciada nas capitais do País.

No Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) estão previstos investimentos da ordem de R\$ 105,0 milhões, para 2007, a serem realizados principalmente na continuidade do desenvolvimento de uma base tecnológica de sustentação para o SBTVD-T que, devido as suas características, permeia diversas áreas do parque industrial brasileiro.

As ações na área de inclusão digital também têm recebido especial atenção, desde 2003, considerando que todos os cidadãos devem ter acesso ao conhecimento mediante o uso intensivo das tecnologias da informação e comunicação. O Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) disponibiliza atualmente 3.215 pontos em todo o território nacional, distribuídos em 200 telecentros, 2.400 escolas e outras entidades da sociedade civil, como ONG's, comunidades indígenas, quilombos e assentamentos rurais.

O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil implantou 1,6 mil telecentros em 690 Municípios dos 27 Estados brasileiros, beneficiando 5 milhões de usuários ao ano, incluindo comunidades rurais, quilombolas, áreas indígenas, assentamentos, presídios e hospitais. Foi apoiada ainda a implantação de 1.616 unidades de Telecentros de Informação e Negócios (TIN) e de salas de informática em associações empresariais, prefeituras, entidades sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor, em todas as unidades da Federação.

A implementação do Programa Cidadão Conectado – Computador para Todos, mediante medidas de desoneração tributária, a partir de 2004, possibilitou a aquisição em condições facilitadas de computadores, programas e assistência técnica. Foram disponibilizados R\$ 500,0 milhões do FAT para financiamento de computadores isentos de alguns tributos e com *software* livre, ao preço máximo de R\$ 1,4 mil, financiados em até vinte

e quatro meses a juros de 2% ao mês. O Programa, além de proporcionar às pessoas físicas oportunidade de acesso à tecnologia, também beneficia prefeituras, escolas, secretarias municipais de educação e microempreendedores.

Aliado a essa iniciativa, foi inaugurado em abril de 2006, o Projeto Computadores para Inclusão, com a participação de diversos órgãos da administração federal, de Estados, Municípios e parcerias estabelecidas junto à sociedade civil, cujo objetivo é a criação de um sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, o qual permite que equipamentos doados sejam acondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante e distribuídos a telecentros, escolas e bibliotecas.

Em 2007, os Programas Governo Eletrônico e Inclusão Digital prevêem, além da manutenção dos 28.651 pontos de presença existentes, a implantação adicional de 13.436 pontos, que possibilitarão a inclusão de novos telecentros e escolas ao sistema.

O Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) propiciará o acesso à banda larga a unidades de segurança pública, de atendimento a saúde, escolas, bibliotecas, além do pagamento de assinaturas básicas de telefonia fixa às escolas e de compra de equipamentos terminais interface para viabilizar o acesso à Rede Mundial de Computadores.

A ampliação das rádios comunitárias também tem sido um dos compromissos do Governo. Nos últimos quarenta meses, foi autorizada a operação de mais de 943 rádios comunitárias em todo o Brasil e outorgadas mais de 449 rádios e tv's comerciais e educativas.

No setor postal, que representa 0,7% do PIB nacional, o tráfego anual de objetos postados alcançou 14 milhões, sendo o setor público responsável por cerca de 70% desse total. No período 2003-2005, o Governo Federal, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), aplicou mais de R\$ 11,3 milhões na abertura de 255 novas agências e mais de R\$ 944,0 milhões no programa de aprimoramento dos serviços postais, com vistas a atender com qualidade à demanda crescente por esses serviços.

MINAS E ENERGIA

SETOR ENERGÉTICO

O Governo Federal, nos últimos três anos, resgatou o papel de formulador de políticas no setor de energia para garantir o suprimento de energia necessário ao desenvolvimento econômico do País.

Após um amplo diálogo com os agentes envolvidos, foi definido o novo modelo do setor elétrico com o objetivo de viabilizar e garantir a expansão sustentada do sistema de geração e transmissão e evitar riscos de desabastecimento. Consolidado com a promulgação das Leis nº10.847 e 10.848, de 15 de março de 2004, o novo modelo contempla um conjunto de regras coesas, abrangentes e estáveis e tem como objetivos principais garantir a segurança do suprimento de energia, criar um ambiente regulatório estável, assegurar a modicidade tarifária e universalizar o atendimento.

Os resultados desse esforço para implementação do novo modelo foram concretizados com os leilões de geração de energia existente e de novas linhas de transmissão. Na geração, foram realizados quatro leilões para contratos, em sua maioria, de oito anos de duração com início de suprimento entre 2005 e 2009, a preços médios que variaram de R\$ 57,5/MWh a R\$ 94,9/MWh, num montante negociado de R\$ 90,0 bilhões.

A potência instalada em todas as usinas geradoras de energia elétrica no Brasil totalizou, no final de 2005, 93.619 MW. Nos últimos três anos, o incremento de potência ao sistema elétrico brasileiro correspondeu a 11.679 MW, um crescimento de 14,2%, correspondente a 1,4 vez a potência total da Usina Hidroelétrica (UHE) de Tucuruí. Nesse período, as empresas do Grupo Eletrobrás aplicaram um montante superior a R\$ 3,3 bilhões, visando ao aumento da oferta de energia elétrica. Destaca-se que em 2006 prevêem-se gastos em valor superior a R\$ 1,2 bilhão, o que possibilitará a implantação da segunda fase da UHE de Tucuruí, com 7 das 11 turbinas de 375 MW cada, já em operação.

As empresas do Grupo Petrobrás, também envolvidas no esforço estatal de garantir o atendimento da demanda agregada de energia elétrica, aplicaram, no período de 2003 a 2005, na implantação de novas unidades de geração termelétrica e na ampliação de capacidade de unidades em operação, recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão, que deverão ultrapassar o montante de R\$ 2,8 bilhões, até o final de 2006, visando ao aumento da oferta de energia em mais de 900 MW. Além disso, o referido Grupo programou investimentos da ordem de R\$ 740,2 milhões em 2007.

Na transmissão, alcançou-se o objetivo de manter a expansão e melhorar a segurança do sistema interligado nacional com modicidade tarifária. Foram realizados, nos últimos três anos, quatro leilões de concessão de linhas de transmissão, em que foram investidos, aproximadamente, R\$ 8,0 bilhões, perfazendo a extensão de 8.734 Km de novas linhas de transmissão contratadas, com um deságio de cerca de 40% sobre os preços estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A extensão total do sistema de transporte de energia elétrica no Brasil alcançou, no final de 2005, a marca de 82.294 km.

No período de 2003 a 2005, as empresas estatais federais gastaram mais de R\$ 3,4 bilhões em projetos de expansão, adequação e modernização dos ativos de transmissão de energia elétrica, com previsão de gastos acumulados até 2006 de aproximadamente R\$ 5,3 bilhões e alocação na proposta orçamentária para 2007 de R\$ 1,8 bilhão.

O Governo Federal tem buscado, ainda, novas fontes alternativas de geração de energia, pautado por mecanismos de desenvolvimento sustentável, em consonância com o Protocolo de Kyoto. Sobre o assunto, merecem destaque o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) e o Programa de Incentivo à Indústria Nacional de Bens e Serviços para os Setores de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que fomenta o setor produtivo e atrai investimentos. No âmbito do PROINFA, foram contratados, pela Eletrobrás, 3.300 MWh, sendo 1.423 MWh de usinas eólicas, 1.191 MWh de pequenas centrais hidrelétricas e 685 MWh de biomassa, representando investimentos da ordem de R\$ 9,3 bilhões.

Visando universalizar o acesso à energia elétrica para o meio rural, e levando-se em conta que 84% das famílias sem acesso à energia elétrica vivem em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sem ônus de investimento para as famílias na ligação de energia elétrica no seu domicílio, para o qual foram previstos em 2006 recursos da ordem de R\$ 27,4 milhões no Orçamento Fiscal da União e de R\$ 462,1 milhões no Orçamento de Investimento. As empresas estatais gastaram R\$ 150,4 milhões em ações orçamentárias ligadas a esse Programa, no período de 2003 a 2005, atuando, em especial, nas Regiões Norte e Nordeste.

No exercício de 2007, o Programa Luz para Todos prevê o atendimento de 8.030 domicílios em áreas rurais, 869 localidades não supridas atualmente com Energia Elétrica e, ainda, o apoio a 73 projetos de utilização produtiva de Energia Elétrica. Destaca-se que os resultados desse Programa, além de beneficiarem famílias carentes, corroboram para a utilização eficiente dos equipamentos públicos, uma vez que atendem também a serviços sociais como escolas, postos de saúde e sistemas de abastecimento de água, dando prioridade a populações marginalizadas, como quilombolas, indígenas e assentamentos rurais. Para tanto, contará, em 2007, com R\$ 28,4 milhões no Orçamento Fiscal e R\$ 335,1 milhões no orçamento das estatais.

Além dos investimentos acima, as empresas estatais do Setor Elétrico têm realizado ações de adequação e manutenção de seus ativos voltados para a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica, fundamentais para a garantia da quantidade e qualidade da energia ofertada, no montante de R\$ 1,5 bilhão, no período de 2003 a 2006, e projeta para 2007 cerca de R\$ 663,7 milhões.

PETRÓLEO E GÁS

No campo do petróleo, estão previstos para aplicação em 2007 recursos de R\$ 35,0 milhões pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) destinados a levantamentos voltados à prospecção do petróleo e gás natural, que mensuram os potenciais de produção de combustíveis fósseis e propiciam descobertas de novas reservas, imprescindíveis à manutenção da auto-suficiência da produção petrolífera nacional atingida em 2006.

Por sua vez, também em 2007, cerca de R\$ 130,0 milhões serão alocados para o desenvolvimento de outras atividades da Agência, tais como outorgas de concessões de exploração, regulamentação de atividades da indústria petrolífera, gestão de informações da área e fiscalização, tanto da indústria como da distribuição e revenda de derivados do petróleo.

Em abril de 2006, a produção da Petrobrás atingiu o recorde mensal, com uma média de 1,8 milhão de barris ao dia. As empresas do Grupo Petrobrás, com vistas a ampliar a oferta de petróleo e gás natural e manter a estrutura de produção em condições adequadas, gastaram, no período de 2003 a 2005, recursos superiores a R\$ 34,1 bilhões, que deverão atingir a soma de R\$ 50,4 bilhões, até o final de 2006, enquanto que para o exercício de 2007 estão programados investimentos de R\$ 20,4 bilhões.

No que se refere à modernização e adequação dos sistemas de produção das diversas unidades de refino de petróleo, a Petrobrás aplicou, no período de 2003 a 2006, recursos no valor de R\$ 8,7 bilhões, com previsão de atingir R\$ 11,8 bilhões ao final de 2006. Adicionalmente, para o exercício de 2007, prevê-se aplicar R\$ 5,8 bilhões nesse segmento.

No âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural, que elevou, desde 2003, as exigências de participação nacional nos fornecimentos para a Petrobrás, foram contratadas por essa empresa e estão em construção três plataformas de produção e uma de rebombeio, com investimentos superiores a R\$ 8,5 bilhões e previsão de geração de mais de 14 mil empregos diretos e 38 mil indiretos.

Concomitantemente, o Governo Federal tem viabilizado a ampliação da malha de gasodutos em todo o território nacional. Treze novos gasodutos estão em fase de conclusão, o que totalizará a implantação de 4.673 km de redes até o final de 2006. Nesse segmento, as empresas de setor petróleo implementaram, entre 2003 e 2005, obras de construção, adequação e manutenção de dutos, terminais e outros ativos afins, com gastos da ordem de R\$ 2,2 bilhões, com previsão de atingir R\$ 3,4 bilhões ao término de 2006 e programação de investimentos de R\$ 1,5 bilhão para o exercício de 2007.

As ações que integram o Programa Brasil com Todo o Gás, que objetiva disseminar o uso e disponibilizar gás aos consumidores, receberam no triênio 2003 a 2005 investimentos de R\$ 670,0 milhões, devendo atingir cerca de R\$ 2,0 bilhões em 2006 e R\$ 1,5 bilhão em 2007.

O Grupo Petrobrás, em suas atividades no exterior, nas áreas de prospecção, extração, produção, transporte de petróleo e gás, refino de petróleo e distribuição de derivados, entre outras, investiu, de 2003 a 2006, cerca de R\$ 13,2 bilhões e, em 2007, programa investimentos de R\$ 4,5 bilhões.

MINERAÇÃO

No âmbito da mineração, destaca-se a realização dos levantamentos geológicos que, à medida que visam à descoberta de novos depósitos minerais, desenvolvem a pesquisa e a lavra mineral necessários à outorga de concessão de lavras, ao aproveitamento dos recursos minerais e à garantia de uma mineração tecnicamente adequada.

Em 2007, para os estudos em pesquisa mineral, que potencializam o aproveitamento dos recursos minerais e dão suporte à política de outorgas e fiscalização da atividade minerária no País, serão destinados recursos fiscais de R\$ 52,2 milhões para a realização de 36 levantamentos e pesquisa geológica ou geofísica em mais de 524,1 mil km².

BIODIESEL

Durante quase meio século, o Brasil tem desenvolvido pesquisas sobre biodiesel e promovido iniciativas para usos em testes, sendo um dos pioneiros ao registrar patente sobre o processo de produção de combustível, em 1980. No atual Governo, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), foi organizada a cadeia produtiva, definidas as linhas de financiamento, estruturada a base tecnológica e editado o marco regulatório do novo combustível, que estabelece as condições legais para a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira de combustíveis líquidos.

O PNPB é um programa interministerial do Governo Federal que objetiva a implementação de forma sustentável, técnica e economicamente, da produção e do uso do biodiesel, com enfoque na inclusão social e no desenvolvimento regional, via geração de emprego e renda, além da garantia de preços competitivos e da qualidade e suprimento desse biocombustível.

Por ser derivado de fontes renováveis o biodiesel é biodegradável, pode ser obtido por diferentes processos e produzido a partir de óleos vegetais, existindo dezenas de espécies vegetais no Brasil que podem ser utilizadas, tais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, entre outras.

Uma vez desenvolvido, o biodiesel poderá substituir total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores automotivos, como de caminhões, tratores, camionetas, automóveis, ou estacionários, como geradores de eletricidade e calor, podendo ser usado puro ou misturado ao diesel em diversas proporções.

Destaca-se que a dimensão e a diversidade do mercado para o biodiesel permitirá a ampliação do parque industrial em todo o País, possibilitará o surgimento e a evolução de novas empresas no setor e de diversas soluções inovadoras com padrão de qualidade elevado e tecnologia de ponta. Para a implantação de unidades de produção de biocombustíveis serão destinados R\$ 271,4 milhões em 2007 no âmbito do orçamento das estatais.

DESENVOLVIMENTO URBANO

Em 2000, cerca de 81,3% da população brasileira vivia em áreas urbanas. O intenso processo de expansão das cidades nas últimas décadas ocorreu de maneira desordenada e descontínua, com substanciais diferenças entre áreas centrais e periféricas, o que ocasionou a urbanização da pobreza.

Diante desse cenário, os problemas das cidades brasileiras concentram-se na insuficiência da habitação e do acesso a equipamentos urbanos e comunitários de qualidade, na oferta ineficiente de água potável, esgotamento sanitário e coleta e disposição final do lixo, bem como nas precárias condições de mobilidade e acessibilidade urbana da população, sobretudo entre os segmentos de baixa renda, na maioria das vezes, moradores das periferias metropolitanas.

Nesse contexto, entre os esforços do Governo Federal, merece destaque a criação do Ministério das Cidades (MnCidades), em janeiro de 2003, com o objetivo de formular e executar uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) e cuja atuação engloba três setores: habitação, saneamento ambiental e transporte e mobilidade urbana.

HABITAÇÃO

A estratégia de atuação do MCidades pautou-se em dois eixos principais:

1) revisão dos programas habitacionais e aumento dos investimentos no setor; e 2) reestruturação institucional e legal do setor habitação.

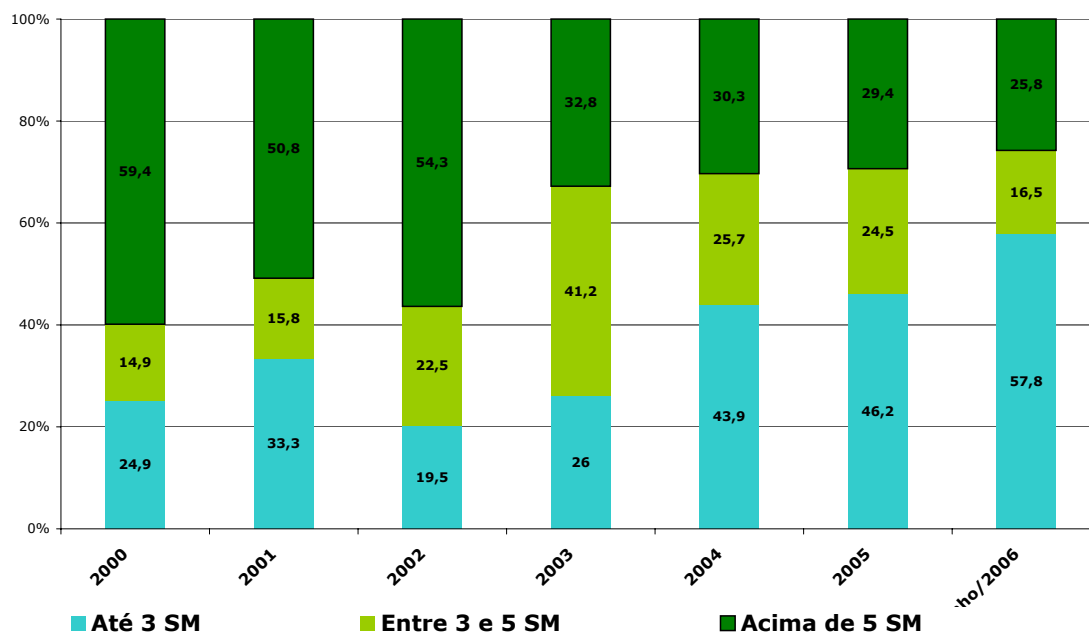
Priorizou-se o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda, redirecionando os subsídios dos programas financiados com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o atendimento das famílias com renda até 5 salários mínimos.

Para reduzir o déficit habitacional, o Governo deu continuidade a diversas ações, entre as quais: o arrendamento residencial com enfoque regional; a Carta de Crédito Associativo, que facultou a participação das Cohab's e flexibilizou a exigência de demanda prévia para contratação; a concessão de subsídio à habitação de interesse social, para atendimento das famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos e as localizadas na zona rural; e a concessão do Crédito Solidário, com financiamento a juro zero para a população carente organizada em cooperativas ou associações com fins habitacionais.

Assim, entre 2003 e 2006, o Governo Federal destinou R\$ 29,7 bilhões para Habitação com recursos do FGTS, Orçamento Fiscal, FAT, Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Caixa Econômica Federal. Os empréstimos contemplaram mais de 1,7 milhão de famílias, 70% das quais com renda mensal de até 5 salários mínimos.

O Gráfico 1 revela o atendimento das necessidades habitacionais da população de baixa renda nos últimos anos, com aumento do percentual dos empréstimos destinados a famílias com renda de até 3 salários mínimos, que compõem a maior parcela do déficit habitacional brasileiro:

Gráfico 1: Investimentos em Habitação por Faixas de Renda, 2000 a 2006



Fonte: Ministério das Cidades, 2006.

Nota: Recursos do FAT, FAR, FDS, OGU, FAT, CEF e SBPE.

A Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, é um marco legal de relevante importância nesse setor, pois criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Esse Fundo tem como objetivo centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, cuja aplicação se dará de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Destacam-se ainda o apoio à elaboração de Planos Diretores Participativos, a implantação de projetos de regularização fundiária sustentável, a prevenção de riscos em assentamentos precários, o estímulo à reabilitação de áreas centrais em diversos municípios e a criação de um programa para apoiar a implementação do Estatuto das Cidades e assessorar os Municípios na elaboração de Planos Diretores, que auxiliou financeiramente cerca de 130 localidades.

A regularização fundiária de assentamentos precários avançou com o Programa Papel Passado, que presta apoio financeiro, jurídico e institucional para Estados e Municípios implementarem a regularização fundiária de terras sob domínio da União, diminuindo os conflitos fundiários urbanos.

Até junho de 2006, as ações do Programa Papel Passado abrangeram 26 unidades da Federação e 231 Municípios, atuando direta ou indiretamente em 1.492 assentamentos

informais. Tais ações contemplaram mais de 1,1 milhão de famílias com processos de regularização fundiária iniciados e 232 mil títulos entregues, dos quais 80 mil registrados em cartório. Em 2007, o Programa tem por meta beneficiar 182 mil famílias com atividades de apoio a projetos de regularização fundiária sustentável de assentamentos informais em áreas urbanas.

O conjunto das medidas e iniciativas tomadas pelo Governo Federal possibilitou um aporte crescente dos recursos constantes do Orçamento Fiscal para o Setor de Habitação, no período compreendido entre 2003 e 2007, destacando-se o exercício de 2006, quando ocorreu a incorporação dos recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) ao FNHIS.

Por sua vez, para o desenvolvimento de ações para ampliar o acesso à terra urbanizada e à moradia digna, bem como melhorar a qualidade das habitações da população de baixa renda, serão destinados R\$ 624,4 milhões, incluídas as dotações do Programa Habitar Brasil, e R\$ 450,0 milhões para subsidiar a habitação de interesse social, beneficiando quase 80,6 mil famílias em 2007.

SANEAMENTO

Na área de saneamento, a estratégia adotada pelo Governo Federal pode ser sintetizada em três linhas básicas de ação: 1) aprovação do marco regulatório geral para o setor; 2) retomada maciça dos investimentos em saneamento e qualificação do gasto; e 3) implementação de um conjunto de ações de capacitação e de desenvolvimento institucional envolvendo operadoras de saneamento, Estados e Municípios.

A primeira linha de atuação, referente ao marco regulatório, deverá prever dois pontos essenciais, propostos pelo Conselho das Cidades, o estabelecimento de critérios para a definição da titularidade dos serviços de saneamento e para a garantia do fornecimento mínimo de água para famílias de baixa renda, hospitais e escolas, em caso de inadimplência.

A segunda linha de ação refere-se à retomada de investimentos no setor de saneamento e a qualificação desses gastos. Nesses três anos e meio de governo, foram feitos significativos investimentos em abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana, em todas as regiões do País, priorizando-se as áreas mais carentes.

Cabe salientar que, entre 2003 e junho de 2006, foram aplicados R\$ 6,1 bilhões em obras de saneamento com recursos extra-orçamentários, sendo R\$ 5,1 bilhões provenientes do FGTS e R\$ 963,0 milhões do FAT. Especificamente quanto aos recursos alocados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, verifica-se uma tendência crescente.

Finalmente, a terceira linha de atuação do Governo Federal refere-se à implementação de programas de desenvolvimento institucional envolvendo operadoras de saneamento, Estados e Municípios, além da celebração de Acordos de Melhoria de Desempenho como requisito para liberação de recursos para as operadoras, visando conferir maior racionalidade e agilidade na sua aplicação. A adoção de novos critérios técnicos para a aprovação de projetos e a exigência de níveis mínimos de eficiência na prestação dos serviços contribuíram também para a melhoria da qualidade do gasto.

Na estratégia de saneamento do Governo Federal, envolvendo o Setor Saúde, destacam-se as ações voltadas para o incentivo ao planejamento e à implantação dos serviços de saneamento básico, tanto em áreas urbanas como rurais, e o atendimento a comunidades indígenas, quilombolas e outras. Para tanto, são estimuladas a promoção da educação sanitária e ações preventivas de doenças relacionadas à falta ou à inadequação dos serviços públicos de saneamento básico, bem como estudos e capacitação para o desenvolvimento de novas tecnologias.

O foco dessas ações concentra-se em saneamento de áreas ocupadas por populações de baixa renda; garantia de condições adequadas de salubridade ambiental aos povos indígenas e outras populações tradicionais; promoção do desenvolvimento institucional, da gestão e da capacidade técnica às outras esferas de governo; e fomento à busca de tecnologias apropriadas.

Em 2007, o Governo Federal destinará recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, da ordem de R\$ 1,1 bilhão, dos quais 85% ao Setor Saúde. Entre os programas desse Setor, destaca-se o de Serviços Urbanos de Água e Esgoto, com recursos da ordem de R\$ 620,5 milhões para ampliação da cobertura e a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e esgoto, da população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em condições precárias, nas periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.

Os demais programas de saneamento, desenvolvidos por diversos órgãos do Governo Federal, possibilitarão em 2007 a implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, beneficiando 44,5 mil famílias; abastecimento de água para 54,5 mil famílias; e de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, para 108,7 mil famílias. As ações de apoio à implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas públicos de água e esgoto em regiões metropolitanas e apoio a Projetos de Ação Social em Saneamento (PASS) têm por meta beneficiar cerca de 121 mil famílias no próximo ano.

Ademais, destacam-se ações de controle da qualidade da água para consumo humano, que tem como meta atender 1.200 sistemas de abastecimento, assim como aquelas destinadas ao saneamento em áreas rurais e especiais – como quilombos, assentamentos e reservas extrativistas – e nas aldeias indígenas, com o objetivo de beneficiar 150 comunidades e 533 aldeias, respectivamente, para o ano de 2007.

MOBILIDADE URBANA

O Governo Federal formulou a Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável visando à integração e racionalização das políticas de transporte, desenvolvimento urbano e do transporte coletivo. Além disso, foi elaborado, em 2005, um Anteprojeto de Lei do marco regulatório da mobilidade urbana, amplamente discutido em seminários regionais com grande participação social.

Merece destaque o apoio do Governo para a elaboração dos planos diretores de mobilidade urbana, que coordenarão os investimentos, o arranjo institucional, a gestão e os modelos tarifários dos sistemas de mobilidade existentes em áreas metropolitanas, visando à sustentabilidade desses serviços e ao desenvolvimento territorial ordenado.

Desde 2004, foram apoiados 85 projetos em 51 Municípios de médio e grande portes, que objetivam deslocamentos mais rápidos, confortáveis e seguros para a população, totalizando investimentos da ordem de R\$ 253,1 milhões. Desse total, R\$ 145,3 milhões referem-se ao Corredor Expresso Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes, que ligará as regiões leste/sudeste de São Paulo-SP ao Centro da cidade, melhorando o fluxo de corredores hoje saturados e beneficiando diretamente cerca de 1,5 milhão de usuários ao dia.

No tocante aos sistemas metroviários urbanos, ressaltam-se os investimentos no metrô de Salvador, que foram decisivos para a sua transferência à Companhia de Transporte de Salvador (CTS), empresa pública constituída pelos Governos do Estado da Bahia e do Município de Salvador. Foram ainda destinados recursos à ampliação do sistema de Fortaleza, no Estado do Ceará, já descentralizado. Por sua vez, os investimentos na ampliação do sistema do Recife e na conclusão da linha 1 (Eldorado-Vilarinho) do sistema de Belo Horizonte, além de elevarem significativamente o número de usuários desses sistemas, representam avanços nos entendimentos com os Governos locais para transferência da sua gestão.

Nos últimos três anos e meio, foram envidados esforços para a estruturação e o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Para tanto, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) a Política Nacional de Trânsito e implementado o Registro Nacional de Informações Interestaduais (RENAINF), que já abrange cerca de 89% da frota de veículos do País.

Em 2007, o Programa Mobilidade Urbana, com recursos de R\$ 142,2 milhões, dará continuidade à implantação do Corredor Expresso Parque Dom Pedro II – Cidade Tiradentes, bem como de 10 outros corredores estruturais de transporte coletivo urbano e permitirá a elaboração de 20 Planos Municipais de Sistemas Integrados de Transporte Coletivo Urbano. Em relação aos metrôs, estão programados R\$ 239,4 milhões para investimentos nos sistemas de Salvador e Fortaleza e para a conclusão da sinalização e obras remanescentes nos sistemas de Belo Horizonte e Recife.

IV - CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

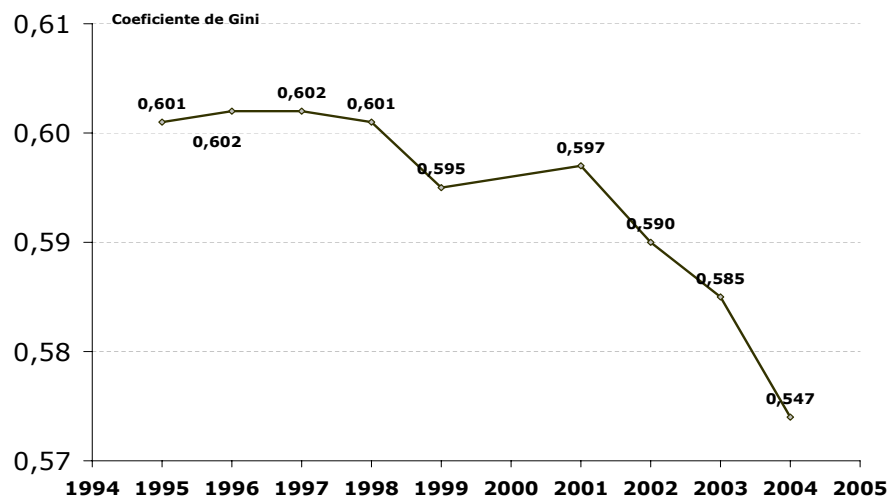


REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
PREVIDÊNCIA SOCIAL
ASSISTÊNCIA SOCIAL
SEGURANÇA ALIMENTAR
EDUCAÇÃO
CULTURA
SAÚDE
ESPORTE
POLÍTICAS AFIRMATIVAS

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

As desigualdades sociais no Brasil têm dimensões tão dramáticas, que exigem, para o seu eficaz enfrentamento, a atenção prioritária não apenas da política social, mas de todas as políticas governamentais, nos três níveis de governo. A concentração de renda no Brasil, além de ser uma das maiores do planeta, vinha se mostrando extremamente estável, com pequenas oscilações em torno de um nível elevado. No entanto, contrariando a sua própria experiência histórica, a concentração de renda no Brasil diminuiu de modo significativo e contínuo entre 2001 e 2004. Nesse período, a renda dos 20% mais pobres aumentou, em média, 5% ao ano, enquanto a dos 20% com rendas maiores diminuiu, em média, 1% ao ano. O coeficiente de Gini utilizado na medida de desigualdade, que se mantinha em um nível alto (em torno de 0,6), embora com leve tendência de queda desde 1998, reduziu-se rapidamente, especialmente entre 2003 e 2004, conforme demonstrado no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini de 1995 a 2004



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

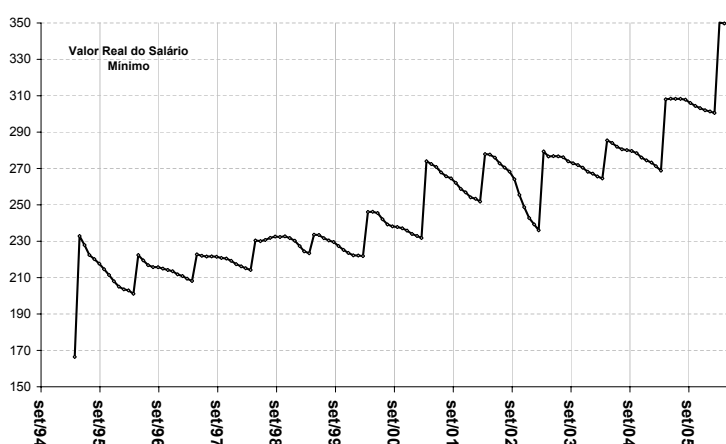
A despeito do movimento recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada. Se mantida a velocidade observada no triênio 2001 - 2004, ainda seria necessária uma década para alcançar um coeficiente de Gini de 0,50, que se situa próximo ao observado hoje no México e nos Estados Unidos, que não são considerados modelos de justiça social.

É fundamental compreender os fatores que contribuíram para manter a desigualdade em queda e identificar as políticas e ações governamentais responsáveis pela melhoria da distribuição de renda no Brasil. As evidências indicam que um dos fatores expressivos na redução da desigualdade nos últimos anos foi a melhoria do sistema de proteção social do País. Tradicionalmente associado ao Orçamento da Seguridade Social, o sistema de proteção social atende às áreas de previdência, assistência e saúde e teve papel fundamental na redução da concentração de renda, incluindo-se como principais estratégias o Fome Zero, e, em particular, o Programa Bolsa-Família.

No que tange ao Bolsa-Família, que unificou os programas de transferência de renda (como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio Vale-Gás), cabe destacar que a substancial ampliação de sua cobertura foi muito importante para a redução das desigualdades. Em setembro de 2004¹, 8,8 milhões de famílias recebiam benefício de algum programa de transferência de renda², enquanto que atualmente são atendidas mais de 11 milhões de famílias.

Outra política fundamental para a redução das desigualdades pessoais de rendimento foi a de valorização do salário mínimo. O Gráfico 2 demonstra o valor real (em reais de 2006) do salário mínimo de 1995 a 2006. Desde o seu menor valor, de R\$ 166,0 observado em abril de 1995, o salário mínimo subiu 110%, alcançando o valor de R\$ 350,0 em vigor desde abril deste ano. Apenas nos últimos três anos e meio, o aumento real foi de 44%.

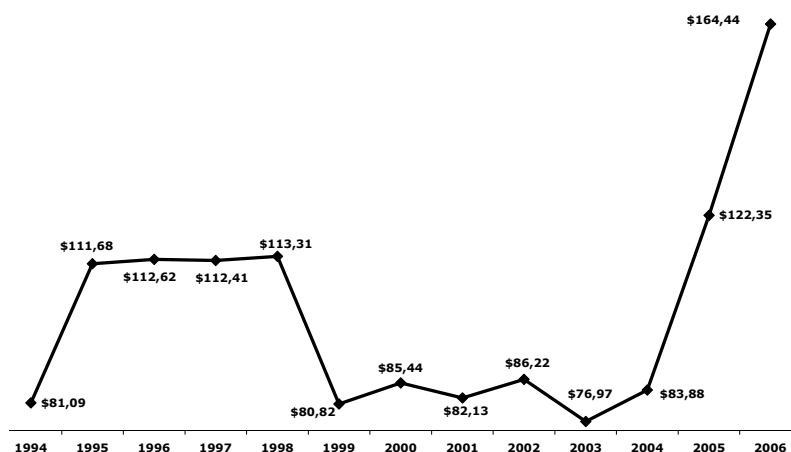
Gráfico 2 – Valor Real do Salário Mínimo de 1994 a 2006



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

O Gráfico 3 demonstra que em comparação à cotação do dólar (cotação média) esses valores ultrapassaram o valor US\$ 100.

Gráfico 3 – Evolução do Valor do Salário Mínimo e US\$



Fonte: Microdados Pnad 1995-2004

1 - Data da última Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNDA), do IBGE.

2 - Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás ou Cartão, Alimentação.

Além dos impactos sobre o mercado de trabalho, o salário mínimo indexa, entre outros, os seguintes benefícios da Seguridade Social: o Benefício de Prestação Continuada, a Previdência Rural, o piso do Regime Geral de Previdência Social, o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego. A recuperação do salário mínimo é de enorme importância, seja como indexador de benefícios, seja por sua conhecida influência na correção dos salários de base (até três salários mínimos), tanto do mercado formal como do informal. Embora seja difícil quantificar o seu impacto, a política de valorização do salário mínimo certamente levou a uma menor dispersão dos rendimentos do trabalho. Não pode ser desprezado, também, o seu efeito multiplicador sobre os setores produtores de bens-salário e a sua contribuição para o aumento da arrecadação tributária e previdenciária.

Adicionalmente à rede de proteção social e à recuperação real do salário mínimo, a melhoria da qualificação da força de trabalho e um mercado de trabalho mais inclusivo (desde 2003, foram gerados quase 4,5 milhões de empregos formais), também contribuíram fortemente para a redução das desigualdades pessoais de rendimentos.

A política agrícola praticada pelo Governo contribuiu de forma decisiva para a redução das disparidades de renda entre capital e interior. As políticas de reforma agrária e de fortalecimento da agricultura familiar permitiram a ampliação do acesso à renda, aos serviços e à proteção social. Em suma, apesar da importância do Programa Bolsa - Família, dos benefícios da Seguridade Social indexados ao salário mínimo, da valorização do salário mínimo, quase todas as áreas da política social contribuíram para a redução das desigualdades. Outros aspectos, como a redução das disparidades entre regiões metropolitanas e o interior, os fatores demográficos e a redução da segmentação setorial na economia, também tiveram papel relevante na diminuição das desigualdades, muitos dos quais também resultantes das políticas governamentais.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O sistema previdenciário brasileiro, composto pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), pelos Regimes Próprios da Previdência dos Servidores Públicos e pela Previdência Complementar, passou de 2003 a 2006 por reformas normativas, adaptações conjunturais e mudanças de gestão que objetivam em última instância a ampliação da cobertura social e a justiça distributiva no sistema, com sustentabilidade fiscal.

No âmbito da Previdência dos Servidores Públicos, a Emenda Constitucional (EC) nº 41, de 19 de dezembro de 2003, complementada pela EC nº 47, de 5 de julho de 2005 (PEC-Paralela), promoveu basicamente uma reforma com vistas à redução da taxa de crescimento do *déficit*, estabelecendo limite superior no valor das aposentadorias e recorrendo à contribuição dos inativos.

Relativamente ao subsistema da Previdência Complementar, planeja-se para 2007 o envio de proposta ao Congresso de regulamentação da Previdência Complementar dos Servidores Públicos, instituída pela EC nº 41, de 2003, com conseqüente institucionalização do Fundo correspondente, alimentado pelas contribuições dos novos servidores públicos e dos empregadores estatais.

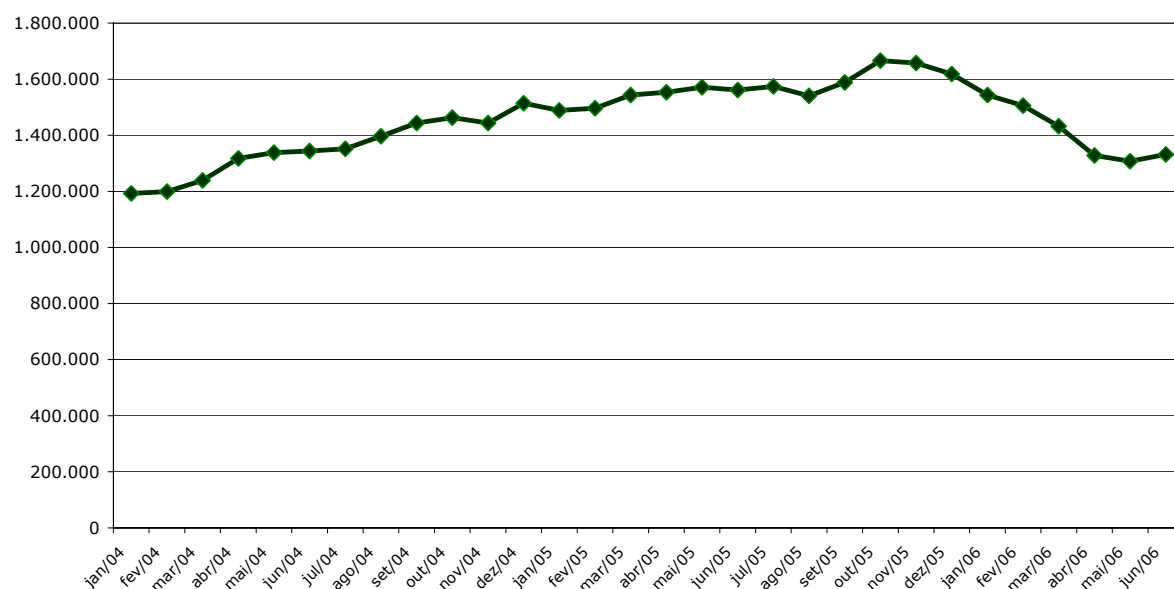
No âmbito do RGPS destacam-se duas mudanças importantes na trajetória recente do seguro social: 1) houve reversão no ciclo da perda de segurados do regime geral, com incorporação, no triênio 2003-2005, de 4,1 milhões de novas inscrições de segurados; e 2) iniciou-se uma ampla reforma de gestão no sistema previdenciário, com foco direcionado à melhoria do atendimento e maior eficiência do gasto e da arrecadação.

Destaque especial deve ser dado para a realização do Censo dos beneficiários da Previdência. Iniciado no final de 2005, visa atualizar os dados cadastrais de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), estando dividido em duas etapas: a primeira que abrangeu 2,4 milhões de pessoas e terminou em abril de 2006, e a segunda, iniciada em março de 2006, que envolve outros 14,7 milhões de aposentados e pensionistas, prevendo-se seu encerramento em julho de 2007. Com tal iniciativa objetiva-se eliminar pagamentos indevidos de benefícios, sendo que em sua primeira fase observou-se a suspensão ou cessação de cerca de 5% de benefícios irregulares. Para a conclusão do cadastramento, estão previstos para 2007 recursos da ordem de R\$ 38,0 milhões.

Outras medidas gerenciais relativas ao RGPS foram adotadas: i) redução de filas de usuários dos postos do INSS; ii) ampliação do horário de atendimento em diversas agências do INSS; iii) marcação de consultas por Internet ou telefone (*call-center*); iv) alteração na forma de cálculo do valor concedido, limitando-o à média dos últimos salários-de-contribuição; v) ajuste da data de cessação ao tempo necessário para a recuperação da capacidade de trabalho, conforme Decreto nº 5.844, de 13 de julho de 2006, o que eliminou a necessidade de sucessivas perícias; e vi) substituição de médicos-peritos terceirizados por 3,0 mil médicos concursados e mais a realização de concursos para a contratação de 2,35 mil analistas e técnicos previdenciários.

Todas essas mudanças já surtiram efeitos positivos, como por exemplo a reversão da tendência de crescimento da quantidade de benefícios de auxílio-doença emitidos pelo INSS, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução da Quantidade de Benefícios de Auxílio-Doença Previdenciário e Acidentário emitido pela INSS - 2004-2006



Fonte: Ministério da Previdência Social

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social vem passando por profundas mudanças, que visam à sua afirmação como política governamental e direito do cidadão, baseada nos princípios de democratização, universalização e uniformidade dos serviços. As mudanças efetuadas culminaram na criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e na aprovação das novas Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, e Norma Operacional Básica de Assistência Social, em 2005.

Esses instrumentos desenham, de forma inovadora, um sistema descentralizado e integrado, sob responsabilidade das três esferas de governo. Com o SUAS, a Assistência Social passa a ser organizada como uma política de proteção social que tem por objetivo garantir segurança de renda, de convivência familiar, comunitária e social, de desenvolvimento de autonomias e de sobrevivência a riscos circunstanciais. Sua implementação passa a se efetivar em um processo de colaboração pactuada entre os entes federados de forma a assegurar os níveis básico e especial de proteção social. O objetivo é garantir uma porta de entrada única ao usuário e a organização da política no território, por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), a serem instalados em todos os municípios brasileiros.

Os CRAS vêm desenvolvendo serviços e ações assistenciais de proteção social básica, que objetivam a prevenção de situações de risco e de violação de direitos, mediante, particularmente, o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O Governo Federal, desde 2003, tem investido no financiamento dos CRAS para garantir a ampliação de sua oferta. Foram instalados 452 CRAS em 2003, número que cresceu para 901, em 2004, e para 1.980, em 2005, beneficiando 1.355 municípios brasileiros, e abrangendo territórios onde estão referenciadas 8,0 milhões de famílias integrantes do público-alvo da Assistência Social. Para 2007, prevê-se o montante de R\$ 191,8 milhões para a manutenção dos Centros instalados, com capacidade estimada de atendimento de 1,4 milhão de famílias.

A Política de Assistência Social mantém, ainda, programas estratégicos de cunho nacional que contam com a adesão dos Estados e Municípios no enfrentamento à violação de direitos. Nesse conjunto destaca-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atende atualmente cerca de 1 milhão de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, que se encontram em situação de trabalho, em 3.256 municípios brasileiros. Visando ampliar o alcance do Programa, aproveitar sinergias e integrar esforços, a partir de 2006, o Programa Bolsa-Família assumiu parcialmente o componente de transferência de renda do PETI. Prevê-se para o outro componente, representado pelas ações socioeducativas, o valor de R\$ 316,3 milhões, o que permitirá alcançar, em 2007, a meta de atendimento de 1,5 milhão de crianças e adolescentes em situação de trabalho.

No que se refere a violação de direitos, vêm sendo aperfeiçoadas as ações no Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, por intermédio da implantação dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), em corresponsabilidade com os Municípios, cujo objetivo é prestar assistência psicossocial e jurídica às crianças, adolescentes e famílias vitimadas pela violência. A capacidade de atendimento

desses Centros foi expandida, em 2005, de 314 Municípios e 18.630 atendimentos para 1.104 municípios e 51.330 atendimentos. Para a continuidade desta importante ação, em 2007, estão previstos R\$ 45,4 milhões para o atendimento de cerca de 84 mil pessoas.

O Governo Federal é o responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste no repasse mensal de um salário mínimo às pessoas idosas com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência, cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou inferior a um quarto do salário mínimo. Em 2006, 1,13 milhão de idosos e 1,25 milhão de pessoas com deficiência estão sendo beneficiados, sendo que, para 2007, serão beneficiados 1,46 milhão e 1,67 milhão, respectivamente, demandando recursos da ordem de R\$ 13,5 bilhões.

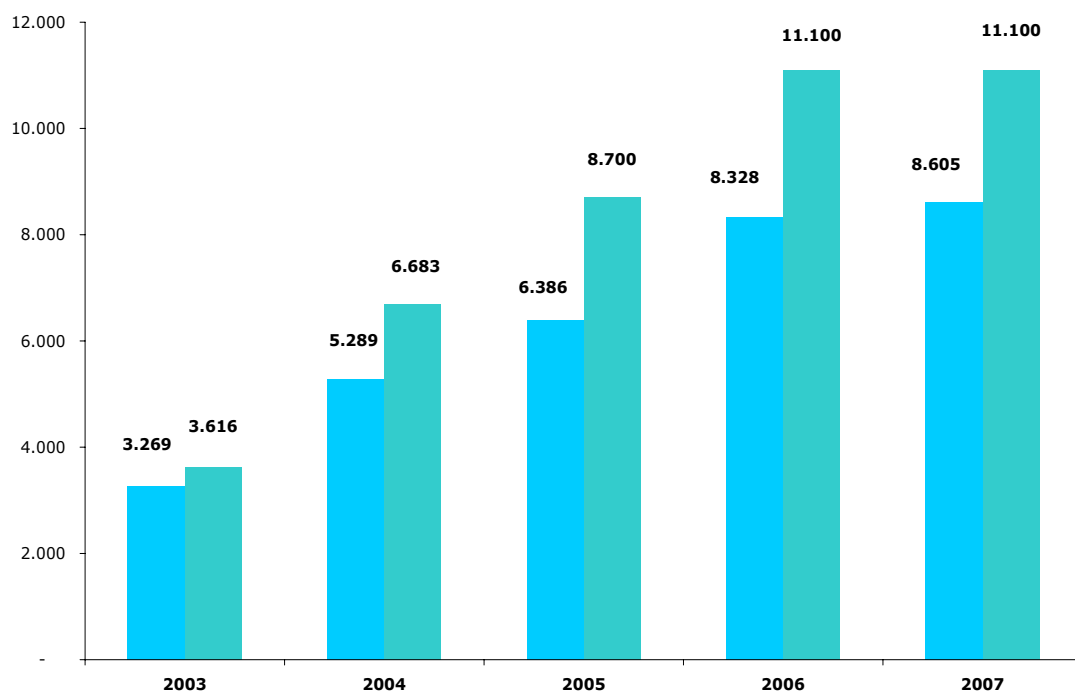
SEGURANÇA ALIMENTAR

Desde o início do atual Governo a questão alimentar foi definida como tema central para as políticas públicas brasileiras, e um dos principais desafios o combate à fome. A gravidade deste problema foi confirmada pelos dados da PNAD 2004, que apontam cerca de 18,0 milhões de domicílios no País (ou seja, 35% do total, onde moram 72 milhões de pessoas) vítimas de insegurança alimentar em graus diversos.

A urgência em possibilitar o acesso de parcela da população brasileira a uma alimentação adequada, impôs a implementação de uma estratégia de enfrentamento da fome, por intermédio do Fome Zero. A partir da constatação de que a fome no Brasil decorre da impossibilidade de acesso aos alimentos por insuficiência de renda, a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) visa garantir o direito de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente a todos os brasileiros.

Aliada ao Fome Zero, cujos resultados podem ser constatados em todo o País, a criação do Programa Bolsa-Família (PBF), com a unificação de programas de transferência de renda, permitiu o atendimento, em julho de 2006, de 11,1 milhões de famílias, em 5.557 Municípios, que recebem, em média R\$ 61,0 ao mês. Alcançou, assim, 99,2% das famílias pobres em quase todos os municípios brasileiros. Ressalte-se, em particular, a importância para a Região Nordeste, que responde por 5,5 milhões de famílias atendidas, ou seja, 49,5% do total. Pode-se visualizar, pelo gráfico abaixo, a evolução desse programa:

Gráfico 1 – Evolução do atendimento do Programa Bolsa Família (físico e financeiro)



Fonte: Ministério da Previdência Social

Financeiro
(R\$ milhões)

Físico (milhares
de famílias)

O PBF vem melhorando expressivamente o acesso aos alimentos e a situação nutricional das famílias e contribuindo efetivamente para elevar as condições de saúde de seus membros e de escolarização das crianças. Das crianças beneficiadas pelo Bolsa-Família, 97% estão com frequência regular nas escolas (dados de 80% das escolas e 100% dos municípios), 86,6% contam com acompanhamento na área de saúde e 98,1% estão vacinadas. Além disso, 85,6% das gestantes estão sendo acompanhadas em seu pré-natal. Para alcançar estes resultados, o volume de recursos investidos em transferência de renda de 2003 a 2005 quase dobrou, passando de R\$ 3,3 bilhões para R\$ 6,4 bilhões. Em 2006, estão previstos R\$ 8,3 bilhões e o PBF deve alcançar 100% da sua meta, enquanto para 2007 o valor é de R\$ 8,6 bilhões, mantido o número de famílias atendidas.

Além de assegurar uma renda mínima à população em situação de pobreza e de extrema pobreza, a estratégia do Fome Zero desenvolve um amplo conjunto de iniciativas na área de acesso aos alimentos, com resultados igualmente expressivos. A Alimentação Escolar garante o acesso a pelo menos uma refeição diária a 37 milhões de crianças e adolescentes matriculados na rede pública da pré-escola e do ensino fundamental.

Com o objetivo de fortalecer essa ação e corrigir os valores repassados para os alunos, sem atualização há cerca de dez anos, aumentou-se o valor por aluno da pré-escola em, aproximadamente, 270% (de R\$ 0,06 para R\$ 0,22/dia), e estendeu-se o benefício a 881 mil crianças de 18 mil creches públicas e filantrópicas. No ensino fundamental, o aumento do valor por aluno foi de 70% (de R\$ 0,13 para R\$ 0,22/dia), enquanto para as escolas de comunidades indígenas e quilombolas foi de cerca de 240% (de R\$ 0,13 para R\$ 0,44/dia). Coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) destaca-se por ampliar o acesso dos trabalhadores aos alimentos, por intermédio de um auxílio financeiro específico. O programa garante, em 2006, refeições diárias a 8,9 milhões de trabalhadores em todo o Brasil, e em 2007, pretende atender a 9,3 milhões de trabalhadores.

Diversas outras iniciativas são implementadas no âmbito do Fome Zero, merecendo destaque:

- a construção de cisternas;
- a distribuição de cestas de alimentos para populações e grupos vulneráveis;
- a distribuição de vitamina “A” e de “ferro” para grupos particularmente vulneráveis da população brasileira – como as gestantes, as mulheres no pós-parto e as crianças recém-nascidas;
- a construção de Restaurantes Populares e a implantação de Banco de Alimentos;
- as ações de caráter educativo; e
- o apoio à agricultura familiar por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

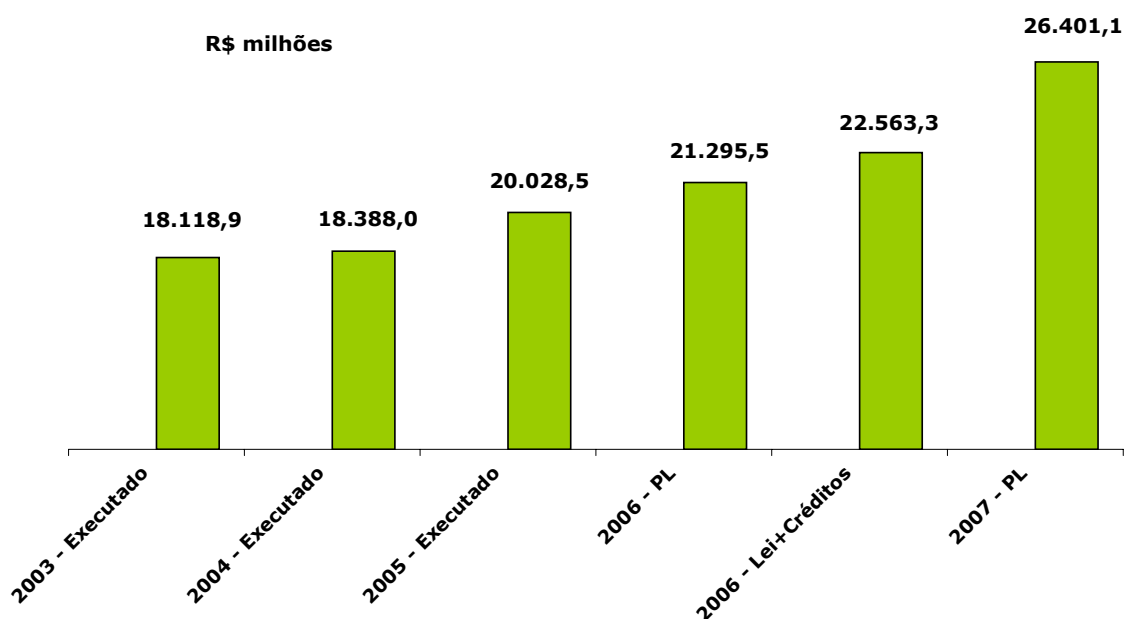
Na busca de garantir o acesso da população a alimentos, foram também desonerados de tributos os produtos da cesta básica, o que tornou o arroz, o feijão, a farinha de mandioca, o fubá e o leite mais acessíveis à população brasileira nos últimos anos.

Por fim, cabe destacar na área de segurança alimentar e nutricional a relevância do encaminhamento ao Congresso Nacional de Anteprojeto de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A proposta, se transformada em lei, permitirá integrar e organizar as políticas de segurança alimentar desenvolvidas pelas três esferas de governo e pela sociedade.

EDUCAÇÃO

Reconhecendo que a educação é uma das bases para o desenvolvimento nacional, o Governo tem por objetivo garantir educação de qualidade para todos, a partir das diretrizes de democratização do acesso e garantia de permanência em todos os níveis de ensino. A educação deve ser concebida e gerida de forma sistêmica, de modo que os diversos níveis e modalidades de ensino que a compõem estabeleçam sinergias e compartilhem esforços. Nesse sentido, apresenta-se abaixo a evolução crescente dos gastos na área:

Gráfico 1 – Educação - 2003-2007



Fonte: Ministério da Previdência Social

EDUCAÇÃO BÁSICA

a) Formação de professores e trabalhadores em Educação Básica

O Brasil tem uma enorme carência de docentes na educação básica, além do que uma grande parcela não possui a formação adequada, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O Governo Federal está implementando um Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica por meio do apoio aos Estados e Municípios para que desenvolvam ações de formação e capacitação de professores e demais profissionais da rede pública de ensino, em duas modalidades de cursos: formação inicial, para profissionais sem a habilitação legal, e formação continuada, para atualização pedagógica dos docentes, por intermédio das ações Pro-infantil, Pro-formação, Pro-letramento, Rede de Formação Continuada, e Universidade Aberta do Brasil. Ressalta-se que, em 2005, cerca de 45 mil professores participaram dos cursos. Para 2006, estão alocados no orçamento recursos no valor de R\$ 117,6 milhões, enquanto que para 2007 estão previstos R\$ 247,4 milhões.

b) Avaliação do ensino

As avaliações escolares são insumos importantes para a tomada de decisão na área educacional e subsidiam medidas no sentido de corrigir distorções e de aperfeiçoar as práticas das escolas e dos sistemas de ensino. Foi de grande importância aprofundar o monitoramento do desempenho dos alunos, por escola, de forma a permitir a melhoria da qualidade da educação básica. Por intermédio da Prova Brasil, que identifica as experiências positivas e as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por escolas, alunos e professores, foram avaliadas, pela primeira vez, todas as escolas públicas urbanas de 4ª a 8ª séries do País.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), por sua vez, constitui-se de exame individual, voluntário, e é oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio. Além de ser uma referência para auto-avaliação, o ENEM serve como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção para o ingresso no ensino superior e no mercado de trabalho, além de constituir um dos pré-requisitos às bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni). A edição 2005 do ENEM, que contou com a maior participação desde 2000, teve 3 milhões de inscritos e o dobro do índice de presença em comparação com 2004. De forma a continuar com as avaliações, ampliando ainda mais a percepção em relação à realidade do ensino no Brasil, para o ano de 2007, estão previstos recursos de R\$ 234,5 milhões.

c) Acesso ao livro didático

Preservando a afirmação da diversidade das propostas educacionais e das relações escola-cultura-sociedade e atribuindo ao livro didático a condição de instrumento essencial a essa realização, foi implementado o Programa Nacional do Livro Didático que beneficia, anualmente, 31 milhões de alunos do ensino fundamental. Cabe destacar que, desde 2004, para utilização em 2005, as escolas de educação especial pública e privada (definidas pelo Censo Escolar como comunitárias e filantrópicas) estão sendo atendidas pelo Programa. Em 2006, está prevista a distribuição de cerca de 97,1 milhões de livros para o ensino fundamental, envolvendo R\$ 571,0 milhões. Para 2007, a estimativa é de distribuir 99,7 milhões de exemplares ao custo total de R\$ 679,9 milhões.

Também em 2004, foi criado, de forma piloto, o Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio (PNLEM) que distribuiu 2,7 milhões de livros didáticos para os 1,3 milhão de alunos da primeira série do ensino médio das 5,3 mil escolas públicas das Regiões Norte e Nordeste. O PNLEM universalizou a distribuição de livros de português e matemática para o ensino médio a partir de 2005 (para utilização em 2006). Para 2007, está prevista a distribuição de cerca de 2,7 milhões de livros, demandando cerca de R\$ 35,00 milhões.

O Programa Nacional da Biblioteca Escolar atendeu, em 2003, quase o dobro de alunos em relação ao ano anterior. Em 2005, beneficiou 17 milhões de alunos, com a distribuição de 3,6 milhões de exemplares em 136 mil escolas, prevendo-se para 2007 a distribuição de 5,9 milhões de exemplares ao custo de R\$ 54,0 milhões.

d) Assistência ao estudante

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), popularmente conhecido como merenda escolar, é um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo. O Programa, além de contribuir para a melhoria da capacidade de aprendizagem dos alunos e para a redução da evasão escolar, constitui-se em importante instrumento de distribuição de renda entre as camadas mais pobres. Em 2006, foi alocado cerca de R\$ 1,3 bilhão, enquanto que para 2007 estima-se ser utilizado R\$ 1,6 bilhão.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) tem por objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público, residentes em área rural, que utilizam transporte escolar. Até 2003, o Ministério da Educação repassava recursos aos Estados, Municípios e entidades da sociedade civil para a aquisição de veículos, por meio de convênios, sendo que atualmente os repasses são feitos automaticamente aos Estados e Municípios. Os recursos, que têm caráter suplementar ao que era usado para compra de veículos, passaram a ser aplicados, a partir de 2004, na manutenção dos veículos da frota própria e na contratação de serviços terceirizados para o transporte escolar. Essas mudanças agilizaram o repasse e universalizaram o atendimento. Dessa forma, pela primeira vez, em 2005, todos os Municípios com alunos residentes em áreas rurais receberam, de forma automática, recursos do Governo Federal para o transporte, atendendo cerca de 3,3 milhões de alunos, em 5.317 municípios, com recursos financeiros da ordem de R\$ 246,9 milhões. Para o exercício de 2007, está previsto o atendimento de 2,8 milhões de crianças com R\$ 270,0 milhões.

e) Financiamento da educação básica

As acentuadas desigualdades socioeconômicas regionais, associadas às diferentes capacidades de Estados e Municípios financiarem a educação, é um dos principais obstáculos à universalização do acesso e à melhoria da qualidade da educação. A proposta de Emenda Constitucional para a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), encaminhado ao Congresso Nacional (PEC 415/05), em substituição ao atual Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), visa fundamentalmente equacionar o financiamento da educação básica, ampliando os investimentos do setor. O Fundeb criará possibilidades para o crescimento do ensino médio e da educação infantil, etapas da educação básica não contempladas pelo Fundef, representando, dessa forma, um avanço para o pacto federativo ao reordenar as relações entre União, Estados e Municípios.

A substituição do Fundef (que se encerra em 2006) pelo Fundeb implicará o aumento do número de alunos atendidos de 30 milhões para 48 milhões. Nos quatro primeiros anos, os recursos da União, Estados e Municípios para o novo fundo serão ampliados gradativamente. Nesse período, o orçamento global deve atingir R\$ 50,6 bilhões ao ano, contra os atuais R\$ 32,7 bilhões (dados de 2005) investidos pelo Fundef. Pelo menos 60% dos recursos serão destinados à remuneração e valorização dos professores e trabalhadores em atividade nas escolas da rede pública de ensino. Para 2007, estão alocados R\$ 2 bilhões para a Complementação da União ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

EDUCAÇÃO SUPERIOR

O papel decisivo da educação superior para a inclusão social, geração de trabalho e renda, diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, levou o Governo a expandir a rede federal de educação superior, beneficiando, sobretudo, cidades do interior, em regiões desprovidas de instituições de ensino superior federais. Estão em processo de implantação dez universidades federais, quatro totalmente novas, como a Universidade Federal do ABC em São Paulo, e outras seis por desmembramento de instituições ou, ainda, por transformação de faculdades isoladas em universidades. Também estão sendo criados e consolidados 48 *campi* em todas as regiões do País, sendo destinados para esta finalidade, em 2007, recursos da ordem de R\$ 390,4 milhões.

Além da expansão da rede federal, o Governo vem ampliando os recursos para a manutenção e desenvolvimento das instituições federais de ensino superior (IFES). Em 2006, os recursos destinados ao funcionamento dos cursos de graduação e à modernização e recuperação da infra-estrutura física das IFES foram de R\$ 7,04 bilhões, prevendo-se para 2007 o valor de R\$ 8,44 bilhões.

Com o objetivo de monitorar a qualidade do ensino, nas instituições públicas e privadas de ensino superior do País, foi implantado em 2004 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), composto de três instrumentos de avaliação: i) avaliação das instituições (interna e externa); ii) avaliação dos cursos; e iii) Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Em novembro de 2004 foi realizada a primeira edição do Enade, que submete à avaliação estudantes do primeiro e do último ano dos cursos de graduação, no intuito de aferir o quanto cada curso agrega ao conhecimento de seus estudantes, pretendendo-se avaliar, em três anos, todas as 52 áreas do conhecimento.

O Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. O ProUni garante transparência à filantropia revertendo incentivos fiscais em vagas para estudantes de baixa renda nas instituições privadas de educação superior, por meio de bolsas de estudo. O Programa recebeu a adesão, em seu primeiro processo seletivo, de 1.142 instituições de ensino superior privadas, tendo ofertado, nos anos de 2005 e 2006, 250 mil bolsas. O ProUni também está implantando a concessão da bolsa-permanência, para garantir a continuidade dos estudos, que é um auxílio financeiro no valor de R\$ 300,00 mensais a estudantes em regime de tempo integral (na primeira fase de implantação, somente a estudantes do curso de medicina). Pelo fato de muitos beneficiários de bolsas parciais do ProUni não terem condições de atender a outra metade do custo da mensalidade, parte dos recursos do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES) está sendo redirecionada para cobrir os outros 50%.

A reforma da educação superior, delineada no Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, contou com a participação de mais de 200 entidades, em dois anos de democrática discussão com a sociedade civil. Trata-se da proposição de um novo marco regulatório para a educação superior, que privilegia a qualidade e destina às instituições federais de ensino superior, por um período de dez anos, 75% da receita constitucionalmente vinculada à manutenção e desenvolvimento do ensino.

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

O Governo Federal desenvolve uma política de educação de jovens e adultos que visa garantir a continuidade de estudos da população de quinze anos ou mais que não completou, no mínimo, o ensino fundamental. O programa consiste na transferência de recursos financeiros a Estados, Municípios, instituições de ensino superior e entidades da sociedade civil para a formação de alfabetizadores e implantação de cursos de alfabetização. Foram atendidos 2.729 Municípios, em 2003, e cerca de 1,67 milhão de alfabetizandos. Em 2004, sua abrangência estendeu-se para 3.661 Municípios, tendo sido atendidos cerca de 1,72 milhão de estudantes. A partir de 2005, os beneficiados se aproximam de 2,0 milhões de alfabetizandos, em cerca de 4 mil municípios.

Dando continuidade à referida política, vale salientar que o “Fazendo Escola” é uma ação voltada para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mediante o apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios para a ampliação do atendimento e a melhoria da qualidade do ensino fundamental para jovens e adultos, realizado por intermédio da transferência, em caráter suplementar, aos sistemas estaduais e municipais para aquisição, impressão ou produção de livro didático, material escolar para aluno e professor, pagamento de professores do quadro ou contratados temporariamente, formação continuada de docentes e aquisição de gêneros alimentícios. Atualmente são contemplados 4.175 Municípios de todas as unidades federadas, e beneficiados 3,34 milhões de alunos, sendo que para 2007 prevê-se a utilização de R\$ 100,00 milhões, a fim de beneficiar mais 400 mil estudantes.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Em 2005, foram registradas cerca de 640 mil matrículas de alunos com necessidades especiais no sistema de ensino, o que representou um crescimento de 42,5%, nos três últimos anos. Atualmente, chega a 39 mil (crescimento de 85,5%) o número de escolas públicas com alunos portadores de necessidades educacionais especiais matriculados. Para 2007, estão destinados R\$ 41,3 milhões para o apoio ao desenvolvimento da educação especial em Estados e municípios.

CULTURA

O desafio das políticas culturais no atual Governo é a promoção de amplas ações com base territorial que proporcionem a universalização dos direitos culturais, tanto no acesso a bens quanto na valorização da diversidade. Essa premissa se traduziu na apresentação e aprovação de regras de nível constitucional que instituem mecanismos para a consolidação de políticas públicas coordenadas entre União, Estados, Municípios e Sociedade Civil.

A EC no 48, de 10 de agosto de 2005, estabelece o Plano Nacional de Cultura para a defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro, a produção, promoção e difusão de bens culturais, a formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões, a democratização do acesso e valorização da diversidade étnica e regional. O elemento decisivo é a integração de poder público em todos os níveis. Além disso, tramitam no Congresso duas iniciativas importantes para a área da Cultura: (i) a PEC 310/2004 que objetiva estabelecer um sistema público de financiamento das atividades culturais; e (ii) a PEC 416/2005 que cria o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), estabelecendo os parâmetros para que subsistemas complementares: museus, bibliotecas, arquivos, fomento e incentivo se articulem ao SNC.

Em 2005, o MinC teve seus recursos orçamentários ampliados, e executados, em termos reais, 62% a mais em relação a 2003. No que diz respeito às Leis de Incentivo (Rouanet e Audiovisual), ainda em 2003, foi ampliado o teto de renúncia fiscal de R\$ 160,0 milhões para R\$ 401,0 milhões, o que resultou em aumento na captação para projetos culturais. Outra iniciativa importante foi a criação de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), direcionadas a pequenas e médias empresas culturais e para a construção de salas de cinema.

No que se refere aos programas, destaca-se o Programa Cultura, Educação e Cidadania. Os Pontos de Cultura, eixo central do Programa, são unidades de recepção e disseminação de bens culturais em comunidades que se encontram à margem dos circuitos culturais e artísticos convencionais, sendo que, desde 2004, já foram instalados 442 pontos de cultura. Para 2007, serão alocados R\$ 57,1 milhões no referido programa, dos quais R\$ 50,4 milhões estarão reservados aos Pontos de Cultura, com o objetivo de ampliar para 845 o número de espaços culturais apoiados.

Em 2005, o Programa Brasil Som e Imagem apoiou a produção de 35 documentários para TV e a realização de 24 oficinas estaduais para formatação de projetos cinematográficos, sob iniciativa do Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro (DocTV). Também foram realizados 40 filmes pelo projeto Revelando os Brasis e 42 projetos cinematográficos nacionais foram apoiados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), dos quais 23 relacionados à finalização de obras. Está sendo alocado para esse Programa, em 2007, o montante de R\$ 54,1 milhões.

Para aumentar a eficácia do conjunto de ações voltadas à preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, implantou-se nova estrutura administrativa no Instituto do Patrimônio

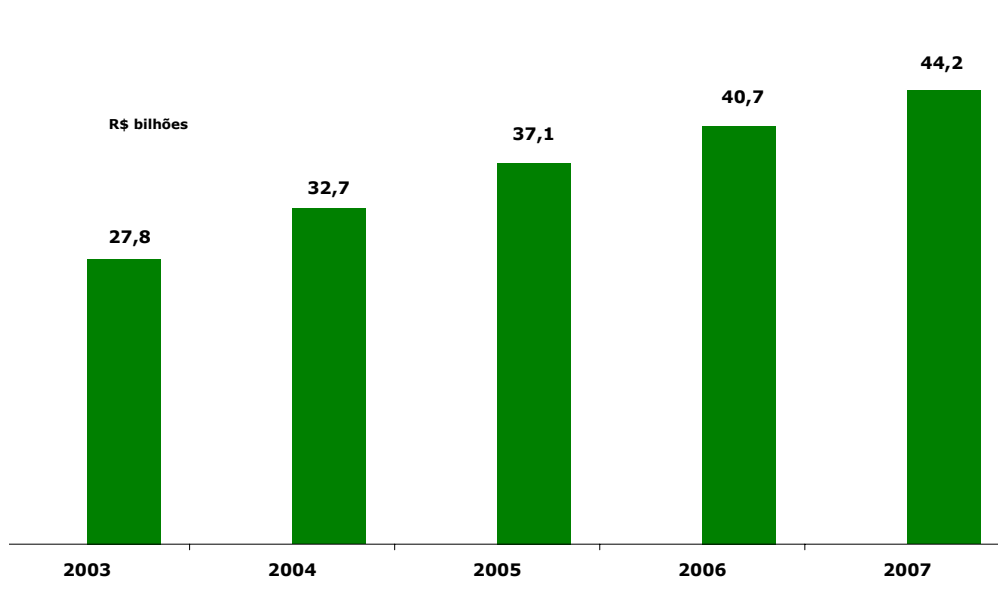
Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o que permitiu ampliar o alcance das ações do Instituto, fortalecer sua atuação no território nacional, e prosseguir com as ações para a consolidação do Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Para os Programas Brasil Patrimônio Cultural e Museu Memória e Cidadania, será alocado para 2007 o valor de R\$ 71,2 milhões, para atendimentos de projetos nas áreas do patrimônio cultural e de museus, preservação de bens culturais de natureza material e imaterial, modernização de 45 museus e funcionamento dos museus da União, beneficiando um público de mais de 1,8 milhão de pessoas.

No âmbito do Programa Monumenta, teve continuidade o desenvolvimento de projetos de revitalização em 82 municípios históricos. Desde o início do Programa foram concluídas 57 obras de recuperação em sítios históricos de 18 municípios e outras 46 obras estão em fase de conclusão. Para 2007, estão sendo alocados R\$ 76,0 milhões, dos quais R\$ 63,2 milhões serão destinados à preservação do Patrimônio Histórico Urbano, tendo como meta contribuir para a preservação de 26 conjuntos históricos.

SAÚDE

O Governo Federal investe no fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e, dessa forma, busca cumprir a obrigação constitucional de prover saúde para todo cidadão brasileiro. Observa-se no gráfico a seguir a evolução dos valores aplicados em saúde, de modo a assegurar os recursos necessários para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde em atendimento à determinação da EC nº 29, de 13 de setembro de 2000, que atingirão R\$ 44,2 bilhões, em 2007.

Gráfico 1 – Saúde - Aplicação Mínima EC nº 29 - 2003-2007



Fonte: SOF/MP

O SUS tem garantido o atendimento de milhões de pessoas nos diversos níveis da atenção à saúde, desde a atenção básica até os procedimentos de média e de alta complexidades, como transplantes, terapia renal substitutiva, quimioterapia e cirurgias cardíacas e oncológicas. Em 2007, a meta é realizar 251,6 milhões de atendimentos, para os quais foram alocados R\$ 18,7 bilhões.

Por um lado, o SUS deve dar continuidade no enfrentamento do desafio que representa a mudança no perfil de mortalidade da população brasileira, caracterizada pelo aumento das doenças não transmissíveis, tais como neoplasias e doenças cerebrovasculares e as provocadas por causas externas. Por outro, deve também dar continuidade às ações de controle de doenças transmissíveis, tanto as que vêm de longa data (malária, dengue, tuberculose, hanseníase, entre outras), como as mais recentes (AIDS) e as de potencial irrupção (por exemplo, gripe aviária).

Apesar de todos esses desafios, é possível contabilizar evolução favorável em alguns indicadores clássicos da situação de saúde. A mortalidade infantil, por exemplo, vem mantendo sua tendência de redução. Entre 1996 e 2004, a taxa de mortalidade infantil

decreceu em 32,8%, passando de 33,5 para 22,5 óbitos de menores de um ano, por mil nascidos vivos.

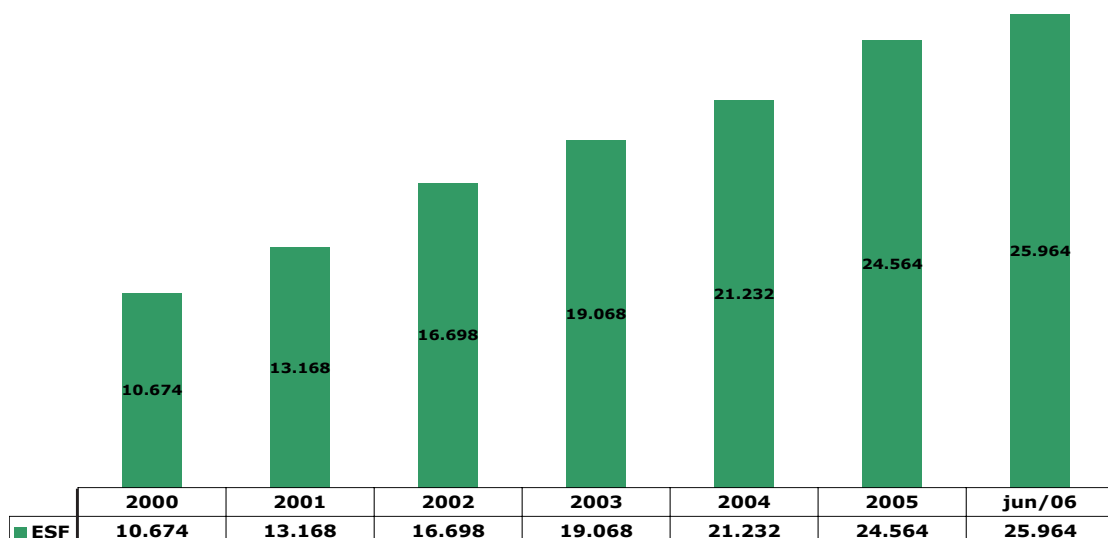
Fatores demográficos e socioeconômicos certamente contribuíram para esses resultados, aliados às ações contempladas em diversos programas do Ministério da Saúde, tais como o Programa de Saúde da Família, o Programa Alimentação Saudável, o Programa Nacional de Imunização e o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, entre outros.

ATENÇÃO BÁSICA

Não obstante a destinação de recursos para a Assistência Hospitalar e Ambulatorial ser bastante significativa, o que indica, ainda, a prevalência do “Modelo Hospitalocêntrico” nas políticas de saúde, constata-se a continuidade da busca pela priorização das ações de Atenção Básica, destinadas à promoção e prevenção de agravos e doenças.

A atenção básica em saúde apresentou grande avanço com a adoção da Estratégia Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários. O Programa Saúde da Família (PSF) foi escolhido pelo Governo Federal como o eixo estruturante da Atenção Básica, e ao levar as práticas e ações integrais e contínuas de saúde para o âmbito familiar, melhorou a qualidade de vida dos brasileiros nas áreas rurais e periferias urbanas. Entre 2000 e junho de 2006, o número de Municípios que faziam parte da Estratégia Saúde da Família aumentou de 1.753 para 5.081 e como consequência a cobertura populacional nesse período passou de 17,4% para 44,9%. Em 2000, 4.325 Municípios possuíam Agentes Comunitários de Saúde (ACS), em 2006, esse número chegou a 5.284 Municípios. Em junho de 2006, estavam em plena atuação nos Municípios brasileiros 25.964 equipes de saúde da família e 215.162 agentes comunitários. Para o exercício de 2007 a meta é manter 30 mil equipes de saúde da família, para o que foram destinados R\$ 4,1 bilhões.

Gráfico 2 – Equipes de saúde da Família implantas - Brasil, 2000-junho/2006



Adicionalmente, destaque-se que a atenção odontológica, um dos desafios importantes para o SUS, foi incluída na Estratégia Saúde da Família por meio das ações de saúde bucal contempladas no Programa Brasil Sorridente. Novas Equipes de Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família vêm sendo implementadas, chegando, em 2005, a um total de 13.707 equipes atuando em 4.058 Municípios, o que fez com que a cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal atingisse 67,5 milhões de pessoas. Ações especializadas de saúde bucal estão sendo expandidas por meio da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), resultando, até junho de 2006, em 396 CEO implantados. Especificamente para a ação Atenção à Saúde Bucal, que tem como finalidade subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas nessa área, será destinado, para 2007, o valor de R\$ 124,8 milhões, para a cobertura de 110 milhões de habitantes.

ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

O Governo vem buscando, igualmente, a reestruturação da atenção de média e alta complexidades, incluindo a atenção pré-hospitalar. O conjunto de medidas abrange desde transformações no modelo de gerenciamento de grandes hospitais, com a adoção de novas tecnologias de gestão, até investimentos em instalações físicas (adequação) e compra de equipamentos (modernização tecnológica). Por meio da Política de Qualificação da Atenção à Saúde no SUS (QualiSUS), em 2006, foram assinados convênios com todos os Estados e estão sendo atendidos hospitais em 13 capitais. O Governo Federal investiu, em 2004, R\$ 45,5 milhões; em 2005, R\$ 140,0 milhões e, em 2006, estão previstos R\$ 300,0 milhões, para atender todas as capitais. Na ação Investimento para a Qualificação da Atenção à Saúde e Gestão do SUS, estão previstos para 2007 gastos da ordem de R\$ 100,0 milhões, enquanto que, para a ação Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde, prevê-se um orçamento de R\$ 300,0 milhões, destinados ao cumprimento da meta de estruturar 928 unidades.

Entre as iniciativas no âmbito da atenção hospitalar, merece também destaque a nova relação estabelecida entre os Hospitais de Ensino e Hospitais de Pequeno Porte. Em relação aos hospitais de Ensino foram estabelecidos contratos que, além de estipularem metas de produção, definem outras relacionadas à qualidade da assistência, ao ensino e à gestão hospitalar. Até o momento, 63 Hospitais de Ensino aderiram a essa nova forma de relacionamento, sendo que o sucesso dessa política determinou sua expansão para os hospitais filantrópicos. Com relação aos Hospitais de Pequeno Porte, a maior mudança foi na forma de remuneração, uma vez que passaram a ser remunerados por orçamento global, ampliando a capacidade de planejamento da assistência. Em contrapartida, essas unidades se integram de forma mais efetiva às prioridades de atendimento do SUS.

Uma outra prioridade da atuação do Ministério da Saúde foi reforçar o serviço pré-hospitalar, uma vez que os Hospitais Públicos concentram os maiores serviços de urgência e emergência do País. A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências tem na implantação dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), em setembro de 2003, sua mais importante iniciativa. Atualmente encontra-se em 784 municípios brasileiros, cobrindo cerca de 85,8 milhões de pessoas. A ação Apoio à Estruturação de Serviços de

Atenção às Urgências e Emergências por Violências e Causas Externas, que tem como finalidade estruturar a rede de serviços para o atendimento às necessidades da atenção às urgências, tem como meta para 2007 apoiar 140 unidades da SAMU - 192, com previsão de gastos de R\$ 350,0 milhões.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS

No campo das doenças transmissíveis, destaca-se o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (DST/AIDS). Reconhecido internacionalmente, o Programa atende atualmente a 166.500 portadores do vírus HIV, que fazem uso de terapia anti-retroviral (ARV), possibilitando melhorias na qualidade e na expectativa de vida. Como resultado, observa-se no País uma redução significativa da mortalidade e do número de internações por doenças oportunistas. Atualmente, o Ministério da Saúde disponibiliza 16 medicamentos ARV, para o tratamento de 100% das pessoas que possuem o HIV. Outro avanço é a ampliação do acesso ao diagnóstico do HIV e de outras DST. Cabe registrar, ainda, a implantação de rede laboratorial, o incentivo à produção nacional de testes laboratoriais e a ampliação da rede de serviços onde o teste é ofertado.

Quanto às demais doenças infecciosas e parasitárias, tais como a malária, a tuberculose e a hanseníase, a política de descentralização e financiamento estável no controle de endemias continua orientando a atuação do Estado brasileiro, permitindo melhor integração com outras ações de atenção básica, como os Agentes Comunitários de Saúde, as Equipes de Saúde da Família e a própria rede de serviços do SUS.

Nas ações de prevenção, é necessário destacar o êxito do Programa Nacional de Imunizações, cujo principal objetivo é contribuir para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças imunopreveníveis. As coberturas vacinais, no caso da vacinação de idosos (60 anos e mais) contra gripe, têm superado a meta a cada ano, variando de 72,5% (2000) a 84% (2005), ultrapassando, dessa forma, a meta de cobertura recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que é de 70%. Foi ultrapassada a meta de 95% para a campanha contra poliomielite em crianças menores de cinco anos. O orçamento destinado às ações de imunização aumentou de R\$ 263,0 milhões, em 1999, para R\$ 592,0 milhões, em 2005, permitindo a vacinação de aproximadamente 60 milhões de pessoas para todas as vacinas e faixas etárias alvo da vacinação. Para 2007, a previsão é de destinar R\$ 833,6 milhões para o Programa de Prevenção e Controle das Doenças Imunopreveníveis.

Por intermédio do Programa Nacional de Imunizações, mais de 90% das crianças brasileiras recebem a cada ano as vacinas contra sarampo, difteria, tétano, coqueluche, poliomielite, hepatite B e a vacina BCG contra formas graves da tuberculose. Ampliando a oferta de imunobiológicos, foi implantada em 2006 a vacina oral de rotavírus humano, em todo o País, para as crianças na faixa etária de seis a vinte e quatro semanas de vida. Trata-se de um avanço no controle de doenças diarreicas graves por rotavírus, sendo prevista, para 2007, a aquisição de 8,7 milhões de doses da citada vacina, ao custo total de R\$ 152,1 milhões.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Na assistência farmacêutica, houve um importante aumento dos investimentos, devendo ser aplicados cerca de R\$ 4,2 bilhões até o final de 2006. Além da manutenção e expansão dos programas de distribuição de medicamentos e do reajuste, em 2005, do valor do incentivo *per capita* para a assistência farmacêutica básica em 65%, o Ministério da Saúde procurou ampliar o acesso da população aos medicamentos essenciais.

Nesse contexto, cabe destacar que o Programa Farmácia Popular do Brasil, lançado em junho 2004, colocou em funcionamento 182 unidades, em 141 Municípios de 23 Estados. Estão em fase de implantação mais 287 unidades, perfazendo um total de 469 unidades credenciadas. Essas farmácias tornaram disponíveis, até junho de 2006, 347 milhões de unidades de medicamentos, com uma economia para os quase 5 milhões de beneficiários de até 90%, em relação ao preço de mercado.

A partir de maio de 2006, foi instituída a segunda fase do Programa, envolvendo o Governo Federal e farmácias privadas, visando à venda subsidiada de medicamentos para diabetes e hipertensão arterial. Nessa forma de operar, foram credenciadas 2.417 unidades, em todo o País. Em 2005, investiu-se R\$ 51,1 milhões nesse programa. Para 2006, o orçamento previsto para as duas modalidades é de R\$ 205,0 milhões, e para 2007 de R\$ 228,0 milhões.

A produção estatal de medicamentos, consoante com a política de maior sustentabilidade em insumos básicos, também aumentou. Somente no período entre janeiro de 2003 e outubro de 2005, foram produzidos 5 bilhões de unidades. Como marco relevante, destacam-se a aquisição de medicamentos junto à iniciativa privada e a criação, em dezembro de 2004, da Hemobrás – Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia, que deverá se tornar auto-sustentável num prazo de cinco anos após o início de funcionamento, com capacidade de fracionar de 400 a 500 mil litros de plasma ao ano. O montante alocado no Ministério da Saúde para a estruturação da Hemobrás em 2007, será de R\$ 36,6 milhões.

AS AGÊNCIAS DA SAÚDE

Vale ressaltar, no âmbito da área da saúde, a importância da atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A Anvisa tem como objetivo promover e proteger a saúde da população por intermédio do controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados. Destacam-se como suas principais ações: (a) Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade Sanitária de Alimentos; (b) Regulamentação das Boas Práticas de Fabricação (BPF); (c) Capacitação dos fiscais sanitários e do setor regulado em BPF; e (d) Implementação de Programas Nacionais de inspeção sanitária, nos estabelecimentos identificados como de maior risco. Já a ANS tem como função a regulação da saúde suplementar e o saneamento desse mercado. Vale informar que, nos últimos três anos, as ações de fiscalização realizadas pela ANS saltaram de 12.109 para 17.117, um crescimento da ordem de 70,7%.

ESPORTE

O foco principal das ações de Governo na área esportiva é a inclusão social. Apesar desse importante objetivo nortear a política para o setor, outras iniciativas merecem destaque, tais como a promoção do esporte de base, a descoberta e o apoio a talentos esportivos e o incentivo à prática esportiva de lazer, entre outras.

Sob a ótica da inclusão social, destaca-se o programa Segundo Tempo, o qual atendeu a cerca de 1,5 milhão de crianças e adolescentes em todo o País, tendo sido implantados 2,5 mil núcleos, localizados em mais de 1,2 mil Municípios. O Programa oferece, no contra-turno escolar, um conjunto de atividades sócio-educativas que incluem reforço escolar, práticas esportivas e culturais, além de reforço alimentar. Para 2007, estão alocados R\$ 77,4 milhões no referido Programa, com o objetivo de ampliar para mais de 2 milhões a quantidade de alunos já beneficiados.

O programa Esporte e Lazer da Cidade contribui para democratizar o acesso a atividades esportivas e de lazer a toda a população, ao apoiar a implantação e modernização de núcleos de esporte recreativo e de lazer, em ação conjunta com os Municípios. Até o momento, foram implantados ou revitalizados cerca de 500 núcleos em todas as regiões do País. Para tanto, será destinado a esse Programa, em 2007, o montante de R\$ 15,7 milhões, o que possibilitará o atendimento a cerca de 993 mil pessoas, dos quais 243 mil idosos.

O programa Inserção Social pela Produção de Material Esportivo contribui para a ressocialização e profissionalização de internos do sistema penitenciário, beneficia adolescentes em conflito com a lei e absorve mão-de-obra de pessoas residentes em comunidades carentes, proporcionando-lhes inclusão social e geração de renda. Somam 13 mil os presidiários e jovens em conflito com a Lei engajados no Programa. As 77 unidades de produção existentes produziram, desde 2003, cerca de 2,2 milhões de itens de materiais esportivos. Para o ano de 2007, serão produzidas mais 1,3 milhão de itens de materiais esportivos, sendo previsto o valor de R\$ 20,5 milhões.

Na área do esporte de alto rendimento, destaca-se a concessão de bolsa a atletas, sob a forma de auxílio financeiro, que apóia, atualmente, quase mil atletas nas categorias estudantil, nacional, internacional, olímpica e paraolímpica. Para 2007, estão sendo destinados R\$ 13,2 milhões para atendimento de cerca de 854 atletas.

Com vistas à preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a serem realizados no Rio de Janeiro, o Governo Federal criou uma secretaria especial para acompanhar os preparativos dos Jogos e uma Comissão Interministerial que articula as iniciativas governamentais afetas ao evento. Os investimentos para assegurar a realização dos Jogos Pan-Americanos e Para Pan-Americanos de 2007 têm sido significativos. Somente para a construção da Vila Pan-Americana, onde ficarão hospedadas as delegações, foram disponibilizados R\$ 180,0 milhões pela Caixa Econômica Federal. Além disso, o Governo Federal realizará investimentos na Vila Militar, que receberá diversas modalidades esportivas, além de financiar todo o aparato tecnológico do evento, as cerimônias de abertura e encerramento e parte dos custos de segurança. Para execução de ações no âmbito do Ministério do Esporte estão previstos R\$ 270,5 milhões.

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

No início da atual administração, foram criados mecanismos institucionais para promover a igualdade de gênero e raça, as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres (SPM) e de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculadas diretamente à Presidência da República e com status ministerial. Essas Secretarias têm o objetivo de promover a transversalidade de gênero e raça nas políticas públicas, estimulando a elaboração e a implementação de projetos e programas voltados à construção da igualdade e da cidadania, que são direitos garantidos constitucionalmente a todos os brasileiros.

1. POLÍTICAS PARA AS MULHERES

O Plano Nacional de Políticas para as mulheres, que orienta a atuação do Governo na área de gênero, compreende ações a serem executadas nos eixos de trabalho e cidadania, educação, saúde e enfrentamento à violência. Até maio de 2006, 160 municípios e 6 governos Estaduais assinaram o compromisso de inserir os pressupostos, diretrizes e prioridades do Plano nas respectivas linhas de atuação.

Sobre as ações da SPM, vale salientar o lançamento de uma política nacional de combate à violência contra as mulheres, que abrange os três níveis de governo. As medidas previstas envolvem a capacitação de agentes públicos para a prevenção e atendimento, a criação de normas e padrões de atendimento, o aperfeiçoamento da legislação, o incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência, e a ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de Segurança Pública.

Em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a SPM ampliou a oferta de serviços de atendimento às mulheres que são vítimas de violência, mediante a criação ou reaparelhamento de 65 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 73 Centros de Referência e 39 Casas-Abrigo, de Defensorias Públicas das Mulheres, da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 e da Ouvidoria da SPM.

Em relação à área de trabalho, foi desenvolvido o Programa Pró-Equidade de Gênero, cujo objetivo é incentivar a valorização profissional dos trabalhadores e a adoção de práticas de gestão e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na rotina do trabalho.

2 – POLÍTICAS PARA A IGUALDADE RACIAL

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial define as principais diretrizes para a intervenção governamental na área, estabelecendo como princípios norteadores a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática de forma a promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância, com ênfase na população negra.

Na área de educação, as principais ações têm como objetivo garantir o acesso da população negra ao ensino superior. Até o final de 2005, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) permitiu o acesso às universidades privadas de cerca de 40 mil jovens negros e índios de baixa renda, por meio da concessão de bolsas integrais ou parciais para os cursos de graduação. No mesmo sentido, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIEES) estabeleceu, como um dos componentes do índice de classificação para recebimento do financiamento, a variável “cor” ou “raça”, o que estimulou o acesso de 36 mil negros a cursos superiores privados.

No que diz respeito às universidades públicas, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 3.627, de 2004, que estabelece reserva de vagas nas universidades federais para estudantes provenientes de escolas públicas, bem como a destinação de parte delas para negros e índios, em proporção equivalente ao percentual populacional desses grupos em cada Estado da Federação.

Outra iniciativa do Governo voltada para a proteção das minorias é o Programa Brasil Quilombola, destinado à garantia dos direitos das comunidades quilombolas à terra e ao estímulo ao seu desenvolvimento sustentável. Esse Programa baseia-se na noção de “etnodesenvolvimento”, conjugando desenvolvimento com respeito à identidade étnica e o modelo de produção próprio dos quilombolas.

3 - POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE

As transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas ao longo da década de 90 foram responsáveis pela elevação dos níveis de desemprego. No Brasil, como em outros países da América Latina, o desemprego adquire conotações estruturais, como o aumento da taxa de desemprego de longa duração, do desemprego feminino e a crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho. Nesse contexto, o debate sobre políticas específicas para a juventude ganha evidência, principalmente, pelo aumento da pobreza e pelos altos índices de violência urbana usualmente associada à juventude marginalizada do País.

O Governo Federal, para enfrentar o grande desafio de inclusão da juventude brasileira, tem desenvolvido programas específicos para esse segmento, apoiados nos pilares da educação e da capacitação profissional.

Programa Nacional da Juventude (ProJovem)

Como forma de estender a cidadania a toda juventude brasileira, o Programa Nacional da Juventude (ProJovem) foi lançado em 2005. O ProJovem oferece aos jovens entre 18 e 24 anos, residentes nas regiões metropolitanas, que concluíram a 4ª série do ensino fundamental, mas não concluíram a 8ª série, e que não estejam formalmente empregados, a oportunidade de conclusão do ensino fundamental, conferindo-lhes certificação após avaliação, formação profissional em nível inicial, aprendizagem de informática e a prática de ações comunitárias. Cada aluno selecionado recebe também um auxílio financeiro mensal de R\$ 100,00 durante os doze meses do curso, possibilitando-lhes, dessa forma, a sua inclusão ao sistema bancário.

O Governo é responsável ainda pelo fornecimento de material didático, compra de computadores e transferência de recursos para as prefeituras realizarem o pagamento e

formação de professores, educadores profissionais, assistentes sociais e pessoal de apoio, além das despesas com alimentação dos jovens. As prefeituras, por sua vez, fornecem as instalações e a manutenção da infra-estrutura.

Em 2005, somente nas capitais, foram matriculados 92.417 jovens no Programa. Em 2006, o ProJovem foi expandido para 34 cidades das regiões metropolitanas das capitais que possuem mais de 200 mil habitantes. Para 2007, com vistas a beneficiar 150 mil jovens nas 27 capitais brasileiras, estão assegurados R\$ 208,8 milhões para o Programa.

Escola de Fábrica

Em parceria com empresas dos mais variados ramos de atividade, o Governo Federal está oferecendo formação profissional inicial a mais de 11 mil jovens de baixa renda. As aulas começaram em setembro de 2005, com 558 turmas, abrangendo 19 Estados. Nessa primeira etapa, houve a adesão de 700 empresas privadas e de 7 empresas estatais.

A Escola de Fábrica atende a jovens entre 16 e 24 anos com renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa, matriculados em um curso regular da educação básica pública (ensinos fundamental ou médio) ou em um curso de educação de jovens e adultos. As empresas fornecem alimentação, transporte, seguro de vida e uniforme aos estudantes. No que se refere à aprendizagem, a instrução pedagógica e o treinamento dos instrutores são atribuições das instituições conveniadas. Como auxílio, cada aluno recebe uma bolsa mensal de R\$ 150,00 durante um semestre, desde que freqüente pelo menos 85% das aulas.

Em 2006, estima-se que serão atendidos cerca de 6 mil jovens e, para 2007, foram programados R\$ 8,4 milhões para a distribuição de bolsas a 8 mil jovens.

Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi instituído pelo Governo Federal, em junho de 2005, para melhorar a formação do jovem brasileiro. Trata-se de um projeto de inclusão social, com o objetivo de qualificar profissionalmente e elevar a escolaridade a trabalhadores acima de 18 anos, com trajetórias escolares interrompidas ou descontinuadas. Em 2005, o Programa capacitou 8 mil trabalhadores por intermédio de cursos de formação inicial e continuada com carga horária de 1,6 mil horas e cursos técnicos com duração de 2,4 mil horas.

Consórcios Sociais da Juventude

Os Consórcios Sociais da Juventude, no âmbito do Programa Primeiro Emprego, desenvolvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, são ações voltadas aos jovens com dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas, portadores de deficiências, moradores de áreas isoladas, quilombolas, indígenas e jovens recusados três vezes por parte de empregadores, por falta de qualificação.

Até 2005, o Programa atendeu a 62,9 mil jovens entre 16 a 24 anos em situação de risco social e renda familiar per capita de até meio salário mínimo, além de conceder auxílio de R\$ 150,00 ao mês, por até seis meses.

Agente Jovem de Desenvolvimento

O Agente Jovem consiste em um conjunto de ações de assistência social destinadas a jovens entre 15 e 17 anos, que prioritariamente estejam fora da escola, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, especialmente, em áreas de baixa renda e alto índice de violência, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo.

No âmbito desse Programa, são desenvolvidas ações comunitárias com atividades relacionadas aos temas de direitos humanos, saúde, meio ambiente, cidadania, incluindo, por exemplo, palestras sobre doenças sexualmente transmissíveis, drogas e gravidez precoce. Essas ações estão sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

4 – DIREITOS HUMANOS

O desenvolvimento de ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos humanos tem como propósito ampliar e fortalecer a cidadania e assegurar oportunidades mais justas para grupos historicamente discriminados.

O apoio Federal a projetos governamentais e de organizações da sociedade civil materializam-se na execução de programas voltados para as áreas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, da pessoa idosa e de portadores de deficiência.

Na área da defesa dos direitos da criança e do adolescente, destaca-se o esforço empreendido pelo Governo Federal, em conjunto com entidades do Poder Público e da sociedade civil, para a implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Essa iniciativa abrange os âmbitos estadual e municipal e visa enfrentar a violação dos direitos da população infanto-juvenil e promover a responsabilização dos transgressores. Atualmente, existem no País 19 delegacias especializadas, 20 defensorias públicas específicas para a infância e juventude, 20 centros de defesa e 3.011 conselhos tutelares.

Para garantir os direitos dos jovens em conflito com a lei, o Governo Federal tem desenvolvido e apoiado as seguintes ações: adequar a arquitetura das unidades de internação; aplicar a medida de privação de liberdade apenas em caráter excepcional, substituindo-a por medidas sócio-educativas em meio aberto; seguir o modelo de atendimento descentralizado e municipalizado; ampliar o acesso às defensorias públicas nos Municípios; integrar os programas em uma rede de atendimento, elaborando políticas que integrem serviços de diferentes áreas de atendimento por meio do envolvimento, articulação e mobilização ampla de organizações governamentais e não-governamentais.

Outra iniciativa importante na área infanto-juvenil foi a criação do Disque Denúncia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Quanto à promoção dos direitos da pessoa idosa, está em fase de implementação o Plano de Ação de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa, coordenado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Desse modo, em 2006, estão sendo concluídos, em articulação com Estados e Municípios e organizações da sociedade civil, 5 centros de referências de prevenção à violência e maus-tratos contra a pessoa idosa.

Para a promoção e defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiências, as políticas buscam assegurar a inclusão dos mais de 24 milhões de brasileiros com necessidades especiais. O Programa Nacional de Acessibilidade contempla ações de articulação e fomento, sobretudo as de capacitação e de especialização de técnicos e agentes sociais em acessibilidade, e as de divulgação do tema.

O compromisso do Estado brasileiro com o tema da acessibilidade encontra-se consubstanciado no Decreto nº 5.296, 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre as condições de acessibilidade arquitetônica e urbanística aos serviços de transporte, à informação e comunicação, bem como à assistência técnica, instrumentos, equipamentos ou tecnologias adaptados ou especialmente desenvolvidos para melhorar a funcionalidade das pessoas portadoras de deficiências.

Com o objetivo de ampliar e fortalecer a cidadania, foram criados os “Balcões de Direitos”, instalados, principalmente, em comunidades de baixa renda e locais com dificuldade de acesso a serviços públicos, que prestam orientação jurídica gratuita e mediação de conflitos.

As ações para o combate ao trabalho escravo, como prioridade do Governo Federal, foram intensificadas com a aplicação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que contempla atuação articulada e planejada de órgãos dos Poderes Executivo (Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Defensorias Públicas e Presidência da República/Secretaria Especial de Direitos Humanos), Legislativo, Judiciário (Justiças Federal e do Trabalho) e Ministério Público da União (Ministérios Público Federal e do Trabalho) e de entidades da sociedade civil. Em 2005, o resultado dessa atuação conjunta resultou na libertação de 12,8 mil trabalhadores, mais do que o dobro da média anual de períodos anteriores.

No que diz respeito ao programa “Brasil Sem Homofobia”, criado em 2004, o Governo Federal está implementando serviços de prevenção e combate à homofobia, com o objetivo de orientar e prestar atendimento especializado aos cidadãos com direitos violados por discriminação, violência física ou psicológica sofrida por motivo de sua orientação sexual.

Adicionalmente, são promovidas ações de capacitação da força policial no que concerne ao respeito aos direitos humanos e à redução do uso de métodos violentos na luta contra a criminalidade. Com isso, pretende-se aperfeiçoar os procedimentos de controle externo sobre a violência policial, por meio do fortalecimento e da disseminação dos trabalhos das Ouvidorias de Polícia dos Estados e apoiar iniciativas em curso de policiamento comunitário nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Os avanços na área de direitos humanos decorrem da atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com a aplicação crescente de recursos orçamentários, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Evolução de Recursos na área de Direitos Humanos

R\$ Milhões				
2003	2004	2005	2006	2007
38,3	61,8	67,8	92,6	103,9

Fonte: Sidor

Nota: Recursos aplicados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

5. POLÍTICA INDIGENISTA

O Estado brasileiro tem como grande desafio garantir aos povos indígenas o acesso à terra e à viabilização de seu processo de desenvolvimento socioeconômico, adequados à sua realidade e aos seus anseios. Nesse sentido, o Governo tem atuado com foco na regularização de terras, nos investimentos em saúde e educação e nas ações voltadas ao alcance da sustentabilidade do povo indígena.

O Governo vem intensificando a implementação de projetos de desenvolvimento econômico compatíveis com a preservação ambiental e a proteção dos territórios dos índios, bem como ações para coibir a exploração predatória e ilegal de recursos naturais, removendo invasores como garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, entre outros.

Adicionalmente, a iniciativa governamental envolve ainda o apoio às atividades produtivas, a valorização da cultura do índio e ações de saúde específicas para essas comunidades, por intermédio de intervenções focadas em obras de saneamento básico, de drenagem e manejo ambiental e assistência médico-hospitalar, bem como programas de educação diferenciada, mediante apoio a estudantes indígenas. Atualmente, cerca de 150 mil índios em idade escolar estão matriculados em escolas de ensino fundamental e médio em suas aldeias ou em municípios próximos.

Atualmente, outros 2,5 mil jovens índios freqüentam cursos superiores. Esse número é crescente em decorrência da política de cotas e do Programa Universidade para Todos. Portanto, tendo em vista a continuidade da política indigenista, para 2007, estão previstos recursos da ordem de R\$ 448,8 milhões, conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Destinação de Recurso à Política Indigenista

R\$ milhões	
Órgão	2007
Ministério da Educação	5,6
Ministério da Justiça	119,53
Ministério da Saúde	317,60
Ministério do Meio Ambiente	4,61
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,45
Ministério do Esporte	1,00
TOTAL	448,79

Fonte: SOF/MP

V - POLÍTICA EXTERNA E SOBERANA



RELAÇÕES EXTERIORES
DEFESA

RELAÇÕES EXTERIORES

A política externa brasileira alcançou novo patamar de atuação ao expandir a projeção do Brasil no cenário internacional. O incremento do prestígio do País evidencia-se pelo reconhecimento da comunidade internacional da importância da participação do Brasil nos principais foros mundiais e pelo aumento do número de visitas de Chefes de Estado e Chanceleres estrangeiros ao País.

Uma das principais conseqüências da expansão da atuação externa brasileira foi o extraordinário aumento do comércio exterior. Além da intensificação da promoção comercial pelos postos diplomáticos no exterior, a criação de foros multilaterais regionais, como o “Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)”, a “Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)” e a “América do Sul e Países Árabes (ASPA)”, resultou em aumentos significativos do volume de comércio inter-regional. Atualmente, em conseqüência do incremento das relações comerciais Sul-Sul, o comércio com esses países corresponde a 54% das exportações brasileiras. A intensificação da atuação brasileira no comércio internacional foi também acompanhada por uma maior presença de empresas brasileiras no exterior.

Paralelamente, o País tem atuado na defesa do sistema multilateral de comércio como o principal articulador do G-20, cujo objetivo primordial é garantir os interesses nas relações comerciais dos países em desenvolvimento.

O Ministério das Relações Exteriores, além do atendimento às necessidades rotineiras de empresas, cidadãos e à demanda por serviços da comunidade de brasileiros no exterior, que soma aproximadamente 4 milhões de pessoas, realiza operações emergenciais de suma importância, como a que envolveu recentemente a retirada de brasileiros da região de conflito no Líbano.

A conjugação desses fatos acarretou a abertura, desde 2003, de 32 novas embaixadas e consulados do Brasil, aumentando o número de postos no exterior para 184 e o quadro de pessoal do Itamaraty com a criação de 400 novos cargos na carreira diplomática.

O êxito dessa política externa foi determinado, além de outros fatores, pelo reforço nos últimos anos das dotações orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores, que eram de R\$ 727,0 milhões em 2003 e alcançarão R\$ 950,0 milhões em 2007. Desses valores, R\$ 142,0 milhões e R\$ 208,0 milhões, respectivamente, referem-se a contribuições brasileiras pela participação em organismos internacionais.

DEFESA

O Governo Federal, por intermédio do Ministério da Defesa, tem priorizado a atuação das Forças Armadas em iniciativas de apoio ao desenvolvimento econômico e social do País, sem comprometimento de sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

Inicialmente, cabe destacar a conclusão, em julho de 2005, do Projeto de Vigilância da Amazônia (SIVAM), sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, que propiciou uma nova ferramenta no trabalho integrado das instituições governamentais de monitoramento da região Amazônica, sobretudo no controle do espaço aéreo brasileiro, de questões ambientais e de meteorologia.

O Governo Federal, em atenção às demandas voltadas à fixação da população na região de fronteira amazônica, por meio do Programa Calha Norte, tem investido na melhoria da infra-estrutura dos municípios carentes da região, além de viabilizar ações de interesse militar voltadas à segurança nacional, tais como a transferência da Segunda Brigada de Infantaria de Selva, de Niterói - RJ, para São Gabriel da Cachoeira - AM, o que aumentará o efetivo militar na Região em cerca de 2.400 homens. Para 2007 estão previstos R\$ 34,0 milhões.

Outra medida relevante foi a intensificação dos exercícios de adestramento combinados, envolvendo as três Forças Armadas, direcionados para as faixas do território brasileiro prioritárias ao combate dos delitos transnacionais, como é o caso da Amazônia, o que possibilitou a elevação do grau de integração entre elas e, principalmente, dinamizou a eficiência operacional dos meios militares brasileiros. Em 2007, para o adestramento das tropas, estão previstos recursos no montante de R\$ 1,4 bilhão. Merece destaque também a participação das tropas brasileiras em missões de ajuda humanitária internacional, como por exemplo, na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

No que diz respeito ao investimento em equipamentos, o Programa de Recuperação Operacional da Força Aérea Brasileira (PROFAB) recebeu R\$ 1,5 bilhão de 2003 a 2005, e estão previstos R\$ 409,0 milhões para 2007. Quanto ao reaparelhamento da Marinha e do Exército, foram aplicados no período mencionado R\$ 342,3 milhões e R\$ 245,1 milhões, respectivamente, e para 2007 estão previstos R\$ 191,5 milhões e R\$ 85,3 milhões, que atenderão, prioritariamente, à construção de embarcações e à aquisição de novos tanques de combate para o Exército Brasileiro.

É importante mencionar a atuação do Ministério da Defesa no apoio às ações sociais. No período de 2003 a 2006 serão recrutados cerca de 270 mil jovens para o serviço militar obrigatório, dos quais cerca de 100 mil serão qualificados com formação profissional no âmbito do programa “Soldado-Cidadão” até o final de 2006.

O Projeto Rondon, sob a coordenação do Ministério da Defesa, foi recriado pelo Governo Federal em 2005. Desativado por 14 anos, sua missão é, durante o período de férias escolares, levar estudantes universitários a regiões carentes do País, de modo a possibilitar-

lhes o conhecimento da realidade nacional, bem como formação cívica e solidária. Ao final de 2007, estima-se a participação de 2,7 mil estudantes no Projeto.

Foram reativadas, em 2004, as atividades do Correio Aéreo Nacional (CAN), com a implantação de linha aérea que passou a levar assistência às populações carentes, residentes em remotas localidades no Acre, as quais propiciaram o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para os moradores das comunidades adjacentes às organizações militares locais.

Para o exercício de 2007, o valor global programado para custeio e investimento das Forças Armadas alcança R\$ 5,8 bilhões.

VI - SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA



**SEGURANÇA PÚBLICA
ACESSO À JUSTIÇA**

SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública é uma das prioridades do atual Governo, e o planejamento de atuação nessa área foi formulado por intermédio do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP).

O PNSP surgiu com o propósito de dar efetividade às políticas governamentais de combate e prevenção à violência, com atuações de caráter preventivo e repressivo. Nessas linhas de atuação, os objetivos traçados enfocam o aperfeiçoamento dos sistemas de segurança brasileiro, por meio de propostas de integração de políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias de forma a reprimir e prevenir o crime, reduzindo impunidade, aumentando a segurança e tranquilidade do cidadão.

Nesse sentido, os Municípios atuam na integração de ações sociais e urbanas junto a áreas e públicos mais afetados pela criminalidade, por meio de iniciativas preventivas e comunitárias das Guardas Municipais. Quanto aos Estados, a atuação pauta-se numa dinâmica de maior parceria e implantação de planos estaduais de segurança abrangentes e integrados.

Cabe destacar entre as iniciativas do Plano, o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que permitiu ao Governo delimitar critérios para apoiar projetos de Estados e Municípios, impedindo o financiamento de ações alheias à realidade da segurança pública, ou, até mesmo, de implementação inviável.

Contribuindo também para a implementação do Plano, a Força Nacional de Segurança Pública, composta pelos melhores profissionais do País, é controlada pelo Governo Federal, e atua, quando acionada pelos governos estaduais, como reforço na segurança em situações de emergência. Até maio de 2006, foram formados 7,7 mil policiais e bombeiros militares de todo o País. Até o final deste ano, estima-se que a Força Nacional terá 10 mil integrantes aptos a atuarem em qualquer ponto do Brasil. Devido à necessidade de reforçar essa área, em 2007, está prevista a formação de mais 6 mil policiais.

Ainda no âmbito do PNSP, outra medida importante foi a realização da Campanha do Desarmamento em 2004, cuja meta inicial de recolhimento de 80 mil armas acabou sendo superada em 475%, resultando no recolhimento de 460 mil armas até setembro de 2005.

Para fortalecer o sistema de segurança, pretende-se ampliar, significativamente, o efetivo das Polícias Federal e Rodoviária Federal, mediante a realização de concursos. Estima-se que, em 2007, o número de servidores atinja 25,0 mil, representando forte acréscimo em relação aos 16,3 mil de 2003. Esse acréscimo permitiu a intensificação das operações de combate às drogas e à pirataria, e têm desmantelado redes do crime organizado e máfias internacionais, reduzindo prejuízos e riscos para o setor produtivo, para os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade.

Outra iniciativa prioritária para 2007 é a implementação do Sistema Penitenciário Federal (SPF), constituído por cinco presídios de segurança máxima com 1,0 mil celas

individuais. Esses estabelecimentos penais federais abrangem cada uma das regiões do País e tem por finalidade abrigar líderes de grupos criminosos. A Penitenciária de Catanduvas, no Paraná, foi concluída e a de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, será entregue ainda em 2006. As outras três, localizadas em Mossoró, no Rio Grande do Norte, em Porto Velho, em Rondônia e em local, ainda a ser definido, na região Sudeste, deverão estar concluídas em 2007.

Além da construção das penitenciárias federais, foram criadas, por meio de convênio com entes da Federação, mais de 10,5 mil novas vagas nos sistemas penitenciários locais, refletindo uma sólida política de apoio aos Estados, baseada em critérios que consideram as realidades regionais.

Em complementação às ações realizadas no âmbito do Ministério do Esporte, destaca-se também a implementação do plano de segurança pública voltado à realização no Rio de Janeiro dos XV Jogos Pan-Americanos e Para Pan-Americanos, de 2007, no contexto do Programa Segurança Cidadã, que conta com R\$ 140,0 milhões em 2006 e previsão de R\$ 110,0 milhões para 2007. O plano prevê, concomitantemente, o desenvolvimento de ações preventivas associadas às de inteligência e de segurança pública, com o envolvimento de comunidades carentes residentes na região de realização do evento.

A participação dessas comunidades abrange a capacitação de 1,0 mil jovens voluntários, identificados como brigadistas-socorristas, além de 10,0 mil outros, na faixa de 16 a 24 anos, que atuarão como guias cívicos e gestores municipais de Segurança Cidadã. Antes do início dos Jogos, serão realizadas as Olimpíadas Cariocas, envolvendo diversas modalidades esportivas com a participação de jovens, moradores de localidades ao longo do circuito onde se desenvolverão os eventos esportivos.

Concomitantemente, o Governo Federal tem apoiado essas iniciativas com crescente volume de recursos orçamentários destinados à área de segurança pública, conforme o quadro a seguir:

**Evolução dos Gastos Federais com Segurança Pública
Outras Despesas Correntes e Investimentos**

ÍTENS	2003	2004	2005	2006	2007
Policiamento Federal	504	652	793	743	810
Fundo Nacional de Segurança Pública	311	290	248	361	475
Penitenciárias	121	146	159	140	200
TOTAL	936	1.088	1.200	1.244	1.484

Fonte: SOF/MP

ACESSO À JUSTIÇA

O acesso à Justiça é compromisso essencial do Estado democrático brasileiro, para garantir que todo cidadão possa acionar o sistema público para reivindicar direitos e resolver conflitos em que se encontre envolvido.

Nesse sentido, para promover esse acesso, o Governo Federal tem fortalecido a atuação e ampliado a capacidade de atendimento da Defensoria Pública Geral da União, que conta com R\$ 14,0 milhões para custear o seu funcionamento em 2007, como forma de garantir os direitos dos cidadãos à justiça, por meio da prestação de assistência jurídica integral e gratuita a pessoas carentes, que não tenham condições de custear a assessoria jurídica e a representação judicial.

No período de 2003 a 2005, a abrangência dos atendimentos foi ampliada para 22 núcleos em 18 unidades federadas, resultando no crescimento significativo de atendimento ao público, que passou de 54.261, em 2002, para 227.119, em 2005. Também merece destaque o Projeto Defensoria Pública Itinerante, que possibilita a prestação de assistência jurídica gratuita às populações carentes que vivem em localidades longínquas onde não existem núcleos instalados.

Entre as iniciativas implementadas para facilitar o acesso à justiça destacam-se os Balcões de Direitos e Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes, a articulação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e a avaliação e difusão de formas alternativas de administração de conflitos, que, em vários casos, produzem resultados mais rápidos, eficientes e satisfatórios do que a justiça tradicional.

VII - GESTÃO DE PESSOAS



POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

REESTRUTURAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO PODER EXECUTIVO

Desde 2003, o Governo investe na reestruturação de sua força de trabalho, por meio da composição dos quadros de pessoal e da ampliação do efetivo ou do redesenho dos sistemas de remuneração, cargos, carreiras e benefícios. No que se refere ao ingresso de novos servidores, buscou-se recuperar a capacidade institucional do Estado e profissionalizar o serviço público.

O Governo Federal autorizou, nos últimos quatro anos, concursos para mais de 81 mil cargos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, contribuindo para repor as perdas decorrentes de aposentadoria, substituir trabalhadores terceirizados, fortalecer áreas estratégicas, como o comércio exterior, a segurança pública e a educação, e estruturar órgãos sem quadro próprio de pessoal.

Destaca-se também o empenho para a substituição progressiva de trabalhadores contratados por meio de outras formas que não o concurso público, como terceirizados e temporários, na execução de atividades inerentes a servidores públicos.

O quadro a seguir resume os principais concursos autorizados:

Tabela 1 - Concursos Públicos Autorizados 2003 - 2006

Discriminação	2003	2004	2005	2006	Total
Agências Reguladoras	110	1.490	1.728	676	4.004
Perito Médico (INSS)			1.500	1.500	3.000
MPS (Auditor, Analista e Técnico Previdenciário)	4.906	1.549	1.350	1.000	8.805
Hospitais Próprios (MS)				3.490	3.490
Professor 3º grau (MEC)	2.848	326	2.500	4.000	9.674
Professor 1º/2º grau (MEC)	1.050	103	800	1.400	3.353
Hospitais Universitários (MEC)	7.700		2.042		9.742
Outros	8.194	8.844	12.692	9.557	39.287
Total Autorizado	24.808	12.312	22.612	21.623	81.355

Fonte: Secretaria de Recursos Humanos - SRH/MP

Para 2007, a intenção do Governo é dar continuidade à política de recursos humanos, especialmente no que se refere à recomposição da força de trabalho, visando ao fortalecimento dos quadros da burocracia federal, com respeito aos princípios do sistema de mérito, aos preceitos constitucionais e o compromisso com a regulamentação das relações de trabalho no âmbito do setor público.

Prevê-se para 2007 R\$ 796,7 milhões para o provimento, mediante concursos públicos, de 28,7 mil vagas, sendo 13,5 mil para substituição de pessoal terceirizado.

ADEQUAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE CARGOS E CARREIRAS DO PODER EXECUTIVO

As medidas de criação de novas carreiras e cargos, reestruturação de carreiras e revisão das remunerações ao longo do período de 2003 a 2006 objetivaram propiciar condições de atração e de retenção de pessoal qualificado para o exercício de atribuições que atendam às reais necessidades da administração e do cidadão que demanda a prestação de serviços públicos, condições essas essenciais para a melhoria da qualidade e da efetividade das ações desenvolvidas pela administração pública.

Nesse contexto, algumas medidas merecem destaque, tendo em vista o seu alcance no âmbito da Administração Pública Federal e os resultados esperados:

- a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, cujos cargos substituirão, gradualmente, os atuais cargos de natureza técnica e administrativa transversais, que integram a maior parte dos Quadros de Pessoal dos órgãos e entidades do Poder Executivo;
- a criação da Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e a substituição de todos os terceirizados que prestavam esse serviço no âmbito do INSS. Essa medida, conjugada a outras medidas de gestão que estão sendo implementadas pelo Ministério da Previdência Social, está propiciando um atendimento mais célere e adequado, com impacto positivo direto para os segurados da Previdência que necessitam desse serviço para concessão de benefícios; e
- a estruturação dos recursos humanos das Agências Reguladoras, com a criação e o provimento gradual, por meio de concurso público, de cargos efetivos e a posterior criação dos quadros específicos de pessoal em todas as Agências, para absorção dos servidores públicos federais que desenvolviam atividades nas áreas de atuação das recém-criadas Agências.

No período de 2003 a 2006, as revisões das estruturas remuneratórias alcançaram todas as categorias de servidores do Poder Executivo, sendo que alguns desses segmentos passaram por reestruturações, com alteração da estrutura dos cargos e da composição remuneratória e modernização das atribuições.

No que concerne ao caráter remuneratório, no âmbito do Poder Executivo, as medidas tomadas a partir de 2003 mostram uma preocupação em reforçar a agenda do sistema meritocrático, mediante a instituição e o fortalecimento dos modelos de gratificações por desempenho.

De forma diversa, foi instituída recentemente a remuneração por meio de subsídio, em parcela única, para as Carreiras Jurídicas, Policial Federal e Policial Rodoviário Federal. Essa medida se justifica tendo em vista a natureza específica das atividades desempenhadas e por tratar-se de determinação constitucional expressa quanto à forma de remuneração a ser aplicada a essas categorias.

Para o ano de 2007, pretende-se concluir a criação, a reestruturação e a revisão das estruturas salariais dos cargos e carreiras e dar continuidade à implementação gradual de medidas já adotadas neste exercício. A proposta orçamentária para 2007 destina recursos da ordem de R\$ 2.066,7 milhões no intuito de dar prosseguimento a esse objetivo.

ESTABELECIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURIDADE SOCIAL E REVISÃO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES

As ações desenvolvidas para a valorização do servidor e o fortalecimento do Estado, concentraram-se, ainda, na estruturação da área de Seguridade Social do Servidor Público Federal, com o objetivo de reordenar o marco legal e operacional sobre a saúde suplementar, saúde ocupacional, assistência social e previdência dos servidores públicos federais.

Uma das prioridades do Governo foi realizar um diagnóstico sobre a Seguridade Social do servidor, cujo resultado subsidiou os estudos e as proposições para o estabelecimento de uma política para essa área.

Na área de Saúde Suplementar, pode-se considerar como ação de destaque a sanção da Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, alterando o artigo 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que ampliou o espectro da saúde suplementar para os servidores públicos, universalizando e democratizando o acesso ao referido benefício, incluindo os pensionistas.

Na área de Saúde Ocupacional, foram estabelecidos os procedimentos para a concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade, abrindo, assim, espaço para a regulamentação da aposentadoria especial do servidor público federal.

Como eixo estruturante de toda a política de Seguridade Social do Servidor Civil do Executivo Federal será implementado a partir de 2007, o Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor Público Civil Federal (SISOSP), com recursos previstos de R\$ 10,0 milhões. Esse Sistema permitirá um monitoramento da saúde do servidor e de suas condições de trabalho, diminuindo o número de absenteísmo e de aposentadorias precoces no Serviço Público Federal.

VIII - DEMOCRACIA E DIÁLOGO



RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

RELAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL

O Governo adotou como método o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando a construção de consensos. A prática da democracia participativa civil tem sido fundamental para a construção de um novo País, o que possibilitou que várias conquistas substantivas fossem obtidas com a participação social, tais como o reajuste do salário mínimo acima da inflação; o relançamento do ensino público brasileiro como o ProUni, a Proposta de Reforma Universitária e o Fundeb; e o Plano Nacional de Reforma Agrária, que apresenta resultados cada vez mais palpáveis.

Os movimentos sociais expressaram-se publicamente no Grito da Terra, na Jornada pela Água e em Defesa da Vida e na discussão para elaboração dos Planos Nacional de Reforma Agrária, Nacional de Recursos Hídricos, Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Nacional de Políticas para as Mulheres, e na Lei de Gestão de Florestas, entre outros temas de políticas públicas que são fundamentais para a vida da população brasileira.

Ressalta-se ainda que, por meio do diálogo e da negociação com diversas entidades relacionadas com agricultura familiar, bem como a participação ativa do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), foi possível criar e consolidar medidas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente a ampliação dos recursos do PRONAF, disponibilizados para financiamento dos Planos-Safras.

No âmbito empresarial, diversas medidas de desoneração tributária e o fomento à produção industrial foram negociadas com a Confederação Nacional da Indústria e as 27 federações industriais do País. Acrescente-se ainda os resultados da política de transferência de renda para as famílias que vivem abaixo da linha da pobreza (Fome Zero e Bolsa-Família), executada com centenas de entidades de ação social, religiosas ou não.

Merece destaque também a participação ampla da sociedade na discussão sobre o projeto de Integração de Bacias do Rio São Francisco, o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Plano BR-163 Sustentável e o desenvolvimento de políticas públicas para as áreas de segurança, integração nacional e radiodifusão comunitária.

No que se refere à criação e consolidação da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as entidades sindicais do serviço público federal, cabe destacar o avanço em pontos relevantes da política salarial e funcional. Ainda, as centrais sindicais participaram das negociações para a definição do salário mínimo, da correção da tabela do Imposto de Renda dos assalariados, bem como da reforma

sindical. Além disso, o crédito consignado (a juros baixos com desconto na folha de pagamento) foi implementado a partir de uma proposta das centrais sindicais , com direcionamento para o consumo popular e o mercado interno.

IX - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL



**METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO
PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E
DA SEGURIDADE SOCIAL
PARÂMETROS UTILIZADOS
METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO
PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS
RECEITA ORÇAMENTÁRIA
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS**

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se adiante a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam a determinação da meta de resultado primário. A Tabela a seguir demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central, observados na execução de 2005, na Lei Orçamentária e na reprogramação de 2006, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2007 (PLO 2007).

Tabela 1 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo central

Discriminação	Realizado 2005		LOA 2006		Reprogramado 2006		PLO 2007	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	490.736,8	25,33	545.902,1	25,87	549.400,5	26,14	603.410,6	26,24
I.1. Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (líquida de restituições e incentivos fiscais)	333.000,0	17,19	364.242,4	17,26	362.098,7	17,23	399.441,9	17,37
I.2. Arrecadação Líquida do Regime Geral da Previdência Social	108.434,1	5,60	123.672,9	5,86	123.322,6	5,87	134.922,0	5,87
I.3. Receitas Não Administradas pela Secretaria da Receita Federal	49.302,6	2,54	57.986,9	2,75	63.979,3	3,04	69.046,7	3,00
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA (empenho liquidado)	84.354,4	4,35	89.367,3	4,24	89.628,1	4,27	100.300,2	4,36
III. RECEITA LÍQUIDA DE TRANSFERÊNCIAS (I - II)	406.382,3	20,97	456.534,9	21,64	459.772,4	21,88	503.110,4	21,88
IV. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (empenho liquidado)	363.077,9	18,74	405.272,9	19,21	406.541,0	19,35	447.510,0	19,46
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	94.068,5	4,85	105.211,8	4,99	107.602,1	5,12	119.286,5	5,19
IV.2. Benefícios da Previdência	146.839,7	7,58	159.791,4	7,57	164.364,6	7,82	181.350,6	7,89
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	35.849,5	1,85	42.907,6	2,03	46.636,2	2,22	49.895,2	2,17
IV.4. Despesas Discricionárias & Projeto Piloto de Investimentos Públicos	86.320,3	4,46	97.362,2	4,61	87.938,0	4,18	96.977,7	4,22
V. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO	7.404,1	0,38	4.864,6	0,23	6.323,2	0,30	5.879,4	0,26
V.1. Empréstimos Líquidos	738,6	0,04	335,6	0,02	997,1	0,05		
V.2. Subsidios implícitos e outras despesas extra-orçamentárias	6.665,5	0,34	4.529,0	0,21	5.326,1	0,25	5.879,4	0,26
VI. RESULTADO PRIMÁRIO POR COMPETÊNCIA (III - IV - V)	35.900,4	1,85	46.397,3	2,20	46.908,2	2,23	49.721,0	2,16
VII. AJUSTE CAIXA / COMPETÊNCIA	16.614,3	0,86	2.305,9	0,11	1.472,9	0,07	1.929,0	0,08
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO ACIMA DA LINHA (VI + VII)	52.514,6	2,71	48.703,2	2,31	48.381,1	2,30	51.650,0	2,25
IX. ERROS E OMISSÕES	3.226,8	0,17						
X. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ABAIXO DA LINHA (VIII + IX)	55.741,4	2,88	48.703,2	2,31	48.381,1	2,30	51.650,0	2,25
XI. RECURSOS PARA O PROJETO PILOTO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS - PPI			3.000,0	0,14	3.000,0	0,14	4.590,0	0,20
XII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL CONFORME ART. 3º DA LDO 2007 (X + XI)	55.741,4	2,88	51.703,2	2,45	51.381,1	2,44	56.240,0	2,45
XIII. JUROS NOMINAIS	-129.025,0	-6,66	-113.376,3	-5,37	-131.247,0	-6,25	-126.926,0	-5,52
XIV. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (XII + XIII)	-73.283,6	-3,78	-61.673,1	-2,92	-79.865,9	-3,80	-70.686,0	-3,07

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP)

Cumprе ressaltar que a responsabilidade pela apuração e divulgação dos resultados fiscais, para fins de cumprimento da meta fixada no Anexo de Metas Fiscal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 (PLDO-2007) ao final do exercício é do BACEN.

As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) referem-se a uma metodologia consagrada internacionalmente para a avaliação de políticas fiscais, que consiste na soma entre o resultado primário do Setor Público Não-Financeiro e a conta de juros líquidos devidos por competência. O resultado primário de um determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um determinado período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios: i) pela variação do nível de endividamento durante o período considerado; ou ii) pela soma dos itens de receita e despesa. O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo BACEN. O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos anuais e do planejamento fiscal.

A metodologia da necessidade de financiamento do setor público, implícita nessa Proposta Orçamentária, está condicionada à meta fiscal estabelecida no PLDO-2007, que pressupõe um volume de receitas estimado e um volume de despesas necessário para o funcionamento da máquina pública e a consecução de políticas de governo.

O levantamento das NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas obrigatórias, obtém-se o valor das despesas discricionárias, ou seja, aquelas sobre as quais o Governo tem, efetivamente, margem de decisão alocativa. É por intermédio dessas despesas que se materializam as políticas setoriais.

Dessa forma, apresentam-se as metodologias das principais receitas e despesas primárias constantes do PLO-2007, em valores correntes, e relacionam-se os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLO-2007, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 603,4 bilhões, sendo R\$ 399,4 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda (SRF/MF) líquida de incentivos fiscais, R\$ 134,9 bilhões à arrecadação líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e R\$ 69,0 bilhões às demais receitas primárias.

O PLDO-2007 exige classificação específica para a receita no sentido de identificar sua natureza primária ou não primária. Para tanto, a cada natureza de receita é vinculado código identificador.

Para o PLO-2007, o valor total de despesa primária do Governo Central é de R\$ 547,8 bilhões, sendo R\$ 100,3 bilhões destinados às transferências legais por repartição de receita, R\$ 119,3 bilhões a gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 181,4 bilhões a benefícios previdenciários, R\$ 49,9 bilhões às demais despesas de caráter obrigatório e R\$ 97,0 bilhões às despesas discricionárias dos Poderes e do Ministério Público da União.

Assim como para as receitas, o PLDO-2007 determina que os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário, a fim de facilitar a apuração do mesmo.

1. RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, a receitas correntes e são classificadas conforme os seguintes grupos:

Administradas

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela SRF/MF, com exceção daquelas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração pública e da contribuição dos empregadores e dos trabalhadores para a previdência social. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; por indicadores de quantidade, como variação no PIB, volume de vendas e de importações; por efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e por medidas de caráter administrativo.

Arrecadação Líquida da Previdência

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista no inciso I, alínea “a”, e no inciso II do art. 195 da Constituição e receitas próprias do Ministério da Previdência Social (MPS), deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado sistema “S”. Uma vez que essa receita é relativa à contribuição incidente sobre a folha salarial, tem como parâmetro mais importante para sua estimativa o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.

Receitas Não Administradas pela SRF/MF:

Concessões: Compõem-se de todas as permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como os setores de telecomunicações, petróleo e energia elétrica. O valor programado para 2007 é calculado em função da expectativa de venda dessas permissões, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras.

Dividendos: Considera as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal.

Cota-Parte de Compensações Financeiras: Compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, recursos minerais e recursos hídricos para

geração de energia elétrica, incluídos os *royalties* devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas.

Receitas Próprias: São as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação.

Salário-Educação: Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos e demais receitas: constituem-se de receitas vinculadas a despesas e órgãos específicos.

2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram esse item as transferências constitucionais e legais a Estados, Municípios e Distrito Federal, provenientes das receitas do Imposto de Renda, Imposto sobre Produtos Industrializados, IOF-ouro, salário-educação, compensações financeiras, Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE), concursos de prognósticos e Imposto Territorial Rural (ITR).

Cumpra esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que essas despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das despesas constantes do orçamento, as quais são programadas por competência. Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário fazer um ajuste que, no caso dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, é estimado pela diferença entre os recursos arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2006, repassados em 2007, e os de 2007 a serem repassados em 2008. Esse ajuste está estimado em cerca de R\$ 478,4 milhões para 2007.

3. DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias são as responsáveis por financiar a oferta de serviços públicos à sociedade. Tais despesas são classificadas em obrigatórias, discricionárias ou destinadas a financiar o PPI.

Apresenta-se, a seguir, a composição dos principais itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais: constituem dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como os precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba toda a despesa classificada no grupo de natureza de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, exceto as despesas com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência, que desde meados de 2004 passou a ser classificada como despesa financeira. O valor dessa rubrica é ajustado para o regime de caixa, mediante incorporação da variação da folha de pagamento do mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2006 e 2007, haja vista que os valores empenhados e liquidados nesse mês (despesa orçamentária, por competência) serão pagos efetivamente apenas em janeiro

do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2007 é de R\$ 1,4 bilhão. Cumpre ressaltar que não está sendo computada a contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos, tanto na receita quanto na despesa.

Benefícios da Previdência: engloba todos os benefícios que compõem o Regime Geral de Previdência Social, como aposentadorias, pensões, demais auxílios e sentenças judiciais. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, o crescimento esperado do PIB real *per capita*, que será utilizado para corrigir o valor real do salário mínimo e o crescimento vegetativo dos beneficiários.

Outras Despesas Obrigatórias: refere-se às demais despesas de execução obrigatória, excetuadas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios, as despesas com pessoal e encargos sociais e com benefícios previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS); benefícios da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) e outras despesas de execução obrigatória, inclusive os subsídios e subvenções econômicas.

Despesas Discricionárias: refere-se às despesas primárias de execução não-obrigatória no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União. Para essas despesas, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para o cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Projeto-Piloto de Investimentos Públicos (PPI): apesar de compor o valor total de despesas discricionárias do Poder Executivo, as despesas com o PPI possuem tratamento diferenciado na apuração do resultado primário do Governo Federal. Esses projetos, embora tenham impacto sobre o resultado primário, têm por característica a constituição de ativos que contribuirão para gerar resultados positivos no futuro para o setor público e para a economia como um todo, superiores ao aumento do endividamento deles decorrentes. Por conseguinte, conforme dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) desde 2005, tais despesas, acrescidas de restos a pagar inscritos, podem ser abatidas da meta de superávit primário a ser cumprida no exercício. Para 2007, esses projetos totalizam R\$ 4,6 bilhões, valor correspondente a 0,20% do PIB.

4. OUTROS FATORES QUE AFETAM O RESULTADO

Para o cálculo das NFSP, são considerados os impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas que afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

As outras operações não orçamentárias que impactam o resultado primário são de natureza variada e referem-se à inscrição na Dívida Ativa da União de débitos vencidos no

montante de R\$ 146,0 milhões; aos impactos relativos à capitalização da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), no valor de R\$ 1,9 bilhão; à cessão aos Fundos Constitucionais das Regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), de R\$ 775,7 milhões; e ao impacto da securitização da dívida agrícola no montante de R\$ 1,0 bilhão.

É computada nesse item também a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do FNO, FNE e FCO, calculada com base no custo de oportunidade da aplicação de tais recursos utilizando-se taxas de juros de mercado, que perfaz em 2007 o montante de R\$ 2,0 bilhões.

Na elaboração orçamentária, adota-se como metodologia que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, assim como de outras despesas obrigatórias não mencionadas, a serem pagas em 2007, é o mesmo de despesas de competência de 2007 a serem pagas em 2008. Assim, o impacto pelo regime de competência dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

5. PARÂMETROS

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLO-2007, são apresentados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
2.299.466	4,75%	4,46%	9,90%	2,40%	2,10%	7,33%
Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média		
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$	
4,34%	4,30%	4,50%	4,50%	4,33%	2,30	

Fonte: Secretaria de Política Econômica - SPE/MF.

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS

O resultado primário das empresas estatais federais é calculado com base no regime de caixa, onde são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos, exceto as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispendios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário instituiu-se a rubrica de “Ajuste Critério Competência/Caixa”, onde são identificadas as variações das rubricas “Contas a Receber”, “Contas a Pagar” e “Receitas e Despesas Financeiras”.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais não são considerados os dados do PDG das empresas do Grupo PETROBRÁS que atuam exclusivamente no exterior, uma vez que suas operações não afetam os agregados macroeconômicos internos. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, devido às suas características, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Porém, o resultado primário das empresas estatais federais considera o impacto do orçamento da empresa Itaipu Binacional, devido à co-responsabilidade da União na liquidação de suas dívidas, embora seus dispêndios não sejam fixados pelos órgãos de coordenação e controle brasileiros.

Em 2007, a programação orçamentária das empresas estatais federais indica a geração de superávit primário no montante de R\$ 16,1 bilhões, equivalentes a 0,70% do PIB (Tabela 3).

Como se pode observar, o resultado primário das estatais é pautado, principalmente, na receita oriunda da venda de bens e serviços e nas demais receitas – operacionais e não operacionais. São considerados também os ingressos decorrentes de aportes de capital, bem como de outros recursos não resultantes da tomada de empréstimos e financiamentos junto ao sistema financeiro.

Os gastos estimados com “Pessoal e Encargos Sociais” estão compatíveis com os planos de cargos e salários de cada empresa estatal e também com a política salarial a

ser adotada pelo Governo Federal para as negociações dos acordos coletivos de trabalho em 2007.

A rubrica “Materiais e Produtos” representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas, produtos para revenda, compra de energia, material de consumo e outros.

Os dispêndios com “Serviços de Terceiros” resultam da contratação de serviços técnicos administrativos e operacionais, gastos com propaganda, publicidade e publicações oficiais e dos dispêndios indiretos com pessoal próprio.

Na rubrica “Tributos e Encargos Parafiscais” estão inseridos os pagamentos de impostos e contribuições incidentes sobre a receita, vinculados ao resultado e também relacionadas aos demais encargos fiscais.

Os “Demais Custeios” contemplam dispêndios com o pagamento de “royalties”, de aluguéis em geral, de provisões para demandas trabalhistas, de participação dos empregados nos lucros ou resultados, bem como para a cobertura de eventuais déficits de planos de previdência complementar, etc.

O valor dos investimentos representa os gastos propostos com a aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2007.

Na rubrica “Outros Dispendios de Capital” estão incluídas, principalmente, provisões para pagamento de dividendos pelas empresas estatais do setor produtivos e inversões financeiras em outras empresas.

Tabela 3 - Necessidade de Financiamento Líquido - NEFIL (acima da linha)

DISCRIMINAÇÃO	PDG - Programação	
	R\$ milhões	% do PIB
I - RECEITAS TOTAIS	273.447	11,89
- Operacionais	257.727	11,21
. Venda de Bens/serviços	254.054	11,05
. Demais Operacionais	3.673	0,16
- Financeiras	10.454	0,45
- Demais Não Operacionais	2.695	0,12
- Outras Receitas	2.276	0,10
- Transferências do Tesouro Nacional	295	0,01
II - DESPESAS TOTAIS	267.358	11,63
- Pessoal e Encargos Sociais	18.192	0,79
- Encargos Financeiros	10.607	0,46
- Outros Custeios	187.734	8,17
. Materiais e Produtos	51.930	2,26
. Serviços de Terceiros	26.302	1,15
. Utilidades e Serviços	1.410	0,06
. Tributos e Encargos Parafiscais	73.611	3,20
. Demais Custeios	34.481	1,50
- Investimentos	38.709	1,68
- Outros Dispendios de Capital	12.116	0,53
III - AJUSTE CRITÉRIO COMPETÊNCIA/CAIXA	10.716	0,47
- Variação de Contas a Pagar (vincendo)	14.830	0,65
- Variação de Contas a Receber (vincendo)	4.976	0,22
- Variação de Receitas/Despesas Financeiras	862	0,04
IV - RESULTADO NOMINAL (I - II + III)	16.805	0,73
V - JUROS LÍQUIDOS (RECEITA-DESPESA)	709	0,03
VI - RESULTADO PRIMÁRIO (IV - V)	16.096	0,70

OBS: Valores positivos = superávit

Elaboração: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST/MP

RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita total estimada na proposta orçamentária para 2007 perfaz R\$ 1.560,9 bilhões, sendo R\$ 1.202,6 bilhões referentes ao Orçamento Fiscal, R\$ 308,9 bilhões ao Orçamento da Seguridade Social e R\$ 49,4 bilhões ao Orçamento de Investimento das Empresas Estatais. Em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, as receitas primárias totalizam o montante de R\$ 603,4 bilhões, já incluídas as receitas administradas pela SRF/MF, a Arrecadação Líquida do RGPS, a Contribuição para o Regime Próprio dos Servidores Públicos, as Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais, os recursos provenientes de concessões e permissões pela exploração de serviços públicos, e outras receitas primárias, como as taxas e receitas de serviços que constituem importante fonte de financiamento daqueles orçamentos. As receitas não primárias atingem o valor de R\$ 908,1 bilhões, incluídos aí R\$ 655,8 bilhões referentes à emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, destinados ao refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal, interna e externa, conforme tabela 4.

Tabela 4 - Composição da Receita Total dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Discriminação	Realizado 2005		Reprogramado 2006		PLOA 2007	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
I. TOTAL DA RECEITA PRIMÁRIA	490,7	25,33	549,4	26,14	603,4	26,24
II. TOTAL DA RECEITA NÃO PRIMÁRIA	671,5	34,65	1.113,1	52,97	908,1	39,49
III. RECEITA TOTAL (I + II)	1.162,2	59,98	1.662,5	79,11	1.511,5	65,73

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP

I. RECEITAS PRIMÁRIAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

As receitas primárias totais dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estão estimadas em R\$ 603,4 bilhões para 2007. Tradicionalmente, divide-se esse agregado em três grandes grupos, de acordo com o respectivo gestor na Administração Pública Federal: Receitas Administradas pela SRF/MF; Arrecadação Líquida do RGPS; e Demais Receitas Primárias do Governo Federal Não Administradas pela SRF/MF, de acordo com a Tabela 5.

Tabela 5 - Composição da Receita Primária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Discriminação	Realizado 2005		Reprogramado 2006		PLOA - 2007	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Receitas Administradas pela SRF/MF	333,0	17,19	362,1	17,23	399,4	17,37
Imposto de Importação	9,0	0,47	9,9	0,47	11,7	0,51
IPI	24,5	1,26	27,4	1,30	30,8	1,34
Imposto de Renda (líquido de incentivos fiscais)	115,3	5,95	129,1	6,14	141,2	6,14
IOF	6,1	0,31	6,8	0,32	7,4	0,32
COFINS	86,6	4,47	91,4	4,35	102,6	4,46
PIS/PASEP	21,6	1,11	24,1	1,15	26,6	1,16
CSLL	25,8	1,33	28,4	1,35	30,6	1,33
CPMF	29,0	1,50	32,4	1,54	35,5	1,54
CIDE - Combustíveis	7,7	0,40	8,0	0,38	8,2	0,36
Outras Administradas	4,4	0,23	4,5	0,22	4,8	0,21
REFIS e PAES	3,1	0,16				
Arrec. Líquida do RGPS	108,4	5,60	123,3	5,87	134,9	5,87
Receitas Não Administradas pela SRF/MF	49,3	2,54	64,0	3,04	69,0	3,00
Concessões	0,8	0,04	2,4	0,11	2,1	0,09
Dividendos	4,9	0,25	10,8	0,51	8,1	0,35
Cont. Plano de Seg. do Servidor	4,2	0,22	4,8	0,23	6,7	0,29
Cota-Parte de Compensações Financeiras	15,1	0,78	18,7	0,89	23,9	1,04
Salário-Educação	5,9	0,30	6,7	0,32	7,4	0,32
Complemento do FGTS	2,9	0,15	2,8	0,14	1,7	0,07
Receita Própria	6,3	0,33	7,1	0,34	7,6	0,33
Demais Receitas	9,2	0,48	10,6	0,50	11,6	0,50
TOTAL	490,7	25,33	549,4	26,14	603,4	26,24

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF

O primeiro grupo refere-se às receitas administradas pela SRF/MF e corresponde às receitas de impostos, contribuições sociais, contribuições de intervenção no domínio econômico e outras taxas e recursos geridos por esse Órgão. O referido grupo contempla as principais fontes de financiamento dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, tais como os Impostos sobre a Renda e suas várias modalidades, sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre as exportações e importações, sobre Operações Financeiras (IOF), além das Contribuições Sociais sobre o Lucro Líquido (CSLL), sobre Movimentação Financeira (CPMF), da Seguridade Social (COFINS), para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), entre outras.

O segundo grupo, referente à Arrecadação Líquida para o RGPS, corresponde à Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para este Regime, previsto no art. 195, inciso I, alínea "a", e inciso II, da Constituição. Essa Receita, cuja gestão pertence à Secretaria

da Receita Previdenciária do Ministério da Previdência Social, é destinada integralmente ao pagamento de benefícios do RGPS, compondo, com essa despesa, o chamado Resultado do RGPS.

O terceiro grupo, aqui denominado Demais Receitas Não administradas pela SRF/MF, é composto por receitas de diversas naturezas, tendo como destaque a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais, os recursos oriundos de concessões e permissões de serviços públicos, os dividendos pagos pelas empresas em que a União detenha participação acionária, a Contribuição Social do Salário-Educação, a Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais, as receitas próprias primárias e demais relacionadas a taxas, outras contribuições, sociais e econômicas, e outras fontes quase todas vinculadas a órgãos ou despesas específicas.

1) Receitas Administradas pela Secretaria da Receita Federal - SRF

A Receita Administrada cresceu mais do que o PIB nos últimos anos. A estimativa para 2006 da referida receita, líquida de restituições e livre de atipicidades, corresponde a 17,1% do PIB, portanto, maior do que os 14,84% observados em 2002. Desse aumento, 76% são explicados pela melhoria na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), e da CSLL, dois tributos que incidem sobre o lucro das empresas que reagiram positiva e intensamente à expansão econômica aliada à estabilidade monetária e à valorização externa de produtos exportados pelo Brasil.

Nos últimos anos, o Governo implementou uma série de medidas de política tributária que podem ser agrupadas em quatro grandes conjuntos de acordo com os seus objetivos.

O primeiro conjunto diz respeito às medidas voltadas à redução do custo do investimento, necessário para ampliar o potencial de crescimento sustentado da economia. Entre essas, destacam-se a redução a zero da alíquota do IPI incidente sobre inúmeros bens de capital, a redução do prazo para o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS decorrente da aquisição desses bens e a permissão para utilizar créditos da depreciação das máquinas e equipamentos para fins de apuração da CSLL. Inclui-se nessa categoria, também, medidas voltadas a setores específicos, tais como o Incentivo Tributário para Modernização e Ampliação dos Portos (REPORTO), bem como medidas voltadas à correção de distorções tributárias que oneravam nossas exportações, como o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (RECAP), voltado às empresas exportadoras em geral e o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia de Informação (REPES), voltado à exportação de *software*.

O segundo conjunto de medidas tem como objetivo o estímulo à poupança de longo prazo. Esse é o caso, por exemplo, da instituição de regimes de tributação decrescente ao longo do tempo para a previdência complementar e para as aplicações de renda fixa, bem como da redução da tributação da renda variável e da eliminação da cobrança de tributos na fase de acumulação dos planos de previdência privada. Por intermédio do estímulo à ampliação do prazo e do volume da poupança, essas medidas procuram criar condições para o financiamento equilibrado do novo ciclo de investimentos. Trata-se de medidas importantes, que revertem a lógica dos ciclos anteriores de crescimento do Brasil, os quais, por não contarem com uma estrutura de financiamento adequada, basearam-se seja na emissão

de moeda e na inflação, seja no endividamento público, ou no excessivo endividamento externo, e criaram elevados desequilíbrios macroeconômicos que comprometeram o próprio crescimento.

A ampliação da eficiência da economia em diversas áreas é o objetivo do terceiro conjunto de medidas de desoneração tributária, tais como, por exemplo, das voltadas à melhora do funcionamento do mercado imobiliário através da redução do imposto incidente na troca de imóveis residenciais e da instituição de um regime especial de tributação para as incorporações que adotarem o regime de patrimônio de afetação. É o caso também da consolidação e ampliação dos incentivos fiscais à inovação e ao desenvolvimento tecnológico das empresas, bem como de um amplo conjunto de medidas voltadas ao funcionamento mais eficiente dos mercados financeiros, como a isenção de PIS e COFINS nas operações de *hedge* e a desoneração tributária de instrumentos de captação voltados ao financiamento habitacional.

Acrescenta-se ainda, a alteração na cobrança da COFINS, transformada em não-cumulativa, que eliminou uma série de distorções causadas pela cumulatividade e beneficiou as exportações, e a incidência da COFINS e do PIS/PASEP sobre as importações, que estabeleceu isonomia tributária com a produção doméstica e, portanto, condições mais justas de competição.

Finalmente, um quarto conjunto de medidas beneficiou diretamente as famílias por intermédio da redução da carga tributária incidente sobre computadores pessoais e bens da cesta básica como arroz, feijão, leite e queijos. A redução de preços faz avançar o importante processo de inclusão digital e amplia o poder de compra da população. Adicionalmente, foram desoneradas de tributos as instituições de ensino superior que concederem bolsas de estudo a alunos oriundos de escolas públicas, ampliando o acesso da população à universidade.

Outrossim, as medidas de alteração na legislação tributária causaram efeitos sobre a arrecadação tributária. As primeiras medidas incrementaram as receitas, algumas delas de forma inesperada. Posteriormente, no entanto, as alterações destinaram-se a, além de atender os objetivos econômicos e sociais, devolver à sociedade os ganhos de arrecadação obtidos. A tabela 6 ilustra esse fato ao listar as principais mudanças na legislação tributária aliada ao respectivo impacto esperado sobre a arrecadação de 2006.

Para o ano de 2007, a previsão das Receitas Administradas pela SRF/MF, líquidas de restituições e incentivos fiscais, é de R\$ 399,4 bilhões ou 17,37% do PIB estimado.

Para a projeção, foram utilizados os parâmetros macroeconômicos estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e a base do exercício corrente, composta pela soma dos valores arrecadados até junho, excluídas as receitas extraordinárias, e dos estimados de julho a dezembro.

Tabela 6 - Principais alterações na legislação tributária e impacto estimado sobre a arrecadação de 2006

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	REFLEXO EM 2006
Lei nº 10.684 de 30/05/03	aumento da alíquota da COFINS de 3% para 4% referente ao setor financeiro; elevação da base de cálculo da CSLL de 12% para 32% para empresas prestadoras de serviços; introdução do Parcelamento Especial – PAES em até 180 parcelas;	5.377
Lei nº 10.833 de 29/12/03	extinção do crédito presumido PIS/COFINS, deduzido do IPI, para os contribuintes incluídos na nova forma de tributação da COFINS – cobrança não cumulativa; instituição da cobrança não cumulativa da COFINS; retenção na fonte de COFINS, PIS, CSLL e IRPJ referentes a pagamentos efetuados por empresas de direito privado; retenção na fonte de IRRF-Trabalho decorrente de decisões da Justiça do Trabalho;	6.090
Lei nº 10.865 de 30/04/04	tributação direta, pela COFINS/PIS, das importações de bens e serviços;	14.942
Lei nº 10.925 de 23/07/04	redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS de vendas para agroindústria e crédito para agroindústria; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre arroz, feijão e farinha de mandioca;	(3.596)
Lei nº 10.996 de 15/12/04	exclusão da base de cálculo do IRRF das pessoas físicas de R\$ 100,00 do total dos rendimentos provenientes do trabalho assalariado;	(492)
Lei nº 11.033 de 21/12/04	alíquota em função do prazo de aplicação e redução de alíquota dos fundos de investimento de 20% para 15%; ampliação do prazo de apuração do IPI-Outros que passou de quinzenal para mensal; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre livros em geral;	(1.897)
Lei nº 11.051 de 29/12/04	crédito de depreciação de bens de capital descontado da CSLL; redução do prazo para aproveitamento de crédito PIS/COFINS relativos a bens de capital de 48 para 24 meses; redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre farinha de milho e leite;	(2.739)
Lei nº 11.053 de 29/12/04	tributação de planos de previdência no resgate ou recebimento do benefício;	(183)
Lei nº 11.196 de 29/12/04	Incentivo à Exportação (*) RECAP-Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Cofins/PIS) Programa de Inclusão Digital-Venda de micros a varejo (Cofins/PIS) Inovação Tecnológica - Dedução de despesas com pesquisa tecnológica da base do IRPJ e CSLL Prazo de Recolhimento de tributos Retenção do PIS/Cofins sobre Autopeças Alíquota zero de PIS/Cofins para leite em pó e queijo Nafta Petroquímica. Tributação de PIS/Cofins a 5,6% e crédito a 9,25% Aumento dos limites do Simples	(5.320)

Continuação Tabela 6

LEGISLAÇÃO	ASSUNTO	REFLEXO EM 2006
Lei nº 11.119 de 21/11/05	correção da tabela do IRPF em 10%;	(2.245)
Lei nº 11.311 de 27/06/06	Correção de tabela do IRPF em 8%	(2.210)
Decreto nº 4.902 de 28/11/03	prorrogação do acordo automotivo até fevereiro/04;	(77)
Decreto nº 5.058 de 30/04/04	redução das alíquotas do IPI-Automóveis;	
Decreto nº 4.955 de 16/01/04	redução da alíquota média do IPI referente a bens de capital de 5% para 3,5%;	(1.384)
Decreto nº 5.173 de 06/08/04	redução da alíquota média do IPI referente a bens de capital de 3,5% para 2%;	
Decreto nº 5.468 de 15/06/05	redução da alíquota média do IPI referente a bens de capital ;	
Decreto nº 5.164 de 30/07/04	redução para zero das alíquotas do PIS/COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas à incidência não-cumulativa das referidas contribuições;	(266)
Decreto nº 5.172 de 06/08/04	redução das alíquotas do IOF de seguros de vida;	(432)
Decreto nº 5.697/06	Redução das alíquotas do IPI sobre insumos da construção civil	(1.060)
Resoluções CAMEX	redução de alíquotas do Imposto de Importação	(907)
TOTAL		3.599

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Entre os parâmetros destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2007, o crescimento real da economia, 4,75%; a inflação média medida pelo IPCA, 4,50%, e pelo Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI, 4,34%; a expansão na quantidade importada, 12,95%; e a variação da massa salarial nominal, 9,90%.

2) Arrecadação Líquida do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A evolução da Arrecadação Líquida do RGPS nos últimos anos apresentou crescimento real significativo. Pode-se visualizar na tabela 7 a seguir que o crescimento médio nominal e real da arrecadação foi, respectivamente, de 14,80% e 6,28%. Na decomposição da receita por categoria ao longo do período analisado, observa-se que a arrecadação bancária cresceu a uma taxa real média anual de 4,57%, sendo que a arrecadação pelo SIMPLES cresceu a uma taxa de 36,59% e as recuperações de crédito, a uma taxa de 7,92%. Esse aumento fica ainda mais claro quando se observa que houve elevação na participação em percentual do PIB de 13,12% para o período considerado. Ressalta-se que as transferências a terceiros cresceram a taxas próximas às verificadas para as receitas do RGPS, conforme discriminado:

Tabela 7 - Evolução da Arrecadação dos RGPs (%)

CRESCIMENTO NOMINAL					
Períodos	Arrecadação INSS	Arrec. Bancária	Arrec. Pelo SIMPLES	Recuperação de Crédito	Transferência a Terceiros
2003	13,66	8,68	114,90	29,11	14,64
2004	16,15	15,49	26,65	21,84	23,63
2005	15,64	15,23	17,21	5,31	3,23
2006	13,73	12,16	36,35	11,03	17,13
Média 2003/06	14,80	12,89	48,78	16,82	14,66
2007	9,41	9,44	8,74	9,90	9,35
CRESCIMENTO REAL*					
Períodos	Arrecadação INSS	Arrec. Bancária	Arrec. Pelo SIMPLES	Recuperação de Crédito	Transferência a Terceiros
2003	(0,92)	(5,26)	87,33	12,55	(0,07)
2004	8,96	8,34	18,81	14,30	15,97
2005	8,21	7,82	9,67	(1,46)	(3,41)
2006	8,88	7,38	30,54	6,30	12,14
Média 2003/06	6,28	4,57	36,59	7,92	6,16
2007	4,69	4,73	4,05	5,17	4,64
PERCENTUAL DO PIB					
Períodos	Arrecadação INSS	Arrec. Bancária	Arrec. Pelo SIMPLES	Recuperação de Crédito	Transferência a Terceiros
2003	5,19	4,84	0,39	0,35	(0,39)
2004	5,31	4,92	0,43	0,38	(0,43)
2005	5,60	5,17	0,46	0,37	(0,40)
2006	5,87	5,35	0,58	0,37	(0,43)
Média 2003/06	5,49	5,07	0,47	0,37	(0,41)
2007	5,87	5,35	0,58	0,38	(0,43)

(*) Valores corrigidos pelo IPCA

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - SOF

O desempenho da arrecadação pode ser explicado resumidamente pelos seguintes fatos: criação de novos postos de trabalho formal e medidas administrativas que estimulam a formalização de trabalhadores informais e evitam a sonegação da contribuição previdenciária.

A primeira explicação para a maior parte do crescimento da arrecadação do RGPS pode ser confirmada a partir do próximo quadro, que mostra o crescimento de emprego formal médio de 3,65% e da massa salarial de 9,92%, no período de janeiro de 2003 a maio de 2006, para as principais regiões metropolitanas do País. Entretanto, ressalta-se que o crescimento da ocupação de postos de trabalho no mercado formal foi maior do que a observada para as regiões pesquisadas pelo IBGE, como se verifica nas estatísticas elaboradas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) para o mesmo período. Dessas informações, pode-se inferir que o crescimento da receita do RGPS mantém forte correlação com a evolução do mercado de trabalho formal do País, como se pode observar na tabela 8 a seguir:

Tabela 8 - Crescimento do Emprego Formal

Período	Pessoal Ocupado - CAGED*	Pessoal Ocupado*	Pessoal Ocupado**	Rend. Médio Nominal	Massa Salarial - SPE
2003	2,96	2,07	2,07	6,15	8,18
2004	5,11	2,01	2,01	6,66	8,90
2005	5,67	5,60	5,60	5,61	11,52
2006	5,00	4,92	3,54	7,32	11,07

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego / Secretaria de Orçamento Federal - SOF.

(*) Informações de 2006 se referem ao período de janeiro a maio e o crescimento apurado em relação ao mesmo período do ano anterior.

(**) Até maio de 2006 informações produzida pelo IBGE e a partir de junho os valores foram projetados pela SPE.

A segunda fonte que explica o crescimento da receita do RGPS tem origem nas medidas administrativas de duas naturezas. Uma visava ampliar a formalização, e a outra, atacava fontes de sonegação por meio de retenção das contribuições devidas pelos trabalhadores terceirizados por empresas contratantes de serviços por meio de cessão de mão de obra, recolhimento das contribuições pela Justiça do Trabalho após sentenças, homologação de acordos e criação de certificados da dívida pública que permitem aos devedores quitarem suas dívidas com deságio, entre outras.

A arrecadação por meio do SIMPLES cresceu acentuadamente no período. Esse fato se deve à facilidade gerada por esse sistema de arrecadação, pois os contribuintes podem recolher diversos tributos (IRPJ, IPI, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Contribuição ao RGPS) nessa modalidade com uma única alíquota sobre o seu faturamento. O elevado aumento reflete as vantagens associadas a esse sistema e também, para o ano de 2006, a mudança na participação da Arrecadação do RGPS no montante de recursos gerado pelo SIMPLES.

Para 2007, a expectativa de crescimento da arrecadação bancária e do SIMPLES, em termos reais, é de 4,73% e 4,05%, respectivamente, o que propiciará a manutenção da participação da receita do RGPS no PIB em 5,87%.

3) Receitas Não Administradas

a) Concessões e Permissões

A previsão de arrecadação dos recursos de Concessões e Permissões totaliza R\$ 2,1 bilhões para o exercício de 2007. Destaca-se o Bônus de Assinatura de Contratos referentes à concessão de áreas para exploração de petróleo e gás natural, no valor de R\$ 1,0 bilhão. De 2003 até junho de 2006, foram arrecadados R\$ 2,2 bilhões de bônus de assinatura, sendo que a última rodada de licitações foi responsável pela arrecadação de R\$ 1,1 bilhão.

Apesar do montante de arrecadação das receitas de concessões florestais criadas pela Lei nº 11.284, de 4 de março de 2006, não ser significativo, R\$ 18,00 milhões, tal receita é responsável pelo estímulo à exploração sustentável das florestas nacionais e de domínio

da União. Essa Lei cria também o Sistema Florestal Brasileiro (SFB), que será órgão gestor desse modelo de concessão em todo o seu processo.

b) Dividendos

A receita de dividendos corresponde a R\$ 8,1 bilhões, o que representa 0,35% do PIB. Merecem destaque a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Brasil, cujos valores somados representam 91% do total. Para o exercício de 2007, foi considerado R\$ 1,2 bilhão de dividendos referente às antecipações do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

c) Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público

A estimativa da receita para o Plano de Seguridade do Servidor Público é de R\$ 16,5 bilhões para 2007, dos quais R\$ 9,8 bilhões correspondem ao valor da contribuição patronal, classificada no orçamento como receita financeira; R\$ 4,9 bilhões à contribuição dos servidores ativos; e R\$ 1,8 bilhão à contribuição dos servidores inativos. Cabe destacar que a contribuição dos militares foi considerada nesse item.

d) Compensações Financeiras

A previsão de arrecadação das receitas de Compensações Financeiras totaliza R\$ 23,9 bilhões para 2007, o que representa 1,04% do PIB estimado para o ano. Grande parte desse valor, cerca de 91%, é formada pelas receitas sobre a produção de petróleo e gás natural. Esse valor inclui o montante a ser transferido para os Estados e Municípios por determinação legal.

e) Contribuição para o Salário-Educação

O valor da previsão da receita com contribuição para o Salário-Educação, para 2007, é de R\$ 7,4 bilhões, ou seja, 0,32% no PIB. Esse montante foi influenciado essencialmente pela variação da massa salarial nominal média prevista para o período.

e) Complemento do FGTS

A projeção do complemento do FGTS, para o ano de 2007, representa 0,07% do PIB, R\$ 1,7 bilhão. De acordo com a Lei Complementar nº 110, de 2001, a contribuição sobre a remuneração devida ao trabalhador deixará de ser recolhida ao final de 2006.

f) Receita Própria Primária

Os Recursos Próprios Primários distinguem-se dos demais recursos pelo fato de o valor arrecadado ser fundamentalmente dependente do esforço desenvolvido pelos órgãos e entidades vinculadas e não de sua atribuição legal. Compreendem, também, as receitas provenientes de convênios, bem como restituições dos mesmos, que passaram a ser classificadas individualmente a partir de 2006, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 170/2006 do Tribunal de Contas da União (TCU).

Entre os tipos de receita própria, há aquelas originárias do processo produtivo. Em 2007, o acréscimo esperado dessas receitas em relação ao exercício de 2006, obtido por órgão e unidade orçamentária, retornará aos mesmos para alocação nas despesas do processo produtivo na forma de ampliação do orçamento.

Essa medida, além de ampliar a qualidade do processo de alocação dos recursos orçamentários, constitui-se em incentivo para a aplicação das receitas produtivas uma vez que garante às entidades governamentais o retorno dos ganhos de receita obtidos.

Para o exercício de 2007, a Receita de Recursos Próprios Primários está estimada em R\$ 7,6 bilhões, representando um crescimento em relação a 2006, ano em que se projeta para esse agregado R\$ 7,1 bilhões. Entre os parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações esperadas do PIB, do IGP-DI e do IPCA.

g) Demais Receitas Primárias

O Grupo das Demais Receitas é constituído fundamentalmente pelas contribuições econômicas e sociais não administradas pela SRF/MF, pelas taxas e multas pelo exercício do poder de polícia, pelas taxas por serviços públicos, pela Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, pela Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, pelas Receitas com Honorários Advocatícios, Custas Judiciais, recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário, e demais receitas não contempladas por outros grupos.

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 11,6 bilhões para 2007, correspondente a 0,5% do PIB. Vinte naturezas de receitas concentram cerca de 85% da arrecadação desse grupo, o restante é pulverizado em quase 120 naturezas de receitas.

Cabe destacar em primeiro lugar a receita referente à Taxa de Fiscalização das Telecomunicações, com previsão para 2007 de R\$ 1,9 bilhão, representando 17% desse universo. Em segundo lugar, a Contribuição para Custeio das Pensões Militares, cuja previsão perfaz R\$ 1,5 bilhão para o próximo exercício. A Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante representa a terceira mais significativa receita desse grupo, cuja previsão de arrecadação para 2007 é de R\$ 1,2 bilhão.

II. RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, levou-se em consideração a real capacidade de geração de recursos de cada empresa estatal federal, mediante a avaliação de suas propostas e da compatibilização dos seus dispêndios globais com a efetiva possibilidade de geração de recursos, observada a meta global de desempenho desse segmento de Governo, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, de superávit primário equivalente a 0,70% do Produto Interno Bruto - PIB. Os programas e ações propostos têm, assim, suas fontes de recursos asseguradas, ficando afastada a hipótese de utilização de recursos a definir ou de empréstimos de curto prazo para investimentos.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 9, indicam que apenas 9,6% dos investimentos são financiados por operações de créditos, junto ao sistema financeiro:

Tabela 9 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões	
Descritores de Fontes	PLO 2007
Recursos Próprios	36.996
Geração Própria	36.996
Recursos para Aumento do Patrimônio Líquido	1.496
Tesouro - Direto	241
Controladora	1.254
Outras Fontes	1
Operações de Crédito de Longo Prazo	4.751
Internas	368
Externas	4.383
Outros Recursos de Longo Prazo	6.143
Controladora	904
Outras estatais	4.879
Outras Fontes	360
T o t a l	49.386

Elaboração: Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais
- DEST/MP.

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O Orçamento para o exercício de 2007 prevê gastos da ordem de R\$ 119,2 bilhões no pagamento de pessoal ativo, inativos e pensionistas da União, o que representa um crescimento de 10,8 % em relação à projeção atual do total da despesa para o exercício de 2006. Os gastos do Poder Legislativo representam 4,3% do total, os do Poder Judiciário e Ministério Público da União, 15,2% e do Poder Executivo 80,5%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 10

Poder	PLO-2007	R\$ Bilhões
		Participação Relativa (%)
Legislativo	5,1	4,3
Judiciário	16,2	13,6
MPU	1,9	1,6
Executivo	96,0	80,5
Total	119,2	100,0

Fonte: SOF/MP

Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2007 decorre basicamente dos seguintes itens:

- Recomposição da força de trabalho do Poder Executivo nas áreas de atuação estratégica do Estado, como segurança pública, saúde, educação, formulação de políticas públicas e gestão governamental, tanto por meio da criação ou da reestruturação de planos de cargos e carreiras e da reestruturação da remuneração do servidor, como também pelo recrutamento e seleção de novos servidores qualificados por concurso público;
- Implantação da segunda etapa do Plano de Carreiras da Câmara dos Deputados, de que trata a Lei nº 11.335, de 25 de julho de 2006;
- Revisão do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal de que trata a Lei nº 11.143, de 26 de julho de 2005, bem como os efeitos dessa alteração no Poder Judiciário da União (Projeto de Lei nº 7.297, de 2006);
- Reestruturação dos Cargos e Funções e do Plano de Carreira dos servidores do Poder Judiciário, de que trata o Projeto de Lei nº 5.845, de 2005;
- Reestruturação dos Cargos e Funções e do Plano de Carreira dos servidores do Ministério Público da União, de que trata o Projeto de Lei nº 6.469, de 2005;
- Alteração do subsídio do Procurador-Geral da República, de que trata o Projeto de Lei nº 7.298, de 2006, bem como os efeitos dessa alteração; e
- Pagamento de valores retroativos a Anistiados Políticos Civis e Militares, nos termos da Medida Provisória nº 300, de 29 de junho de 2006;

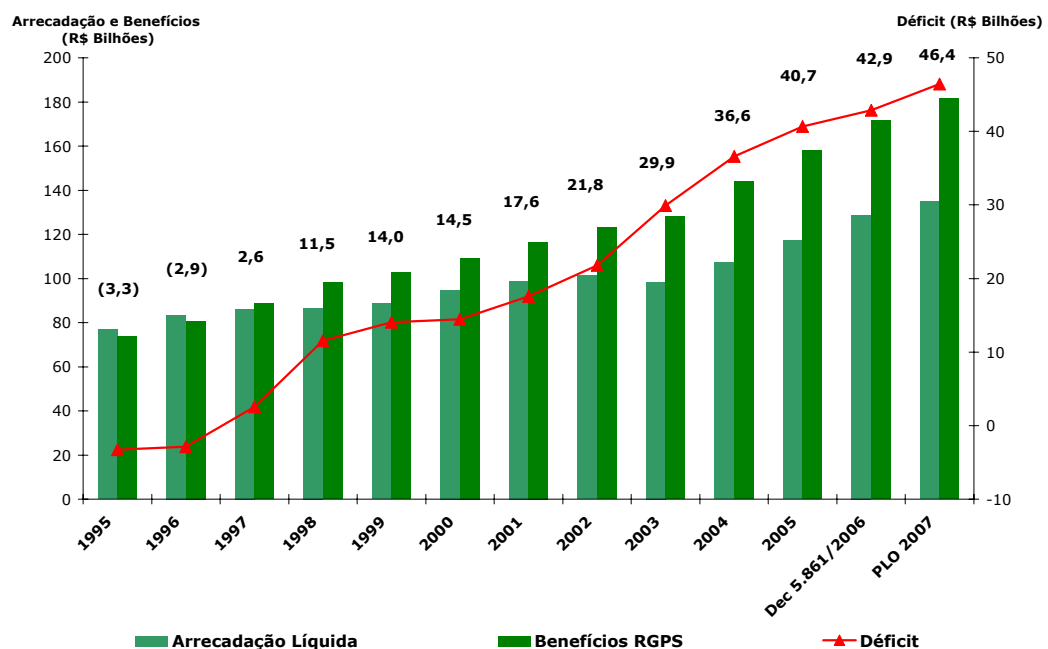
A despesa total com pessoal e encargos sociais projetada para 2007 do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União, representa 1,5 % da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário representa 4,6 %; a do Poder Executivo, 27,1 % e a do Ministério Público da União, 0,5 %. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 33,7 % da receita corrente líquida prevista para 2007. Nessas condições, os limites globais a que se referem a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, bem como os ditames do art. 169 da Constituição, estão obedecidos, mesmo sem computar as deduções aos referidos limites permitidas pela referida Lei Complementar.

SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre a Contribuição dos Trabalhadores e Empregadores para a Seguridade Social e o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. O Gráfico 1 demonstra que, desde 1997, o RGPS apresenta déficits crescentes, em parte devido ao crescimento da formalização do mercado de trabalho e do salário médio de contribuição em anos anteriores, que refletiu o maior número de beneficiários e do valor médio dos benefícios concedidos, e, em parte, por conta dos reajustes do valor do salário mínimo e demais benefícios. No período de 2003 a 2007, o déficit do RGPS passou de cerca de R\$ 30,0 bilhões, ou 1,58% do PIB, para R\$ 46,4 bilhões, ou 2,02% do PIB.

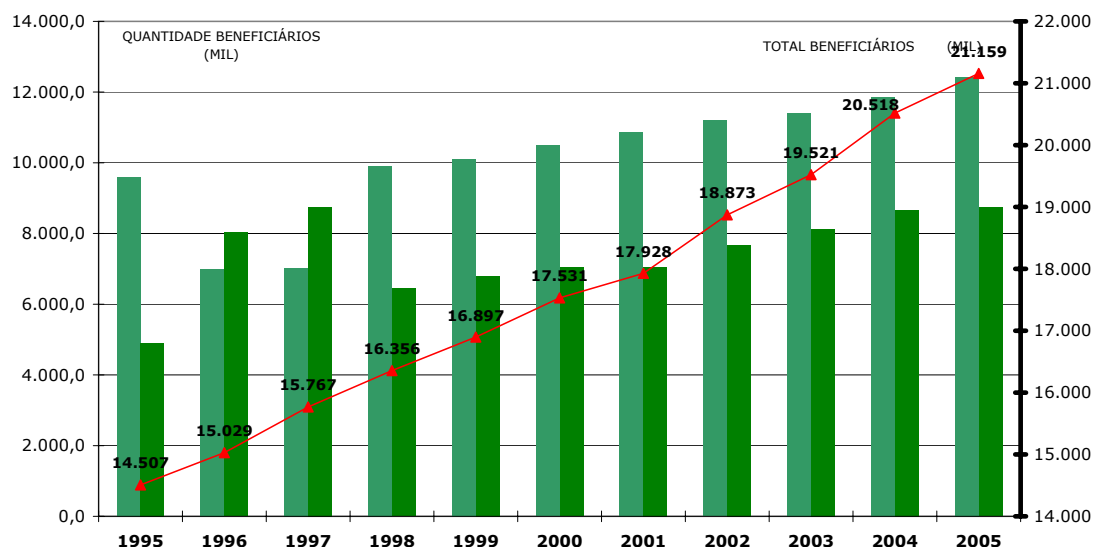
Gráfico 1 - Resultados dos RGPs (valores reais - INPC 2007)



Fonte: Ministério da Previdência Social

Observa-se no Gráfico 2 que o número de beneficiários do RGPS tem tendência crescente. No período de 2002 a 2005, cresceu 2,3 bilhões, passando de 18,9 bilhões para 21,2 bilhões. Destacam-se os trabalhadores que recebem um salário mínimo, cujo quantitativo cresceu 1,2 bilhão, passando de 11,2 bilhões para 12,4 bilhões.

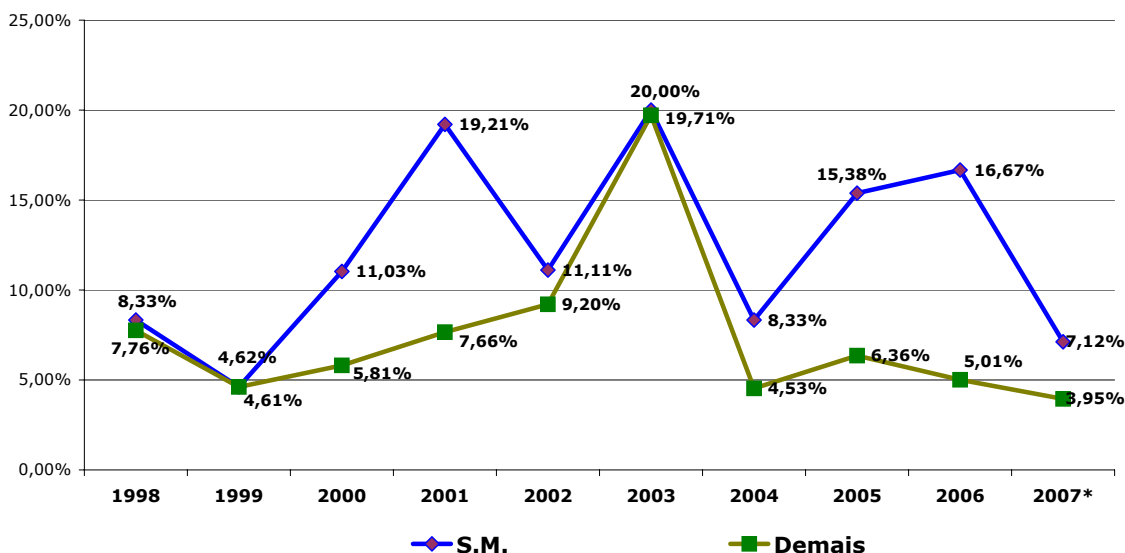
Gráfico 2 - RGPs - Quantidade de Beneficiários por faixa de valor



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, anos 1995 a 2005

Outro fator de significativo impacto sobre o déficit do RGPS são os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios. Verifica-se que os reajustes para o salário mínimo têm sido, em geral, superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação. Nos anos de 2003 a 2005, o piso dos benefícios foi reajustado em 25,0%. O gráfico 3 mostra os percentuais dos reajustes concedidos desde 1998:

Gráfico 3 - Reajustes Concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



* 2007: Projeção com base nos parâmetros indicados pelo PLOA-2007
Elaboração: SOF/MP

A projeção do RGPS para 2007 aponta um déficit de R\$ 46,4 bilhões, ou 2,02% do PIB. Considerou-se um reajuste do salário mínimo de 7,12% a partir do mês de abril de 2007, sendo 3,95% correspondente à inflação projetada para o período (INPC) e

3,05% de aumento real, equivalente ao crescimento real do PIB *per capita* em 2006, conforme regra proposta no PLDO-2007. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,85%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.

Dessa maneira, a projeção da despesa total com benefícios é de R\$ 181,4 bilhões, sendo R\$ 176,7 bilhões relativos a benefícios normais e R\$ 4,7 bilhões a pagamento de sentenças judiciais. Por sua vez, a estimativa total de receitas, considerando-se um aumento da massa salarial nominal de 9,90%, é de R\$ 134,9 bilhões.

O quadro 1 detalha a estimativa do déficit do RGPS e as principais hipóteses adotadas:

Quadro 1 - Projeção RGPS

Descrição	PLO-2007
	R\$ Bilhões
Déficit da Previdência	46.428,6
Arrecadação	134.922,0
Receita Corrente	126.291,1
Recuperação de Créditos	8.630,9
Benefícios	181.350,6
Benefícios Normais	176.662,9
Precatórios e Sentenças	4.687,8
HIPÓTESES ADOTADAS	
Massa Salarial Nominal (%)	9,90
Reajuste Salário Mínimo (%)	7,12
Valor Salário Mínimo (R\$ 1,00)	374,93
Reajuste Demais Benefícios (%)	3,95
Crescimento Vegetativo dos Benefícios (%)	3,85

Fonte: SOF/MP

Apesar do RGPS ter apresentado déficits crescentes ao longo do tempo, vêm sendo implementadas nos últimos anos medidas estruturais na sistemática da receita e da despesa previdenciárias, com vistas ao aperfeiçoamento gerencial do sistema. Nesse sentido, foram realizados investimentos em tecnologia da informação, como a troca de todas as estações de trabalho do INSS e o aumento da capacidade de processamento da internet efetuado pela Dataprev.

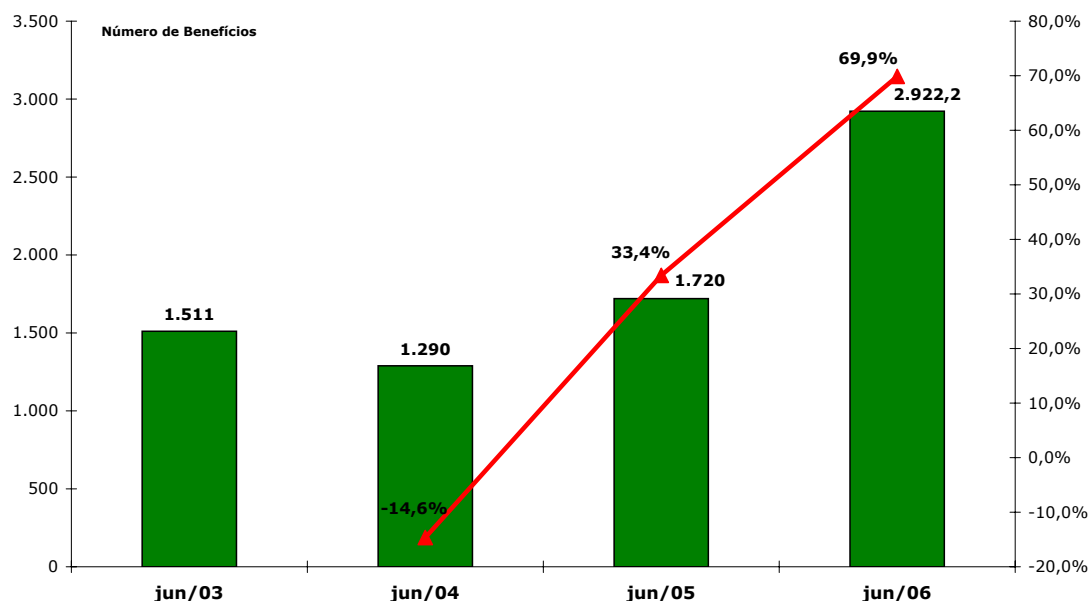
Em relação à gestão da despesa com benefícios, o Ministério da Previdência Social iniciou em outubro de 2005 o Censo Previdenciário, com o objetivo de atualizar a base de dados da Previdência, o que resultou na cessação de pagamentos indevidos de benefícios.

O impacto positivo do Censo sobre o déficit do RGPS pode ser observado por meio da evolução do quantitativo dos benefícios cessados¹. De acordo com o Gráfico

¹ - Benefícios cessados correspondem aos benefícios de prestação continuada (previdenciários e assistenciais) cujo pagamento foi cancelado de forma definitiva por motivos diversos, tais como óbito, alta médica, transformação em outro benefício, maioridade, etc, de acordo com a legislação.

4, até junho de 2006, os benefícios cessados perfizeram R\$ 2,9 bilhões, contra R\$ 1,7 bilhão no mesmo período do ano anterior, que representou um crescimento de cerca de 70% nos procedimentos de cancelamento definitivo dessa despesa:

Gráfico 4 - Evolução dos Benefícios Totais Cessados Acumulados Até Junho

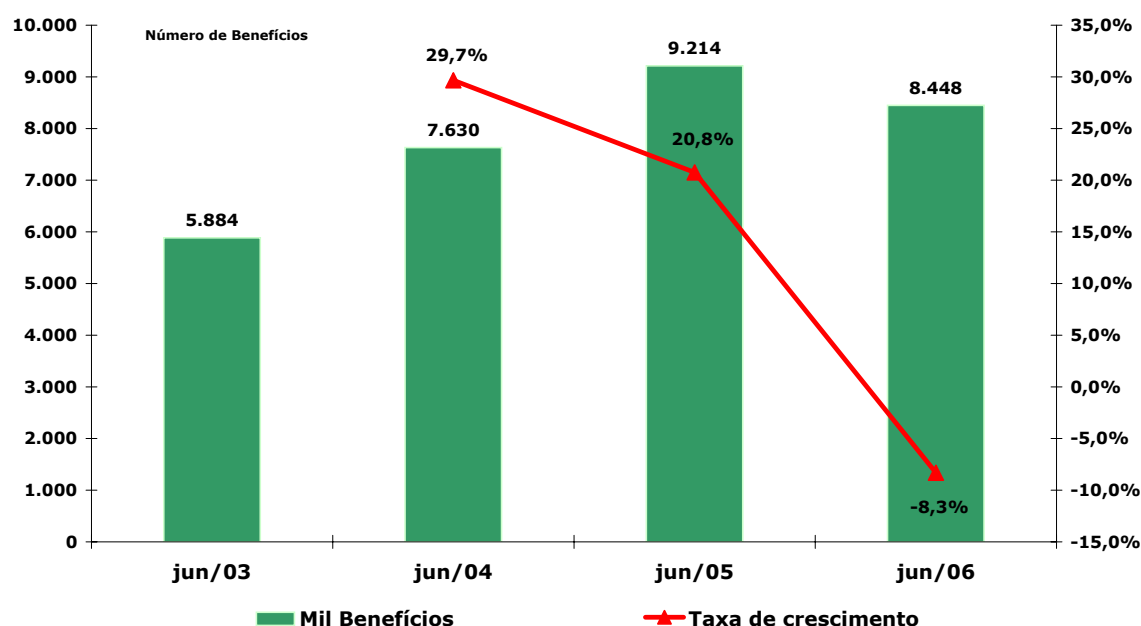


Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, anos 2003-2005

Outra medida de gestão adotada diz respeito à melhoria na administração da concessão do auxílio-doença. A evolução histórica de emissão desse benefício mostra que houve uma inversão na tendência de crescimento, a partir de outubro de 2005, quando começaram a ser introduzidas alterações no modelo médico-pericial para sua concessão.

A reversão da tendência de crescimento da despesa com auxílio-doença tem um efeito positivo sobre a taxa de crescimento da despesa com os benefícios do RGPS em 2006. Observa-se que, até junho de 2006, o número de novas concessões caiu 8,3%, comparado ao mesmo período de 2005, contra taxas de crescimento superiores a 20%, no mesmo período dos anos 2004 e 2005. O gráfico 5 mostra o comparativo do quantitativo de benefícios de auxílio-doença concedidos até o mês de junho de cada ano.

Gráfico 5 - Evolução do Benefício Auxílio-Doença Acumulados Até Junho



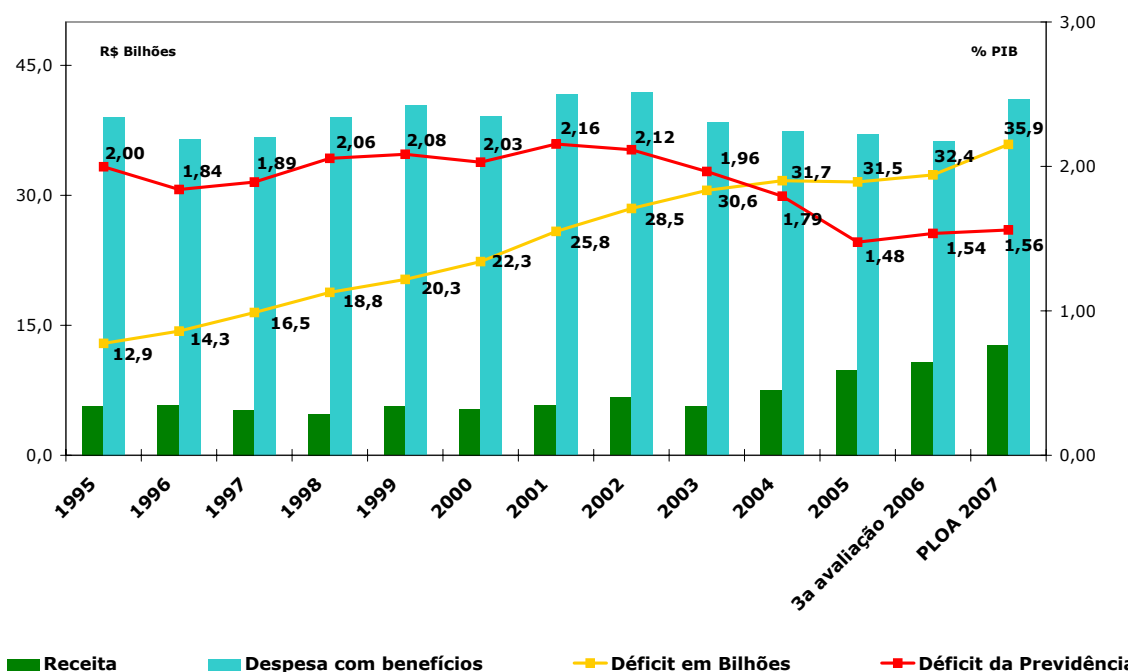
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, anos 2003-2005

As políticas de reajuste do salário mínimo e as medidas de gestão administrativa adotadas pelo Governo Federal, no período de 2003 a 2006, associadas às políticas públicas voltadas para a formalização do mercado de trabalho, têm por objetivo oferecer à sociedade uma Previdência Social universalizada e com processos que a torne mais eficiente e possibilite ampliar o acesso da população aos benefícios do RGPS. O censo promovido em 2005 e 2006 e as demais iniciativas de gestão administrativa, ao dificultar a ocorrência de fraudes na concessão desses benefícios, possibilitarão ao Governo Federal adotar novas medidas em benefício dos trabalhadores nos exercícios seguintes.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O *déficit* projetado para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais (RPPS) para o ano de 2007 é de R\$ 35,9 bilhões, ou 1,56% do PIB, assumindo uma tendência distinta daquela que vinha se evidenciando desde 2001, de decréscimo do déficit em relação ao PIB, conforme evidenciado no Gráfico 6. Pode-se inferir que tal fato deve-se, principalmente, ao processo de reestruturação de carreiras e à continuidade da política salarial de reajustes promovido em 2006, evidenciado pelo aumento do déficit já ocorrido na terceira avaliação bimestral de receitas e despesas primárias de 2006, quando alcançou 1,54% do PIB.

Gráfico 6 - Evolução da Receita, Despesa e Déficit da Previdência Pública

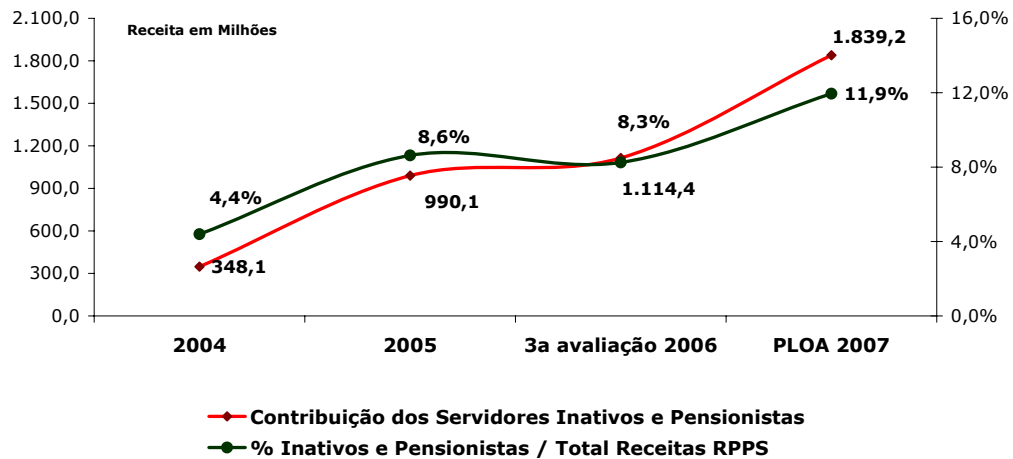


Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, anos 2003-2005

A trajetória de déficit decrescente do RPPS, cujos preceitos legais são regidos pelo art. 40 da Constituição, vinha sendo alcançada, em especial, pelas reformas no texto constitucional no intuito de adequar o sistema previdenciário dos servidores ao caráter contributivo e solidário.

A primeira reforma consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservam o equilíbrio financeiro e atuarial. Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve um acréscimo da contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor, de 11% para 22%, e a sua instituição para inativos e pensionistas. Ressalte-se que, desde quando começou a ser recolhida, em 2004, tal contribuição passou de 4,4% para 8,6% do total das receitas do RPPS em 2005, e com previsão de alcançar 11,9% em 2007, como se pode observar no Gráfico 7:

Gráfico 7 - Receita com Inativos e Pensionistas



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social, anos 2003-2005

Por fim, a EC nº 47, de 5 de julho de 2005, promoveu alterações, tais como: i) a instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003; ii) a introdução de uma regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado além do tempo mínimo de contribuição; iii) a diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e iv) a abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Cumpra ainda ressaltar que está em pauta, pendente de regulamentação por lei complementar, a criação do Fundo Complementar dos Servidores Públicos, previsto na EC nº 41, de 2003. Com o advento do Fundo, os servidores que vierem a ingressar no serviço público após a criação do mesmo terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS, cuja estimativa para 2007 é de R\$ 2.912,43. Assim, o objetivo do Fundo é garantir uma complementação à aposentadoria dos servidores com renda superior ao teto, que ingressarem no serviço público depois da instituição do regime de previdência complementar e para os atuais por meio do termo de opção.

O Fundo não garante benefício definido, mas contribuição definida, conforme estabelece o § 15 do art. 40 da Constituição. Assim, o valor a receber pelo servidor ao se aposentar irá depender do cálculo feito a partir das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pelo Fundo, que contará no seu Conselho com três representantes do Patrocinador – União – e três representantes dos servidores optantes pelo Fundo. Depois de aprovada a lei complementar, a regulamentação do Fundo é que definirá as regras do Conselho.

X - AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO



**APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO
INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO**

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2007, as Agências Financeiras Oficiais de Fomento (Instituições Financeiras) reservaram R\$ 71,2 bilhões para aplicações em operações de crédito, no consolidado do Programa de Dispendios Globais. Esse montante representa o fluxo líquido das operações de crédito para o próximo exercício, envolvendo recursos de geração própria, de terceiros e do Tesouro Nacional (Fundos Constitucionais). Ressalte-se que os recursos alocados representam apenas uma indicação, uma vez que os volumes de concessão de crédito são definidos periodicamente, de acordo com a política monetária do Governo Federal.

Não constam daquele total R\$ 4,8 bilhões referentes às transferências entre as empresas integrantes do Sistema BNDES.

As aplicações previstas pelas Agências de Fomento estão coerentes com as prioridades e metas da Administração Federal estabelecidas para 2007. Respeitadas as especificidades de cada instituição, um maior volume de recursos está sendo canalizado para financiar os setores de intermediação financeira, industrial, serviços, comércio, rural, habitação e outros. Em obediência às determinações legais, são também direcionados recursos para o financiamento de projetos a cargo da União, dos Estados e dos Municípios.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos – por agência, região, unidade da federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais – serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional em até 15 dias após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária.

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

O conjunto das Instituições Financeiras Federais conta, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2007, com R\$ 2,7 bilhões destinados aos gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado.

Desse montante, cerca de R\$ 1,5 bilhão está reservado aos projetos que envolvem a instalação, modernização e manutenção de pontos de atendimento distribuídos por todo o território nacional.

Para aplicação em infra-estrutura de apoio, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2007, as instituições Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal são responsáveis por dispêndios correspondentes a 57% e 30%, respectivamente.

ANEXO



DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS



**EMPRESAS DO
SETOR PRODUTIVO**

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****22000 MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO****22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASA/MG**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.206.494	RECEITAS	19.858.627
INVESTIMENTOS	2.850.000	RECEITA OPERACIONAL	19.436.627
OUTROS DISP. DE CAPITAL	356.494	RECEITA NAO OPERACIONAL	422.000
DISPENDIOS CORRENTES	13.876.330	TOTAL DAS FONTES	19.858.627
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.800.203	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-2.845.933
MATERIAIS E PRODUTOS	919.623	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-48.000
SERVICOS DE TERCEIROS	3.784.561	VARIACAO DO DISPONIVEL	118.130
UTILIDADES E SERVICOS	326.705		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.788.811		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	256.427		
TOTAL DOS USOS	17.082.824	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	17.082.824

22209 COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.200.000	RECEITAS	15.720.316
INVESTIMENTOS	1.200.000	RECEITA OPERACIONAL	12.699.000
DISPENDIOS CORRENTES	14.231.381	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.021.316
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.922.069	TOTAL DAS FONTES	15.720.316
MATERIAIS E PRODUTOS	999.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-808.364
SERVICOS DE TERCEIROS	3.864.400	VARIACAO DO DISPONIVEL	519.429
UTILIDADES E SERVICOS	2.021.242		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.625.670		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	799.000		
TOTAL DOS USOS	15.431.381	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	15.431.381

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GERAIS DE SAO PAULO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	14.584.943	RECEITAS	111.235.453
INVESTIMENTOS	14.584.943	RECEITA OPERACIONAL	101.360.784
DISPENDIOS CORRENTES	96.468.981	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.874.669
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	29.588.602	TOTAL DAS FONTES	111.235.453
MATERIAIS E PRODUTOS	4.439.350	VARIACAO DO DISPONIVEL	-181.529
SERVICOS DE TERCEIROS	31.639.447		
UTILIDADES E SERVICOS	15.296.570		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	14.173.353		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.331.659		
TOTAL DOS USOS	111.053.924	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	111.053.924

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25000 MINISTERIO DA FAZENDA

25207 SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	270.000.000	RECEITAS	2.119.611.000
INVESTIMENTOS	210.000.000	RECEITA OPERACIONAL	1.787.686.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	60.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	331.925.000
DISPENDIOS CORRENTES	1.804.747.184	TOTAL DAS FONTES	2.119.611.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	791.385.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-38.591.729
MATERIAIS E PRODUTOS	10.500.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	251.530.060	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.272.087
UTILIDADES E SERVICOS	16.794.153		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	322.745.255		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	26.000.000		
OUTRAS FONTES	26.000.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	385.792.716		
TOTAL DOS USOS	2.074.747.184	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.074.747.184

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	132.164.027	RECEITAS	809.863.035
INVESTIMENTOS	118.164.027	RECEITA OPERACIONAL	787.922.337
OUTROS DISP. DE CAPITAL	14.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	21.940.698
DISPENDIOS CORRENTES	659.817.189	TOTAL DAS FONTES	809.863.035
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	104.069.540	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-9.709.120
MATERIAIS E PRODUTOS	260.663.453	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	327.255
SERVICOS DE TERCEIROS	137.807.460	VARIACAO DO DISPONIVEL	-8.499.954
UTILIDADES E SERVICOS	22.638.783		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	105.802.356		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.976.363		
OPERACOES INTERNAS	2.976.363		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	25.859.234		
TOTAL DOS USOS	791.981.216	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	791.981.216

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S.A. - BB CARTOES		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	10.362.517	RECEITAS	22.559.490
OUTROS DISP. DE CAPITAL	10.362.517	RECEITA OPERACIONAL	10.214.579
DISPENDIOS CORRENTES	12.196.974	RECEITA NAO OPERACIONAL	12.344.911
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	536.417	TOTAL DAS FONTES	22.559.490
SERVICOS DE TERCEIROS	2.528.702	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.813.805
UTILIDADES E SERVICOS	1.842	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.334.229
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	5.706.380	VARIACAO DO DISPONIVEL	-479.575
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.423.633		
TOTAL DOS USOS	22.559.491	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	22.559.491

25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	69.567.409	RECEITAS	501.353.191
OUTROS DISP. DE CAPITAL	69.567.409	RECEITA OPERACIONAL	479.950.358
DISPENDIOS CORRENTES	431.785.783	RECEITA NAO OPERACIONAL	21.402.833
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.200.465	TOTAL DAS FONTES	501.353.191
SERVICOS DE TERCEIROS	345.262.497	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-22.269
UTILIDADES E SERVICOS	1.080.628	VARIACAO DO DISPONIVEL	22.270
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	75.708.143		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.534.050		
TOTAL DOS USOS	501.353.192	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	501.353.192

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.250.000	RECEITAS	701.210.000
INVESTIMENTOS	10.550.000	RECEITA OPERACIONAL	701.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	700.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	210.000
DISPENDIOS CORRENTES	683.449.460	TOTAL DAS FONTES	701.210.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.320.460	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	10.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	220.950.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-5.446.540
SERVICOS DE TERCEIROS	293.854.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-40.000
UTILIDADES E SERVICOS	10.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-11.024.000
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	102.140.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	10.150.000		
OPERACOES INTERNAS	10.150.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	21.035.000		
TOTAL DOS USOS	694.699.460	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	694.699.460

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25246 BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.757.586	RECEITAS	74.109.316
INVESTIMENTOS	2.450.000	RECEITA OPERACIONAL	71.768.917
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.307.586	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.340.399
DISPENDIOS CORRENTES	72.732.910	TOTAL DAS FONTES	74.109.316
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.443.042	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	5.761.774
MATERIAIS E PRODUTOS	590.791	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	45.847
SERVICOS DE TERCEIROS	9.677.615	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.426.441
UTILIDADES E SERVICOS	3.207.390		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.278.478		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	183.016		
OPERACOES INTERNAS	183.016		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	23.352.578		
TOTAL DOS USOS	76.490.496	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	76.490.496

25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.039.240.572	RECEITAS	3.592.080.453
INVESTIMENTOS	1.147.000	RECEITA OPERACIONAL	2.557.269
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.831.301.820	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.589.523.184
OUTRAS FONTES	2.831.301.820	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.738.455.851
OUTROS DISP. DE CAPITAL	206.791.752	TOTAL DAS FONTES	7.330.536.304
DISPENDIOS CORRENTES	4.907.241.734	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	103.210.060
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.676.068	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	509.713.315
MATERIAIS E PRODUTOS	127.900	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.022.627
SERVICOS DE TERCEIROS	315.415.752		
UTILIDADES E SERVICOS	462.500		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	386.164.153		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.111.712.669		
OUTRAS FONTES	4.111.712.669		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	83.682.692		
TOTAL DOS USOS	7.946.482.306	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.946.482.306

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	17.273.697	RECEITAS	57.919.680
INVESTIMENTOS	450.000	RECEITA OPERACIONAL	55.692.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	16.823.697	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.227.680
DISPENDIOS CORRENTES	42.154.296	TOTAL DAS FONTES	57.919.680
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.615.882	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-6.274.160
MATERIAIS E PRODUTOS	72.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	7.782.473
SERVICOS DE TERCEIROS	14.511.154		
UTILIDADES E SERVICOS	1.009.800		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.636.405		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	12.309.055		
TOTAL DOS USOS	59.427.993	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	59.427.993

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	17.075.985	RECEITAS	138.391.261
INVESTIMENTOS	16.200.000	RECEITA OPERACIONAL	138.351.261
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	875.985	RECEITA NAO OPERACIONAL	40.000
OUTRAS FONTES	875.985	TOTAL DAS FONTES	138.391.261
DISPENDIOS CORRENTES	133.604.727	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	3.591.549
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.956.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	8.697.902
MATERIAIS E PRODUTOS	3.153.249		
SERVICOS DE TERCEIROS	32.986.805		
UTILIDADES E SERVICOS	4.058.157		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.098.549		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.116.450		
OUTRAS FONTES	1.116.450		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	10.235.517		
TOTAL DOS USOS	150.680.712	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	150.680.712

32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	756.878.164	RECEITAS	1.354.809.579
INVESTIMENTOS	504.529.126	RECEITA OPERACIONAL	1.344.809.579
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	183.375.118	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.000.000
OUTRAS FONTES	183.375.118	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	140.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	68.973.920	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	140.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	1.165.868.077	TOTAL DAS FONTES	1.494.809.579
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	235.950.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	326.577.720
MATERIAIS E PRODUTOS	328.894.688	VARIACAO DO DISPONIVEL	101.358.942
SERVICOS DE TERCEIROS	227.893.696		
UTILIDADES E SERVICOS	8.551.853		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	96.661.779		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	209.751.492		
OUTRAS FONTES	209.751.492		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	58.164.569		
TOTAL DOS USOS	1.922.746.241	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.922.746.241

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	3.231.246.442	RECEITAS	12.376.123.893
INVESTIMENTOS	78.707.424	RECEITA OPERACIONAL	7.636.002.914
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	767.099.007	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.740.120.979
OPERACOES EXTERNAS	165.048.631	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	2.298.588.839
OUTRAS FONTES	602.050.376	OPERACOES DE CREDITO	1.160.500.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.385.440.011	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.160.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	9.106.793.209	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.904.125.607
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	192.305.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	1.904.125.607
MATERIAIS E PRODUTOS	7.497.321.724	TOTAL DAS FONTES	17.739.338.339
SERVICOS DE TERCEIROS	229.299.726	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-599.672.683
UTILIDADES E SERVICOS	10.121.750	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-719.982.482
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	654.400.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.081.643.523
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	290.660.205		
OPERACOES EXTERNAS	145.599.579		
OUTRAS FONTES	145.060.626		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	232.684.804		
TOTAL DOS USOS	12.338.039.651	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.338.039.651

32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.336.539.825	RECEITAS	4.421.328.870
INVESTIMENTOS	925.100.000	RECEITA OPERACIONAL	4.360.828.870
INVERSOES FINANCEIRAS	229.271.825	RECEITA NAO OPERACIONAL	60.500.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	182.168.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	74.920.000
OPERACOES INTERNAS	145.906.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	74.920.000
OPERACOES EXTERNAS	5.216.000	TOTAL DAS FONTES	4.496.248.870
OUTRAS FONTES	31.046.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	251.037.390
DISPENDIOS CORRENTES	4.303.482.977	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	485.801.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	457.196.286	VARIACAO DO DISPONIVEL	406.935.542
MATERIAIS E PRODUTOS	2.116.798.060		
SERVICOS DE TERCEIROS	200.026.962		
UTILIDADES E SERVICOS	12.905.638		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	324.318.675		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	798.474.000		
OPERACOES INTERNAS	187.990.000		
OPERACOES EXTERNAS	804.000		
OUTRAS FONTES	609.680.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	393.763.356		
TOTAL DOS USOS	5.640.022.802	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.640.022.802

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	638.938.033	RECEITAS	793.666.630
INVESTIMENTOS	491.265.200	RECEITA OPERACIONAL	704.500.545
INVERSOES FINANCEIRAS	50.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	89.166.085
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	16.555.233	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	174.948
OPERACOES INTERNAS	7.104.975	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	270.085.866
OUTRAS FONTES	9.450.258	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	270.085.866
OUTROS DISP. DE CAPITAL	81.117.600	TOTAL DAS FONTES	1.063.927.444
DISPENDIOS CORRENTES	558.153.151	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	69.946.487
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	196.327.017	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	8.774.936
MATERIAIS E PRODUTOS	12.829.637	VARIACAO DO DISPONIVEL	54.442.317
SERVICOS DE TERCEIROS	64.721.225		
UTILIDADES E SERVICOS	5.258.282		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	128.876.481		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	33.109.828		
OPERACOES INTERNAS	8.309.139		
OUTRAS FONTES	24.800.689		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	117.030.681		
TOTAL DOS USOS	1.197.091.184	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.197.091.184

32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.040.050.260	RECEITAS	4.003.913.934
INVESTIMENTOS	853.951.166	RECEITA OPERACIONAL	3.985.390.500
INVERSOES FINANCEIRAS	67.118.479	RECEITA NAO OPERACIONAL	18.523.434
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	840.092.183	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	92.560.176
OPERACOES INTERNAS	155.585.653	OPERACOES DE CREDITO	240.000.000
OPERACOES EXTERNAS	51.962.785	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	240.000.000
OUTRAS FONTES	632.543.745	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	140.968.261
OUTROS DISP. DE CAPITAL	278.888.432	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	140.968.261
DISPENDIOS CORRENTES	2.916.250.588	TOTAL DAS FONTES	4.477.442.371
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	413.760.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	541.714.224
MATERIAIS E PRODUTOS	576.219.267	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	5.368.430
SERVICOS DE TERCEIROS	298.604.927	VARIACAO DO DISPONIVEL	-68.224.177
UTILIDADES E SERVICOS	18.693.325		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	626.532.125		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	585.412.479		
OPERACOES INTERNAS	15.635.287		
OPERACOES EXTERNAS	9.825.362		
OUTRAS FONTES	559.951.830		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	397.028.465		
TOTAL DOS USOS	4.956.300.848	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.956.300.848

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	2.050.360.924	RECEITAS	6.328.424.770
INVESTIMENTOS	1.200.000.000	RECEITA OPERACIONAL	5.991.889.040
INVERSOES FINANCEIRAS	200.084.728	RECEITA NAO OPERACIONAL	336.535.730
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	380.924.251	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	171.217.307
OPERACOES INTERNAS	110.481.576	OPERACOES DE CREDITO	704.538.731
OUTRAS FONTES	270.442.675	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	704.538.731
OUTROS DISP. DE CAPITAL	269.351.945	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	76.698.229
DISPENDIOS CORRENTES	5.364.841.252	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	20.448.400
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	633.154.000	DEMAIS RECURSOS DE LP	56.249.829
MATERIAIS E PRODUTOS	2.589.615.274	TOTAL DAS FONTES	7.280.879.037
SERVICOS DE TERCEIROS	382.466.043	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	134.323.139
UTILIDADES E SERVICOS	24.262.408		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	930.959.738		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	208.827.326		
OPERACOES INTERNAS	12.335.715		
OUTRAS FONTES	196.491.611		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	595.556.463		
TOTAL DOS USOS	7.415.202.176	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	7.415.202.176

32230 PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	93.672.068.547	RECEITAS	181.520.430.258
INVESTIMENTOS	28.199.915.238	RECEITA OPERACIONAL	176.788.302.213
INVERSOES FINANCEIRAS	2.454.649.360	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.732.128.045
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.696.301.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	51.471.096.812
OPERACOES INTERNAS	197.123.000	OPERACOES DE CREDITO	2.320.000.000
OPERACOES EXTERNAS	1.499.178.000	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	2.320.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	61.321.202.949	TOTAL DAS FONTES	235.311.527.070
DISPENDIOS CORRENTES	137.435.631.695	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.000.397.387
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.979.914.604	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	260.620.138
MATERIAIS E PRODUTOS	30.128.337.845	VARIACAO DO DISPONIVEL	-11.464.844.353
SERVICOS DE TERCEIROS	19.605.612.982		
UTILIDADES E SERVICOS	419.014.082		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	49.785.164.001		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.772.351.311		
OPERACOES INTERNAS	361.389.266		
OPERACOES EXTERNAS	756.807.190		
DEBENTURES	246.809.752		
OUTRAS FONTES	407.345.103		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	28.745.236.870		
TOTAL DOS USOS	231.107.700.242	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	231.107.700.242

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.211.109.371	RECEITAS	1.123.740.793
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	5.531.545.286	RECEITA OPERACIONAL	386.149.884
OUTRAS FONTES	5.531.545.286	RECEITA NAO OPERACIONAL	737.590.909
OUTROS DISP. DE CAPITAL	679.564.085	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	5.670.840.633
DISPENDIOS CORRENTES	552.857.276	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	5.670.840.633
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	219.066.852	TOTAL DAS FONTES	6.794.581.426
OPERACOES EXTERNAS	3.600.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	4.380.892
OUTRAS FONTES	215.466.852	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-35.002.900
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	333.790.424	VARIACAO DO DISPONIVEL	7.229
TOTAL DOS USOS	6.763.966.647	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.763.966.647
32238 INDUSTRIA CARBOQUIMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDACAO)		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	6.704.200	RECEITAS	4.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.800
MATERIAIS E PRODUTOS	4.400	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	6.600.000
SERVICOS DE TERCEIROS	283.800	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	6.600.000
UTILIDADES E SERVICOS	36.000	TOTAL DAS FONTES	6.604.800
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	42.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-4.800
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.240.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	4.800
		VARIACAO DO DISPONIVEL	99.400
TOTAL DOS USOS	6.704.200	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	6.704.200
32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.551.068.339	RECEITAS	52.858.493.237
INVESTIMENTOS	793.941.369	RECEITA OPERACIONAL	52.565.961.867
INVERSOES FINANCEIRAS	69.126.970	RECEITA NAO OPERACIONAL	292.531.370
OUTROS DISP. DE CAPITAL	688.000.000	TOTAL DAS FONTES	52.858.493.237
DISPENDIOS CORRENTES	50.946.293.495	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-192.111.063
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	569.250.828	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-187.659.661
MATERIAIS E PRODUTOS	37.032.361.587	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-6.751.283
SERVICOS DE TERCEIROS	987.154.183	VARIACAO DO DISPONIVEL	25.390.604
UTILIDADES E SERVICOS	50.790.056		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.915.406.108		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	63.330.738		
OPERACOES INTERNAS	32.364.150		
OUTRAS FONTES	30.966.588		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	327.999.995		
TOTAL DOS USOS	52.497.361.834	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	52.497.361.834

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****32240 PETROBRAS GAS S.A. - GASPETRO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.331.593.939	RECEITAS	47.958.770
INVESTIMENTOS	350.135	RECEITA OPERACIONAL	1.159.398
INVERSOES FINANCEIRAS	1.324.643.804	RECEITA NAO OPERACIONAL	46.799.372
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.600.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.330.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	10.930.221	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	1.330.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.082.541	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	7.441.680
MATERIAIS E PRODUTOS	4.377	TOTAL DAS FONTES	1.385.400.450
SERVICOS DE TERCEIROS	4.441.709	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.869.917
UTILIDADES E SERVICOS	869	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-4.179.379
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.830.139	VARIACAO DO DISPONIVEL	-46.566.828
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	570.586		
TOTAL DOS USOS	1.342.524.160	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.342.524.160

32242 PETROBRAS QUIMICA S.A. - PETROQUISA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	554.596.357	RECEITAS	80.555.117
INVESTIMENTOS	1.144.661	RECEITA NAO OPERACIONAL	80.555.117
INVERSOES FINANCEIRAS	500.410.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	456.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	53.041.696	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	456.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	52.056.277	TOTAL DAS FONTES	536.555.117
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.839.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	169.232.255
MATERIAIS E PRODUTOS	525.594	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-6.203.545
SERVICOS DE TERCEIROS	18.666.513	VARIACAO DO DISPONIVEL	-92.931.193
UTILIDADES E SERVICOS	318.590		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	8.956.651		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.328.908		
OPERACOES INTERNAS	1.328.908		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.421.021		
TOTAL DOS USOS	606.652.634	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	606.652.634

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32264 LIGHT PARTICIPACOES S.A. - LIGHTPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	30.000	RECEITAS	5.342.000
INVESTIMENTOS	30.000	RECEITA OPERACIONAL	1.960.000
DISPENDIOS CORRENTES	4.935.842	RECEITA NAO OPERACIONAL	3.382.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.373.838	TOTAL DAS FONTES	5.342.000
MATERIAIS E PRODUTOS	40.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	103.961
SERVICOS DE TERCEIROS	915.004	VARIACAO DO DISPONIVEL	-480.119
UTILIDADES E SERVICOS	114.600		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	210.600		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.056.000		
OUTRAS FONTES	1.056.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	225.800		
TOTAL DOS USOS	4.965.842	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.965.842

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	62.000.000	RECEITAS	358.100.865
INVESTIMENTOS	62.000.000	RECEITA OPERACIONAL	278.454.898
DISPENDIOS CORRENTES	339.003.025	RECEITA NAO OPERACIONAL	79.645.967
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.276.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	21.919.945
MATERIAIS E PRODUTOS	196.042.690	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	21.919.945
SERVICOS DE TERCEIROS	20.532.425	TOTAL DAS FONTES	380.020.810
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	81.831.520	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	6.305.540
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	6.882.545	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-5.528
OUTRAS FONTES	6.882.545	VARIACAO DO DISPONIVEL	14.682.203
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.437.845		
TOTAL DOS USOS	401.003.025	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	401.003.025

32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	102.132.529	RECEITAS	745.944.464
INVESTIMENTOS	97.450.000	RECEITA OPERACIONAL	720.128.084
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.682.529	RECEITA NAO OPERACIONAL	25.816.380
OPERACOES INTERNAS	2.040.542	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	40.240.601
OPERACOES EXTERNAS	141.208	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	40.240.601
OUTRAS FONTES	2.500.779	TOTAL DAS FONTES	786.185.065
DISPENDIOS CORRENTES	677.449.079	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-9.478.773
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.125.191	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.875.316
MATERIAIS E PRODUTOS	265.131.808		
SERVICOS DE TERCEIROS	70.561.129		
UTILIDADES E SERVICOS	2.437.206		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	220.165.155		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	20.728.483		
OPERACOES INTERNAS	516.060		
OPERACOES EXTERNAS	115.154		
OUTRAS FONTES	20.097.269		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	17.300.107		
TOTAL DOS USOS	779.581.608	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	779.581.608

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI - CEPISA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	274.460.371	RECEITAS	867.701.152
INVESTIMENTOS	190.000.000	RECEITA OPERACIONAL	696.377.908
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	84.460.371	RECEITA NAO OPERACIONAL	171.323.244
OPERACOES INTERNAS	415.728	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	164.846.688
OPERACOES EXTERNAS	1.067.568	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	164.846.688
OUTRAS FONTES	82.977.075	TOTAL DAS FONTES	1.032.547.840
DISPENDIOS CORRENTES	723.513.485	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-79.545.793
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	87.866.915	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	12.800.790
MATERIAIS E PRODUTOS	245.858.020	VARIACAO DO DISPONIVEL	32.171.019
SERVICOS DE TERCEIROS	63.336.045		
UTILIDADES E SERVICOS	5.937.150		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	268.663.990		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	17.252.910		
OPERACOES INTERNAS	406.692		
OPERACOES EXTERNAS	1.166.413		
OUTRAS FONTES	15.679.805		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	34.598.455		
TOTAL DOS USOS	997.973.856	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	997.973.856

32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	244.412.789	RECEITAS	962.461.853
INVESTIMENTOS	186.651.479	RECEITA OPERACIONAL	858.552.507
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	52.761.310	RECEITA NAO OPERACIONAL	103.909.346
OUTRAS FONTES	52.761.310	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	4.500.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	5.000.000	DEMAIS REC. P/AUMENTO PL	4.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	852.020.508	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	8.914.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	65.592.000	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	8.914.800
MATERIAIS E PRODUTOS	421.570.778	TOTAL DAS FONTES	975.876.653
SERVICOS DE TERCEIROS	62.626.365	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	119.872.603
UTILIDADES E SERVICOS	4.838.153	VARIACAO DO DISPONIVEL	684.041
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	217.414.709		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	48.087.003		
OUTRAS FONTES	48.087.003		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	31.891.500		
TOTAL DOS USOS	1.096.433.297	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.096.433.297

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLIVIA-BRASIL S.A. - TBG		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	409.235.756	RECEITAS	1.144.412.001
INVESTIMENTOS	186.883.021	RECEITA OPERACIONAL	1.125.247.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	222.352.735	RECEITA NAO OPERACIONAL	19.165.001
OPERACOES EXTERNAS	102.719.638	OPERACOES DE CREDITO	139.230.000
OUTRAS FONTES	119.633.097	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	139.230.000
DISPENDIOS CORRENTES	649.866.240	TOTAL DAS FONTES	1.283.642.001
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.551.576	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-105.200.762
MATERIAIS E PRODUTOS	8.693.792	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	4.923.459
SERVICOS DE TERCEIROS	69.789.924	VARIACAO DO DISPONIVEL	-124.262.702
UTILIDADES E SERVICOS	16.378.389		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	295.559.892		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	182.247.063		
OPERACOES EXTERNAS	57.258.813		
OUTRAS FONTES	124.988.250		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	27.645.604		
TOTAL DOS USOS	1.059.101.996	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.059.101.996
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	32.340.946	RECEITAS	156.311.288
INVESTIMENTOS	27.649.728	RECEITA OPERACIONAL	146.246.374
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	4.191.218	RECEITA NAO OPERACIONAL	10.064.914
OUTRAS FONTES	4.191.218	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	39.271.825
OUTROS DISP. DE CAPITAL	500.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	39.271.825
DISPENDIOS CORRENTES	145.390.874	TOTAL DAS FONTES	195.583.113
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.130.926	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-17.768.944
MATERIAIS E PRODUTOS	69.875.953	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-3.000
SERVICOS DE TERCEIROS	18.418.725	VARIACAO DO DISPONIVEL	-79.349
UTILIDADES E SERVICOS	1.432.550		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	14.789.394		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	2.479.103		
OUTRAS FONTES	2.479.103		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.264.223		
TOTAL DOS USOS	177.731.820	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	177.731.820

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32273 MANAUS ENERGIA S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	378.700.826	RECEITAS	2.523.059.011
INVESTIMENTOS	325.500.000	RECEITA OPERACIONAL	2.494.509.011
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	53.200.826	RECEITA NAO OPERACIONAL	28.550.000
OUTRAS FONTES	53.200.826	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	100.000.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	2.473.320.990	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	100.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	90.439.500	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	159.753.011
MATERIAIS E PRODUTOS	2.103.233.022	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	159.753.011
SERVICOS DE TERCEIROS	103.652.000	TOTAL DAS FONTES	2.782.812.022
UTILIDADES E SERVICOS	4.668.250	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	34.536.590
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	87.480.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	34.673.204
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	21.513.218		
OUTRAS FONTES	21.513.218		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	62.335.000		
TOTAL DOS USOS	2.852.021.816	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.852.021.816

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	564.220.515	RECEITAS	3.978.040.541
INVESTIMENTOS	465.842.755	RECEITA OPERACIONAL	3.886.096.390
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	43.897.592	RECEITA NAO OPERACIONAL	91.944.151
OPERACOES INTERNAS	43.897.592	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	29.904.792
OUTROS DISP. DE CAPITAL	54.480.168	DEMAIS REC. P/AUMENTO PL	29.904.792
DISPÊNDIOS CORRENTES	3.648.213.653	OPERACOES DE CREDITO	234.771.616
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	738.125.329	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	234.771.616
MATERIAIS E PRODUTOS	208.133.796	TOTAL DAS FONTES	4.242.716.949
SERVICOS DE TERCEIROS	1.200.780.769	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-36.871.940
UTILIDADES E SERVICOS	168.463.870	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-91.944.151
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	759.952.274	VARIACAO DO DISPONIVEL	98.533.310
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.954.279		
OPERACOES INTERNAS	1.954.279		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	570.803.336		
TOTAL DOS USOS	4.212.434.168	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	4.212.434.168

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****32275 FRONAPE INTERNATIONAL COMPANY - FIC**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	173.287.567	RECEITAS	236.144.311
INVESTIMENTOS	162.400.000	RECEITA OPERACIONAL	236.144.311
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	10.887.567	OPERACOES DE CREDITO	129.920.000
OPERACOES INTERNAS	10.887.567	OPER.CRED.INTERNAS-MOEDA	129.920.000
DISPENDIOS CORRENTES	225.272.483	TOTAL DAS FONTES	366.064.311
MATERIAIS E PRODUTOS	4.099.891	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	7.357.859
SERVICOS DE TERCEIROS	56.437.310	VARIACAO DO DISPONIVEL	25.137.880
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	6.808.926		
OPERACOES INTERNAS	6.808.926		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	157.926.356		
TOTAL DOS USOS	398.560.050	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	398.560.050

32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	562.243.248	RECEITAS	315.156.443
INVESTIMENTOS	560.243.248	RECEITA OPERACIONAL	292.622.523
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	22.533.920
DISPENDIOS CORRENTES	369.420.176	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	385.259.548
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	59.443.999	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	385.259.548
MATERIAIS E PRODUTOS	188.445.501	TOTAL DAS FONTES	700.415.991
SERVICOS DE TERCEIROS	51.899.981	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	91.133.046
UTILIDADES E SERVICOS	2.375.084	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	27.614.988
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	19.383.953	VARIACAO DO DISPONIVEL	112.499.399
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	27.614.988		
OUTRAS FONTES	27.614.988		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	20.256.670		
TOTAL DOS USOS	931.663.424	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	931.663.424

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	101.000.000	RECEITAS	677.519.191
INVESTIMENTOS	101.000.000	RECEITA OPERACIONAL	602.412.237
DISPENDIOS CORRENTES	753.767.032	RECEITA NAO OPERACIONAL	75.106.954
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.501.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	164.408.392
MATERIAIS E PRODUTOS	479.425.875	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	164.408.392
SERVICOS DE TERCEIROS	56.667.555	TOTAL DAS FONTES	841.927.583
UTILIDADES E SERVICOS	2.933.185	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-13.953.571
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	51.165.074	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	24.664.426
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	24.664.426	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.128.594
OUTRAS FONTES	24.664.426		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	83.409.917		
TOTAL DOS USOS	854.767.032	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	854.767.032

32278 PETROBRAS INTERNATIONAL FINANCE COMPANY - PIFCO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	68.569.319.942	RECEITAS	46.648.765.540
INVESTIMENTOS	2.000.000	RECEITA OPERACIONAL	45.767.403.653
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	46.993.006.678	RECEITA NAO OPERACIONAL	881.361.887
OPERACOES EXTERNAS	1.132.150.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	19.734.395.364
OUTRAS FONTES	45.860.856.678	OPERACOES DE CREDITO	2.298.050.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	21.574.313.264	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	2.298.050.000
DISPENDIOS CORRENTES	49.586.738.172	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	46.414.269.807
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.761.935	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	46.414.269.807
MATERIAIS E PRODUTOS	45.523.022.437	TOTAL DAS FONTES	115.095.480.711
SERVICOS DE TERCEIROS	41.588.901	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.104.127.128
UTILIDADES E SERVICOS	1.979.892	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	957.031.230
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	3.567.502.775	VARIACAO DO DISPONIVEL	-580.955
OPERACOES EXTERNAS	1.112.213.694		
OUTRAS FONTES	2.455.289.081		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	446.882.232		
TOTAL DOS USOS	118.156.058.114	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	118.156.058.114

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32279 DOWNSTREAM PARTICIPACOES LTDA. - DOWNSTREAM		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	40.700.000	RECEITAS	41.259.837
OUTROS DISP. DE CAPITAL	40.700.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	41.259.837
DISPENDIOS CORRENTES	583.266	TOTAL DAS FONTES	41.259.837
SERVICOS DE TERCEIROS	60.066	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	462.443
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	19.200	VARIACAO DO DISPONIVEL	-439.014
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	504.000		
TOTAL DOS USOS	41.283.266	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	41.283.266

32280 ALBERTO PASQUALINI - REFAP S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	377.135.620	RECEITAS	12.102.190.199
INVESTIMENTOS	221.233.000	RECEITA OPERACIONAL	12.013.435.430
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	97.499.996	RECEITA NAO OPERACIONAL	88.754.769
OPERACOES INTERNAS	97.499.996	TOTAL DAS FONTES	12.102.190.199
OUTROS DISP. DE CAPITAL	58.402.624	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	116.103.396
DISPENDIOS CORRENTES	11.897.864.214	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	104.164.365
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	113.830.028	VARIACAO DO DISPONIVEL	-47.458.126
MATERIAIS E PRODUTOS	6.974.293.751		
SERVICOS DE TERCEIROS	246.924.240		
UTILIDADES E SERVICOS	10.782.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.238.344.497		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	284.672.214		
OPERACOES INTERNAS	91.753.080		
OUTRAS FONTES	192.919.134		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	29.017.484		
TOTAL DOS USOS	12.274.999.834	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	12.274.999.834

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	16.794.233.868	RECEITAS	2.349.914.779
INVESTIMENTOS	3.507.418.349	RECEITA OPERACIONAL	2.319.377.389
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	13.286.815.519	RECEITA NAO OPERACIONAL	30.537.390
OUTRAS FONTES	13.286.815.519	OPERACOES DE CREDITO	1.853.787.071
DISPENDIOS CORRENTES	478.748.811	OPER.CRED.EXT.-MOEDA/OUTRA	1.853.787.071
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	342.000	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	13.639.610.708
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	31.834.253	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	13.639.610.708
OPERACOES EXTERNAS	31.834.253	TOTAL DAS FONTES	17.843.312.558
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	446.572.558	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-590.471.529
		AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	36.634.253
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-16.492.603
TOTAL DOS USOS	17.272.982.679	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	17.272.982.679

32285 5283 PARTICIPACOES LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	296.160	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	330
SERVICOS DE TERCEIROS	79.160	VARIACAO DO DISPONIVEL	295.830
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	217.000		
TOTAL DOS USOS	296.160	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	296.160

32286 BRASPETRO OIL COMPANY - BOC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	64.594.134	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	1.044.225
SERVICOS DE TERCEIROS	615.682	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	1.044.225
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	63.264.000	TOTAL DAS FONTES	1.044.225
OPERACOES EXTERNAS	63.264.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	18.295
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	714.452	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	63.265.117
		VARIACAO DO DISPONIVEL	266.497
TOTAL DOS USOS	64.594.134	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	64.594.134

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.026.108.543	RECEITAS	20.732.853.973
INVESTIMENTOS	4.303.580.642	RECEITA OPERACIONAL	20.629.621.710
INVERSOES FINANCEIRAS	315.886.305	RECEITA NAO OPERACIONAL	103.232.263
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	6.406.641.596	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	8.561.646.859
OUTRAS FONTES	6.406.641.596	EMPR./FIN.(NAO INST.FIN.)	8.561.646.859
DISPENDIOS CORRENTES	18.680.593.549	TOTAL DAS FONTES	29.294.500.832
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	635.140.294	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-782.801
MATERIAIS E PRODUTOS	12.249.768.527	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	58.857.330
SERVICOS DE TERCEIROS	256.391.036	VARIACAO DO DISPONIVEL	354.126.731
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	2.571.545.256		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	329.236.717		
OUTRAS FONTES	329.236.717		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.638.511.719		
TOTAL DOS USOS	29.706.702.092	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	29.706.702.092

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS CORRENTES	1.484.621.932	RECEITAS	1.435.690.163	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	312.000	RECEITA OPERACIONAL	1.421.290.163	
MATERIAIS E PRODUTOS	1.335.485.695	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.400.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	11.234.401	TOTAL DAS FONTES	1.435.690.163	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	136.166.545	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-8.017.988	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.423.291	VARIACAO DO DISPONIVEL	56.949.757	
TOTAL DOS USOS	1.484.621.932	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.484.621.932	
32289 PETROBRAS NEGOCIOS ELETRONICOS S.A. - E-PETRO				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS CORRENTES	448.824	RECEITAS	955.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	955.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	189.624	TOTAL DAS FONTES	955.000	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	80.400	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-69.600	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	150.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-436.576	
TOTAL DOS USOS	448.824	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	448.824	
32291 PETRORIO - PETROQUIMICA DO RIO DE JANEIRO S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	28.800	RECEITAS	22.099	
INVESTIMENTOS	28.800	RECEITA NAO OPERACIONAL	22.099	
DISPENDIOS CORRENTES	3.672.084	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	3.950.000	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.684.924	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	3.950.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	36.000	TOTAL DAS FONTES	3.972.099	
SERVICOS DE TERCEIROS	1.090.220	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-240.000	
UTILIDADES E SERVICOS	97.740	VARIACAO DO DISPONIVEL	-31.215	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	18.000			
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	745.200			
TOTAL DOS USOS	3.700.884	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.700.884	
32306 DATAFLUX - SERVICOS DE TELECOMUNICACOES S.A.				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	11.136.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	11.136.000	
INVESTIMENTOS	11.136.000	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	11.136.000	
		TOTAL DAS FONTES	11.136.000	
TOTAL DOS USOS	11.136.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	11.136.000	
32307 TRANSPORTADORA DO NORDESTE E SUDESTE S.A. - TNS				RS 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR	
DISPENDIOS DE CAPITAL	778.864.010	RECEITAS	32.989.212	
INVESTIMENTOS	778.864.010	RECEITA OPERACIONAL	32.776.722	
DISPENDIOS CORRENTES	158.731.952	RECEITA NAO OPERACIONAL	212.490	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.193.573	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	850.000.000	
MATERIAIS E PRODUTOS	10.888	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	850.000.000	
SERVICOS DE TERCEIROS	148.245.519	TOTAL DAS FONTES	882.989.212	
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.564.210	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	54.786.541	
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	717.762	VARIACAO DO DISPONIVEL	-179.791	
TOTAL DOS USOS	937.595.962	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	937.595.962	

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32308 TRANSPORTADORA AMAZONENSE DE GAS S.A. - TAG		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.295.523	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	18.295.523
INVESTIMENTOS	18.295.523	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	18.295.523
		TOTAL DAS FONTES	18.295.523
TOTAL DOS USOS	18.295.523	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	18.295.523
32310 USINA TERMELETRICA NOVA PIRATININGA LTDA. - UTENP		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	1.138.064	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.138.064	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	1.000.000
		TOTAL DAS FONTES	1.000.000
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	174.637
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-36.573
TOTAL DOS USOS	1.138.064	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.138.064
32312 PETROQUIMICA TRIUNFO S.A. - TRIUNFO		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	13.459.000	RECEITAS	665.638.646
INVESTIMENTOS	7.259.000	RECEITA OPERACIONAL	663.818.791
OUTROS DISP. DE CAPITAL	6.200.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.819.855
DISPÊNDIOS CORRENTES	633.180.209	TOTAL DAS FONTES	665.638.646
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	35.242.042	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	6.250.924
MATERIAIS E PRODUTOS	407.006.504	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-27.336.733
SERVICOS DE TERCEIROS	25.609.761	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	120.180
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	148.766.173	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.966.192
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	4.848.377		
OPERACOES INTERNAS	4.848.377		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	11.707.352		
TOTAL DOS USOS	646.639.209	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	646.639.209
32313 TRANSPORTADORA CAPIXABA DE GAS S.A. - TCG		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	45.000.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	45.000.000
INVESTIMENTOS	45.000.000	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	45.000.000
		TOTAL DAS FONTES	45.000.000
TOTAL DOS USOS	45.000.000	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	45.000.000
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	2.028.888	RECEITAS	61.195.435
INVESTIMENTOS	2.028.888	RECEITA OPERACIONAL	60.200.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	56.944.893	RECEITA NAO OPERACIONAL	995.435
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.158.000	TOTAL DAS FONTES	61.195.435
MATERIAIS E PRODUTOS	272.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-18.083.267
SERVICOS DE TERCEIROS	16.192.080	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-22.119
UTILIDADES E SERVICOS	776.400	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.883.732
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	8.952.906		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	275.181		
OUTRAS FONTES	275.181		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	5.318.326		
TOTAL DOS USOS	58.973.781	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	58.973.781

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32316 LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGAS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	137.435.471	RECEITAS	2.811.457.559
INVESTIMENTOS	89.500.908	RECEITA OPERACIONAL	2.794.216.019
OUTROS DISP. DE CAPITAL	47.934.563	RECEITA NAO OPERACIONAL	17.241.540
DISPENDIOS CORRENTES	2.677.553.566	TOTAL DAS FONTES	2.811.457.559
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	152.143.655	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-18.131.183
MATERIAIS E PRODUTOS	2.128.853.090	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-1.574.154
SERVICOS DE TERCEIROS	270.705.723	VARIACAO DO DISPONIVEL	23.236.815
UTILIDADES E SERVICOS	17.808.498		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	65.141.532		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	42.901.068		
TOTAL DOS USOS	2.814.989.037	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.814.989.037

32317 SFE - SOCIEDADE FLUMINENSE DE ENERGIA LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	46.915.756	RECEITAS	247.026.524
INVESTIMENTOS	46.915.756	RECEITA OPERACIONAL	246.426.524
DISPENDIOS CORRENTES	317.801.686	RECEITA NAO OPERACIONAL	600.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.681.223	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	65.557.330
MATERIAIS E PRODUTOS	231.369.437	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	65.557.330
SERVICOS DE TERCEIROS	32.473.728	TOTAL DAS FONTES	312.583.854
UTILIDADES E SERVICOS	392.914	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	39.232.698
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	29.040.779	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	14.744.601
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	14.744.601	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.843.711
OPERACOES EXTERNAS	14.744.601		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.099.004		
TOTAL DOS USOS	364.717.442	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	364.717.442

32318 TERMORIO S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	121.415.963	RECEITAS	411.766.061
INVESTIMENTOS	121.415.963	RECEITA OPERACIONAL	411.526.061
DISPENDIOS CORRENTES	368.129.517	RECEITA NAO OPERACIONAL	240.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.720.438	REC. PIAUMENTO PATR. LIQUIDO	246.862.170
MATERIAIS E PRODUTOS	256.544.176	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	246.862.170
SERVICOS DE TERCEIROS	32.458.828	TOTAL DAS FONTES	658.628.231
UTILIDADES E SERVICOS	634.908	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-15.645.183
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	45.656.922	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	20.549.455
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	20.549.455	VARIACAO DO DISPONIVEL	-173.987.023
OPERACOES EXTERNAS	186.956		
OUTRAS FONTES	20.362.499		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.564.790		
TOTAL DOS USOS	489.545.480	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	489.545.480

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****32319 FAFEN ENERGIA S.A.**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.800.000	RECEITAS	137.253.206
INVESTIMENTOS	1.800.000	RECEITA OPERACIONAL	132.453.206
DISPENDIOS CORRENTES	106.989.671	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.800.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.002.594	TOTAL DAS FONTES	137.253.206
MATERIAIS E PRODUTOS	60.954.876	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-911.187
SERVICOS DE TERCEIROS	24.089.616	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	123.984
UTILIDADES E SERVICOS	122.393	VARIACAO DO DISPONIVEL	-27.676.332
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	16.600.261		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	123.984		
OPERACOES INTERNAS	103.285		
OUTRAS FONTES	20.699		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.095.947		
TOTAL DOS USOS	108.789.671	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	108.789.671

32320 TERMOCEARA LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	49.564.691	RECEITAS	3.802.772
INVESTIMENTOS	49.564.691	RECEITA OPERACIONAL	3.152.772
DISPENDIOS CORRENTES	32.990.565	RECEITA NAO OPERACIONAL	650.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.771.604	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	80.851.180
MATERIAIS E PRODUTOS	7.396.718	PART. CAPITAL-EMP.ESTATAIS	80.851.180
SERVICOS DE TERCEIROS	16.092.733	TOTAL DAS FONTES	84.653.952
UTILIDADES E SERVICOS	1.906.090	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-413.634
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	1.366.823	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	28.774
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	938.774	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.713.836
OUTRAS FONTES	938.774		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	2.517.823		
TOTAL DOS USOS	82.555.256	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	82.555.256

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	514.225	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	500.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	514.225	PART. CAPITAL-EMP. ESTATAIS	500.000
		TOTAL DAS FONTES	500.000
		VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	18.971
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.746
TOTAL DOS USOS	514.225	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	514.225

32322 TERMOMACAE LTDA.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	127.173.674	RECEITAS	42.291.546
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.369.522	RECEITA OPERACIONAL	42.291.546
MATERIAIS E PRODUTOS	59.360.374	TOTAL DAS FONTES	42.291.546
SERVICOS DE TERCEIROS	34.415.580	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	34.585.478
UTILIDADES E SERVICOS	566.172	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	468.852
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	19.917.223	VARIACAO DO DISPONIVEL	49.827.798
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	468.852		
OPERACOES INTERNAS	468.852		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.075.951		
TOTAL DOS USOS	127.173.674	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	127.173.674

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

33000 MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

33202 EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV

RS 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	57.043.629	RECEITAS	609.839.050
INVESTIMENTOS	55.828.000	RECEITA OPERACIONAL	586.650.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.215.629	RECEITA NAO OPERACIONAL	23.189.050
DISPENDIOS CORRENTES	573.499.442	TOTAL DAS FONTES	609.839.050
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	248.864.523	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	32.435.483
MATERIAIS E PRODUTOS	2.400.207	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-9.809.808
SERVICOS DE TERCEIROS	91.036.508	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.921.654
UTILIDADES E SERVICOS	15.704.658		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	96.236.291		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	119.257.255		
TOTAL DOS USOS	630.543.071	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	630.543.071

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****36000 MINISTERIO DA SAUDE****36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRAS**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	24.408.110	RECEITAS	9.993.100
INVESTIMENTOS	24.408.110	RECEITA OPERACIONAL	2.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	31.199.250	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.493.100
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.150.934	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	36.600.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.196.000	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	36.600.000
SERVICOS DE TERCEIROS	11.227.056	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	3.220.000
UTILIDADES E SERVICOS	100.000	TOTAL DAS FONTES	49.813.100
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	200.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	10.722.220
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	100.000	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	25.000
OUTRAS FONTES	100.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-4.952.960
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	6.225.260		
TOTAL DOS USOS	55.607.360	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	55.607.360

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	8.550.000	RECEITAS	27.176.958
INVESTIMENTOS	8.550.000	RECEITA OPERACIONAL	25.143.647
DISPENDIOS CORRENTES	24.448.956	RECEITA NAO OPERACIONAL	2.033.311
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.178.380	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	6.632.000
MATERIAIS E PRODUTOS	330.874	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	6.500.000
SERVICOS DE TERCEIROS	5.682.826	DEMAIS REC. P/AUMENTO PL	132.000
UTILIDADES E SERVICOS	1.475.333	TOTAL DAS FONTES	33.808.958
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	4.722.345	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-105.870
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	59.198	VARIACAO DO DISPONIVEL	-704.132
TOTAL DOS USOS	32.998.956	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	32.998.956

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	18.057.939	RECEITAS	72.840.333
INVESTIMENTOS	15.202.815	RECEITA OPERACIONAL	57.550.853
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	2.855.124	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.289.480
OPERACOES INTERNAS	2.855.124	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	14.702.815
DISPENDIOS CORRENTES	75.964.852	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	14.702.815
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.680.000	TOTAL DAS FONTES	87.543.148
MATERIAIS E PRODUTOS	350.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	6.197.019
SERVICOS DE TERCEIROS	13.317.570	VARIACAO DO DISPONIVEL	282.624
UTILIDADES E SERVICOS	2.210.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	9.421.044		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	22.986.238		
TOTAL DOS USOS	94.022.791	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	94.022.791

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	10.805.649	RECEITAS	81.297.561
INVESTIMENTOS	10.805.649	RECEITA OPERACIONAL	65.657.506
DISPENDIOS CORRENTES	71.150.772	RECEITA NAO OPERACIONAL	15.640.055
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.513.478	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	5.805.649
MATERIAIS E PRODUTOS	2.417.117	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	5.805.649
SERVICOS DE TERCEIROS	17.861.012	TOTAL DAS FONTES	87.103.210
UTILIDADES E SERVICOS	7.468.220	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	21.424.692
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	7.082.192	VARIACAO DO DISPONIVEL	-26.571.481
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	7.808.753		
TOTAL DOS USOS	81.956.421	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	81.956.421

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	119.987.072	RECEITAS	542.132.917
INVESTIMENTOS	116.843.690	RECEITA OPERACIONAL	542.132.917
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	3.143.382	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	95.843.690
OUTRAS FONTES	3.143.382	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	95.843.690
DISPENDIOS CORRENTES	454.214.314	TOTAL DAS FONTES	637.976.607
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	123.289.643	VAR. EMPREST.-CURTO PRAZO	-2.666.270
MATERIAIS E PRODUTOS	3.944.400	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-72.307.976
SERVICOS DE TERCEIROS	129.011.218	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	9.198.856
UTILIDADES E SERVICOS	11.658.030	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.000.169
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	100.337.401		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	19.870.918		
OUTRAS FONTES	19.870.918		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	66.102.704		
TOTAL DOS USOS	574.201.386	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	574.201.386

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHAO - CODOMAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	400.000	RECEITAS	5.600.000
INVESTIMENTOS	400.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	5.600.000
DISPENDIOS CORRENTES	4.914.375	TOTAL DAS FONTES	5.600.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.915.272	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-2.849.281
MATERIAIS E PRODUTOS	318.963	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.563.656
SERVICOS DE TERCEIROS	1.555.428		
UTILIDADES E SERVICOS	146.618		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	558.094		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	420.000		
TOTAL DOS USOS	5.314.375	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	5.314.375

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	21.700.000	RECEITAS	79.668.942
INVESTIMENTOS	21.700.000	RECEITA OPERACIONAL	69.883.742
DISPENDIOS CORRENTES	63.040.404	RECEITA NAO OPERACIONAL	9.785.200
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	25.865.419	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	6.000.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.568.838	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	6.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	16.810.876	TOTAL DAS FONTES	85.668.942
UTILIDADES E SERVICOS	5.649.036	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-1.965.558
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	11.684.054	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.037.020
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	1.462.181		
TOTAL DOS USOS	84.740.404	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	84.740.404

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	97.712.154	RECEITAS	135.165.790
INVESTIMENTOS	96.062.154	RECEITA OPERACIONAL	113.825.763
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	1.650.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	21.340.027
OPERACOES EXTERNAS	1.650.000	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	107.224.121
DISPÊNDIOS CORRENTES	172.392.841	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	107.224.121
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	77.600.232	TOTAL DAS FONTES	242.389.911
MATERIAIS E PRODUTOS	2.065.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	11.661.951
SERVICOS DE TERCEIROS	24.998.209	VARIACAO DO DISPONIVEL	16.053.133
UTILIDADES E SERVICOS	10.000.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	12.500.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	1.200.000		
OPERACOES EXTERNAS	1.200.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	44.029.400		
TOTAL DOS USOS	270.104.995	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	270.104.995

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	18.734.177	RECEITAS	49.862.989
INVESTIMENTOS	18.734.177	RECEITA OPERACIONAL	41.839.289
DISPÊNDIOS CORRENTES	54.318.359	RECEITA NAO OPERACIONAL	8.023.700
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.258.935	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	20.451.577
MATERIAIS E PRODUTOS	5.279.536	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	20.451.577
SERVICOS DE TERCEIROS	12.990.869	TOTAL DAS FONTES	70.314.566
UTILIDADES E SERVICOS	1.617.310	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	2.717.443
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	6.397.967	VARIACAO DO DISPONIVEL	20.527
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	8.773.742		
TOTAL DOS USOS	73.052.536	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	73.052.536

39219 REDE FERROVIARIA FEDERAL SOCIEDADE ANONIMA - RFFSA (EM LIQUIDACAO)

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS CORRENTES	218.375.812	RECEITAS	219.375.940
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	39.410.512	RECEITA OPERACIONAL	4.500.000
MATERIAIS E PRODUTOS	1.595.910	RECEITA NAO OPERACIONAL	214.875.940
SERVICOS DE TERCEIROS	15.757.390	TOTAL DAS FONTES	219.375.940
UTILIDADES E SERVICOS	3.500.000	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	291.972
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	700.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1.292.100
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	157.412.000		
TOTAL DOS USOS	218.375.812	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	218.375.812

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES

41201 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.639.400.000	RECEITAS	10.850.000.000
INVESTIMENTOS	637.900.000	RECEITA OPERACIONAL	10.300.000.000
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	71.500.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	550.000.000
OPERACOES INTERNAS	16.500.000	RETORNO DE APLIC. FINANC. LP	230.000.000
OPERACOES EXTERNAS	55.000.000	OPERACOES DE CREDITO	300.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	930.000.000	OPER.CRED.EXT.-BENS/SERV.	300.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	9.611.500.001	TOTAL DAS FONTES	11.380.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.678.000.001	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	246.400.001
MATERIAIS E PRODUTOS	240.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-375.500.000
SERVICOS DE TERCEIROS	4.014.000.000		
UTILIDADES E SERVICOS	290.000.000		
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	858.000.000		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	86.000.000		
OPERACOES INTERNAS	18.000.000		
OPERACOES EXTERNAS	40.000.000		
OUTRAS FONTES	28.000.000		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	445.500.000		
TOTAL DOS USOS	11.250.900.001	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	11.250.900.001

41202 TELECOMUNICACOES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	46.201.764	RECEITAS	14.776.995
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.889.224	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.776.995
MATERIAIS E PRODUTOS	106.982	TOTAL DAS FONTES	14.776.995
SERVICOS DE TERCEIROS	5.675.708	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-6.753.924
UTILIDADES E SERVICOS	215.422	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	-7.313.264
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	400.002	VARIACAO DO DISPONIVEL	45.491.957
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	35.914.426		
TOTAL DOS USOS	46.201.764	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	46.201.764

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****52000 MINISTERIO DA DEFESA****52212 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUARIA - INFRAERO**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	671.085.677	RECEITAS	2.311.886.946
INVESTIMENTOS	652.938.377	RECEITA OPERACIONAL	2.264.963.963
OUTROS DISP. DE CAPITAL	18.147.300	RECEITA NAO OPERACIONAL	46.922.983
DISPENDIOS CORRENTES	1.859.585.531	OUTROS RECURSOS-LONGO PRAZO	281.390.942
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	703.892.268	DEMAIS RECURSOS DE LP	281.390.942
MATERIAIS E PRODUTOS	32.480.000	TOTAL DAS FONTES	2.593.277.888
SERVICOS DE TERCEIROS	687.807.813	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	-13.685.698
UTILIDADES E SERVICOS	187.318.430	VARIACAO DO DISPONIVEL	-48.920.982
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	194.277.618		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	53.809.402		
TOTAL DOS USOS	2.530.671.208	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	2.530.671.208

52221 INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	13.934.200	RECEITAS	153.955.523
INVESTIMENTOS	8.020.000	RECEITA OPERACIONAL	153.449.475
AMORTIZACOES OPER.CRED. LP	5.914.200	RECEITA NAO OPERACIONAL	506.048
OPERACOES INTERNAS	5.914.200	REC. P/AUMENTO PATR. LIQUIDO	1.800.000
DISPENDIOS CORRENTES	141.538.323	PART.UNIAO CAP. - TESOURO	1.800.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	37.158.179	TOTAL DAS FONTES	155.755.523
MATERIAIS E PRODUTOS	45.343.023	VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO	10.014.241
SERVICOS DE TERCEIROS	23.289.683	AJUSTES REC. E DESP. FINANC.	188.966
UTILIDADES E SERVICOS	2.874.871	VARIACAO DO DISPONIVEL	-10.486.207
TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS	29.292.302		
ENCARGOS FINANC. E OUTROS	573.966		
OPERACOES INTERNAS	385.000		
OUTRAS FONTES	188.966		
DEMAIS DISPEND. CORRENTES	3.006.299		
TOTAL DOS USOS	155.472.523	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	155.472.523

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	170.700.916	RECEITAS	186.534.446
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>75.459.636</i>	<i>RECEITA OPERACIONAL</i>	<i>169.710.446</i>
<i>MATERIAIS E PRODUTOS</i>	<i>21.813.870</i>	<i>RECEITA NAO OPERACIONAL</i>	<i>16.824.000</i>
<i>SERVICOS DE TERCEIROS</i>	<i>38.233.842</i>	TOTAL DAS FONTES	186.534.446
<i>UTILIDADES E SERVICOS</i>	<i>1.231.343</i>	<i>VARIACAO DE CAPITAL DE GIRO</i>	<i>-15.796.234</i>
<i>TRIBUTOS E ENC.PARAFISCAIS</i>	<i>28.622.225</i>	<i>VARIACAO DO DISPONIVEL</i>	<i>-37.296</i>
<i>DEMAIS DISPEND. CORRENTES</i>	<i>5.340.000</i>		
TOTAL DOS USOS	170.700.916	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	170.700.916



EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA****24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	240.656.283	RECEITA	290.107.956
INVESTIMENTOS	7.973.888	RECEITA OPERACIONAL	282.172.201
INVERSOES FINANCEIRAS	46.310.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	7.935.755
AMORTIZACOES PRINCIPAL	186.372.395	DEMAIS OBRIGACOES	749.810.000
OPERACOES INTERNAS	1.572.395	FND	120.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	184.800.000	TRANSFERENCIA DO FAT	533.500.000
DISPENDIOS CORRENTES	180.391.193	OUTRAS OBRIGACOES	96.310.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	80.244.407	TOTAL DAS FONTES	1.039.917.956
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	56.011	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	97.697.069
SERVICOS DE TERCEIROS	17.662.032	VARIACAO DO DISPONIVEL	-205.907.549
UTILIDADES E SERVICOS	1.639.025		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	17.841.320		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	56.523.059		
OPERACOES INTERNAS	244.044		
DEPOSITOS	28.029.015		
OUTRAS OBRIGACOES	28.250.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	6.425.339		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	421.047.476		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	510.660.000		
TOTAL DOS USOS	931.707.476	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	931.707.476

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****25000 MINISTERIO DA FAZENDA****25202 BANCO DA AMAZONIA S.A. - BASA**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	295.702.032	RECEITA	1.632.771.321
INVESTIMENTOS	138.512.051	RECEITA OPERACIONAL	1.631.545.627
AMORTIZACOES PRINCIPAL	85.172.111	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.225.694
OPERACOES INTERNAS	85.172.111	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	938.574.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	72.017.870	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	1.335.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	1.282.196.585	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	1.335.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	226.895.474	DEMAIS OBRIGACOES	-35.920.464
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	5.036.092	DEPOSITOS A VISTA	-247.045.464
SERVICOS DE TERCEIROS	178.824.649	DEPOSITOS A PRAZO	211.125.000
UTILIDADES E SERVICOS	32.789.799	TOTAL DAS FONTES	3.870.424.857
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	226.066.507	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-8.864.529
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	237.043.199	VARIACAO DO DISPONIVEL	-998.635
OPERACOES INTERNAS	72.137.868		
OPERACOES EXTERNAS	8.151.000		
DEPOSITOS	156.754.331		
DEMAIS DISP. CORRENTES	375.540.865		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.577.898.617		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	2.282.663.076		
TOTAL DOS USOS	3.860.561.693	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.860.561.693

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	551.643.523	RECEITA	3.255.910.994
INVESTIMENTOS	105.328.000	RECEITA OPERACIONAL	3.249.709.776
INVERSOES FINANCEIRAS	150.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	6.201.218
AMORTIZACOES PRINCIPAL	359.886.523	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	2.815.722.000
OPERACOES INTERNAS	289.378.594	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	773.465.343
OPERACOES EXTERNAS	70.275.929	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	227.000.000
OPERACOES RES. 63	232.000	OPER.CRED. EXTERNAS	314.465.343
OUTROS DISP. DE CAPITAL	86.279.000	OPER. RESOLUCAO 63	232.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	2.688.945.444	DEMAIS OBRIGACOES	499.171.167
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	410.408.187	DEPOSITOS A VISTA	4.972.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	21.988.245	DEPOSITOS A PRAZO	294.199.167
SERVICOS DE TERCEIROS	326.089.808	OUTRAS OBRIGACOES	200.000.000
UTILIDADES E SERVICOS	41.079.154	TOTAL DAS FONTES	7.344.269.504
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	263.276.875	VAR.OBRIG.EMPREST.C. PRAZO	-31.200.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.049.437.042	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	823.615.197
OPERACOES INTERNAS	73.096.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-2.000.000
OPERACOES EXTERNAS	36.804.660		
OPERACOES RESOLUCAO 63	98.930		
DEPOSITOS	172.675.000		
VARIACAO CAMBIAL	150.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	616.762.452		
DEMAIS DISP. CORRENTES	576.666.133		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	3.240.588.967		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	4.894.095.734		
TOTAL DOS USOS	8.134.684.701	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	8.134.684.701

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25215 IRB - BRASIL RESSEGUROS S.A.		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	271.962.713	RECEITA	4.124.810.200
INVESTIMENTOS	25.255.858	RECEITA OPERACIONAL	4.062.683.736
INVERSOES FINANCEIRAS	1.571.756	RECEITA NAO OPERACIONAL	62.126.464
OUTROS DISP. DE CAPITAL	245.135.099	TOTAL DAS FONTES	4.124.810.200
DISPENDIOS CORRENTES	3.591.439.055	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	260.305.099
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97.600.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	-521.713.531
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	377.220		
SERVICOS DE TERCEIROS	79.101.658		
UTILIDADES E SERVICOS	3.209.119		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	347.783.196		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	6.695.153		
OUTRAS OBRIGACOES	6.695.153		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.056.672.709		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	3.863.401.768		
TOTAL DOS USOS	3.863.401.768	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	3.863.401.768

25220 CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	1.540.495.312	RECEITA	39.072.430.301
INVESTIMENTOS	805.247.471	RECEITA OPERACIONAL	38.930.989.768
AMORTIZACOES PRINCIPAL	5.746.421	RECEITA NAO OPERACIONAL	141.440.533
OPERACOES EXTERNAS	5.746.421	DEMAIS OBRIGACOES	17.948.393.372
OUTROS DISP. DE CAPITAL	729.501.420	DEPOSITOS A VISTA	1.049.825.123
DISPENDIOS CORRENTES	35.699.250.582	DEPOSITOS A PRAZO	16.898.568.249
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.867.698.469	TOTAL DAS FONTES	57.020.823.673
SERVICOS DE TERCEIROS	4.246.452.491	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-6.635.746.269
UTILIDADES E SERVICOS	825.491.512	VARIACAO DO DISPONIVEL	15.817.764
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.981.537.011		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	21.623.034.333		
OPERACOES EXTERNAS	2.752.526		
DEPOSITOS	10.572.260.279		
OUTRAS OBRIGACOES	11.048.021.528		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.155.036.766		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	37.239.745.894		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	13.161.149.274		
TOTAL DOS USOS	50.400.895.168	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	50.400.895.168

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPÊNDIOS DE CAPITAL	14.691.532.373	RECEITA	49.357.683.914
INVESTIMENTOS	1.556.961.852	RECEITA OPERACIONAL	48.207.651.992
AMORTIZACOES PRINCIPAL	11.461.474.127	RECEITA NAO OPERACIONAL	1.150.031.922
OPERACOES INTERNAS	6.856.314.127	TESOURO-RECEB.CRED. DIVERSOS	938.574.001
OPERACOES EXTERNAS	4.605.160.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	13.494.094.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	1.673.096.394	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	8.888.934.000
DISPÊNDIOS CORRENTES	35.813.549.261	OPER.CRED. EXTERNAS	4.605.160.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.660.615.654	DEMAIS OBRIGACOES	16.730.642.206
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	200.549.747	DEPOSITOS A VISTA	3.975.333.360
SERVICOS DE TERCEIROS	3.835.593.895	DEPOSITOS A PRAZO	10.156.515.667
UTILIDADES E SERVICOS	897.286.095	OUTRAS OBRIGACOES	2.598.793.179
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	3.947.884.966	TOTAL DAS FONTES	80.520.994.121
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	15.112.955.151	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-9.894.580.155
OPERACOES INTERNAS	566.577.368	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.558.774.635
OPERACOES EXTERNAS	390.014.684		
DEPOSITOS	8.261.457.088		
OUTRAS OBRIGACOES	5.894.906.011		
DEMAIS DISP. CORRENTES	4.158.663.753		
TOTAL DOS DISPÊNDIOS PDG	50.505.081.634		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	21.680.106.967		
TOTAL DOS USOS	72.185.188.601	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	72.185.188.601

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	572.334.564	RECEITA	733.909.957
OUTROS DISP. DE CAPITAL	572.334.564	RECEITA OPERACIONAL	733.909.957
DISPENDIOS CORRENTES	136.164.991	TOTAL DAS FONTES	733.909.957
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.899.700	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-25.349.099
SERVICOS DE TERCEIROS	17.737.503	VARIACAO DO DISPONIVEL	-61.303
UTILIDADES E SERVICOS	1.374.077		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	77.946.709		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	18.209		
OUTRAS OBRIGACOES	18.209		
DEMAIS DISP. CORRENTES	16.188.793		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	708.499.555		
TOTAL DOS USOS	708.499.555	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	708.499.555

25236 BB ADMINISTRACAO DE ATIVOS - DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BB DTVM		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	340.565.313	RECEITA	644.776.123
OUTROS DISP. DE CAPITAL	340.565.313	RECEITA OPERACIONAL	644.776.123
DISPENDIOS CORRENTES	304.210.811	TOTAL DAS FONTES	644.776.123
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	27.083.310	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	636.280
SERVICOS DE TERCEIROS	27.388.289	VARIACAO DO DISPONIVEL	-636.279
UTILIDADES E SERVICOS	4.441.935		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	219.201.427		
DEMAIS DISP. CORRENTES	26.095.850		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	644.776.124		
TOTAL DOS USOS	644.776.124	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	644.776.124

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	749.935.644	RECEITA	175.416.798
INVESTIMENTOS	740.989.644	RECEITA OPERACIONAL	174.792.900
AMORTIZACOES PRINCIPAL	8.946.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	623.898
OPERACOES INTERNAS	8.946.000	RETORNO DE OPER. DE CREDITO	540.473.601
DISPENDIOS CORRENTES	140.923.489	TOTAL DAS FONTES	715.890.399
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.327.498	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	174.968.815
SERVICOS DE TERCEIROS	2.208.753	VARIACAO DO DISPONIVEL	-81
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	15.649.562		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	105.079.714		
OPERACOES INTERNAS	9.387.489		
DEPOSITOS	95.692.225		
DEMAIS DISP. CORRENTES	15.657.962		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	890.859.133		
TOTAL DOS USOS	890.859.133	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	890.859.133

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25245 BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	427.005	RECEITA	2.613.016
SERVICOS DE TERCEIROS	427.005	RECEITA OPERACIONAL	2.613.016
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	427.005	TOTAL DAS FONTES	2.613.016
		OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.102.672
		VARIACAO DO DISPONIVEL	-83.339
TOTAL DOS USOS	427.005	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	427.005
25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	37.004.718	RECEITA	283.000.780
SERVICOS DE TERCEIROS	1.332.630	RECEITA OPERACIONAL	283.000.780
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	35.672.088	TOTAL DAS FONTES	283.000.780
OPERACOES EXTERNAS	35.672.088	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-245.709.768
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	37.004.718	VARIACAO DO DISPONIVEL	-286.294
TOTAL DOS USOS	37.004.718	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	37.004.718
25266 BANCO DO ESTADO DO PIAUI S.A. - BEP		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	6.493.776	RECEITA	62.430.000
INVESTIMENTOS	3.800.000	RECEITA OPERACIONAL	62.400.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	476.776	RECEITA NAO OPERACIONAL	30.000
OPERACOES INTERNAS	476.776	DEMAIS OBRIGACOES	3.180.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.217.000	DEPOSITOS A VISTA	572.000
DISPENDIOS CORRENTES	43.844.759	DEPOSITOS A PRAZO	2.020.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.086.000	OUTRAS OBRIGACOES	588.000
SERVICOS DE TERCEIROS	13.076.400	TOTAL DAS FONTES	65.610.000
UTILIDADES E SERVICOS	2.065.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-7.737.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	2.598.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	13.300.535
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	9.034.159		
OPERACOES INTERNAS	94.159		
DEPOSITOS	7.800.000		
OUTRAS OBRIGACOES	1.140.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.985.200		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	50.338.535		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	20.835.000		
TOTAL DOS USOS	71.173.535	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	71.173.535

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25271 BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	26.050.937	RECEITA	654.832.016
INVESTIMENTOS	22.554.390	RECEITA OPERACIONAL	640.610.095
AMORTIZACOES PRINCIPAL	3.496.547	RECEITA NAO OPERACIONAL	14.221.921
OPERACOES INTERNAS	3.496.547	DEMAIS OBRIGACOES	382.429.025
DISPENDIOS CORRENTES	613.978.901	DEPOSITOS A VISTA	28.590.032
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	154.467.948	DEPOSITOS A PRAZO	58.788.691
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	3.543.258	OUTRAS OBRIGACOES	295.050.302
SERVICOS DE TERCEIROS	100.642.867	TOTAL DAS FONTES	1.037.261.041
UTILIDADES E SERVICOS	15.429.317	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-280.291.132
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	23.966.653	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	297.602.092		
OPERACOES INTERNAS	2.689.253		
DEPOSITOS	146.018.096		
OUTRAS OBRIGACOES	148.894.743		
DEMAIS DISP. CORRENTES	18.326.766		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	640.029.838		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	116.940.070		
TOTAL DOS USOS	756.969.908	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	756.969.908

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S.A. - BESCVAL		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	268.588	RECEITA	995.505
OUTROS DISP. DE CAPITAL	268.588	RECEITA OPERACIONAL	970.814
DISPENDIOS CORRENTES	703.728	RECEITA NAO OPERACIONAL	24.691
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	248.898	TOTAL DAS FONTES	995.505
SERVICOS DE TERCEIROS	100.590	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-23.190
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	107.979	VARIACAO DO DISPONIVEL	1
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	240.537		
OUTRAS OBRIGACOES	240.537		
DEMAIS DISP. CORRENTES	5.724		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	972.316		
TOTAL DOS USOS	972.316	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	972.316

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

25273 BESC FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - BESCREDI			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	718.407	RECEITA	27.606.916
OUTROS DISP. DE CAPITAL	718.407	RECEITA OPERACIONAL	27.367.557
DISPENDIOS CORRENTES	25.291.609	RECEITA NAO OPERACIONAL	239.359
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.055.930	DEMAIS OBRIGACOES	59.383.500
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	627.741	DEPOSITOS A PRAZO	59.383.500
SERVICOS DE TERCEIROS	6.731.929	TOTAL DAS FONTES	86.990.416
UTILIDADES E SERVICOS	748.570	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-5.956.264
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.777.697	VARIACAO DO DISPONIVEL	1
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	7.163.855		
DEPOSITOS	7.159.331		
OUTRAS OBRIGACOES	4.524		
DEMAIS DISP. CORRENTES	1.185.887		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	26.010.016		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	55.024.137		
TOTAL DOS USOS	81.034.153	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	81.034.153
25274 BESC S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL - BESC LEASING			R\$ 1,00
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	540.505	RECEITA	2.193.873
OUTROS DISP. DE CAPITAL	540.505	RECEITA OPERACIONAL	2.193.873
DISPENDIOS CORRENTES	1.234.204	TOTAL DAS FONTES	2.193.873
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	173.376	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-419.163
SERVICOS DE TERCEIROS	187.566	VARIACAO DO DISPONIVEL	-1
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	506.222		
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	67		
OUTRAS OBRIGACOES	67		
DEMAIS DISP. CORRENTES	366.973		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	1.774.709		
TOTAL DOS USOS	1.774.709	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.774.709

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

25275 BESC S.A. - CREDITO IMOBILIARIO - BESCRI		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	188.446.069	RECEITA	194.869.381
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.931.409	RECEITA OPERACIONAL	194.262.334
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	2.113.207	RECEITA NAO OPERACIONAL	607.047
SERVICOS DE TERCEIROS	18.546.596	DEMAIS OBRIGACOES	138.846.652
UTILIDADES E SERVICOS	3.356.097	DEPOSITOS A PRAZO	138.846.652
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	8.255.415	TOTAL DAS FONTES	333.716.033
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	129.009.294	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-137.729.321
DEPOSITOS	120.238.765	VARIACAO DO DISPONIVEL	-22.660
OUTRAS OBRIGACOES	8.770.529		
DEMAIS DISP. CORRENTES	3.234.051		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	188.446.069		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	7.517.983		
TOTAL DOS USOS	195.964.052	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	195.964.052

25279 BB BANCO POPULAR DO BRASIL S.A. - BPB		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS CORRENTES	88.913.325	RECEITA	98.484.486
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.897.364	RECEITA OPERACIONAL	98.484.486
SERVICOS DE TERCEIROS	53.367.099	DEMAIS OBRIGACOES	7.627.000
UTILIDADES E SERVICOS	7.111.689	DEPOSITOS A VISTA	7.627.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	7.394.800	TOTAL DAS FONTES	106.111.486
DEMAIS DISP. CORRENTES	8.142.373	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-107.893.290
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	88.913.325	VARIACAO DO DISPONIVEL	3.351.129
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	-87.344.000		
TOTAL DOS USOS	1.569.325	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	1.569.325

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S.A. - BB CONSORCIOS		R\$ 1,00	
USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	25.102.133	RECEITA	60.124.957
OUTROS DISP. DE CAPITAL	25.102.133	RECEITA OPERACIONAL	60.124.957
DISPENDIOS CORRENTES	33.013.402	TOTAL DAS FONTES	60.124.957
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.847.128	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-2.005.650
SERVICOS DE TERCEIROS	8.013.074	VARIACAO DO DISPONIVEL	-3.772
UTILIDADES E SERVICOS	189.000		
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	21.278.640		
DEMAIS DISP. CORRENTES	685.560		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	58.115.535		
TOTAL DOS USOS	58.115.535	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	58.115.535

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES****28000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR****28234 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - BNDES**

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	12.613.985.445	RECEITA	21.531.163.000
INVESTIMENTOS	54.955.445	RECEITA OPERACIONAL	17.328.710.000
INVERSOES FINANCEIRAS	650.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	4.202.453.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	9.809.030.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.435.070.000
OPERACOES INTERNAS	513.630.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	75.070.000
OPERACOES EXTERNAS	1.370.000.000	OPER.CRED. EXTERNAS	1.500.000.000
DEMAIS OBRIGACOES	7.925.400.000	VARIACAO CAMBIAL	860.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	2.100.000.000	DEMAIS OBRIGACOES	27.665.300.000
DISPENDIOS CORRENTES	15.391.341.801	TESOURO	1.000.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	455.996.464	FND	800.000.000
LOC. EQUIP. PROC. DE DADOS	3.600.000	TRANSFERENCIA DO FAT	10.800.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	253.479.693	OUTRAS OBRIGACOES	15.065.300.000
UTILIDADES E SERVICOS	16.536.338	TOTAL DAS FONTES	51.631.533.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.388.000.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-4.550.980.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	12.896.700.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	4.252.314.246
OPERACOES INTERNAS	243.700.000		
OPERACOES EXTERNAS	1.080.000.000		
VARIACAO CAMBIAL	860.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	10.713.000.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	377.029.306		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	28.005.327.246		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	23.327.540.000		
TOTAL DOS USOS	51.332.867.246	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	51.332.867.246

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2007

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

28235 BNDES PARTICIPACOES S.A. - BNDESPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	17.121.000.000	RECEITA	14.101.420.000
INVERSOES FINANCEIRAS	3.940.000.000	RECEITA OPERACIONAL	13.804.620.000
AMORTIZACOES PRINCIPAL	8.430.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	296.800.000
OPERACOES INTERNAS	5.130.000.000	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	2.028.100.000
DEMAIS OBRIGACOES	3.300.000.000	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	2.000.000.000
OUTROS DISP. DE CAPITAL	4.751.000.000	VARIACAO CAMBIAL	28.100.000
DISPENDIOS CORRENTES	3.719.234.963	DEMAIS OBRIGACOES	1.660.200.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	88.654.745	TESOURO	409.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	21.033.278	OUTRAS OBRIGACOES	1.251.200.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	1.012.000.000	TOTAL DAS FONTES	17.789.720.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	1.885.200.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	181.000.000
OPERACOES INTERNAS	360.000.000	VARIACAO DO DISPONIVEL	2.869.514.963
VARIACAO CAMBIAL	28.000.000		
OUTRAS OBRIGACOES	1.497.200.000		
DEMAIS DISP. CORRENTES	712.346.940		
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	20.840.234.963		
TOTAL DOS USOS	20.840.234.963	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	20.840.234.963

28236 AGENCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
DISPENDIOS DE CAPITAL	5.065.000.000	RECEITA	6.145.051.800
AMORTIZACOES PRINCIPAL	4.760.000.000	RECEITA OPERACIONAL	5.671.066.300
OPERACOES INTERNAS	4.760.000.000	RECEITA NAO OPERACIONAL	473.985.500
OUTROS DISP. DE CAPITAL	305.000.000	REC. P/AUMENTO DO PATR. LIQ.	600.000.000
DISPENDIOS CORRENTES	4.726.982.277	PARTICIPACAO NO CAPITAL	600.000.000
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.618.319	RECURSO DE EMP. E FINANC. LP	13.108.000.000
SERVICOS DE TERCEIROS	11.526.124	OPER.CRED. INTERNAS-MOEDA	12.780.000.000
TRIBUTOS E ENC. PARAFISCAIS	216.500.000	VARIACAO CAMBIAL	328.000.000
ENCARGOS FINANCEIROS E OUTROS	4.441.080.000	DEMAIS OBRIGACOES	100.000.000
OPERACOES INTERNAS	3.230.000.000	TESOURO	100.000.000
VARIACAO CAMBIAL	330.000.000	TOTAL DAS FONTES	19.953.051.800
OUTRAS OBRIGACOES	881.080.000	OUTRAS VAR. PATRIMONIAIS	-1.142.920.000
DEMAIS DISP. CORRENTES	21.257.834	VARIACAO DO DISPONIVEL	1.011.650.477
TOTAL DOS DISPENDIOS PDG	9.791.982.277		
APLIC. EM OPER. DE CREDITO	10.029.800.000		
TOTAL DOS USOS	19.821.782.277	TOTAL LIQUIDO DAS FONTES	19.821.782.277